



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIO-
COMBUSTÍVEIS – ANP

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Diretor Geral

Magda Maria de Regina Chambriard

Diretores

Allan Kardec Duailibe

Florival Rodrigues de Carvalho

Helder Queiroz Pinto Junior

Relatório de Gestão 2011

Coordenação

Murilo Mota

Secretário Executivo

Coordenação Executiva

Eduardo Marcelo Vianna de Menezes

Landerson Costa Silva

MARÇO/2012



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIO-
COMBUSTÍVEIS-ANP

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que a Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno constante na Portaria CGU nº 2.546/2010.

Rio de Janeiro, 31/03/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAPG - American Association of Petroleum Geologists
ABI - Agência Brasileira de Inteligência
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPIP – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural
Ae – Dias de atraso na distribuição aos estados
AEHC - Álcool etílico hidratado combustível
AFRMM – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante
AIC – Assessoria de Assuntos Internacionais e Cerimonial
AIN – Assessoria de Inteligência
Am – Dias de atraso na distribuição aos municípios
AMCHAM – Câmara de Comércio Americana
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP – Agência Nacional do Petróleo
ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre
ANTTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaterrestre
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AO - Autorização de Operação
APPOM – Associação de Empresas de Petróleo e Gás Natural
AUD - Auditoria
BA - Bahia
BAR – Boletim Anual de Reservas
BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção
BEN - Balanço Energético Nacional
BMP – Boletins Mensais de Produção
BRATEC – Câmara de Comércio Brasil-Texas
BV – Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora
CA – Cargo de Assessoria
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CCL – Coordenadoria de Conteúdo Local
CCT – Cargo Comissionado Técnico
CD – Cargo de Direção
CDC – Coordenadoria de Defesa da Concorrência
CDI – Centro de Documentação e Informação
CEFET – Centro de Educação Federal de Tecnologia
CENPES- Centro de Pesquisas da PETROBRAS
CGC - Comitê Gestor de Capacitação
CGE – Cargo de Gerência Executiva
CGPEG - Coordenação Geral de Petróleo e Gás
CGU – Controladoria Geral da União
CIEE - Centro Integração Empresa- Escola
CIPP – Comunicações de Início de Perfuração de Poço
CMA - Coordenadoria de Meio Ambiente
CMA – Coordenadoria de Meio Ambiente
CMGN- Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural
CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
 CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária
 COR - Coordenadoria do Orçamento
 CPAC – Concurso Público de Alocação de Capacidade
 CPD – Centro de Processamento de Dados
 CPRM – Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
 CPT – Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas
 CPT – Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas
 CRC – Centro de Relações com o Consumidor
 CRG - Corregedoria
 CSI - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
 CSO – Coordenadoria de segurança Operacional
 CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
 CTC – Coordenadoria de tecnologia e Formação de RH
 CTDUT – Centro de Tecnologia de Dutos
 CTMA – Câmara Técnica de Meio Ambiente
 CT-PETRO – Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás
 DP – Desvio Padrão
 DCPD – Demonstrativo de Controle de Produto Processado
 De – Dias de distribuição aos estados (14º dia do mês)
 DEFMM – Departamento do Fundo da Marinha Mercante
 DG – Diretoria Geral
 DILIC- Diretoria de Licenciamento
 DIR 1 – Diretoria 1
 DIR 2 - Diretoria 2
 DIR 3 - Diretoria 3
 DIR 4 - Diretoria 4
 Dm – Dias de distribuição aos municípios (24º dia do mês)
 DNC – Departamento Nacional de Combustíveis
 DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
 DNV – Det Norske Veritas
 DPC - Departamento de Portos e Costas
 DPF – Delegacia de Polícia Federal
 DPMP – Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos
 E & P – Exploração e Produção
 DPMP – Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos
 E & P – Exploração e Produção
 EDF – Escritório Sede-DF
 ESA – Escritório de Salvador
 ESP – Escritório de São Paulo
 EMN – Escritório de Manaus
 ESI - Escritório de Segurança da Informação
 FDC – Ficha de Delegação de Competência
 FEP – Fundo Especial do Petróleo
 FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
 FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
 FPM – Fundo de Participação dos Municípios
 GAB - Gabinete
 GAP - Gestão e Administração do Programa
 GARSOL – Gasodutos Urucu- Coari
 GASCOM – Gasodutos Coari-Manaus
 GASENE – Gasoduto de Interligação Sudeste-Nordeste

GLP – Gás Liquefeito do Petróleo
 GMC - Grupo Mercado Comum
 GN – Gás Natural
 GNC- Gás Natural Comprimido
 GNL – Gás Natural Liquefeito
 GNV - Gás natural veicular
 GRU – Guia de Recolhimento da União
 GT – Grupo de Trabalho
 GTPEG – Grupo de Trabalho de Petróleo e Gás
 i ADM – índice de Eficiência Administrativa
 I PAD – Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta
 IBAMA – Instituto Brasileiro do meio Ambiente
 IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo
 ICRARD – International Committee on Regulatory Authorith Research and Develop-
 ment
 INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente
 INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia
 INT – Instituto Nacional de Tecnologia
 i-PAD – Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliadas
 IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas
 JBRJ – Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro
 JPF - Sistema Julgamento Processual de Fiscalização
 LIGABOM – Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares
 LMC - Livro de Movimentação de Combustíveis
 LOA - Lei Orçamentária Anual
 LPMC - Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis
 Me – Média
 MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
 MJ – Ministério da Justiça
 MME – Ministério de Minas e Energia
 MJ – Ministério da Justiça
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NCDP – Notificações de Codificação de Poço
 NFP- Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural
 NIN – Núcleo de Informática
 NPA – Número de Planos de Avaliação
 NR – Normas Regulamentadoras
 NSO – Núcleo de Segurança Operacional na Exploração e Produção
 OBC – Ocean Bottom Cable
 OEMA – Organização de Estudos do Meio Ambiente
 OIE – Oferta Interna de Energia
 OLADE - Organização Latino- Americana de Energia
 OTC – Offshore Technology Conference
 P&D – Produção e Desenvolvimento
 P&G – Petróleo e Gás
 PA's – Planos de Avaliação
 PAA - Plano de Ação Anual
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PAD – Planos de Avaliação de Descoberta
 PAD – Processo Administrativo Disciplinar
 PAP – Programas Anuais de Produção

PAT – Programas Anuais de Trabalho
PD – Plano de Desenvolvimento
PDPETRO – Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás
PE – Participação Especial
PI – Proposta Irrevogável
PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção de Gás
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMC - Produtos de Marcação Compulsória
PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis e Lubrificantes
PMQL - Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes
PMS - Programa de Marcação de Solventes
PNPC - Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível
PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional
PPA - Plano Plurianual
PRG - Procuradoria Geral
PMC - Produtos de Marcação Compulsória
PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis e Lubrificantes
PMQL - Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes
PMS - Programa de Marcação de Solventes
PNPC - Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível
PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional
PPA - Plano Plurianual
PRH –ANP – Programa de Recursos Humanos da ANP
PRJ – Plano de Reabilitação de Jazidas
PROCONVE- Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural
RNEST – Refinaria do Nordeste
RPAT - Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos
RTM – Regulamento Técnico de Medição
RTSGI – Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento
SAB – Superintendência de Abastecimento
SAEI-GSIPR - Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete
SAOF – Sistema de Apuração de Ofertas
SAT - Setor de Análises Técnicas
SBDC - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
SBGF – Sociedade Brasileira de Geofísica
SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos
SCBP - Sistema de controle de bens patrimoniais
SCI – Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional
SCM – Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo e seus Derivados e Gás Natural
SDB – Superintendência de definição de Blocos
SDE – Secretaria de Direito Econômico
SDE – Secretaria de Direito Econômico
SDP – Superintendência de Desenvolvimento e Produção
SDT – Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos
SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
SEC – Secretaria Executiva
SECOB – Secretaria de Obras
SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEFID – Secretaria de Fiscalização e Desestatização
SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal

SEMAG – Secretaria de Macroavaliação Governamental
 SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
 SEP – Superintendência de Exploração
 SFA – Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa
 SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
 SGCL – Sistema de Gestão de Conteúdo Local
 SGSO – Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional
 SGTSIC-PEGANCOR – Superintendência integra o Subgrupo de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
 SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICAFI – Sistema de Cadastramento de Fornecedores
 SICONV - Sistema Integrado de Convênio
 SIGEP – Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção
 SIGI – Sistema Integrado de Gestão de Informação
 SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
 SIMP – Sistema de Movimentação de Produtos
 SIN/LIAM – Sistema de Informações de Incidentes e Licenciamento Ambiental
 SINDIGÁS - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito
 SINDTRR – Sindicato dos Transportadores Retalhistas
 SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão
 SPG – Superintendência de Controle das Participações Governamentais
 SPL – Superintendência de Promoção de Licitações
 SPP – Superintendência de Planejamento e Pesquisa
 SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
 SRH – Superintendência de Gestão de recursos Humanos
 SRP – Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional
 TAG – Transportadora Associada de Gás S.A.
 TCA - Termo de Coleta de Amostra
 TCJ - Termo de Conciliação Judicial
 TCU – Tribunal de Contas da União
 Ti – Tempo a ser considerado
 TLD – Teste de Longa Duração
 TNS – Transportadora Nordeste Sudeste S.A.
 TRR – Transportadoras Revendedoras Retalhistas
 UFL – Unidade de Fracionamento de Líquidos de Gás Natural
 UFRN – Universidade do Rio Grande do Norte
 UG – Unidade Gestora
 UGR - Unidade gestora responsável
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 UNIFACS – Universidade Católica de Salvador
 UPGN – Unidade de Processamento de Gás Natural
 USP – Universidade de São Paulo
 WPC – World Petroleum Congress
 ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

Lista de Quadros, Tabelas, Gráficos e Declarações

<i>Quadro I - Identificação – Relatório de Gestão Individual</i>	<i>23</i>
QUADRO II – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	28
QUADRO III – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	31
QUADRO IV – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	34
QUADRO V – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	35
QUADRO VI – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	37
QUADRO VII – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	39
QUADRO VIII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	45
QUADRO IX – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	47
QUADRO X - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	49
QUADRO XI - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	51
QUADRO XII – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	69
QUADRO XIII – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	71
Quadro XIV – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ –.....	72
Situação em 31/12	72
Quadro XV – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	72
Quadro XVI – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	73
Quadro XVII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	73
Quadro XVIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	74
Quadro XIX - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	74
Quadro XX - Composição do Quadro de Estagiários.....	74

Quadro XXI - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	75
Quadro XXII – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....	77
Quadro XXIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	78
Despesas com Benefícios de Servidores (em R\$)	80
Quadro - Nível de Escolaridade	81
Composição do Quadro Efetivo de Servidores / Dezembro de 2011.....	86
Quadro XXIV – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	89
Quadro XXV – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	92
Quadro XXVI – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	93
Quadro XXVII – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	94
Quadro XXVIII - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	94
Quadro XXIX – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	97
Quadro XXX – Estrutura de controles internos da UJ.....	98
Quadro XXXI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	101
Quadro XXXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	103
Quadro XXXIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	104
Quadro XXXIV – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	105
Quadro XXXV – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada ...	108
Quadro XXXVI - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	110
Quadro XXXVII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	111
Quadro XXXVIII -Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício de 2011.....	112
Quadro XXXIX - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento exercício de 2011.	118
Quadro XL - Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno	123

Quadro XLI –Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício de 2011.	127
Quadro XLII - Informações sobre recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de 2011.	130
Quadro XLIII - Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	171
QUADRO XLIV- DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	177
Gráfico 5.1. Composição do Orçamento e Execução da ANP 2007 a 2011.....	42
Gráfico 26.1. Produção de Petróleo em 2011 (Mil bbl/dia).....	237
Gráfico 26.2. Produção de Gás Natural em 2011 (Mm³/dia).....	238
Gráfico 26.3. Queima de Gás em 2011(Mm³/dia).....	240
Gráfico 29.1. Evolução das Participações Governamentais	248
Gráfico 29.2. Municípios Recebedores de Royalties por Decisão Judicial	249
Gráfico 30.1. Obrigação de investimento em P&D – Contratos de Concessão - Período 1998-2011 (R\$ milhões).....	253
Gráfico 32.1. Número de Produtores de Combustíveis Autorizados pela ANP ..	262
Gráfico 32.2. Fiscalizações por Ação 2009/2011.....	264
Gráfico 32.3. Autorizações outorgadas 2009/2011	265
Gráfico 35.1. Evolução dos Percentuais de conformidade dos combustíveis	280
Gráfico 38.1. Consultas e pesquisas atendidas.....	291
Gráfico 38.2. Demonstrativo de Empréstimos de publicações	292
Gráfico 38.3. Catalogação de novas publicações.....	293
Figura 35.1. Percentuais de Não-conformidade de Lubrificantes.....	280
Figura 35.2. Processos de Registro de Produtos Analisados em 2011	282
Tabela 5.1. Tabela I - Limites de Movimentação e Empenho em 2011.....	43
Tabela 7.1. TABELA II – Indicadores Institucionais	54
Tabela 7.2. TABELA III – Resultados dos indicadores.....	58
Tabela 7.3. TABELA IV – COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DE CADA INDICADOR MEDIDO.....	59
Tabela 23.1. Evolução do Acervo de Dados do BDEP em 2011	227
Tabela 25.1. Relação de Contratos Vigentes e Blocos sob Concessão.....	232
Tabela 25.2. Poços exploratórios iniciados em 2011 por categoria	233
Tabela 25.3. Fiscalização de blocos em atividade.....	234

Tabela 25.4.	Levantamentos sísmicos exclusivos concluídos em 2011, por categoria.....	236
Tabela 29.1.	Participações Governamentais de 2002 a 2011 (em R\$ milhões). 248	
Tabela 30.1.	Alocação de recursos e número de bolsas concedidas – PRH-ANP: 1999-2011(R\$ milhões).....	252
Tabela 30.2.	Obrigação de investimento em P&D – Demais Concessionários (R\$ milhões).....	254
Tabela 30.3.	Projetos Autorizados por tipo de despesas (R\$ mil)	254
Tabela 30.4.	Número de projetos e valor declarado para cumprimento da obrigação (R\$ milhões)	255
Tabela 30.5.	Processo de fiscalização dos relatórios demonstrativos de despesas.....	256
Tabela 34.1.	Autorização e revogação de agentes econômicos	271
Tabela 34.2.	Autorização de Contratos e Quotas	271
Tabela 34.3.	Autorizações de importação e exportação	272
Tabela 34.4.	Resoluções publicadas.....	272
Tabela 35.1.	Principais Resoluções sobre qualidade de produtos e biocombustíveis em 2011.....	276
Tabela 36.1.	Ações Realizadas por Segmento	283
Tabela 36.2.	Resultados das Ações de Fiscalização:.....	284
Tabela 37.1.	Evolução da Coleta de Preços	289
Tabela 39.1.	Soluções em Tecnologia da Informação com impactos nas ações finalísticas e de gestão interna	295
ANEXO I – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....		178
ANEXO II - DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....		181

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	21
2.	ITEM 1 - PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ- RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	23
3.	ITEM 2 - PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	24
3.1.	responsabilidades institucionais da ANP.....	24
3.2.	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	26
3.3.	PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ _	28
3.3.1.	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	28
3.4.	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	31
4.	Análise crítica.....	32
4.1.	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO	34
4.1.1.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	34
4.2.	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	35
4.3.	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	37
4.4.	QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	39
5.	Dotação e Execução Orçamentária em 2011	41
5.1.	Análise crítica	41
6.	O processo de Planejamento Orçamentário para 2012.....	44
6.1.	MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	45
	Análise crítica	46
6.2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	47
6.2.1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	47
6.3.	Análise crítica	48
6.4.	Análise crítica	50
6.5.	Análise crítica	52
7.	INDICADORES INSTITUCIONAIS.....	53
7.2.	Análise dos Resultados	58
8.	ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	69
9.	ITEM 5 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	71
10.	ITEM 6 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS PELA UJ NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA ...	89
11.	ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	178
12.	ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	97

13. ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	98
14. ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	101
15. ITEM 11 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ. 103	
16. ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	108
17. ITEM 13 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	110
18. ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU OU ORGÃOS DE CONTROLE INTERNO..	112
19. ITEM 16 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	130
20. ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	181
21. ITEM 4 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	177
Anexo III – Fichas dos indicadores institucionais.....	182
ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DA ANP - 2011	224
22. Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural.	224
22.1. Aspectos gerais	224
22.2. Estudos Preparativos Para a Décima Primeira Rodada de Licitação	225
22.3. Estudos em Bacias Sedimentares	225
22.3.1. Projetos em andamento	225
22.3.2. Projetos concluídos em 2011	226
23. Gestão do Acervo de Informações das Bacias Sedimentares Brasileiras.....	227
23.1. Administração do BDEP	227
23.2. Informações técnicas sobre a gestão do acervo de dados	227
23.3. Evolução do Acervo Técnico	227
23.4. Gestão administrativa do BDEP	228
23.4.1. Iniciativas implementadas.....	228
23.4.2. Atendimento as solicitações de Dados.....	228
23.4.3. Convenio CPRM – Serviço Geológico do Brasil	228
23.5. Geoprocessamento	229
24. Promoção de Licitações	229
24.1. Regime de Concessão de direitos de E&P	229
24.1.1. Regime de Partilha de Produção	230
24.1.2. Acumulações Marginais	230
24.2. Cessão de Direitos: Qualificação de Empresas	230
24.3. Transporte de Gás Natural	231
24.3.1. Interação com os concessionários, os representantes e a sociedade em geral	231

25. Exploração	232
26. Desenvolvimento e Produção	237
26.1. Controle da Produção de Petróleo e Gás Natural	237
26.2. Práticas inovadoras	238
26.2.1. Início da validação dos dados do Boletim Mensal da Produção (BMP)	238
26.2.2. Autos de infração e Programa de ajustes de redução de queima	239
26.2.3. Divulgação dos dados de produção – Boletim da Produção	240
26.2.4. Segurança da Informação	240
26.2.5. Descentralização da ANP	240
27. Segurança operacional	241
27.1. Regulamentação	241
27.2. Fiscalização de segurança operacional – Auditoria Piloto - Refinarias	241
27.3. Auditorias do SGSO em Instalação Marítimas de Perfuração e produção	242
27.4. Controle de incidentes	242
27.5. Workshop de Segurança Operacional	242
27.6. Pareceres Técnicos para Autorização de Produção Antecipada de Campos Terrestres	243
27.7. Pareceres Técnicos sobre Documentação referente ao Art. 3º da Resolução ANP 06/2011	243
27.8. Pareceres Técnicos Sobre Documentação de Segurança Operacional (DSO)	243
27.9. Execução de Perícias Técnicas em Plataforma	243
27.10. Execução de Perícias Técnicas em petroleiros	243
27.11. Monitoramento do tráfego Marítimo	244
27.12. Consistência e Homogeneização da Atuação da Agência	244
27.13. Articulação com os Agentes Governamentais	245
a. GET OIT 174	245
b. GT NR-20	245
c. Projeto Ouro Negro	245
28. Conteúdo local	246
28.1. Fiscalização de conteúdo local	246
28.2. Certificação de conteúdo local	246
29. Participações Governamentais	247
29.1. Arrecadação, Distribuição e Cálculo das Participações Governamentais	247
29.2. Ação de Transparência, divulgação de cálculos e resultados	249
29.3. Representações dos Interesses Governamentais relativos ao pagamento de Participações Governamentais	249
29.4. Controle e Fiscalização das Concessionárias	250
29.5. Desenvolvimento e Aplicação de Ações Organizacionais	250
30. Desenvolvimento tecnológico e Formação de Recursos Humanos	251
30.1. Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás Natural – PRH-ANP	251
30.1.2. Cláusula de Investimentos em P&D	252
30.1.3. Obrigação de Investimento em P&D	253
30.2. Autização Prévia	254
30.3. Fiscalização dos Investimentos Realizados	255
30.4. Credenciamento das Instituições de P&D	257

31. Meio ambiente.....	258
31.1. Atividades institucionais	258
31.1.1. Elaboração de Agenda Ambiental da ANP.....	258
31.1.2. Colaboração com o plano nacional de outorga florestal - PAOF ...	258
31.1.3. Definição de Procedimento de Comunicação de não Conformidades de Aspectos Ambientais Identificados em Ações de Fiscalização da ANP	258
31.2. Participação em Grupos interministeriais e Interinstitucionais	259
31.2.1. Inventários Nacional de Fonte Móveis	259
31.2.2. Plano Nacional de Contingência (PNC)	259
31.2.3. Primeiro Congresso Brasileiro de CO ₂ na Indústria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	259
31.3. Atividades técnicas	260
31.3.1. Elaboração de <i>Check-Lists</i> de Meio Ambiente para Apoio às Ações de Fiscalização das Atividades de E&P <i>Onshore</i>	260
31.3.2. Criação do Sistema de Licenças Ambientais - WEBSLAM.....	260
31.3.3. Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) da Indústria de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis	260
31.3.4. Fiscalização.....	260
31.3.5. Sobrevôo a área do Vazamento de Óleo Decorrente de Incidente em Poço do Campo de Frade – Bacia de Campos.....	261
31.3.6. Atividades Preparatórias para Atendimento a Emergências.....	261
32. Refino de Petróleo, Processamento de Gás Natural e Produção de Biodiesel	261
32.2. Regulamentação	262
32.3. Fiscalização de Instalações Industriais Produtoras de Combustíveis ..	263
32.4. Autorizações de Instalações Industriais Produtoras de Combustíveis _	264
33. Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural	265
33.1. Autorizações concedidas	265
33.2. Inspeções técnicas realizadas	266
33.3. Atividades que visam à Promoção do Sadio Desenvolvimento da Indústria do Petróleo, seus Derivados e Gás Natural	266
33.3.1. Regulamentação da lei do gás.....	266
33.3.2. Divulgação das Tarifas de Transporte Vigentes na Data de Publicação da Lei do Gás	268
33.3.3. Divulgação da Listagem dos Gasodutos Autorizados e em Processo de Licenciamento Ambiental na Data de Publicação da lei do Gás	268
33.3.4. Acompanhamento da Parcela Compensatória no Âmbito do Programa Prioritário de Termoelectricidade (PPT)	268
33.3.5. Acompanhamento de Processos Administrativos Originados de Autos de Infração Emitidos pela ANP	268
33.3.6. Elaboração do Boletim Mensal do Gás Natural.....	269
33.3.7. Acompanhamento do Termo de Compromisso firmado entre a ANP, a PETROBRAS e a TRANSPETRO.....	269
33.3.8. Atualização e Adequação do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural – CMGN nos Requisitos Estipulados pela Portaria ANP nº 01/2003	269
33.3.9. Regulamento Técnico de Segurança Operacional de Dutos Terrestres	269
33.3.10. Procedimentos para o Acompanhamento do Licenciamento Ambiental e das Autorizações de Construção e Operação de instalações de dutos, gasodutos, terminais, unidades de compressão, liquefação e distribuição de gás, inclusive liquefeito	269
33.4. Revisão do Arcabouço Regulatório	270

34. Abastecimento.....	271
34.1. Revenda e Distribuição _____	271
34.2. Regulação _____	272
34.3. Análise de mercado _____	273
34.4. Plano nacional de abastecimento – diesel de baixo teor de enxofre (OD-BTE) _____	273
34.5. biocombustíveis _____	274
34.6. lubrificantes _____	274
35. Qualidade de Produtos e Biocombustíveis.....	275
35.1. Regulamentação _____	275
35.2. Análise Laboratorial e Desenvolvimento Científico e Tecnológico _____	278
35.3. Programa de monitoramento da qualidade _____	279
35.3.1. Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (PMQC)	279
35.3.2. Programa de Monitoramento de Lubrificantes (PML)	280
35.3.3. Programa de Monitoramento de Aditivos.....	281
35.4. Programa de marcação de solventes (pms) _____	281
35.5. Registro de Produtos _____	282
36. Fiscalização do abastecimento	282
36.1. Ações de Fiscalização _____	283
36.2. Regulamentação _____	285
36.3. Processos Julgados _____	286
37. Defesa da Concorrência.....	286
38. Centro de Documentação e informação – CDI	291
39. Tecnologia da Informação	293
40. Gestão Administrativa.....	298
40.1. Coordenação Administrativa _____	298
41. Centro de Relações ao Consumidor.....	304
41.1. Assessoria de Imprensa _____	305
41.2. Sítio Institucional e Redes Sociais _____	305
41.3. Planejamento _____	306
41.4. Publicações e Folheteria _____	306
41.5. Relações Institucionais _____	307
41.6. Eventos _____	307
41.7. Cerimonial _____	308
42. Ações de Planejamento Indicativo da Infra-estruturar, Pesquisa e Estatística	308
42.1. Acervo de Dados Técnicos e Informações Sobre a Indústria do Petróleo	308
42.2. Projetos em Andamento _____	310
42.3. Articulação com Outros Órgãos Reguladores _____	310
42.4. Uso Racional da Energia e Eficiência Energética _____	311

INTRODUÇÃO

1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010

Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010

Responsabilidades institucionais da unidade

Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Desempenho Orçamentário/Financeiro

Programação Orçamentária da Despesa

Programação de Despesas Correntes

Programação de Despesas de Capital

Quadro Resumo da Programação de Despesas

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Execução Orçamentária da Despesa

Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Indicadores Institucionais

3. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010

Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Análise Crítica

4. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010

Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Composição do Quadro de Estagiários

Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Análise Crítica

6. Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

7. Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Análise Crítica

8. Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

Estrutura de controles internos da UJ

9. Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

10. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU N°108, DE 24/11/2010

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

11. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

12. Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24/11/2010

Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

13. Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

14. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010

Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

15. Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

Declaração do contador de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

16. Parte C, item 4, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010

Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda

ANEXOS

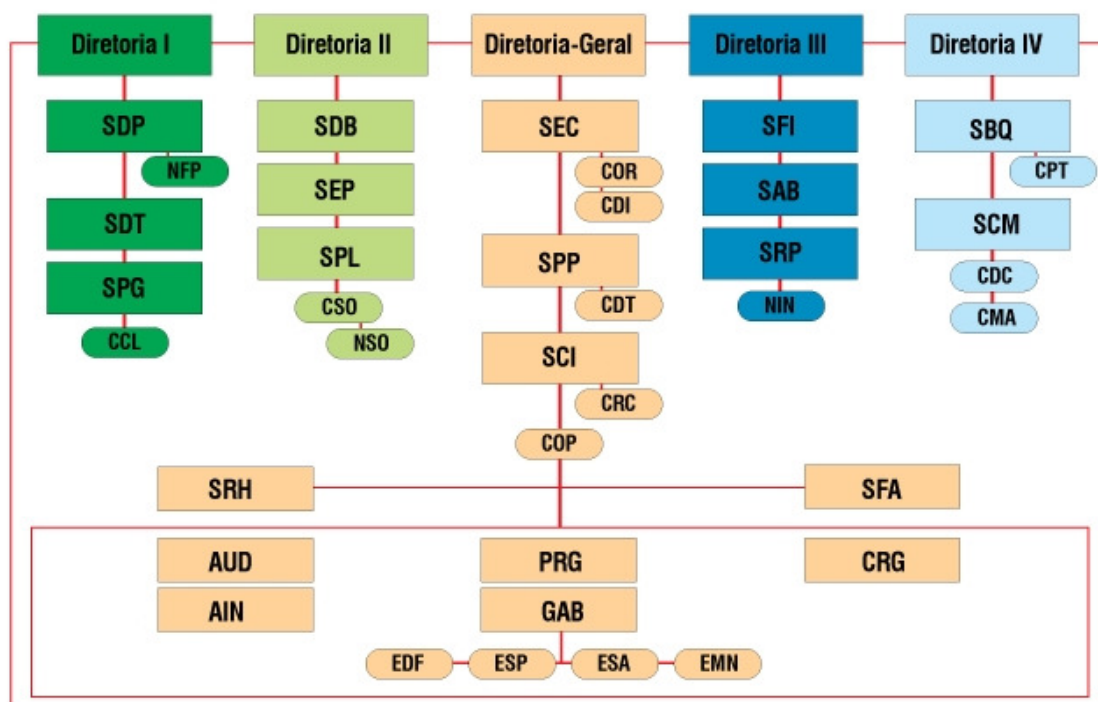
ANEXO I - Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

ANEXO II - Declaração do contador de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

ANEXO III – Fichas dos Indicadores Institucionais

ANEXO IV – Informações sobre as atividades da ANP

ORGANOGRAMA DETALHADO DA ANP



Fonte: SEC/ANP

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Diretoria Colegiada;
2. Diretoria-Geral;
3. Diretoria I;
4. Diretoria II;
5. Diretoria III;
6. Diretoria IV;
7. Secretaria Executiva;
8. Procuradoria-Geral;
9. Gabinete do Diretor-Geral;
10. Auditoria;
11. Corregedoria;
12. Superintendência de Definição de Blocos;
13. Superintendência de Dados Técnicos;
14. Superintendência de Promoção de Licitações;
15. Superintendência de Exploração;
16. Superintendência de Desenvolvimento e Produção;
17. Superintendência de Participações Governamentais;
18. Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural;
19. Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural;

20. Superintendência de Abastecimento;
21. Superintendência de Fiscalização do Abastecimento;
22. Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos;
23. Superintendência de Planejamento e Pesquisa;
24. Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais;
25. Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa;
26. Superintendência de Gestão de Recursos Humanos;
27. Assessoria de Inteligência;
28. Coordenadoria de Segurança Operacional;
29. Coordenadoria de Meio Ambiente;
30. Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico;
31. Coordenadoria de Defesa da Concorrência;
32. Coordenadoria de Conteúdo Local;
33. Coordenadoria de Orçamento;
34. Coordenadoria Parlamentar;
35. Núcleo de Fiscalização da Segurança Operacional na Exploração e Produção;
36. Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural;
37. Núcleo de Informática;
38. Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas;
39. Centro de Documentação e Informação;
40. Centro de Relações com o Consumidor;
41. Escritório–Sede;
42. Escritório Central;
43. Unidades Administrativas Regionais.

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão Individual encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas do Tribunal de Contas da União/TCU (IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 108/2010 e Portaria TCU nº 123/2011) e da Controladoria Geral da União/CGU (Portaria CGU nº 2.546/2010), contemplando todas as exigências nelas contidas, com exceção dos seguintes itens, elencados de acordo com a numeração apresentada na Portaria TCU nº 123/2011, com menção dos respectivos motivos:

- a) Item 2 da Parte A- Quadro 2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato de não ter ocorrido despesas por créditos recebidos por movimentação de outras unidades.
- b) Item 2 da Parte A – Quadro 2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato de não ter ocorrido despesas por créditos recebidos por movimentação de outras unidades.
- c) Item 2 da Parte A – Quadro 2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Motivo: Não se aplica à ANP pelo fato de não ter ocorrido despesas por créditos recebidos por movimentação de outras unidades.
- d) Item 3 da Parte A- Quadro A.3.1-Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Motivo: Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos para o exercício de 2011.
- e) Item 5 da Parte A- Quadro 5.10-Relação dos Empregados Terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados – Motivo: No exercício de 2011 não ocorreu na ANP, substituição de empregados terceirizados em decorrência de concurso público ou de provimento adicional autorizado.
- f) Item 5 da Parte A- Quadro 5.11-Autorizações para a realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados – Motivo: No exercício de 2011 não ocorreram autorizações para realização de concursos público ou provimento adicional para substituição de terceirizados.
- g) Item 5 da Parte A- Quadro 5.12-Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Motivo: Não se aplica. A ANP não tem contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva. Estes serviços são pagos mediante cotas condominiais.
- h) Item 14 da parte A – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ - Quadros 14.1, 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 14.6, 14.7, 14.8, 14.9, 14.10, 14.11 e Declaração de Verificação da Regularidade Fiscal - Motivo: Não se aplica. Não há renúncias tributárias sob gestão da ANP.

No exercício de 2011 a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP aprovou o documento denominado Ações Prioritárias da ANP para o Biênio 2011-2012. Ele decorreu de uma determinação da Diretoria Colegiada no sentido de fornecer à Casa diretrizes claras para o planejamento de sua atuação. A definição das ações prioritárias pela Diretoria levou em consideração iniciativas legislativas e governamentais recentes, como a Lei do Gás, os novos marcos regulatórios decorrentes das Leis nº 12.276 e nº 12.304, de 2010 e, mais recentemente, a Medida Provisória nº 532, de 2011. Essas iniciativas trouxeram atribuições novas à ANP, desafios e, especi-

almente, expectativas da sociedade com relação à atuação da Agência.

Para corresponder às expectativas da sociedade, a própria ANP vem empreendendo um esforço constante de aprimoramento de seus instrumentos de gestão. Todo esse conjunto foi dividido em duas dimensões distintas de atuação. A primeira dimensão agrupa os objetivos voltados para enfrentar os desafios dos novos marcos regulatórios e os problemas inerentes da dinâmica dos mercados e das atividades da cadeia de petróleo, gás natural, combustíveis e derivados, tendo como princípios balizadores o desenvolvimento, a soberania, a competitividade, a sustentabilidade e a inovação. A outra dimensão está voltada para o fortalecimento institucional e para permitir à ANP o melhor enfrentamento dos desafios colocados para a sociedade. Os objetivos e iniciativas dessa dimensão são balizados pela excelência, a simplificação e a transparência.



Ações Prioritárias 2011-2012



2. ITEM 1 - PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ- RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia – MME			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			
Denominação abreviada: ANP			
Código SIORG: 25.281	Código LOA: 32.265	Código SIAFI: 323030/323031	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Regulação das atividades econômicas			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2112-8100	(21) 2112-8129	
Endereço Eletrônico: atendimento_fanp@anp.gov.br			
Página na Internet: http://www.anp.gov.br/falecomaanp			
Endereço Postal: SEDE: SGAN, Quadra 603, Módulo 1, 3º andar, CEP 70830-903 Brasília DF e ESCRITÓRIO CENTRAL: Avenida Rio Branco, 65 do 12º ao 22º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20090-004			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 9.478/98 de 6 de agosto de 1997 e alterações.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 2.475/98 de 14 de janeiro de 1998.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O Regimento Interno da Agência foi aprovado pela Portaria ANP nº 160 de 2 de agosto de 2004, publicado na edição do Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2004 e entrou em vigor no dia 31 de agosto de 2004.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
323030	Escritório Sede - DF		
323031	Escritório Central		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
32205	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
323030	32205		
323031	32205		

3. ITEM 2 - PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

3.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA ANP

A ANP tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

Sua competência institucional está estabelecida na lei nº 9.478/97, que sofreu algumas modificações ao longo dos anos, aumentando o rol das atividades a serem realizadas pela Agência.

Atualmente a ANP possui as seguintes atribuições:

- I. implementar a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- II. promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão ou contratação sob o regime de partilha de produção das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;
- III. regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização, em bases não-exclusivas;
- IV. elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;
- V. autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento;
- VI. estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores;
- VII. fiscalizar diretamente e de forma concorrente ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;
- VIII. instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;
- IX. fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;
- X. estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;
- XI. organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

- XII. consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;
- XIII. fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis;
- XIV. articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;
- XV. regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos;
- XVI. regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios;
- XVII. exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;
- XVIII. especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis;
- XIX. regular e fiscalizar o acesso à capacidade dos gasodutos;
- XX. promover, direta ou indiretamente, as chamadas públicas para a contratação de capacidade de transporte de gás natural;
- XXI. registrar os contratos de transporte e de interconexão entre instalações de transporte, inclusive as procedentes do exterior, e os contratos de comercialização, celebrados entre os agentes de mercado;
- XXII. informar a origem ou a caracterização das reservas do gás natural contratado e a ser contratado entre os agentes de mercado;
- XXIII. regular e fiscalizar o exercício da atividade de estocagem de gás natural, inclusive no que se refere ao direito de acesso de terceiros às instalações concedidas;
- XXIV. elaborar os editais e promover as licitações destinadas à contratação de concessionários para a exploração das atividades de transporte e de estocagem de gás natural;
- XXV. celebrar os contratos de concessão para a exploração das atividades de transporte e estocagem de gás natural sujeitas ao regime de concessão;
- XXVI. autorizar a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;
- XXVII. estabelecer critérios para a aferição da capacidade dos gasodutos de transporte e de transferência;
- XXVIII. articular-se com órgãos reguladores estaduais e ambientais, objetivando compatibilizar e uniformizar as normas aplicáveis à indústria e aos mercados de gás natural;

- XXIX. supervisionar a movimentação de gás natural na rede de transporte e coordená-la em situações caracterizadas como de contingência;
- XXX. Comunicar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para que estes adotem as providências cabíveis, quando, no exercício de suas atribuições, tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica.

No que diz respeito aos objetivos estratégicos da ANP, na Portaria ANP nº 127/2011 foram estabelecidas algumas ações prioritárias da Agência para o biênio 2011-2012, visando o cumprimento de objetivos institucionais, além de objetivos voltados diretamente para a sociedade.

A definição dessas ações consideradas prioritárias se deu por meio de entrevistas com os diretores, segundo determinados critérios, no qual foram apresentados por cada um deles as ações finalísticas e de gestão interna, consideradas prioritárias para o desenvolvimento institucional da ANP, à luz de sua missão.

As ações foram classificadas segundo critérios de urgência, impacto na sociedade, capacidade de realização pela ANP e necessidade, e agrupadas segundo a temática de cada ação.

Os objetivos institucionais definidos têm como pilares a conquista da excelência, a simplificação e a transparência. Eles compreendem a definição do modelo de gestão estratégica, a conquista da excelência da regulação setorial, além da ampliação dos mecanismos de transparência pública e participação da sociedade.

Já os objetivos finalísticos definidos têm como princípios a inovação, sustentabilidade, desenvolvimento, competitividade e soberania. Esses objetivos compreendem intensificar e aprimorar a fiscalização das atividades reguladas, ampliar as áreas exploratórias do País, consolidar a participação dos biocombustíveis na matriz energética e garantir o suprimento em longo prazo, aprimorar os mecanismos de participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção e por último aumentar a participação da ANP na definição da agenda de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor regulado.

3.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A ANP possui um conjunto de ações sob sua responsabilidade a serem implementadas, que estão inseridas no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA. A execução satisfatória dessas ações faz com que a Agência cumpra bem com sua missão institucional.

Em termos gerais podemos afirmar que o contingenciamento ocorrido no exercício de 2011 prejudicou a execução de algumas dessas ações, principalmente as que necessitavam de recursos para pagamento de diárias e passagens de servidores.

A falta de pessoal também é um fator que prejudica o avanço necessário em algumas atividades essenciais, causando prejuízo para a sociedade. Essa escassez foi provocada principalmente pelo aumento das atribuições da ANP nos últimos anos. A aprovação da lei nº 12.490, de 16/09/2011 (classificou o etanol como biocombustível, entre outras disposições), por exemplo, implicou no fato de que a Agência terá que fiscalizar um quantitativo bastante elevado de usinas de etanol. A lei nº 11.909, de 04/03/2009 (modificou dispositivos acerca das atividades relativas ao transporte de gás natural), além do

decreto nº 7.382, de 02/12/2010 (regulamentou a lei nº 11.909, de 04/03/2009), também são exemplos de dispositivos que elevaram o quantitativo de atribuições a serem executadas pela ANP. Para suprir essa demanda de pessoal já foi solicitada pela Agência a ampliação de seu quadro funcional, estando tramitando no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) um pedido para se contratar 152 profissionais.

Outro fato que prejudica a execução de atividades externas realizadas pela Agência é a não regulamentação, no âmbito da ANP, do regime de folgas para o servidor que exerça atividades em áreas remotas (plataformas, áreas terrestres isoladas), bem como a não existência de legislação que prevê o pagamento extra ao servidor que é efetivamente submetido ao regime de confinamento, visto que ainda está em tramitação o processo de elaboração do projeto de lei, encaminhado pela Diretoria Geral da ANP ao MPOG no dia 17 de junho de 2011.

A ocorrência de outros eventos considerados negativos também prejudicou a execução de algumas atividades desenvolvidas pela Agência, podemos citar como exemplo as dificuldades com o procedimento licitatório, além de problemas para a obtenção de licenças necessárias.

3.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

3.3.1. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO II – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0271					
Denominação	Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional					
Objetivos Específicos	Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade					
Gerente	Haroldo Borges Rodrigues Lima					
Público Alvo	Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
514.097.507	481.256.437	346.943.636	295.964.736	50.978.900	288.663.773	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras (km²)	01/2012	304.502	0	0	332.059
Fórmula de Cálculo do Índice						
Área total concedida (blocos exploratórios, campos de produção e acumulações marginais) ao final do ano de apuração						
Análise do Resultado Alcançado						
-						
Ordem	Indicador (Unidade	Referência			Índice previs-	Índice atingido

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	to no exercício	no exercício
2	Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento (%)	01/2012	94	0	0	97,8
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a quantidade de produto pesquisado em conformidade e a quantidade total de produto pesquisado						
Análise do Resultado Alcançado						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Reservas de Gás Natural (milhão de m³)	01/2012	347.903	0	0	459.356
Fórmula de Cálculo do Índice						
Reserva provada de Gás Natural ao final do ano de apuração						
Análise do Resultado Alcançado						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Reservas de Petróleo (Milhão de barris)	01/2012	12.182	0	0	15.043
Fórmula de Cálculo do Índice						
Reserva provada de petróleo ao final do ano de apuração						
Análise do Resultado Alcançado						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de	01/2012	-776	0	0	-776

	biodiesel (%)					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Volume total autorizado no fim do período de apuração menos o volume total autorizado até o início do período da apuração, sobre a diferença entre a demanda total de biodiesel no período de apuração e a demanda total de biodiesel do período anterior à apuração						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Fonte: ANP

3.4. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

QUADRO III – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	301	0271	20CW	A	3	unidade	365	359	496
25	122	0271	2000	A	3	-	-	-	-
25	301	0271	2004	A	3	unidade	1.161	1.257	968
25	365	0271	2010	A	3	unidade	80	116	112
25	331	0271	2011	A	3	unidade	157	76	65
25	306	0271	2012	A	3	unidade	738	725	740
25	753	0271	2050	A	1	km²	740.004	4.184	1.246.600
25	753	0271	2379	A	3	Tbyte	2.200	3.439	2.200
25	130	0271	2380	A	3	unidade	80	0	80
25	130	0271	2381	A	3	unidade	710	746	715
25	665	0271	2388	A	3	unidade	34	79	44
25	125	0271	2391	A	3	unidade	27.938	24.991	26.500
25	753	0271	2393	A	3	unidade	120.000	81.816	120.000
25	128	0271	4572	A	3	unidade	943	595	772
25	131	0271	4641	A	3	-	-	-	-
25	125	0271	6197	A	3	unidade	2.358	3.003	4.216
25	125	0271	6594	A	3	unidade	9.000	10.452	9.000
25	125	0271	6596	A	3	unidade	123	267	155
25	122	0271	09HB	OP	3	-	-	-	-
25	122	0271	10TP	P	3	% de execução física	42	0	8

Fonte: ANP

4. ANÁLISE CRÍTICA

As Ações constantes do programa 0271 – *Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus derivados, Gás Natural e Biocombustíveis* que não possuem meta física, ou ainda as que atendem ao pagamento de benefícios a servidores, tiveram uma execução física considerada satisfatória, garantindo, dentre outras coisas, a realização de diversos serviços administrativos, a manutenção e o uso de frota veicular e de imóveis, a realização de atividades de tecnologia da informação, a realização de viagens e locomoção, a manutenção de sistemas de informações gerenciais internos, a realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, a realização de publicidade legal, além da divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público.

A grande maioria das demais Ações cumpriram suas metas físicas conforme planejado, garantindo diversas realizações, tais como a administração e atualização do acervo de todos os dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, bem como daqueles oriundos de estudos promovidos pela própria ANP e dos levantamentos de dados não exclusivos autorizados pela Agência; gestão dos contratos de concessão para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, mediante monitoramento e fiscalização das atividades executadas pelos agentes econômicos, incluindo o controle das participações governamentais; elaboração de atos normativos, fiscalização e outorga de autorização relativas às atividades da indústria do petróleo como um todo; recebimento de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, pedidos de informação, elogios e agradecimentos dos consumidores, bem como realização de análises, informando os respectivos resultados às partes interessadas; orientação aos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos e serviços do mercado regulado pela ANP; encaminhamento de demandas dos consumidores individuais ou representados coletivamente por entidades públicas ou privadas de defesa de seus direitos e interesses; estabelecimento da comunicação da ANP com os órgãos de defesa, proteção e orientação dos consumidores; além de ações diversas voltadas para a capacitação de servidores.

A Ação 2050 – *Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural* faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e tem a função de gerar dados e informações técnicas para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios a serem realizados nas bacias sedimentares brasileiras. Ela teve uma execução abaixo do esperado em 2011 provocada por alguns fatores específicos. Houve a necessidade de redução dos Restos a Pagar (RAP) do exercício orçamentário futuro (estabelecido na Sala de Situação do PAC/ANP, realizada em 07/04/2011), implicando no fato de que os recursos empenhados para determinado exercício tivessem que ser próximos aos valores efetivamente desembolsados. Assim, como houve dificuldade de licitar, contratar e executar os projetos no mesmo ano, aconteceu uma redução prévia na meta prevista para essa Ação. Também cumpre apontar que as licitações dos levantamentos geológicos e geofísicos realizadas pela ANP vêm sofrendo grande impacto pela ausência dos leilões dos blocos exploratórios, interrompidos desde 2008, uma vez que quando uma concessionária ou companhia petrolífera arremata um bloco exploratório no leilão da Agência, a mesma é obrigada, por força do contrato de concessão, a cumprir um programa que a obriga a realizar um conjunto mínimo de atividades exploratórias, denominado “Programa Exploratório Mínimo” (PEM), aquecendo assim o setor de serviços. No entanto, os leilões de

blocos exploratórios não estão sendo realizados há mais de três anos, reduzindo drasticamente a demanda pelos serviços e tornando a ANP a maior contratante de levantamentos geológicos e geofísicos. Desse modo, as licitações da ANP passaram a ser mais atrativas e levaram as licitantes a disputas intermináveis, interpondo recursos administrativos durante todas as fases do processo licitatório, atrasando a contratação do serviço. Um exemplo disso foi a licitação para contratação dos levantamentos magnetotelúricos, cujo certame iniciou em 10/08/2011 e perdura por quase cinco meses por conta dos recursos que foram interpostos sucessivamente.

Também cabe ressaltar alguns fatos positivos relacionados a essa Ação, tais como a oportunidade de se adquirir o levantamento sísmico 3D, na área do pré-sal da Bacia de Santos sem custos para o Governo Federal e de forma mais rápida. Tal oportunidade se deu em função de a ANP ter identificado alto potencial na área a ser estudada. Sendo assim, uma companhia de serviço se habilitou a realizar o levantamento pretendido de forma não exclusiva, por conta e risco. É oportuno informar que o referido levantamento sísmico já está em execução e tem conclusão prevista para maio de 2012. Com essa iniciativa, a União economizou aproximadamente R\$ 200.000.000, que era o custo estimado após a última consulta de preço ao mercado. O mesmo fato ocorreu com os levantamentos sísmicos 2D nas bacias de Jacuípe e Ceará, em que houve grande interesse das EAD (empresas de aquisição de dados) provocado pela iniciativa da ANP em trabalhar na área, sendo assim estas solicitaram autorização para realizar os referidos levantamentos em caráter não-exclusivo.

Já a Ação *10TP – Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas* não apresentou execução em 2011 devido a dificuldades com o projeto básico e com a liberação das licenças necessárias. Em 2009 a empresa Baars e Arch Construções Ltda foi contratada, no entanto, no início de 2010 esse contrato foi rescindido devido à inexecução por parte da contratada. Novo processo licitatório foi realizado e, em junho de 2010, foi assinado contrato com a empresa Archi 5 Arquitetos e Associados Ltda. O projeto básico foi concluído (com atraso justificado pela contratada) somente em agosto de 2011. Desde que o projeto básico foi entregue, a equipe responsável tem se dedicado a conseguir as licenças necessárias à execução da obra junto ao Governo do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros. Devido a questionamentos sobre o projeto e pedidos de alteração em alguns itens, as licenças ainda não foram concedidas, embora todas as demandas apresentadas até agora por esses órgãos estejam sendo resolvidas. Vale mencionar que, paralelamente aos pedidos de licenças, a equipe da ANP responsável pelo projeto já elaborou o Termo de Referência necessário ao pedido de contratação da obra de forma a agilizar as próximas etapas.

A execução abaixo do esperado na Ação 2393 - *Ouvidoria da Agência Nacional do Petróleo*, que tem como finalidade a manutenção de canais de comunicação permanentes com consumidores e agentes econômicos, é devida ao menor número de solicitações atendidas no ano, que pode ser reflexo da conclusão do cronograma de cadastramento dos agentes do mercado de GLP e do aprimoramento das orientações aos agentes econômicos do abastecimento no sítio da ANP na internet, associado à intensificação da divulgação desse canal de contato entre a Agência e os consumidores.

Também cabe ressaltar que algumas Ações superaram a meta prevista em 2011. Nessa condição se destaca a Ação 2388 – *Regulamentação das Atividades da Indústria de Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis*, que publicou mais que o dobro da quantidade prevista de normas em 2011. Isso foi reflexo da necessidade de criação e publicação de novos regulamentos, decorrentes da aprovação das leis nº 12.490, de 16/09/2011 (classificou o etanol como biocombustível, entre outras disposições), e nº 11.909, de 04/03/2009 (modificou dispositivos acerca das atividades relativas ao transporte de gás natural), além do decreto nº 7.382, de 02/12/2010 (regulamentou a lei nº 11.909, de 04/03/2009). As resoluções de diretoria, que antes não eram publicadas, passaram a ser em 2011, motivo este que também contribuiu para que esta Ação tenha superado de forma significativa sua meta.

4.1. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

4.1.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

QUADRO IV – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	32265	323030

4.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

QUADRO V – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamen- tários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		133.783.804	118.756.771	-	-	449.931.162	610.683.099
	PLOA		118.247.367	103.992.069	-	-	403.563.734	476.963.328
	LOA		118.247.367	103.992.069	-	-	389.563.734	476.963.328
CRÉDITOS	Suplementares		15.808.930	22.518.000	-	-	135.000	1.457.571
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordiná- rios	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	2.286	-	-	47.770.000	5.760

Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	134.056.297	126.507.783	-	-	341.928.734	478.415.139

Fonte: SIAFI, SIDOR, PLOA 2011, LOA 2011, PAA

4.3. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

QUADRO VI – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		32.130.023	18.947.915	-	-	-	-
	PLOA		9.236.230	13.047.915	-	-	-	-
	LOA		9.236.230	7.117.915	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-

Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	9.236.230	7.117.915	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, SIDOR, PLOA 2011, LOA 2011, PAA

4.4. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

QUADRO VII – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		633.714.966	729.439.870	32.130.023	18.947.915	-	-
	PLOA		521.811.101	580.955.397	9.236.230	13.047.915	2.633.747.245	3.488.693.871
	LOA		507.811.801	580.955.397	9.236.230	7.117.915	4.426.687.802	3.488.693.871
CRÉDITOS	Suplementares		15.943.930	23.975.571	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		47.770.000	8.046	-	-	-	-

Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	475.985.031	604.922.922	9.236.230	7.117.915	4.426.687.802	3.488.693.871

Fonte: SIAFI, SIDOR, PLOA 2011, LOA 2011, PAA

5. DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2011

A Lei Orçamentária Anual (LOA) destinou à ANP R\$ 517,0 milhões para realizar despesas. Contudo, no decorrer do ano, a LOA foi modificada por créditos concedidos e cancelamentos de dotações orçamentárias, resultando em uma redução líquida de R\$ 31,8 milhões, distribuídos conforme abaixo:

- Créditos totalizando R\$ 695 mil para pagamento de aposentadorias e pensões (sendo R\$ 350 mil concedidos pelo Decreto de 24 de agosto de 2011, R\$ 310 mil pelo Decreto de 20 de outubro de 2011 e R\$ 35 mil pelo Decreto de 15 de dezembro de 2011);
- Créditos totalizando R\$ 14,1 milhões para pagamento de despesas com remuneração dos servidores (sendo R\$ 3 milhões concedidos pelo Decreto de 24 de agosto de 2011, R\$ 10,2 milhões pelo Decreto de 20 de outubro de 2011 e R\$ 853,9 mil pelo Decreto de 15 de dezembro de 2011);
- Crédito de R\$ 660 mil para custeio do regime de previdência dos servidores, concedido pelo Decreto de 20 de outubro de 2011;
- Crédito de R\$ 100 mil para assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, concedido pelo Decreto de 24 de junho de 2011.
- Crédito de R\$ 35 mil para assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, concedido pelo Decreto de 24 de junho 2011;
- Redução de R\$ 47,7 milhões na ação Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural, conforme Decreto de 19 de abril de 2011.

5.1. ANÁLISE CRÍTICA

Com a inclusão dos créditos adicionais, temos que LOA da ANP totalizou em 2011 o valor de R\$ 4,9 bilhões, sendo esses recursos provenientes em sua maioria de compensação financeira paga pelas empresas para exploração de petróleo e gás natural. A maior parte desses recursos é alocada na reserva de contingência, que é utilizada para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário do governo federal. Para a execução de despesas, a LOA da ANP em 2011 atualizada pelo créditos adicionais e pelos cancelamentos de dotações orçamentárias destinou um total de R\$ 485,2 milhões. Desse total, excluídas as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e com pagamento de pessoal e benefícios, a ANP teve R\$ 178,2 milhões alocados para execução de suas demais despesas discricionárias.

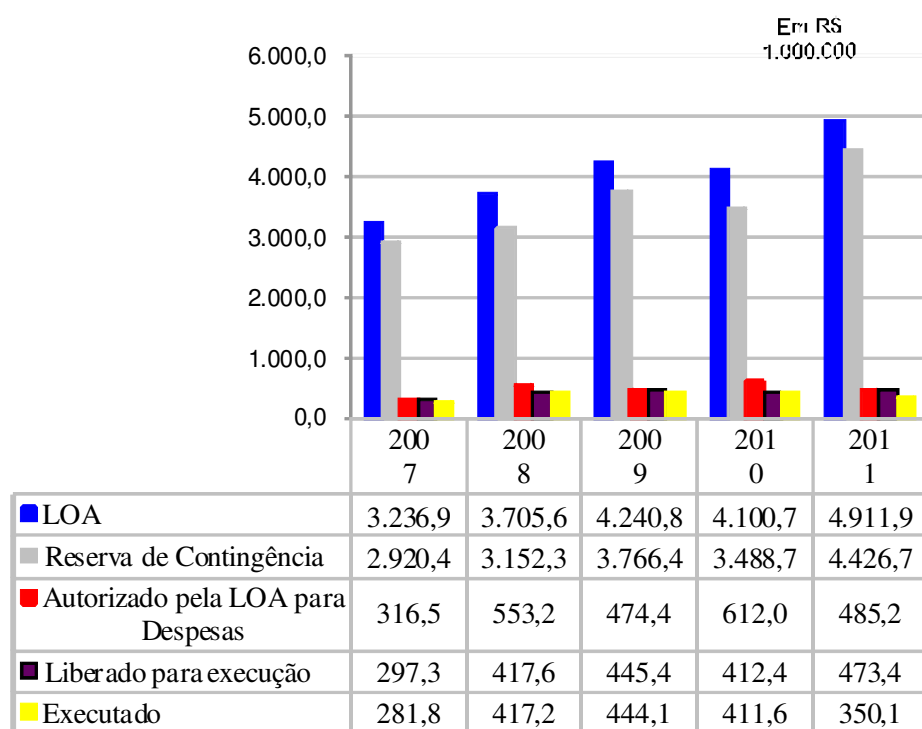
Desse montante, R\$ 166,5 milhões foram liberados para empenho, dos quais a ANP empenhou R\$ 166,4 milhões, o que representa 99,9% do liberado.

Cabe destacar que em 2011 o valor executado relacionado aos serviços de geologia, que são relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, foi R\$ 46,9 milhões, sendo aproximadamente 63 % inferior ao executado em 2010.

Em relação ao valor total do orçamento da Agência, excluída a Reserva de Contingência, o orçamento de 2011 foi aproximadamente 21% menor que o de 2010.

O gráfico a seguir mostra a variação da LOA, Reserva de Contingência, o autorizado pela LOA para realização de despesas, o montante liberado para sua execução e o valor total executado pela Agência nos cinco últimos exercícios.

Gráfico 5.1. Composição do Orçamento e Execução da ANP 2007 a 2011



Fonte: SIAFI

A Tabela abaixo demonstra os limites de movimentação e empenho em 2011.

Tabela 5.1. Tabela I - Limites de Movimentação e Empenho em 2011¹

Em R\$				
Anexos	a) Autorizado (LOA)	b) Limite Inicial	c) Limite Final	d) Executado
Anexo I (fontes 100, 129, 174)	110.140.109	92.635.172	98.375.844	98.351.404
Anexo II (fonte 250)	68.083.415	60.986.109	68.083.240	68.077.914
Anexo VI (fonte 142)	168.721.000	216.491.000	168.721.000	46.940.800
Anexo VIII (fonte 100)	4.220.440	4.085.440	4.220.440	4.011.848
Total	351.164.964	374.197.721	339.400.524	217.381.966

Fontes: SIAFI e Ofício nº 11/SPOA/SE/MME

¹ Os limites de movimentação e empenho não incluem as despesas com pessoal

Créditos Suplementares

Durante o ano de 2011 foram encaminhadas pela ANP solicitações de créditos suplementares, citadas abaixo:

- R\$ 780 mil para a Ação *Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis*, por meio de remanejamento de recursos das ações *Formação de Recursos Humanos de Nível Técnico para a Indústria do Petróleo* (R\$ 80 mil) e *Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação* (R\$ 700 mil). O pedido de crédito foi concedido.

- Diversas solicitações de créditos visando à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais foram encaminhadas ao longo do exercício e envolveram as Ações *Administração da Unidade* (pessoal); *Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis*; e *Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais*. Esses pedidos de crédito foram concedidos gradativamente ao longo do exercício, de maneira que atendeu à demanda exigida pela Agência.

O detalhamento de todos os créditos concedidos e cancelados, com suas respectivas datas de concessão e Ações correspondentes foram expostos anteriormente, sob o título *Dotação e Execução Orçamentária em 2011*.

6. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA 2012

O processo de planejamento orçamentário da Agência tem sofrido aperfeiçoamentos ano a ano. A captação da proposta orçamentária para 2012, realizada no primeiro semestre de 2011, procurou aumentar o grau de informação associado às solicitações de recursos, bem como estabelecer relação entre os processos realizados sob responsabilidade das unidades organizacionais, orçamentos, objetivos, produtos e seus resultados.

Pelo processo de captação, chegou-se a um valor de R\$ 773,5 milhões necessários para 2012. Foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) com uma programação de despesas de R\$ 561,4 milhões para a ANP (esse valor não considera a reserva de contingência). Deste total, desconsiderando as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e com o pagamento de pessoal e benefícios o montante alocado para execução das despesas discricionárias foi de R\$ 178,6 milhões, sendo praticamente igual do da LOA de 2011. Cabe ressaltar que os referenciais monetários determinados para a elaboração do orçamento anual da ANP têm sido insuficientes para que se elabore uma proposta orçamentária que permita a expansão das atividades institucionais da Agência.

6.1. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

QUADRO VIII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	323030	TODAS AS PROGRAMÁTICAS PERTINENTES AO ORÇAMENTO DA ANP	134.056.297,00	-	208.210.725,73
	Recebidos	323031	TODAS AS PROGRAMÁTICAS PERTINENTES AO ORÇAMENTO DA ANP	134.056.297,00	-	208.200.725,73
Movimentação Externa	Concedidos	323031	25.122.0271.2000.0001, 25.128.0271.4572.0001, 25.753.0271.2379.0001, 25.125.0271.6197.0001, 25.125.0271.6596.0001, 25.130.0271.2380.0001, 25.130.0271.2381.0001, 25.665.0271.2388.0001	-	-	20.445.991,74
	Recebidos	110511	25.122.0271.2000.0001	-	-	51.015,02
	Recebidos	170115	25.128.0271.4572.0001	-	-	5.376,00
	Recebidos	495001	25.122.0271.2000.0001 e 25.753.0271.2379.0001	-	-	739.600,72
	Recebidos	772001	25.125.0271.6197.0001, 25.125.0271.6596.0001, 25.130.0271.2380.0001, 25.130.0271.2381.0001 e 25.665.0271.2388.0001	-	-	19.650.000,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	323030	TODAS AS PROGRAMÁTICAS PERTINENTES AO ORÇAMENTO DA ANP	4.842.132,68	-	-
	Recebidos	323031	TODAS AS PROGRAMÁTICAS PERTINENTES AO ORÇAMENTO DA ANP	4.840.832,68	-	-
	Recebidos	323085	TODAS AS PROGRAMÁTICAS PERTINENTES AO ORÇAMENTO DA ANP	1.300,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	323031	25.130.0271.2381.0001	100.000,00	-	-
	Recebidos	772001	25.130.0271.2381.0001	100.000,00	-	-

Fonte: SFA/ANP

ANÁLISE CRÍTICA

No quadro de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa as movimentações orçamentárias de natureza interna demonstram o percurso dos créditos orçamentários da ANP pertinentes ao OGU onde esses créditos orçamentários são concedidos à ANP através da UG 323030, que é a Unidade Orçamentária da ANP e descentralizados quase que totalmente para a UG 323031, Unidade Executora principal.

As movimentações de créditos de natureza externa representam os recursos repassados a outros órgãos, conforme tabela acima, para execução dos serviços pactuados/acordados entre a ANP e seus partícipes e/ou conveniados bem como o cumprimento de sentenças judiciais exaradas.

6.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

6.2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

QUADRO IX – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	148.652.448	101.395.008	95.218.885	87.086.646
Convite	18.209	13.320	-	-
Tomada de Preços	30.000	-	-	-
Concorrência	8.869.822	7.042.349	8.032.803	5.896.383
Pregão	94.260.685	58.904.162	50.488.137	55.487.955
Concurso	-	-	-	-
Consulta	45.473.732	35.435.177	36.697.946	25.702.308
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	32.707.048,71	34.324.180,00	12.754.594,04	19.034.941,25
Dispensa	23.531.054	20.889.416	7.415.449	8.447.085
Inexigibilidade	9.175.994	13.434.764	5.339.145	10.587.857
Regime de Execução Especial	31.150	87.318	31.150	87.318
Suprimento de Fundos	31.150	87.318	31.150	87.318
Pagamento de Pessoal	135.685.484	130.970.543	133.072.344	128.693.171
Pagamento em Folha	132.760.807	125.926.052	130.493.857	124.052.177
Diárias	2.924.677	5.044.491	2.578.487	4.640.994
Outros	168.752.127	153.230.759	109.221.414	57.231.291

Fonte:SFA/ANP

6.3. ANÁLISE CRÍTICA

As despesas por modalidade de contratação pertencente ao grupo licitação demonstram a evolução de cada modalidade de acordo com sua execução ao longo do tempo. Cabe ressaltar que essas despesas englobam todas as Unidades Gestoras que receberam parcelas mediante transferências ou repasses pertinentes ao Orçamento da ANP. Como exemplo, podemos destacar a modalidade de contratação denominada Pregão. Na execução da ANP de 2011, foi empenhado o valor de 94,2 Milhões nessa modalidade.

Se comparado ao exercício anterior, verificamos um aumento significativo de 36 Milhões, o que demonstra o empenho da agência em buscar sempre o menor preço e uma melhor conscientização da Agência em relação aos gastos. Cabe ressaltar que existem recursos que são executados por outros Órgãos como CPRM e Marinha entre outros, e que a execução dos mesmos por aqueles Órgãos reflete na execução da ANP. As outras modalidades também têm, seguindo o mesmo critério de avaliação, sua execução em outras Unidades Gestoras.

No caso do grupo “Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos”, as despesas reduziram 64,3% em relação ao ano de 2010.

A despesa com pagamento de pessoal aumentou em 3,84% em relação a 2010, devido à parcela do aumento acordado em 2008 bem como a progressão no plano de cargos e carreiras.

**QUADRO X - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
11-VENCIMENTOS E VAN-TAGENS FIXAS – PESSOAL CÍVIL	106.451.277	100.538.157	106.451.277	100.538.157	-	-	104.357.105	100.351.718
13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	21.424.835	20.389.801	21.424.835	20.389.801	-	-	21.300.967	18.765.537
01 – APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.397.623	1.925.071	2.397.623	1.925.071	-	-	2.397.623	1.925.071
Demais elementos do grupo	2.487.072	3.073.023	2.487.072	3.073.023	-	-	2.438.161	3.009.851
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	169.587.515	246.099.835	169.587.515	127.318.600	47.396.344	118.781.235	117.625.096	110.156.424
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.141.719	4.398.730	16.141.719	4.398.730	-	-	16.141.719	-
37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	9.498.997	10.035.871	9.498.997	9.230.422	-	805.449	9.498.997	9.230.422
Demais elementos do grupo	16.281.270	17.900.108	16.281.270	16.516.198	1.303.939	979.771	14.766.389	17.885.248

Fonte: SFA/ANP

6.4. ANÁLISE CRÍTICA

Quanto às despesas do exercício no grupo 1 – Despesas de pessoal -, considerando as despesas empenhadas, podemos destacar o aumento de 3,84 em 2011 quando comparado a 2010.

No grupo 3 – Outras despesas correntes – registramos uma redução cerca de 66 milhões para os valores empenhados. Grande parte dessa redução é devida ao elemento de despesa 39 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Tal fato deve-se ao contingenciamento imposto pelos Órgãos Superiores.

O elemento de despesa 37 – Locação de Mão de Obra teve uma redução de aproximadamente 5,35%. Por se tratar de assunto específico da área de Recursos Humanos, entendemos que o responsável por aquela área deve se pronunciar sobre o assunto.

O elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores – Teve um aumento significativo de aproximadamente R\$ 12 milhões devido ao contingenciamento sofrido pela agência, como também pelo aumento no número de fiscalizações.

**QUADRO XI - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
52 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	808.099	4.232.913	808.099	2.473.626	8.000	1.759.287	800.099	2.419.737
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	5.200	-	5.200	-	-	-	5.200	-
30 – MATERIAL DE CONSUMO	2.249.486	-	2.249.486	-	41.544	-	2.204.442	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	3.062.784	4.232.913	3.062.784	2.473.626	49.544	1.759.287	3.009.740	2.419.737

Fonte: SFA/ANP

6.5. ANÁLISE CRÍTICA

Em 2011, o Grupo de Despesa 4-Investimentos, apresentou uma redução nas despesas empenhadas e executadas em relação ao exercício de 2010. Essa redução deve-se a diminuição do crédito orçamentário referente ao grupo 4 na LOA em 2011 imposta pelo Decreto n.º 7.746 de março de 2011 bem como a Portaria MPOG n.º 54. A agência investiu o orçamento deste grupo na modernização de seus recursos tecnológicos. Outro fato gerador importante nos recursos de investimento foi a descentralização de recursos de capital para outros órgãos, que contribuíram no total da execução orçamentária da Agência.

7. INDICADORES INSTITUCIONAIS

O projeto de Indicadores de Desempenho da ANP, iniciado em 2006, tem finalidade de estabelecer indicadores a serem utilizados para a avaliação do desempenho e acompanhamento das atividades da Agência. Este projeto atende a uma série de objetivos, a saber:

- .aprimorar o Relatório de Gestão da ANP com as metas acordadas e os resultados alcançados dos Indicadores.
- .servir como instrumento de gestão da Diretoria da ANP para avaliar a atuação das Unidades Organizacionais.
- .atender às Decisões do Tribunal de Contas da União - TCU no 243/2001 – Segunda Câmara e no 553/2002 – Segunda Câmara, e demandas da Controladoria Geral da União - CGU.
- .dar mais transparência aos processos e à atuação da ANP.

Em 2009, foi realizada uma revisão por solicitação da CGU com o intuito de aperfeiçoar os indicadores formulados em 2007 e criar novos indicadores de eficiência.

Cumprir informar que o projeto de Indicadores de Desempenho segue inacabado. Ainda não foram desenvolvidos os indicadores de efetividade exigidos pelos órgãos de controle interno e externo (CGU e TCU, respectivamente) a partir de 2007. Para dar cumprimento à determinação da CGU e do TCU, faz-se necessário que a ANP dê início a uma rotina de realização periódica do Planejamento Estratégico, nos moldes dos já desenvolvidos em outras Agências, como Anvisa e Aneel. O Planejamento Estratégico deverá determinar as metas a serem cumpridas no período de vigência daquele planejamento, e sua efetividade poderá ser medida por meio de indicadores específicos a serem definidos no escopo do presente projeto.

Os resultados alcançados em 2011 são apresentados a seguir, bem como a comparação com os resultados obtidos em anos anteriores (quando houver). Dos 43 indicadores formulados em 2010, foram apurados 42 indicadores de 21 unidades organizacionais. Um indicador foi descartado pela área (SBQ).

Resultados


Foram apurados no total 42 indicadores no exercício de 2011.


Tabela 7.1. TABELA II – Indicadores Institucionais

	Unid. Org.	Indicador	Meta	2011
1	CDC	Índice de Documentos Elaborados sem Prazo Pré-estabelecido	100%	100,0%
2	CDC	Índice de Documentos Elaborados com Prazo Pré-estabelecido (eficiência)	90%	94,9%
3	CDC	Índice de Acompanhamento do Contrato da Pesquisa de Preços dos Combustíveis	90%	98,1%
4	CMA	Índice de Atendimento às Solicitações sobre Informações Ambientais por Parte da Sociedade (eficiência)	80%	99,7%
5	CMA	Índice de Atendimento às Solicitações da SEP no Tocante aos Processos com Pendências Ambientais	80%	77%
6	CSO	Número de Auditorias de Segurança Operacional.	100%	100,0%
7	CRC	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI	75%	95,0%
8	NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,6%
9	NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	80%	96,8%
10	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	100,0%
11	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	94,6%
12	NFP	Inspeções de Medição	43%	25%
13	SBQ	Índice de Publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC (eficiência)	75%	80,6%
14	SBQ	Índice de Qualidade de Combustíveis	80%	80,1%
15	SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	100,0%
16	SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Bio-combustíveis	80%	100,0%
17	SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	100,0%
18	SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	94,5%
19	SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	80%	100,0%
20	SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	85%	97,5%
21	SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	20%	47,4%
22	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%
23	SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores (eficiência)	90%	94%
24	SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	100%
25	SDT	Tempo de Resposta à Solicitação de Dados.	80%	98%
26	SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela	90%	97,9%

SEP				
27	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP (eficiência)	30	44
			18	13
28	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	80%	64,1%
29	SFI	Índice de Ações de Fiscalização	100%	100,0%
30	SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	100%	100,0%
31	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100,0%
32	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	97,8%
33	SPL	Índice de Qualificação de Empresas	100%	98,0%
34	SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais (eficiência)	90%	91%
35	SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	99,8%
36	SPP	Emissão do Anuário Estatístico	100%	100,0%
37	SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	100%	53,6%
38	SRH	Execução do PAC Anual	80%	77,2%
39	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	94,3%
40	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	27,1%
41	SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	84,5%
42	SDB	Fiscalização de Projetos	100%	100,0%

Legenda:

 Abaixo da meta

 Acima da meta

Dos 42 indicadores apurados pela ANP, oito apresentaram resultados abaixo da meta estipulada.

Dentre eles, o indicador ***Inspeções de Medição, do NFP***, que tinha como meta 43%, atingiu apenas 25%. Existem 517 instalações onde são realizadas medições fiscais (130) ou de apropriação (387) no Brasil, e as atividades de fiscalização do NFP foram concentradas em instalações onde são realizadas medições fiscais. Desta forma, não foi atingida a meta estabelecida em nenhum trimestre de 2011. Assim, o NFP vai revisar o indicador, pois sua principal atividade é garantir a fidedignidade dos volumes de petróleo e gás natural produzidos e reportados através do Boletim Mensal de Produção. Desta forma, as atividades do NFP são concentradas em instalações de medição fiscal, e não nas medições de apropriação.

A partir de janeiro de 2011, a ANP passou a receber diariamente os dados de produção de petróleo e gás natural dos principais campos produtores do país, que representam mais de 95% da produção nacional. Desta maneira é possível realizar ações de fiscalização mais eficientes e eficazes, otimizando o trabalho do NFP/SDP. Além de garantir a fiscalização de quase a totalidade do petróleo e gás natural produzidos, ou seja, dos pontos fiscais, sem que haja a necessidade de deslocamento dos servidores.

Por sua vez, o ***Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários***, que tinha como meta executar 80% dos recursos orçamentários aprovados para a ANP no ano, não conseguiu atingir o resultado, tendo gasto apenas 64,05% do orçamento total. A SFA apontou como ponto crítico para o cumprimento da meta a execução ineficaz do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC teve cerca de R\$ 168 milhões autorizados, mas só foram executados R\$ 46 milhões.

Adicionalmente, o ***Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais***, da CMA, atingiu 76,5% da meta de 80%. De acordo com a CMA, seu tempo de análise é profundamente afetado pela ausência de instrução adequada por parte da área solicitante, fazendo com que, muitas vezes, técnicos da área tenham que se deslocar aos órgãos ambientais e haja aumento de tempo na avaliação, considerando idas e vindas dos processos. Para melhorar seu desempenho, a CMA sugere que haja reforço da orientação para instrução processual adequada por parte da SEP, de forma que o concessionário incorpore toda a documentação necessária para análise. Muito embora tenha ficado abaixo da meta, deve-se ressaltar a grande evolução em relação ao resultado de 2010, quando atingiu apenas 43%.

Por sua vez, a SRH não alcançou a meta em seus dois indicadores, o Índice de Execução Orçamentária do PAC e o Indicador de Execução do PAC anual, que apresentam meta de 100% e 80%, respectivamente. O primeiro indicador mede o total gasto em capacitação dividido pela verba disponibilizada para tanto. De acordo com a SRH, a ANP utilizou apenas 53,6% dos recursos orçamentários destinados à capacitação dos servidores em razão da restrição de diárias e passagens (Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011), o que fez com que as participações em cursos fora da UF de lotação dos servidores ficassem prejudicadas.

Porém, apesar dessa restrição, na tentativa de conciliar o melhor aproveitamento dos recursos orçamentários com capacitação de um número maior de servidores, as alternativas encontradas pela SRH foram as seguintes:

- a) promover cursos internos, abrangendo 281 servidores;
- b) inscrever servidores em cursos gratuitos, oferecidos pelas escolas de governo (parceria ENAP/ Casa Civil por meio do Pró-Reg).

Para o exercício de 2012 estão previstas reuniões periódicas com todas as superintendências e coordenadorias da agência para acompanhar a utilização da verba do Plano Anual de Capacitação (PAC) e garantir que nossa meta seja cumprida. Serão encaminhados relatórios apontando qual o valor ainda disponível e quais servidores ainda não foram treinados.

Já o Indicador de Execução do PAC anual mede o número de servidores capacitados, de acordo com o Plano Anual de Capacitação, dividido pelo número de servidores da Agência. A SRH treinou 595 servidores em 2011, o que corresponde a 77,2% do quantitativo do quadro de pessoal. Os cursos foram bem aproveitados, os temas foram integrados às atividades profissionais desenvolvidas e serviram como ferramentas de atualização e ampliação de conhecimento adquirido.

A SRH apontou como ações necessárias para corrigir os pontos críticos, dar conhecimento aos gestores e aos servidores de que a capacitação é uma determinação legal, conforme Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, reforçada pela Instrução Normativa 007/2006 SRH/ANP; e apontar alternativas para situações onde a restrição orçamentária pode impactar fortemente no alcance das metas.

A SEP não conseguiu alcançar a meta em seu indicador de eficiência iPad - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP. De acordo com a Superintendência, o prazo previsto contratualmente para análise de planos de avaliação de descoberta é de 60 dias, tendo sido atingido. No entanto, como foi solicitado pela SPP o estabelecimento de um índice de eficiência, buscou-se reduzir o prazo médio de análise para 30 dias. No entanto, ao longo dos tempos, tem-se procurado aprimorar a análise dos planos submetidos, tornando-a mais criteriosa no que se refere às atividades propostas pelo operador, e mais aprofundada no que se refere à análise dos dados que caracterizam a descoberta. Deste modo, não necessariamente o fato de a meta não ter sido atingida significa algo negativo. Por isso, para o próximo ano, o índice de eficiência da SEP será revisto.

A SPL não atingiu o índice de 100% desejado para o indicador Qualificação de Empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações, tendo alcançado 98% das qualificações realizadas em 30 dias. De acordo com a Superintendência, o processo de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações durou 14,5 dias em média. No mês de outubro, a SPL recebeu quatro solicitações de qualificação e, em apenas uma delas, não cumpriu o prazo de 30 dias, realizando-a em 35 dias.

Por fim, o indicador da SRP Índice de Fiscalização de Instalações apresentou resultado um pouco abaixo da meta de fiscalizar 30% do total de Instalações Autorizadas (vistoriar 35 instalações por ano). De acordo com a SRP, este indicador é impactado por restrições orçamentárias e seu resultado alcançou 27,1%.

A Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos (SBQ) alterou a medição de suas atividades, excluindo os indicadores Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país e Índice de atendimento de manifestações do CRC e incluiu o indicador Índice de Qualidade dos Combustíveis, de forma a refletir melhor a abrangência de suas atividades.

7.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, analisa-se o resultado de 2011 em comparação com os obtidos nos quatro anos anteriores (2007 a 2010). Nas seções seguintes, com o intuito de facilitar a compreensão dos resultados, os indicadores serão apresentados de acordo com a seguinte classificação: *Upstream*, *Midstream*, *Downstream*, Áreas-meio e Geral (composta por SPP, CDC e CMA, cujo escopo de atuação perpassa todos os segmentos da cadeia de P&G).

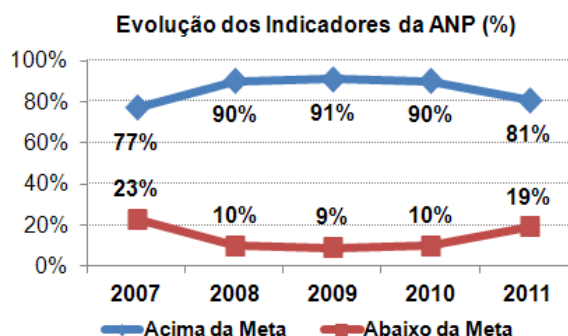
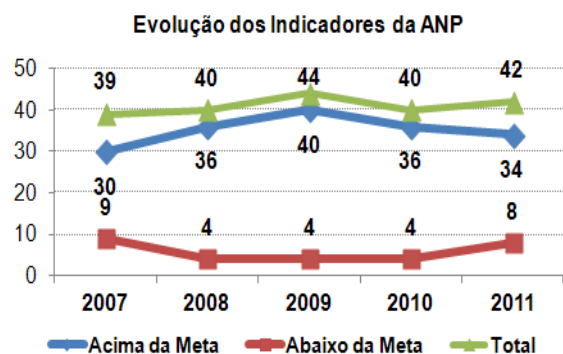
A tabela a seguir sintetiza os resultados dos indicadores, por área.

Tabela 7.2. TABELA III – Resultados dos indicadores

	2007		2008		2009		2010		2011	
	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta
<i>Upstream</i>	11	3	13	2	14	0	10	2	11	3
<i>Midstream</i>	4	1	5	0	5	0	5	0	4	1
<i>Downstream</i>	4	1	6	0	7	2	7	0	7	0
Áreas-meio	6	2	7	1	7	1	7	1	5	3
Geral	5	2	5	1	7	1	7	1	7	1
Total	30	9	36	4	40	4	36	4	34	8

Fonte: SPP/ANP

Em 2011, os indicadores de desempenho da ANP apresentaram, em geral, resultados um pouco abaixo dos alcançados nos últimos três anos.



	2007		2008		2009		2010		2011
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
<i>Resultados acima da meta</i>	31	67%	36	90%	40	87%	36	84%	34
<i>Resultado abaixo da meta</i>	9	20%	4	10%	4	9%	4	9%	8
<i>Resultados não informados</i>	6	13%	0	0%	2	4%	3	7%	0
Total	46	100%	40	100%	46	100%	43	100%	42

Fonte: SPP/ANP

Todas as áreas enviaram os resultados de seus indicadores em 2011. Os resultados abaixo da meta (sete) ficaram um pouco acima do que ocorreu nos últimos anos. Cabe destacar que três dos sete indicadores abaixo da meta foram afetados diretamente pela baixa execução do orçamento da ANP.

Tabela 7.3. TABELA IV – COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DE CADA INDICADOR MEDIDO.

A tabela abaixo faz a comparação dos resultados de cada indicador medido.

I

-

	Unid. Org.	Indicador	Meta	2007	Meta	2008	Meta	2009	Meta	2010	Meta	2011	Variação	Evolução
1	CDC	Índice de Documentos Elaborados sem Prazo Pré-estabelecido	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
2	CDC	Índice de Documentos Elaborados com Prazo Pré-estabelecido (eficiência)	-	-	-	-	90%	96,3%	90%	99,0%	90%	94,9%	-4,1%	Piorou
3	CDC	Índice de Acompanhamento do Contrato da Pesquisa de Preços dos Combustíveis	90%	96,9%	90%	100,0%	90%	93,7%	90%	95,0%	90%	98,1%	3,1%	Estável
4	CMA	Índice de Atendimento às Solicitações sobre Informações Ambientais por Parte da Sociedade (eficiência)	-	-	-	-	80%	86,0%	80%	92,9%	80%	99,7%	6,8%	Melhorou
5	CMA	Índice de Atendimento às Solicitações da SEP no Tocante aos Processos com Pendências Ambientais	-	-	-	-	80%	58%	80%	43%	80%	77%	33,6%	Melhorou
6	CSO	Número de Auditorias de Segurança Operacional.	-	-	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
7	CRC	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI	70%	85,1%	70%	85,6%	75%	92,7%	75%	n.i	75%	95,0%	-	-
8	NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,9%	98%	98,2%	98%	99,7%	98%	99,7%	98%	99,6%	-0,1%	Estável
9	NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	98%	99,8%	98%	98,1%	98%	99,3%	98%	97,5%	80%	96,8%	-0,7%	Estável
10	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	-	70%	96,7%	70%	94,5%	70%	96,6%	70%	100,0%	3,4%	Melhorou
11	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	50,5%	70%	82,3%	70%	78,1%	70%	91,8%	70%	94,6%	2,8%	Estável
12	NFP	Inspeções de Medição	22%	55,4%	43%	100,0%	43%	59,0%	43%	22%	43%	25%	3,0%	Melhorou
13	SBQ	Índice de Publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC (eficiência)	-	-	-	-	75%	81,3%	75%	95,8%	75%	80,6%	-15,2%	Piorou
14	SBQ	Índice de Qualidade de Combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	80%	80,1%	-	-
15	SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	71,6%	80%	97,6%	80%	97,7%	80%	100,0%	80%	100,0%	0,0%	Estável
16	SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	80,0%	80%	100,0%	80%	83,3%	80%	100,0%	80%	100,0%	0,0%	Estável
17	SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	100,0%	80%	99,9%	80%	100,0%	80%	99,7%	80%	100,0%	0,3%	Estável
18	SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	98,8%	90%	99,0%	90%	94,0%	90%	97,5%	90%	94,5%	-3,0%	Piorou
19	SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	80%	40,0%	80%	100,0%	80%	100,0%	80%	100,0%	80%	100,0%	0,0%	Estável
20	SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	30%	73,9%	30%	88,5%	85%	99,0%	85%	99,9%	85%	97,5%	-2,4%	Estável
21	SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	5%	16,2%	10%	16,4%	20%	21,8%	20%	34,1%	20%	47,4%	13,3%	Melhorou

	Unid. Org.	Indicador	Meta	2007	Meta	2008	Meta	2009	Meta	2010	Meta	2011	Variação	Evolução
22	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
23	SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores (eficiência)	-	-	-	-	90%	96,4%	90%	86%	90%	94%	7,8%	Melhorou
24	SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	85%	80%	85%	80%	87%	80%	100%	80%	100%	0,0%	Estável
25	SDT	Tempo de Resposta à Solicitação de Dados.	-	-	-	-	80%	87%	80%	96%	80%	98%	1,6%	Estável
26	SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	93,7%	90%	92,2%	90%	98,1%	90%	97,9%	90%	97,9%	0,0%	Estável
27	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP (eficiência)	-	-	-	Média	30	26	30	22	30	44	21,80	-
			-	-	-	DP	18	18	18	23	18	13	(9,20)	-
28	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	60%	55,6%	100%	99,7%	80%	99%	80%	100%	80%	64,1%	-35,9%	Piorou
29	SFI	Índice de Ações de Fiscalização	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
30	SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1a instância	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
31	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
32	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	87,5%	90%	94,2%	n.i	n.i	n.i	n.i	90%	97,8%	-	-
33	SPL	Índice de Qualificação de Empresas	90%	95,7%	90%	96,0%	n.i	n.i	n.i	n.i	100%	98,0%	-	-
34	SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais (eficiência)	-	-	-	-	90%	91%	90%	90%	90%	91%	0,6%	Estável
35	SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	95,0%	95%	100,0%	95%	99,5%	95%	100,0%	95%	99,8%	-0,2%	Estável
36	SPP	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%	90%	100,0%	90%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
37	SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	-	-	-	-	100%	85,9%	100%	83,6%	100%	53,6%	-30,0%	Piorou
38	SRH	Execução do PAC Anual	-	-	-	-	80%	93,6%	80%	89,2%	80%	77,2%	-12,0%	Piorou
39	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	97,3%	90%	95,8%	90%	94,2%	90%	92,5%	90%	94,3%	1,8%	Estável
40	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	15%	47,5%	30%	40,2%	30%	38,7%	30%	33,6%	30%	27,1%	-6,5%	Piorou
41	SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	94,5%	80%	92,5%	80%	85,8%	80%	85,6%	80%	84,5%	-1,1%	Estável
42	SDB	Fiscalização de Projetos	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100,0%	Estável

Os critérios utilizados para definir se os indicadores apresentaram melhora, permaneceram estáveis ou pioraram foram:

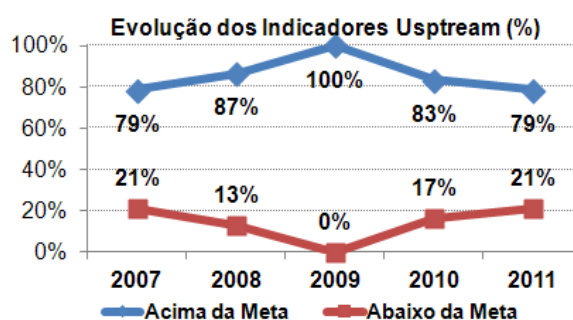
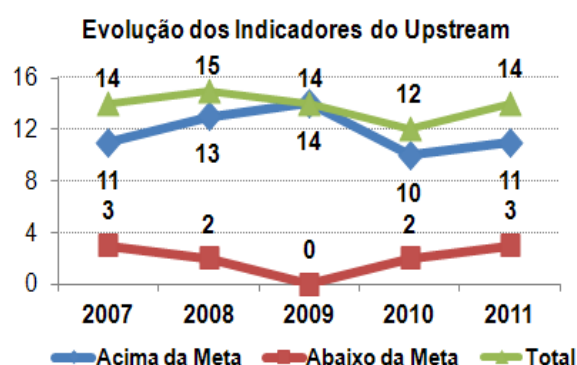
- Melhora: o indicador melhorou se seu índice apresentou variação positiva acima de 3% em 2011 em relação a 2010;
- Estável: indicadores que variaram menos de 3% no período;
- Piora: o indicador piorou se seu índice apresentou variação negativa acima de 3% em 2011 em relação a 2010.

Houve melhora dos índices em seis indicadores, 24 se mantiveram estáveis e sete tiveram desempenho inferior, configurando uma situação geral de estabilidade na evolução das atividades das áreas em 2011 em relação a 2010.

Upstream

Os indicadores do *Upstream* são compostos pelos indicadores das seguintes unidades organizacionais: CSO, NFP, SDP, SDB, SDT, SEP, SPG e SPL.

Em 2011, estas unidades mediram 14 indicadores, com três resultados abaixo da meta.



	2007		2008		2009		2010		2011	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	12	71%	13	87%	14	88%	10	71%	11	79%
Resultado abaixo da meta	3	18%	2	13%	0	0%	2	14%	3	21%
Resultados não informados	2	12%	0	0%	2	13%	2	14%	0	0%
Total Upstream	17	88%	15	100%	16	88%	14	86%	14	100%

Unid. Org.	Indicador	2010		2011	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CSO	Número de auditorias de segurança operacional.	100%	100,0%	100%	100,0%
NFP	Inspeções de Medição	43%	22%	43%	25%
SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	85%	100%	85%	97,5%
SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	20%	34%	20%	47,4%
SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100%	100%	100,0%
SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos	90%	86%	90%	94%

	campos produtores				
SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	100%	100%	100%
SDT	Tempo de resposta à solicitação de dados.	80%	96%	80%	98%
SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	98%	90%	98%
SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP	30	22	30	44
		18	23	18	13
SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100%	100%	100%
SDB	Fiscalização de projetos	100%	100%	100%	100%
SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	n.i	n.i	90%	97,8%
SPL	Índice de Qualificação de Empresas	n.i	n.i	100%	98,0%

Fonte: SPP/ANP

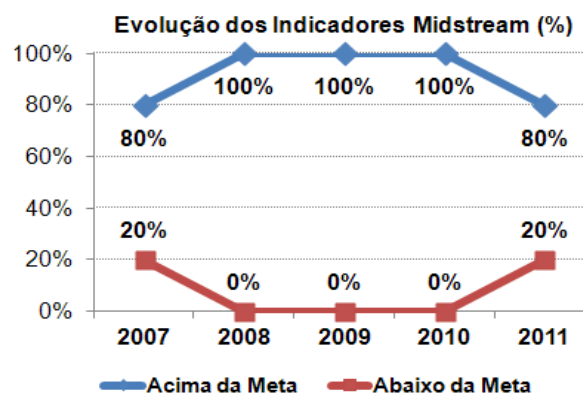
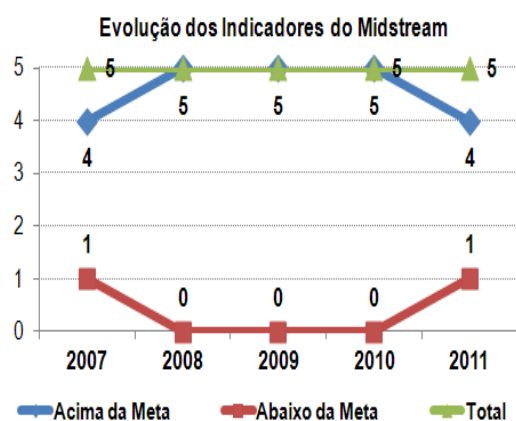
O NFP voltou a apresentar o indicador ***Inspecções de Medição*** abaixo da meta, porém o indicador deve ser revisto para o próximo ano, visto que o a principal atividade do Núcleo é garantir a fidedignidade dos volumes de petróleo e gás natural produzidos reportados através do Boletim Mensal de Produção. Desta forma, as atividades do NFP são concentradas em instalações de medição fiscal, e não nas medições de apropriação, que estão incluídas no indicador.

Por sua vez, a SEP também apresentou o resultado do indicador ***Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados*** abaixo da meta. De acordo com a Superintendência, o prazo previsto contratualmente para análise de planos de avaliação de descoberta é de 60 dias, tendo sido atingido. No entanto, como foi solicitado o estabelecimento de um índice de eficiência, buscou-se reduzir o prazo médio de análise para 30 dias. Entretanto, ao longo dos tempos, tem-se procurado aprimorar a análise dos planos submetidos, tornando-a mais criteriosa no que se refere às atividades propostas pelo operador e mais aprofundadas no que se refere à análise dos dados que caracterizam a descoberta. Deste modo, não necessariamente o fato de a meta não ter sido atingida significa algo negativo. Por isso, para o próximo ano, o índice de eficiência da SEP será revisto.

Cabe ressaltar que a SPL voltou a enviar os resultados de seus indicadores, depois de dois anos sem informá-los. O indicador ***Qualificação de Empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações*** atingiu 98% da meta, pois apenas uma das solicitações de qualificação não cumpriu o prazo de 30 dias para ser realizada.

Midstream

Os indicadores do *Midstream* são compostos pelos indicadores das seguintes unidades organizacionais: SCM e SRP. Dos cinco indicadores medidos, apenas um apresentou resultados abaixo da meta, a saber, o indicador ***Índice de Fiscalização de Instalações***.



	2007		2008		2009		2010		2011	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	4	80%	5	100%	5	100%	5	100%	4	80%
Resultado abaixo da meta	1	20%	0	0%	0	0%	0	0%	1	20%
Total Midstream	5	100%	5	100%	5	100%	5	100%	5	100%

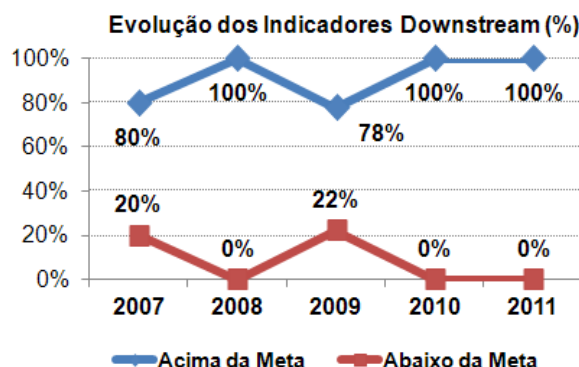
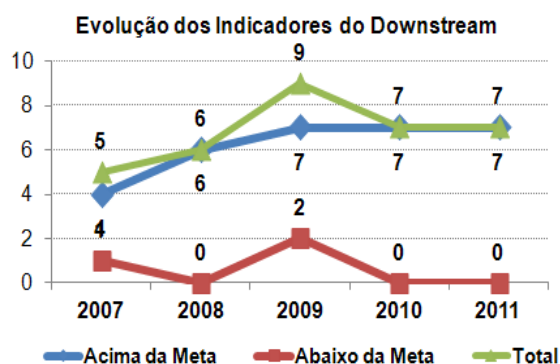
Unid. Org.	Indicador	2010		2011	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	97,5%	90%	94,5%
SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	80%	100,0%	80%	100,0%
SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	92,5%	90%	94,3%
SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	33,6%	30%	27%
SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	85,6%	80%	84,5%

Fonte: SPP/ANP

De acordo com a SRP, o indicador *Índice de Fiscalização de Instalações* é impactado por restrições orçamentárias.

Downstream

Os indicadores do *Downstream* são compostos pelas seguintes unidades organizacionais: CRC, SAB, SBQ, SFI.



	2007		2008		2009		2010		2011	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	5	71%	6	100%	7	78%	7	88%	7	100%
Resultado abaixo da meta	1	14%	0	0%	2	22%	0	0%	0	0%
Resultados não informados	1	14%	0	0%	0	0%	1	13%	0	0%
Total Downstream	7	86%	6	100%	9	100%	8	88%	7	100%

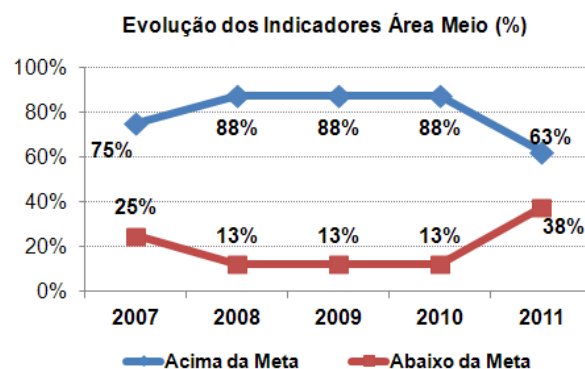
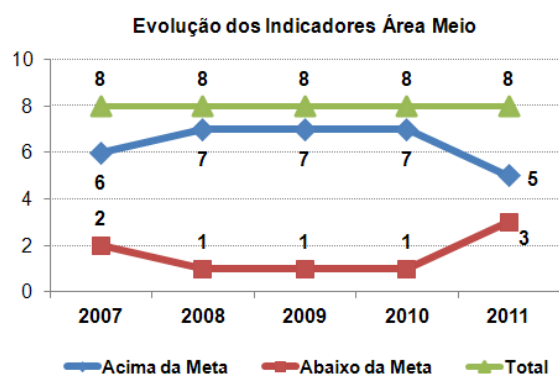
Unid. Org.	Indicador	2010		2011	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CRC	Manifestações Respondidas pelo CRC	n.i	n.i	75%	95,0%
SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	96,6%	70%	100,0%
SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	91,8%	70%	94,6%
SBQ	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC	75%	95,8%	75%	80,6%
SBQ	Índice da Qualidade de Combustíveis			80%	80,1%
SFI	Índice de ações de fiscalização	100%	100,0%	100%	100,0%
SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	100%	100,0%	100%	100,0%

Fonte:SPP/ANP

Assim como em 2010, todos os indicadores de *Downstream* apurados em 2011 apresentaram resultados acima da meta, e, com os problemas de migração de dados resolvidos, o CRC voltou a apurar seu indicador.

Áreas-meio

Os indicadores das Áreas-meio são compostos pelas seguintes unidades organizacionais: NIN, SCI, SFA e SRH.



	2007		2008		2009		2010		2011	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<i>Resultados acima da meta</i>	6	75%	7	88%	7	88%	7	88%	5	63%
<i>Resultado abaixo da meta</i>	2	25%	1	13%	1	13%	1	13%	3	38%
<i>Total Área Meio</i>	8	100%	8	100%	8	100%	8	100%	8	100%

Unid. Org.	Indicador	2010		2011	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,7%	98%	99,6%
NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação i-SIMP	98%	97,5%	80%	96,8%
SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	100,0%	100%	100,0%
SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	100,0%	80%	100,0%
SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	99,7%	80%	100,0%
SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	80%	99,9%	80%	64,1%
SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	100%	83,6%	100%	53,6%
SRH	Execução do PAC anual	80%	89,2%	80%	77,2%

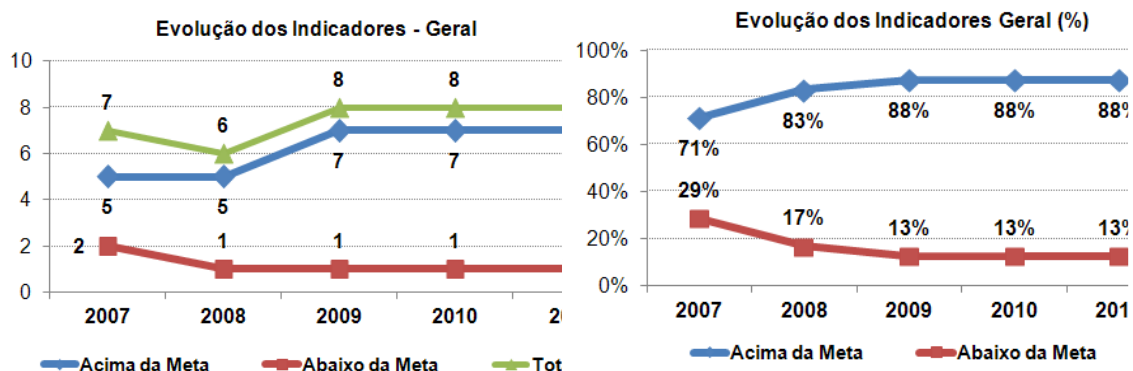
Fonte: SPP/ANP

Em 2011, os indicadores relacionados à execução orçamentária apresentaram resultados ruins (da SFA e SRH). O primeiro ano do governo Dilma foi marcado pela austeridade fiscal, o que contribuiu para a não execução orçamentária da Agência. De acordo com a SRH, a ANP utilizou apenas 53,6% dos recursos orçamentários destinados à capacitação dos servidores em razão da restrição de diárias e passagens, o que impactou também no percentual de servidores capacitados pela ANP.

Já a SFA apontou como ponto crítico para o cumprimento da meta a execução ineficaz do Programa de Aceleração do Crescimento. O Programa de Aceleração de Crescimento que teve cerca de R\$ 168 milhões do limite autorizado e só foram executados R\$ 46 milhões, implicando no índice apurado de 64,05%.

Geral

A atuação destas unidades organizacionais envolve todos os segmentos da indústria (CDC, CMA e SPP).



	2007		2008		2009		2010		2011	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	4	44%	5	83%	7	88%	7	88%	7	88%
Resultado abaixo da meta	2	22%	1	17%	1	13%	1	13%	1	13%
Resultados não informados	3	33%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total Geral	9	67%	6	100%	8	100%	8	100%	8	100%

Unid. Org.	Indicador	2010		2011	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CDC	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido	100%	100,0%	100%	100,0%
CDC	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido	90%	99,0%	90%	94,9%
CDC	Índice de Análise de Preços dos Combustíveis	90%	95,0%	90%	98,1%
CMA	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade	80%	92,9%	80%	99,7%
CMA	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais	80%	43%	80%	77%
SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais	90%	90%	90%	91%
SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	100%	100,0%	95%	99,8%
SPP	Emissão do Anuário Estatístico	100%	100,0%	100%	100,0%

Fonte: SPP/ANP

Assim como em 2010, apenas o indicador da CMA *Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade* não atingiu seu objetivo. De acordo com a área, a ausência de instrução adequada do processo por parte da área solicitante (SEP) afeta o trabalho da coordenadoria. É importante ressaltar, que embora não tenha atingido a meta, houve melhoria significativa do resultado do indicador em relação a 2010, que passou de 43% a 77% de atendimento às solicitações demandadas pela SEP por avaliação de processos com pendências ambientais respondidas em prazo inferior a 30 dias.

Vide Anexo III – Ficha dos Indicadores Institucionais

Conclusões

Em geral, os resultados apresentados para os indicadores em 2011 ficaram um pouco abaixo dos resultados dos dois últimos anos, com 83% dos indicadores apresentando resultados acima da meta. A ANP obteve 35 indicadores acima da meta e sete abaixo, sendo que seis alcançaram melhores resultados, 24 se mantiveram estáveis e sete pioraram. Um indicador da SBQ foi medido pela primeira vez em 2011. Seis indicadores de eficiência foram apurados e cinco apresentaram resultados superiores às metas estipuladas.

Cumprir informar que o projeto Indicadores de Desempenho segue inacabado, porque ainda não foram desenvolvidos os indicadores de efetividade que passaram a ser exigidos pelos órgãos de controle interno e externo (Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, respectivamente) a partir de 2007. Para dar cumprimento à determinação da CGU e do TCU, faz-se necessário que a ANP dê início a uma rotina de realização periódica do Planejamento Estratégico, nos moldes dos já desenvolvidos em outras Agências, como Anvisa e Aneel. O Planejamento Estratégico deverá determinar as metas a serem cumpridas no período de vigência daquele planejamento, e sua efetividade poderá ser medida por meio de indicadores específicos a serem definidos no escopo do presente projeto.

Por fim, recomenda-se que seja obrigatória a participação de todas as unidades organizacionais da Agência, com a definição de pelo menos um indicador, uma vez que, por determinação dos órgãos de controle interno e externo, os indicadores são parte integrante do Relatório de Gestão que a ANP apresenta anualmente. Por essa razão, a ausência de resultados de algum indicador do conjunto previamente aprovado pela Diretoria Colegiada sempre gera a necessidade de apresentação de justificativas para a sua não apuração.

8. ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 *SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES*

QUADRO XII – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	5.034.012,42	-	-	-
2010	17.602.894,41	3.347,65	17.473.919,54	125.627,22
2008	23,68	0	0	23,68
2004	21.320,17	0	0	21.320,17
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	50.978.900,47	-	-	-
2010	122.595.807,75	461.255,59	46.235.837,98	75.898.714,18
2009	643.863,91	0	0	643.863,91
Observações:				

Fonte:SFA/ANP

Análise crítica

No exercício de 2011, a agência sofreu com o contingenciamento financeiro sofrido no decorrer de todo o exercício o que, mais uma vez fez com que a inscrição em Restos a Pagar fosse elevada. Porém, conforme tabela acima, podemos verificar que o montante inscrito foi menor do que no exercício anterior. A causa dessa redução foi à restrição imposta pelo Decreto n.º 7.746 de março de 2011 bem como a Portaria MPOG n.º 54, que dentre outras podemos citar a de diárias e passagens. Essas restrições fizeram com que a inscrição dos Restos a Pagar Processados fosse considerada elevada.

Outro fator de destaque foi o empenho, mais uma vez no final o exercício, de R\$ 46.940.800 referentes ao PAC.

Cabe ressaltar que a maioria das despesas inscritas em Restos a Pagar pertence às áreas finalísticas. Como exemplo, os estudos geológicos dependem de fatores climáticos; o processo fiscalizatório e de qualidade de combustíveis depende de fatores logísticos para a execução dos serviços.

Foram poucos os impactos decorrentes dos pagamentos dos Restos a Pagar no último exercício, tendo em vista que sua grande maioria foi vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, destinados a atender a Ação 2050 “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural”. No exercício de 2011, essa Ação não sofreu com o contingenciamento financeiro. Porém a demora na liberação dos recursos financeiros vinculados a essa Ação, fizeram com que o pagamento dos referidos contratos sofresse um alongamento de dias, comparando com exercícios anteriores, o que não interfere na execução dos serviços, mas mostra que até os recursos com destinações exclusivas começam ter dias difíceis. Cabe ressaltar que parte dos saldos referentes ao exercício de 2010 refere-se, em grande parte, aos recursos do PAC e que os exercícios de 2004 e 2008 referem-se a processos da UG 323030.

9. ITEM 5 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

QUADRO XIII – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA
EM 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	0	681	9	21
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	681	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	780	622	0	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	23	4	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	34	4	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	0	681	9	21

Fonte: Siape

QUADRO XIV – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ –
SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	6
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	5
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	17
3.1. De ofício, no interesse da Administração	17
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	2
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	28

Fonte: Siape

QUADRO XV – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES
GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	328	319	14	17
1.1. Cargos Natureza Especial	5	4	2	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	323	315	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	187	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	13	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	30	3	2
1.2.4. Sem vínculo	0	78	8	8
1.2.5. Aposentados	0	7	1	5
2. Funções gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	328	319	14	17

Fonte: Siape

QUADRO XVI – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	157	237	132	121	34
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	0	0	0	0	0
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	157	237	132	121	34
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	11	26	22	17	12
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	2	2	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	11	26	20	15	12
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	168	263	154	138	46

Fonte: Siape

QUADRO XVII – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE
ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	5	4	125	268	146	104	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	5	4	125	268	146	104	29
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	1	27	43	10	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	27	43	10	4	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	5	152	311	156	108	29

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Fluxo de Spats e Controle de Certificados para Promoção e Progressão.

**QUADRO XVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS -
SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	17	2
1.1 Voluntária	17	2
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	7	2
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	6	2
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	24	4

Fonte: Siape

**QUADRO XIX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	2	0
1.1. Integral	1	0
1.2. Proporcional	1	0
2. Em Atividade	8	0
3. Total (1+2)	10	0

Fonte: Siape

QUADRO XX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	114	114	111	118	688.095,19
1.1 Área Fim	64	62	61	69	388.367,80
1.2 Área Meio	50	52	50	49	299.727,39
2. Nível Médio	10	12	12	12	37.904,11
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	10	12	12	12	37.904,11
3. Total (1+2)	124	126	123	130	725.999,30

Fonte: Siape

QUADRO XXI - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ E- xercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de E- xercícios Ante- riores	Decisões Judici- ais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios As- sistenciais e previdenci- ários	Demais despe- sas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	201 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	201 0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	200 9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	201 1	54.637.442,27	122.791,91	4.630.699,96	2.671.327,02	0,00	1.046.522,50	1.780.727,76	0,00	115.589,11	65.005.100,53
	201 0	28.378.570,92	1.071.447,61	6.439.071,50	36.646.874,64	0,00	375.421,08	709.100,58	0,00	0,00	73.620.486,33
	200 9	30.660.523,91	3.658.465,37	27.107.107,04	1.023.555,54	57.626,93	0,00	0,00	0,00	0,00	62.507.278,78
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	201 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	201 0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	200 9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	201 1	491.274,25	0,00	74.928,00	16.206,52	0,00	29.326,53	9.546,82	0,00	13.401,20	627.714,32
	201 0	102.698,42	0,00	21.552,10	85.257,87	0,00	0,00	13.717,58	0,00	0,00	223.225,97
	200 9	114.433,05	0,00	93.238,30	2.458,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.130,06

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	484.931,89	44.051,94	13.494,27	0,00	4.995,37	10.584,72	0,00	0,00	558.058,19
	2010	0,00	544.448,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544.448,76
	2009	0,00	402.007,02	0,00	0,00	1.326,64	0,00	0,00	0,00	0,00	403.333,67
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	26.103.054,09	11.601.632,51	3.194.312,64	1.516.614,08	0,00	565.494,91	1.146.277,47	0,00	49.084,51	44.176.470,21
	2010	6.446.061,99	10.573.850,50	1.490.927,39	8.272.383,61	0,00	76.948,77	100.763,71	0,00	0,00	26.960.935,97
	2009	8.143.276,70	7.405.453,42	7.199.507,54	271.851,06	24.438,38	0,00	0,00	0,00	0,00	23.044.527,10
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial e Siape

Obs: Quantidade – posição em 31 de dezembro de cada ano

QUADRO XXII – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
<i>Técnico Administrativo</i>	106	106	107	Não há	Não há
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Atualmente existem 106 postos de serviços contratados que executam atividades que são inerentes ao cargo efetivo de Técnico Administrativo. Com o objetivo de cumprir o Termo de Conciliação Judicial - TCJ, firmado entre a União e o Ministério Público, que determina a substituição gradativa de terceirizados que executem atividades típicas ao plano de cargos, em 2009 foi solicitada ao Ministério do Planejamento a criação de cargos para a carreira da ANP com o objetivo de substituição integral dos terceirizados que estão em desacordo com o TCJ. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5911/2009.					

Fonte: Sistema RM

QUADRO XXIII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis													
UG/Gestão: ANP				CNPJ: 02.313.673/0002-08									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	9.086	2182621000169	03/09/10	02/09/11	0	0	247	187	0	0	P
2007	2	O	9.086	2182621000169	03/09/10	02/09/11	7	5	0	0	0	0	P
2007	3	O	9.086	2182621000169	03/09/10	02/09/11	18	7	0	0	0	0	P
2007	1	O	9.088	2182621000169	03/09/10	02/09/11	0	0	7	7	0	0	P
2007	3	O	9.088	2182621000169	03/09/10	02/09/11	1	1	0	0	0	0	P
2007	1	O	9.087	63223093000133	03/09/10	02/09/11	0	0	15	15	0	0	P
2007	3	O	9.087	63223093000133	03/09/10	02/09/11	1	1	0	0	0	0	P
2007	1	O	9.089	63223093000133	03/09/10	02/09/11	0	0	52	43	0	0	P
2007	2	O	9.089	63223093000133	03/09/10	02/09/11	1	1	0	0	0	0	P
2007	3	O	9.089	63223093000133	03/09/10	02/09/11	3	3	0	0	0	0	P
Observações: Há uma diferença entre a quantidade prevista no contrato e a quantidade efetivamente contratada, pois alguns postos foram extintos para o cumprimento do Termo de Conciliação Judicial, que trata da substituição de terceirizados por servidores efetivos, e também ao não preenchimento de alguns postos, que deixaram de ser necessários.													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									

Área: 1. <i>Conservação e Limpeza;</i> 2. <i>Segurança;</i> 3. <i>Vigilância;</i> 4. <i>Transportes;</i> 5. <i>Informática;</i> 6. <i>Copeiragem;</i> 7. <i>Recepção;</i> 8. <i>Reprografia;</i> 9. <i>Telecomunicações;</i> 10. <i>Manutenção de bens móveis</i> 11. <i>Manutenção de bens imóveis</i> 12. <i>Brigadistas</i> 13. <i>Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</i> 14. <i>Outras</i>	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
--	---

Fonte: Contratos nºs 9.086/07 e 9.088/07 (Locanty), 9.087/07 e 9.089/07 (WS) e Sistema RM.

Benefícios de servidores

A ANP concede a seus servidores os seguintes benefícios:

- a) Auxílio-transporte;
- b) Auxílio-pré-escolar;
- c) Auxílio-alimentação;
- d) Assistência médica, ambulatorial e hospitalar;
- e) Auxílio-funeral/natalidade;
- f) Assistência odontológica.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS DE SERVIDORES (EM R\$)

Descrição:	2009	2010	2011
Auxílio pré-escolar	81.485,50	92.595,00	113.150,95
Auxílio alimentação	1.300.465,71	2.740.752,00	2.638.899,87
Auxílio transporte	256.215,56	275.112,00	91.055,47
Auxílio-funeral/natalidade	7.849,35	31.127,92	16.111,31
Assistência à Saúde Suplementar (*)	682.878,14	900.041,02	1.071.863,20
	78.754,86	85.259,55	
Total	2.407.649,12	4.124.887,49	3.931.080,80

Fonte: SIAFI Gerencial / DDP-SIAPE

(*) Informação do gasto efetivo da ANP (total da fatura deduzindo-se a participação do servidor)

Os benefícios de auxílios transporte, pré-escolar, natalidade e alimentação são concedidos aos servidores em pecúnia, na folha de pagamento mensal.

A assistência médica e a odontológica estão incluídas na Assistência à Saúde Suplementar a partir de 2011.

A assistência médica é prestada por meio de contratação da operadora Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda. Em dezembro de 2011, o plano de assistência médica contava com a inscrição de 592 titulares e 588 dependentes, perfazendo um total de 1.180 beneficiários.

A assistência odontológica é prestada por meio de contratação da operadora Odontoprev S.A. Em dezembro de 2011, o plano de assistência odontológica contava com a inscrição de 494 titulares e 443 dependentes, perfazendo um total de 937 beneficiários.

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS – CAPACITAÇÃO

Em 31/12/2011 havia na ANP 604 servidores com nível superior, 150 com nível médio, 12 com ensino fundamental e 1 servidor com ensino fundamental incompleto.

QUADRO - NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Níveis de Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto	0	0,00
Alfabetizado sem cursos regulares	0	0,00
Primeiro grau incompleto	5	0,65
Primeiro grau	5	0,65
Segundo grau, ensino médio ou técnico	152	19,84
Superior	311	40,60
Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-Graduação	156	20,37
Mestrado	108	14,10
Doutorado	28	3,66
Pós-Doutorado	1	0,13
TOTAL	766	100%

Fonte: RM e Planilha de Promoção e Progressão (banco de dados SRH)

O quadro de pessoal da ANP está bem gabaritado tecnicamente, haja vista o número de servidores detentores de diplomas de pós-graduação. O quadro acima consolida o número de certificados apresentados pelos servidores do quadro efetivo, quadro específico, requisitados, descentralizados de carreira, lotação provisória e nomeados sem vínculo, registrando 293 cursos de Pós-Graduação, sendo 156 de nível de Especialização e Lato Sensu, 108 de Mestrado, 28 de Doutorado e 1 de Pós-Doutorado.

Em 2011 a ANP patrocinou 31 cursos de Pós-Graduação, que ainda não foram concluídos, conforme demonstrado a seguir:

Servidores por Diretoria que cursam Pós-Graduação patrocinada pela ANP posição em 31/12/2011	Nº de Servidores por Diretoria	Custo (R\$)
DG	12	116.192,00
DIR-1	3	33.000,00
DIR-2	3	0,00
DIR-3	11	159.670,00
DIR-4	2	19.000,00
Total	31	327.862,00

Fonte: SRH – T&D

Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Em 2011 foi investido o valor de R\$ 1.875.375,79 para a participação dos servidores em congressos, seminários, cursos e outros eventos.

Foram emitidas 1.337 Solicitações de Participação em Ações de Treinamento (SPAT). Como resultado efetivo das ações de capacitação, a ANP treinou 595 servidores, o que representa 77,68% do seu quadro de pessoal. Essas ações representaram um investimento de 69.872 horas/aula de treinamento, perfazendo uma média de 117,43 horas por servidor treinado.

Segue o demonstrativo do quantitativo de treinamentos e de servidores treinados por mês:

Quantitativo de Certificações Realizadas - 2011				Quantitativo de Servidores Treinados por Mês sem Repetição
Mês	Nacional	Internacional	Total	Total
Janeiro	12	0	12	8
Fevereiro	74	3	77	63
Março	51	1	52	47
Abril	102	3	105	53
Maio	211	8	219	71
Junho	101	26	127	45
Julho	175	6	181	65
Agosto	182	3	185	70
Setembro	214	8	222	45
Outubro	146	28	174	68
Novembro	146	18	164	36
Dezembro	39	1	40	24
Total	1453	105	1558	595

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

Ações de Capacitação por Unidades Organizacionais

De acordo com os Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos (RPATs), os cursos foram bem aproveitados, os temas foram integrados às atividades profissionais desenvolvidas e serviram como ferramentas de atualização e ampliação de conhecimento adquirido.

Os cursos *in company* demonstraram a capacidade de promover maior interação e integração entre os servidores da ANP, assim como alinhar o conteúdo sobre diversos temas, como ocorrido no evento DGOS – Desenvolvimento de Gestores Operacionais e Supervisores, cujo trabalho final culminou como uma apresentação para ANP sobre os seguintes temas: Competências Gerenciais, Melhores Práticas, Gestão dos Dados e Gerenciamento de Impressão.

Foram trabalhos de alta qualidade e aplicáveis à realidade da Agência. Os debates promovidos ao final das atividades foram de grande importância na troca de experiências entre as áreas envolvidas.

Os servidores das áreas técnicas participaram de Congressos, Simpósios, Conferências e Eventos Nacionais e Internacionais que abordaram assuntos relacionados à atividade fim da Agência como Biocombustíveis, Bioenergia, Biodiesel, Aditivos, Etanol, Lubrificantes, Perfilagem Geofísica de Poços, Estratigrafia, Refino de Petróleo, Direito da Concorrência e da Regulação, Direito Tributário, Qualidade, Pré-Sal, Normas ABNT e Gestão Ambiental.

Essas atividades de treinamento e qualificação proporcionaram um aumento na qualidade dos serviços prestados e o aperfeiçoamento do modelo e das práticas da ANP, resultando em um ambiente de maior segurança, estabilidade e transparência.

Eventos internacionais com a participação de servidores:

Eventos Internacionais
11TH INTERNACIONAL CONFERENCE ON CARBON DIOXIDE UTILIZATION
14 TH WORLD ETHANOL & BIOFUELS CONFERENCE
2011 SPE ANNUAL TECHNICAL CONFERENCE AND EXHIBITION
30TH USAEE/IAEE NORTH AMERICAN CONFERENCE
34TH IAEE INTERNATIONAL CONFERENCE "INSTITUTIONS, EFFICIENCY AND EVOLVING ENERGY TECHNOLOGIES"
AAPG 2011 INTERNATIONAL CONFERENCE & EXHIBITION
ADVANCE BIODIESEL CONFERENCE AND EXPO
APPLIED SUBSURFACE GEOLOGICAL MAPPING
ARCGIS DESKTOP I E II
ATAG LATIN AMERICA SUSTAINABLE AVIATION WORKSHOP 2011
BASE OILS I – AN INTRODUCTION” E “BASE OILS II – PRODUCT QUALITIES & BLENDING OPTIONS
CHEMPOR 2011 - 11TH INTERNATIONAL CHEMICAL AND BIOLOGICAL ENGINEERING CONFERENCE
CURSO "RELIABILITY ENGINEERING AND ASSET RISK MANAGEMENT"
CWC TWELFTH ANNUAL WORLD LNG SUMMIT
ECONOMIC EVALUATION AND INVESTMENT DECISION METHODS
ETHANOL SUMMIT 2011
EUROANALYSIS 2011
EXPANDED BASIC PETROLEUM ECONOMICS
EXPLORATION AND PRODUCTION ACCOUNTING - LEVEL 2
FIELD TRIP - CARBONATOS DA BACIA DE NEUQUÉN
GARTNER SYMPOSIUM IT XPO 2011
ILTA 31 ST ANNUAL INTERNATIONAL OPERATING CONFERENCE & TRADE SHOW AND ADVANCED TANKS – AIR EMISSIONS WORKSHOP
INTEGRITY MANAGEMENT OF SUBSEA PIPELINES- MÓDULOS 1 E 2
ITIL FOUNDATION - V3
LNG COMMERCIAL DYNAMICS
METAMORPHOSIS 1
NATIONAL BIODIESEL CONFERENCE AND EXPO

OPEN INNOVATION SEMINAR
OTC - OFFSHORE TECHNOLOGY CONFERENCE 2011
PETREL & PETROMOD
PETROLEUM RISK AND DECISION ANALYSIS
PRODUCTION SHARING AGREEMENTS - PSAS
PRODUCTION SHARING CONTRACTS & UPSTREAMECONOMIC ANALYSIS
RISK ANALYSIS, PROSPECT EVALUATION AND EXPLORATION ECONOMICS
SHALE, CBM AND TIGHT OIL & GAS RESERVOIRS: EXPLORING, APPRAISING AND DEVELOPING
SHORELINE CLEANUP ASSESSMENT TECHNOLOGY - SCAT
SOCIETY OF EXPLORATION GEOPHYSICISTS INTERNATIONAL EXPOSITION
STRUCTURAL INTERPRETATION OF SEISMIC DATA
SWAFEA EUROPEAN STUDY-SYNTHESIS CONFERENCE
WELL DESIGN AND ENGINEERING

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

Os servidores das áreas meio participaram de Fóruns sobre as Agências Reguladoras, CLAD, DGOS – Desenvolvimento de Gestores Operacionais e Supervisores, além de cursos de Administração Orçamentária, Financeira, Contratações Públicas, Lei de Responsabilidade Fiscal, PAD e Sindicância, SIAPE, Legislação de Pessoal, Gestão de Pessoas, Gestão por Competência, Desenvolvimento da Competência Social, Governança e Riscos Corporativos, Licitações e Contratos, Profissionalização do Gestor Público, Liderança de Equipes, Gerência de Material, Almoxarifado e Patrimônio, Gerenciamento de Projetos, Cerimonial para Setores Públicos, Redação Oficial e Elaboração de Relatórios, Gestão Tecnológica e da Inovação, Indicadores de Desempenho Organizacional, Gestão do Conhecimento, Atendimento ao Cidadão, Auditoria, que também alcançaram resultados satisfatórios na melhoria do desempenho profissional.

Comitê Gestor de Capacitação - CGC

O Comitê Gestor de Capacitação – CGC tem como objetivo assessorar a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos nas definições das ações de desenvolvimento dos servidores, visando à formulação de políticas institucionais e de diretrizes voltadas para a capacitação, treinamento e desenvolvimento do capital humano da ANP.

No ano de 2011 foram realizadas 19 reuniões do Comitê aprovando 32 cursos de Pós-Graduação, sendo 31 (trinta e um) individuais e 1 (um) *in company*.

Cursos *In Company* de Curta Duração e Longa Duração

No ano de 2011 ocorreram diversos treinamentos, que resultaram da parceria entre a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos, diversas áreas da ANP (DIR-II/GAB/SBQ/SEP/CDC/SPG/SPL/SRP), entidades privadas e governamentais (E-SAF/ENAP/UFRJ). Os cursos foram ministrados por instrutores internos e externos.

Segue resumo com os principais temas e quantidade de servidores certificados:

Seminários realizados "In Company" em 2011		
Temas	Qtde Servidores	Custo de Inscrição (R\$)
PRIMEIRO ENSAIO DE PROFICIÊNCIA ANP/INMETRO EM BIOCOMBUSTÍVEIS	20	0,00
WORKSHOP MARGEM EQUATORIAL	25	0,00
Total	45	0,00

Cursos "In Company" Contratados pela ANP em 2011		
Temas	Qtde Servidores	Custo de Inscrição (R\$)
CURSO DE ETANOL	64	0,00
CURSO DE AIR	22	0,00
GEOQUÍMICA DO PETRÓLEO	20	0,00
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	24	7.116,76
HIDROTRATAMENTO E HIDROCRAQUEAMENTO	22	64.714,75
CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	40	108.760,02
DGOS – 152h	19	28.000,00
PRODUCTION SHARING AGREEMENTS	34	82.191,02
SEMANA ORÇAMENTÁRIA (*)	36	13.621,33
CURSO DE ENGENHARIA DE RESERVATÓRIO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	20	7.900,00
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA, REGULAÇÃO E DEFESA DA CONCORRÊNCIA/UFRJ - 360h (**)	38	144.000,00
REGULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	64	10.781,20
Total	403	467.085,08
(*) No valor total estão incluídos os resultados obtidos após parceria realizada com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), que possibilitou a inscrição de 20 servidores pelo custo total de R\$ 7.821,33 (sete mil oitocentos e vinte e um reais e trinta e três centavos), referente às despesas com diárias e passagens de 5 (cinco) instrutores.		
(**) Custo total do curso: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) a ser liberado em 5 (cinco) parcelas iguais de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). Duas parcelas liberadas em 2011.		

Cursos "In Company" ministrado por Servidores da ANP em 2011		
Temas	Qtde Servidores	Custo de Inscrição (R\$)
GEOLOGIA PARA NÃO GEÓLOGO	54	0,00
PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	69	0,00
Total	123	0,00

Convênio PRO-REG / ENAP		
Temas	Qtde Servidores	Custo de Inscrição (R\$)
TÉCNICAS E OFICINA DE NEGOCIAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	12	0,00
ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS	18	0,00
ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	6	0,00
COMUNICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	3	0,00
COMPETÊNCIAS CONVERSACIONAIS	6	0,00
INTRODUÇÃO À REGULAÇÃO	12	0,00
Total	57	0,00

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

A experiência mostrou que eventos “*In Company*” de curta duração e longa duração são economicamente viáveis e que seus objetivos tem sido atendidos com excelência.

As ações de treinamento e capacitação foram desenvolvidas em consonância com o principal objetivo da Agência, que visa manter seu quadro de pessoal atualizado e melhor preparado para atuar como órgão regulador do setor de petróleo. A Superintendência de Gestão de Recursos Humanos vem desenvolvendo seu trabalho de acordo com as diretrizes da Diretoria e com as demandas das áreas visando compor um corpo funcional qualificado e pronto para dar cumprimento à missão institucional da Agência.

Análise do quadro próprio de pessoal

A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, estabeleceu o quantitativo de 780 cargos para compor o quadro de pessoal efetivo da ANP. Por meio do Edital nº 001/2004, publicado em 24 de dezembro de 2004, a ANP realizou, em 2005, o seu primeiro Concurso Público para o preenchimento de 313 vagas. Visando preencher o quantitativo previsto no seu quadro de pessoal ativo permanente, a ANP realizou seu segundo concurso público em março de 2008, publicado por meio do Edital nº 001/2008, e previa o preenchimento de mais 325 vagas.

No exercício de 2008 foram ocupadas 270 vagas pelos novos servidores. No final do exercício de 2009 mais 45 vagas foram ocupadas por novos servidores oriundos do segundo concurso. Em 2010, outros 26 servidores concursados tomaram posse e entraram em exercício.

Em razão do término de validade do último concurso realizado, não houve ingresso de novos servidores de carreira na ANP em 2011. A Agência solicitou, em junho de 2010, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, autorização para realizar novo concurso público com o objetivo de ocupar 152 vagas do quadro de pessoal.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO EFETIVO DE SERVIDORES / DEZEMBRO DE 2011

CARGO		QTD
EFETIVO	ANALISTA ADMINISTRATIVO	131
	ESP. EM GEOLOGIA E GEOFÍSICA DO PET. E GÁS NATURAL	19
	ESP. EM REG. DE PETR. E DER., ÁLCOOL COMB. E GÁS NATURAL	286

	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	68
	TÉCNICO EM REG. DE PETR. E DER., ÁLCOOL COMB. E GÁS NATURAL	38
	TOTAL	542
	CARGO	QTD
ESPECÍFICO	ADMINISTRADOR	5
	AGENTE ADMINISTRATIVO	21
	AGENTE DE MECÂNICA DE APOIO	1
	AGENTE DE PORTARIA	1
	ANALISTA DE CADASTRO DE EMPRESA	1
	ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICAÇÕES	1
	CONTADOR	1
	DATILÓGRAFO	5
	ECONOMISTA	3
	FISCAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E OUTROS COMBUSTÍVEIS	35
	MOTORISTA OFICIAL	7
	TÉCNICO CONTÁBIL	1
	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1
	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	1
	TÉCNICO ESPECIALIZADO	1
	TECNOLOGISTA	3
	TOTAL	88
	TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO (EFETIVO e ESPECÍFICO)	630

Fonte: SIAPE / CADGER / Relatório de Informações Gerenciais - SRH

Outras atividades desenvolvidas pela SRH em 2011:

Avaliação de Desempenho	Foram revisados e normatizados os procedimentos e melhorias na sistematização da Avaliação de Desempenho, por meio da Portaria nº 172/2011, que regulamentou os instrumentos de avaliação, o Sistema de Plano e Trabalho - SPT e o Sistema de Avaliação de Desempenho – SAS, com a unificação das avaliações de desempenho para fins de gratificação de desempenho, progressão e promoção, e estágio probatório. A SRH desenvolveu em conjunto com a área de informática-NIN as novas funcionalidades do SAS para a avaliação de desempenho 360° (autoavaliação, chefia, equipe), para fins de gratificação e gestão. Os sistemas foram implementados com a realização prévia de encontros e palestras com os servidores das unidades da ANP.
Gratificação de Desempenho	Foram revisados e normatizados os procedimentos e melhorias nas regras da avaliação de desempenho para fins de concessão da Gratificação de Desempenho, por meio da Portaria nº 174/2011.
Progressão e Promoção	Foram revisados e normatizados os procedimentos e melhorias nas regras da avaliação de desempenho para fins de concessão da Progressão e Promoção, por meio da Portaria nº 175/2011, que revogou as Portarias nº 13, de 29 de janeiro de 2009, nº 03, de 21 de janeiro de 2010, a nº 133, de 22 de junho de 2010 e a nº 19 de 03 de feve-

	reio de 2011.
Estágio Probatório	Foram revisados e normatizados os procedimentos e melhorias nas regras da avaliação de desempenho para fins de concessão do Estágio Probatório, por meio da Portaria nº 173/2011, estabelecendo a informatização para os novos processos de estágio probatório. Foram concluídos e homologados no exercício de 2011 (até outubro) 236 processos de estágio probatório.
Implantação do Sistema do SIAPE Saúde para o registro dos exames médicos periódicos	Início do processo de realização dos exames periódicos por meio do módulo informatizado do SIAPE-Saúde, conforme determina a Portaria SRH/MP nº 783, de 7 de abril de 2011. Os dados e resultados dos exames médicos periódicos dos servidores comporão prontuário eletrônico para fins coletivos de vigilância epidemiológica, de melhoria dos processos e ambientes de trabalho e acompanhamento da saúde do servidor.
Criação do BLOG SRH	O Blog SRH é uma mídia social para troca de informações entre seus usuários. A SRH está usando esse mecanismo para divulgar suas informações de forma fácil e objetiva para proporcionar maior interatividade com seu público, servidores e colaboradores. O Blog é composto pelos espaços para publicações: Conversar RH, Espaço Gestor e a Sala Virtual. No Conversar RH são disponibilizados textos sobre a área de recursos humanos e de mídias sociais aplicadas a RH, no Espaço Gestor são tratados os temas de gestão de RH com os gestores da ANP, na Sala Virtual são disponibilizadas para consulta as minutas de textos para regulamentar assuntos de RH.
1ª Semana da Saúde	A ANP realizou entre 11 e 15 de abril a Semana da Saúde com diversas atividades, palestras e campanha de doação de sangue. Os resultados foram muito satisfatórios tendo em vista os assuntos abordados, a participação dos servidores e o empenho das empresas parceiras que colaboraram para a realização dos eventos. Houve atividades também no Escritório de Brasília e transmissões por videoconferência para os escritórios regionais.

10. ITEM 6 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS PELA UJ NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

QUADRO XXIV – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis										
CNPJ: 02.313.673 0002 - 08				UG/GESTÃO: 323031/32205						
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados			Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício				
							Início	Fim		
1	480385	Fundação de apoio a Pesquisa e extensão	12.000.000,00	-	-	5.500.000,00	3/7/2003	1/7/2013	1	
1	480715	Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa	13.210.000,00	-	-	2.250.000,00	30/7/2003	29/7/2013	1	
1	590555	Companhia de Recursos Minerais	24.378.090,32	4.636.884,77	625.074,11	13.205.101,93	22/3/2007	31/12/2011	1	
1	575716	Diretoria de Portos e Costas	30.000.000,00	-	4.500.000,00	30.000.000,00	18/12/2006	31/08/2011	1	
1	636385	Diretoria de Portos e Costas	21.408.000,00	-	5.809.495,25	17.558.000,00	4/12/2008	31/12/2011	1	
1	635874	Diretoria de Portos e Costas	48.330.000,00	-	9.000.000,00	20.730.000,00	1/12/2008	30/11/2013	1	
1	731934	Secretaria de Estado e Segurança Publica – CBM/SC	960.000,00	160.000,00	-	400.000,00	2/3/2010	1/3/2012	1	
1	636386	Centro de Integração Empresa e Escola	253.680,00	-	44.170,00	132.680,00	31/10/2008	30/10/2012	1	

3	-	PRH 01 - UFRJ	930.225,02	93.022,50	156.958,16	854.565,09	03/11/09	24/05/12	1
3	-	PRH 02 - UFRJ	2.304.512,68	230.451,27	404.683,94	2.106.578,00	09/11/09	24/05/12	1
3	-	PRH 03 - UFRJ	1.018.994,41	101.899,44	186.617,22	934.309,17	03/11/09	24/05/12	1
1	-	PRH 04 - USP	720.974,60	72.097,46	238.676,39	707.318,59	02/03/10	29/09/12	1
1	-	PRH 05 - UNESP	377.396,40	37.739,64	196.218,25	345.605,05	09/12/09	10/11/12	1
3	-	PRH 06 - UPA	1.333.177,82	133.317,78	610.490,57	1.169.303,59	09/11/09	24/05/12	1
1	-	PRH 07 - PUC-Rio	631.540,40	63.154,04	260.579,18	572.794,78	17/12/09	23/11/12	1
3	-	PRH 08 - UFBA	1.514.418,06	151.441,81	648.802,54	1.361.121,40	25/11/09	05/06/12	1
3	-	PRH 09 - UFSC	1.439.598,00	143.959,80	616.066,18	1.312.012,18	03/11/09	22/06/12	1
3	-	PRH 10 - UTFPR	748.753,60	74.875,36	255.649,99	631.195,19	11/12/09	24/05/12	1
3	-	PRH 11 - UFF	586.008,40	58.600,84	208.320,31	550.409,51	09/12/09	23/09/12	1
3	-	PRH 12 - UFRGS	611.660,80	61.166,08	262.482,59	554.624,19	09/12/09	27/09/12	1
3	-	PRH 13 - UFRJ	799.914,20	79.991,42	155.612,81	724.798,29	25/11/09	01/06/12	1
3	-	PRH 14 - UFRN	1.182.021,60	118.202,16	240.877,27	1.049.005,32	25/11/09	24/05/12	1
1	-	PRH 15 - UNICAMP	1.403.605,10	140.360,51	656.576,31	1.235.869,01	16/12/09	24/09/12	1
3	-	PRH 16 - UNIFEI	358.790,83	35.879,08	177.428,50	325.672,13	25/11/09	29/06/12	1
1	-	PRH 17 - UERJ	470.543,62	47.054,36	170.319,63	430.466,05	17/12/09	19/12/12	1
3	-	PRH 18 - UFRJ	566.886,20	56.688,62	107.630,18	534.832,14	04/11/09	24/05/12	1
1	-	PRH 19 - USP	646.211,41	64.621,14	284.387,19	588.507,40	18/06/10	23/11/12	1
1	-	PRH 20 - UENF	971.176,99	97.117,70	442.392,76	876.891,35	09/12/09	16/12/12	1
3	-	PRH 21 - UFRJ	1.034.305,61	103.430,56	187.784,59	977.300,62	09/11/09	24/05/12	1
3	-	PRH 22 - UFRN	1.023.960,60	102.396,06	185.871,23	932.453,41	25/11/09	24/05/12	1
3	-	PRH 24 - UFPR	1.306.777,40	130.677,74	428.883,40	1.119.588,00	25/11/09	24/05/12	1
3	-	PRH 25 - UFCG	2.202.036,13	220.203,61	660.322,28	1.685.578,41	01/04/10	23/09/12	1
3	-	PRH 26 - UFPE	1.543.645,79	154.364,58	268.070,24	1.429.652,80	25/11/09	02/06/12	1
3	-	PRH 27 - FURG	580.916,03	58.091,60	289.205,87	522.097,90	09/12/09	24/05/12	1
3	-	PRH 28 - UFPE	2.902.144,52	290.214,45	536.465,53	2.623.582,95	25/11/09	24/05/12	1
3	-	PRH 29 - UFES	1.673.847,76	167.384,78	781.559,35	1.481.285,51	09/12/09	22/06/12	1
3	-	PRH 30 - UFRN	933.328,20	93.332,82	189.501,29	840.131,58	25/11/09	24/05/12	1
3	-	PRH 31 - UFRN	1.129.897,04	112.989,70	470.557,29	1.005.002,33	25/11/09	24/05/12	1
1	-	PRH 32 - IMPA	400.332,79	40.033,28	225.739,82	350.927,01	02/03/10	02/11/12	1
1	-	PRH 33 - UERJ	423.426,80	42.342,68	118.172,31	412.584,71	23/08/10	19/12/12	1
3	-	PRH 34 - UFSC	863.845,84	86.384,58	370.722,08	779.554,32	25/11/09	05/06/12	1
3	-	PRH 35 - UFRJ	1.361.511,19	136.151,12	251.444,34	1.235.265,76	10/11/09	24/05/12	1
3	-	PRH 36 - UFRN	337.203,60	33.720,36	49.079,50	319.421,68	25/11/09	24/05/12	1

3	-	PRH 37 - UFRJ	744.115,20	74.411,52	127.956,59	696.236,56	09/07/10	24/05/12	1
3	-	PRH 38 - UFRGS	744.115,20	74.411,52	286.430,54	658.488,14	09/07/10	01/09/12	1
3	-	PRH 39 - UFMA	744.115,20	74.411,52	199.849,58	517.774,52	09/07/10	29/06/12	1
3	-	PRH 40 - UFAL	730.492,80	73.049,28	299.607,22	664.853,62	14/07/10	05/06/12	1
3	-	PRH 41 - UFRJ	744.115,20	74.411,52	127.956,59	696.236,56	25/06/10	01/06/12	1
3	-	PRH 42 - UFCG	744.115,20	74.411,52	220.106,61	538.031,55	23/08/210	23/09/12	1
3	-	PRH 43 - UFRN	744.115,20	74.411,52	127.956,59	696.236,56	25/06/10	24/05/12	1
3	-	PRH 44 - UFSCar	744.115,20	74.411,52	297.195,47	615.120,41	09/07/10	24/05/12	1
3	-	PRH 45 - UFS	730.492,80	73.049,28	227.219,73	545.144,67	29/07/10	22/06/12	1
3	-	PRH 46 - UFMG	891.420,00	89.142,00	291.571,99	291.571,99	08/02/11	07/08/12	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI e SICONV

**QUADRO XXV – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS
ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
CNPJ:	02.313.673 0002 - 08					
UG/GESTÃO:	323031/32205					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	17	14	14	22.574.801,20	10.186.968,58	25.761.261,26
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	36	36	36	10.906.938,16	16.722.528,74	16.436.248,02
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	53	50	50	33.481.739,36	26.909.497,32	42.197.509,28

Fonte: SIAFI e SICONV

**QUADRO XXVI – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO
EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
CNPJ: 02.313.673 0002 - 08			UG/GESTÃO: 323031/32205		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	15	-	22.574.801,20	-	95,44%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	36	-	10.906.938,16	-	95%
Termo de Compromisso		-	-	-	-
Totais	51	-	33.481.739,36	-	-

Fonte: SIAFI e SICONV

QUADRO XXVII – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE
CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE
REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis					
CNPJ: 02.313.673 0002 - 08			UG/GESTÃO: 323031/32205		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Co- operação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	30	50	-
		Montante Repassado	22.574.801,20	10.906.938,16	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	14	36	-
		Montante Repassado	10.186.968,58	16.722.528,74	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	14	36	-
		Montante Repassado	25.761.261,26	16.436.248,02	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI e SICONV

QUADRO XXVIII - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE
CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			
CNPJ: 02.313.673 0002 - 08		UG/GESTÃO: 323031/32205	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados	Instrumentos	
		Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas	80	-

	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	70	-
			Contas Não analisadas	10	-
		Montante repassado (R\$)		33.481.739,36	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
Montante repassado (R\$)			-	-	

2010	Quantidade de contas prestadas		50	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	50	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado (R\$)	-	-

2009	Quantidade de contas prestadas		50	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	50	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-

Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-

Fonte: SIAFI e SICONV

Análise Crítica

As cobranças junto às entidades em atraso com as prestações de contas foram efetuadas em conjuntos com áreas técnicas que negociaram na fase inicial a celebração do convênio, resultando na resposta mais ágil da conveniente.

As transferências não liquidadas até 31/12/11 são contabilizadas em restos a pagar não processados.

No exercício de 2010 as transferências totalizaram R\$ 26.909.497,32 (vinte seis milhões novecentos e nove mil quatrocentos e noventa sete reais e tinta e dois centavos) e no exercício de 2011 R\$ 33.481.739,36 (trinta e três milhões quatrocentos e oitenta um mil setecentos e trinta nove reais e trinta seis centavos), apresentando evolução qualitativa de 19,6 %.

Observamos semanalmente registros de adimplência e inadimplência das convenientes para execução dos repasses de acordo com cronograma de desembolso, o-

correm com restrições orçamentárias/financeiras no âmbito do MME as liberações foram efetuadas com atraso.

Efetuamos as conferências das prestações de contas em conjunto com as áreas técnicas, pelo acompanhamento direto junto à execução do convênio das referidas áreas, o que evoluiu na qualidade da despesa em face do objeto de cada convênio.

Os convênios são finalizados pelo Financeiro da ANP em consonância com as áreas técnicas apresentando dinâmica no aproveitamento dos recursos.

Os controles no âmbito do Financeiro são suportados por planilhas em Excel e a fiscalização efetuada diretamente pelas áreas técnicas em face da especificidade dos objetos.

Vale ressaltar que o Programa de Recursos Humanos da ANP, os recursos orçamentários e financeiros são fornecidos pela FINEP, através do fundo setorial CETPETRO que totalizou R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

11. ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV – Vide Anexo I

12. ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PE- LA LEI 8.730/93

QUADRO XXIX – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	15	16	301
	Entregaram a DBR	15	14	301
	Não cumpriram a obrigação	0	2	0

Fonte:SRH/ANP

Análise Crítica

01) No quadro acima, a ANP está obrigada a preencher a parte referente a” Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)”, considerando que as Autoridades relacionadas nos incisos de I a VI não constam do quadro de servidores, conforme o art. 1º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993:

“ Art. 1º É obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos adiante indicados:

I - Presidente da República;

II - Vice-Presidente da República;

III - Ministros de Estado;

IV - membros do Congresso Nacional;

V - membros da Magistratura Federal;

VI - membros do Ministério Público da União;

VII - todos quantos exerçam cargos eletivos e cargos, empregos ou funções de confiança, na administração direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes da União .”

02) A declaração de bens e rendas é cobrada de todos os servidores independentemente de nomeação para cargo comissionado, excetuando-se os casos em que entregaram a autorização de acesso, desta forma os quadros “Posse ou Início do Exercício” e “Final do Exercício” apresentam os quantitativos, respectivamente, dos ingressos e desligamentos da Agência.

13. ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO XXX – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<p>Considerações gerais:</p> <p>1) O resultado acima resulta da consolidação das opiniões emitidas pelos titulares das seguintes áreas da Agência: CCL, SFI, SRP, SDT, SBQ, SDP, SPL, CSO, SPG, SEP, SDB, SRH, SPP, SAB, SCM e SCI.</p> <p>2) O item com maioria dos votos ou selecionado unicamente foi indicado como posicionamento final.</p> <p>3) Para as questões com empate foi escolhido o item mais positivo, sob a perspectiva da ANP.</p>					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

14. ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO XXXI - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Um exemplo é a adoção de lâmpadas que geram redução de 30% no consumo de energia.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa	X				

campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? A campanha foi realizada através da Intranet (Campanha “Pense Verde”)</p>			X		
<p><i>Considerações Gerais: O questionário foi respondido pelas seguintes áreas: SFA (Administração, Almoxarifado e Coordenadoria de Aquisições), SEC, CMA e SRH.</i></p> <p><i>O resultado é a consolidação das notas emitidas pelas áreas consultadas.</i></p>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

15. ITEM 11 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO XXXII – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF- Rio de Janeiro	12	12
	município: Rio de Janeiro	12	12
	UF – Distrito Federal	1	1
	município: Brasília		
Subtotal Brasil		13	13
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		13	13

Fonte: SpiuNet

**QUADRO XXXIII – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
LOCADOS DE TERCEIROS**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LO- CADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Rio de Janeiro	03	03
	Rio de Janeiro	03	03
	São Paulo	02	02
	São Paulo	02	02
	Bahia	03	02
	Salvador	03	02
Subtotal Brasil		8	7
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		8	7

Fonte:

Rio de Janeiro – Contratos nº 9108/08-ANP-005.357 e nº 4131/09-ANP-000.651

São Paulo – Contratos nº 9007/09-ANP-004.410 e nº 9006/09-ANP-004.410

Salvador – Contratos nº 4.121/09-ANP-005.277

QUADRO XXXIV – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
323031	6001.02845.500-3	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02848.500-0	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02850.500-0	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02852.500-1	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02854.500-2	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02856.500-3	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02858.500-4	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02860.500-5	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02862.500-6	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02864.500-7	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02866.500-8	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	3.176.932,95	-	-
323031	6001 02868.500-9	21	Muito bom	11.344.373,70	28/09/2011	4.754.086,75	-	-
Total							R\$ 11.160.351,54	

Fonte: SPIUnet

Obs.: As despesas com Manutenção se referem ao total de cotas condominiais pagas exercício de 2011- processo nº 48610.9567/2001.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
323030	9701164565002	12	Muito bom	14.791.498,46	30/11/3011	*30.550.281,63	54.688,88	872.398,24

Total	54.688,88	872.398,24
--------------	-----------	------------

Fonte: SPIUnet *Valor atualizado conforme IPTU de 2011, publicado no DODF em 08 de fevereiro de 2011.

Análise crítica – (UG 323031)

No município do Rio de Janeiro a ANP é proprietária de 11 andares no prédio em que está localizado o Escritório Central (EC) e 50% do edifício-garagem anexo ao prédio do Escritório, possuindo uma infraestrutura recomendada para uso dos servidores da ANP, contribuindo assim para a realização das suas atividades institucionais.

As despesas com a manutenção predial são realizadas através do condomínio, o qual é compartilhado com a Transpetro, proprietária dos outros 11 andares existentes no prédio, assim como dos 50% restantes do edifício garagem.

Adicionalmente a ANP é locatária de 03 pavimentos localizados no prédio adjunto ao EC. A locação destes andares no prédio anexo foi necessária devido ao aumento do número de novos servidores após o último concurso público e da expansão das atribuições regulatórias exercidas pela ANP.

Em 2011 o Escritório Regional de São Paulo (ESP) continuou a ocupar dois imóveis locados, em prédio comercial localizado no bairro de São Judas. A sede do ESP compreende um andar inteiro (02 salas), incluindo os respectivos mezaninos, cujas instalações são mais modernas e seguras, e portanto mais adequadas às operações regionais.

O Escritório Regional de Salvador (ESA) foi realocado em duas salas alugadas em outro andar no mesmo endereço. Após as adaptações realizadas nas novas instalações, e com a mudança para as novas salas o ESA encerrou o contrato da antiga sala.

As informações sobre os imóveis próprios da ANP foram atualizadas no SPIUNet, de acordo com os requisitos do sistema, com validade até 26/09/2013.

Os imóveis de propriedade de terceiros (alugados) foram cadastrados no SPIUNet, conforme instrução do Manual Geral do SPIU e recomendação da Auditoria.

Análise crítica - (UG 323030)

A sede da ANP se localiza em Brasília-DF, ocupando o prédio denominado Conjunto Oziel de Almeida Costa, com área total construída de 24.231,23m², composto por:

- Prédio denominado Edifício do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas– CEPAT, composto de 01 subsolo, 01 andar térreo e 01 terraço, com área total construída de 2.822,89m².
- Prédio denominado Edifício Sede, composto de casa de máquinas enterradas, 01 subsolo, andar térreo e 04 pavimentos, com área total construída de 13.204,64m².
- Prédio denominado Prédio anexo ao Edifício Sede, composto de casa de bombas, enterradas juntamente com reservatório enterrado, 01 subsolo, andar térreo, 2 pavimentos e casa de máquinas elevada, com área total de construção total de 8.203,70m². Este imóvel destina-se a atividade própria da Unidade Gestora, com muito bom estado de conservação.

16. ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO XXXV – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE
JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	11 Servidores e 150 terceirizados (em média)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais: A análise e resposta aos quesitos acima foi realizada pelo grupo de Gestão do Núcleo de Informática da ANP.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					

- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

17. ITEM 13 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

QUADRO XXXVI - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO
CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	323030	Limite de Utilização da UG	R\$ 80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Lilian Brito Bertoldi	004701701-58	6.000,00	-	3.445,38	3.445,38
Paulo Oliveira	207590537-15	7.500,00	-	2.163,09	2.163,09
Pedro Silva	042465434-20	4.000,00	-	875,23	875,23
Silvio Rodrigues	062750044-79	8.000,00	-	4.470,32	4.470,32
Total utilizado pela UG			-	10.954,02	10.954,02
Código da UG 2: 323031		Limite de Utilização da UG: R\$ 83.400,00			
Carlos A. M. da França Silva	083916025-91	4.000,00		1.877,76	1.877,76
Marcela Ribeiro Vianna	087298177-91	3.300,00		1.957,77	1.957,77
Sebastião Silva	596553647-04	1.300,00		234,50	234,50
Emanuel P. Fernandes Batista	220969298-90	4.000,00		461,97	461,97
Ivandro Sant'ana	787474226-53	1.000,00		516,36	516,36
Reynaldo Cardone	183639898-00	4.000,00		1.001,00	1.001,00
Marcela Ribeiro Vianna	087298177-91	3.600,00	227,92	2.010,32	2.238,24
Carlos A. M. da França Silva	083916025-91	4.000,00		1.419,95	1.419,95
Sebastião Silva	596553647-04	2.000,00		367,50	367,50
Leonardo Portes Pinto	097930137-88	4.000,00		870,10	870,10
Marcela Ribeiro Vianna	087298177-91	3.600,00	350,00	946,35	1.296,35
Valdilene de Jesus	766689087-72	3.600,00	550,00	1.987,78	2.537,78
Ivandro Sant'ana	787474226-53	1.000,00		796,23	796,23
Sebastião Silva	596553647-04	4.000,00		180,00	180,00
Carlos A. M. da França Silva	083916025-91	4.000,00		2.142,02	2.142,02
Valdilene de Jesus	766689087-72	3.600,00		2.298,07	2.298,07
Total utilizado pela UG			1.127,92	19.067,68	20.195,60
Total utilizado pela UJ			1.127,92	30.021,70	31.149,62

Fonte: SFA/ANP e SIAFI 2011 / Processos administrativos de concessão de SF

QUADRO XXXVII – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO
CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercí- cios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quanti- dade	(a) Valor	Quanti- dade	(b) Valor	(a+b)
2011	1	782,60	62	41.732,73	42.515,33
2010	6	1.949,40	106	82.418,09	84.365,49
2009	3	1.127,92	106	85.843,40	86.971,32

Fonte: SFA/ANP e SIAFI 2009,2010 e 2011

18. ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
INFORMAÇÕES PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU OU
ORGÃOS DE CONTROLE INTERNO

QUADRO XXXVIII -CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU
ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2011.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	I-tem	Tipo	Comunicação Expedida
1	017.860/2010-5	812/2011-Plenário	1.5	RE	111/2011-TCU/SECOB-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
Item 1.5 – Recomendar a ANP, com fundamento no artigo 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o artigo 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que aprimore o monitoramento contínuo dos preços dos produtos asfálticos praticados no país, com vistas a mitigar a ocorrência de novas desconformidades nas informações enviadas pelas distribuidoras de asfaltos e a evitar que movimentos estratégicos e/ou comportamentos anticoncorrenciais possam elevar os preços médios divulgados pela ANP.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Coordenadoria de Defesa da Concorrência – CDC					25.281
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado Memorando nº 060/2011/AUD ao Diretor Geral, Diretores e a Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC), informando o conteúdo do Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
O TCU determinou o arquivamento do processo, tendo em vista o cumprimento das determinações constantes dos subitens 9.6.1 e 9.6.2 do Acórdão nº 1447/2010-Plenário, objeto do monitoramento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A ANP considerou atendidos todos os itens constantes do citado Acórdão.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	002.345/2011-0	2.155/2011-Plenário	9.3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3. determinar à Secob-2 que:</p> <p>9.3.2. diligencie à Agência Nacional de Petróleo – ANP para verificar a viabilidade ou não de se utilizar, nos processos de contratação das obras rodoviárias pelo DNIT, os valores médios estaduais dos materiais betuminosos calculados periodicamente pela ANP.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Coordenadoria de Defesa da Concorrência – CDC					25.281
Síntese da providência adotada:					
<p>Encaminhado Memorando nº 180/2011/AUD ao Diretor Geral, Diretores e a Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC), no sentido de manifestar opinião sobre a viabilidade de se utilizar, nos processos de contratação das obras rodoviárias pelo DNIT, os valores médios estaduais dos materiais betuminosos calculados periodicamente pela Agência.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC) encaminhou resposta por meio do Memorando nº 090/CDC informando sobre a viabilidade de utilização, nos processos de contratação das obras rodoviárias pelo DNIT os valores médios estaduais dos materiais betuminosos calculados periodicamente pela ANP.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Por meio do Ofício nº 031/2011/AUD foram encaminhados os esclarecimentos relacionados ao subitem 9.3.2 do citado Acórdão, fornecidos pela CDC, informando que a mesma já calcula mensalmente os valores médios estaduais dos materiais betuminosos acompanhados pela ANP. Um arquivo eletrônico contendo tais valores é, mensalmente, encaminhado ao DNIT, com cópia à SECOB/TCU, por meio de mensagem eletrônica.</p> <p>Informando ainda que os dados fossem disponibilizados apenas em documentos relativos à contratação da realização de obras na malha rodoviária do país, e não em séries mensais de preços com qualquer tipo de periodicidade, o que não constituiria qualquer prejuízo à garantia de tratamento si-</p>					

gilosa das informações nem tampouco poderia ensejar seu uso indevido.

A CDC/ANP não se opôs à utilização dos valores médios estaduais dos materiais betuminosos em editais de licitação, os quais já são, desde março de 2009, mensalmente encaminhados ao DNIT, embora seja a opinião da CDC que a publicação de tais dados na forma de tabelas ou séries históricas de acesso do público em geral não seja recomendação.

A ANP considerou atendidos todos os itens constantes do citado Acórdão.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	I-tem	Tipo	Comunicação Expedida
3	021.340/2006-3	2.838/2011-Plenário	9.13	DE	1366/2011-TCU/SECEX-PR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>"9.13. aplicar aos senhores Haroldo Borges Rodrigues Lima (CPF 046.751.185-34) e Maria Antonieta Andrade de Souza (018.864.104-10), individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, no valor de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente nas datas do efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Diretoria Geral – DG.					25.281
Síntese da providência adotada:					
<p>Por meio do Ofício nº 171/2011/DG-ANP de 12 de dezembro de 2011, foi encaminhado pelo Diretor Geral Haroldo Borges Rodrigues Lima, informando e cópia da Guia de Recolhimento da União – GRU, relativa à multa que foi imputada ao mesmo no valor de R\$ 1.950,00, devidamente quitado com recolhimento aos cofres do Tesouro Público, atendendo ao item 9.13 do citado Acórdão.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A ANP considerou atendidos todos os itens constantes do citado Acórdão.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	030.612/2011-0	9.280/2011-2ª Câmara		DE	42.521-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juízo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas, seja pela falta de esclarecimentos pelo órgão gestor de pessoal dessas inconsistências;</p> <p>b) Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”, detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;</p> <p>c) orientar ao Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.					25.821
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado Memorando nº 238/2011/AUD a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos (SRH), para as providências necessárias.					
Síntese dos resultados obtidos					
Por meio do Ofício nº 049/2011/AUD foram encaminhadas as informações fornecidas pela SRH, visando cumprir o disposto no item “b” do citado Acórdão, foram cadastrados novos atos de admissão, com a correção das falhas apontadas, conforme relação, emitida pelo SisacNet, dos atos encaminhados, contendo os respectivos números de controle.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A ANP considerou atendidos todos os itens constantes do citado Acórdão.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	030.611/2011-3	10.038/2011-2ª Câmara		DE	43602-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juízo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas, seja pela falta de esclarecimentos pelo órgão gestor de pessoal dessas inconsistências;</p> <p>b) Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”, detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;</p> <p>c) orientar ao Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.					25.281
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado Memorando nº 248/2011/AUD a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos (SRH), para as providências necessárias.					
Síntese dos resultados obtidos					
Por meio do Ofício nº 051/2011/AUD foram encaminhadas as informações fornecidas pela SRH, visando cumprir o disposto no item “b” do citado Acórdão, foram cadastrados novos atos de admissão, com a correção das falhas apontadas, conforme relação, emitida pelo SisacNet, dos atos encaminhados, contendo os respectivos números de controle.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A ANP considerou atendidos todos os itens constantes do citado Acórdão.					

**QUADRO XXXIX - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE
PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO EXERCÍCIO DE 2011.**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	012.693/2009-9	2.261/2011-Plenário	9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5	DE/RE	162/2011-TCU/SEFID-2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. Determinar à Agência Nacional de Águas, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários e à Agência Nacional de Aviação Civil que, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.986/2000, disciplinem em seus regulamentos a forma de substituição dos conselheiros e dos diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares ou ainda no período de vacância que anteceder à nomeação de novo conselheiro ou diretor, encaminhando a este Tribunal de Contas, em até 120 (cento e vinte) dias, o modelo proposto;</p> <p>9.2. Recomendar à Agência Nacional de Águas, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Aviação Civil e à Agência Nacional de Telecomunicações que estabeleçam em norma prazos razoáveis para disponibilização dos relatórios de análise das contribuições recebidas em audiências/consultas públicas, encaminhando a este Tribunal de Contas, em até 120 (cento e vinte) dias, o modelo proposto;</p> <p>9.3. Recomendar à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis, à Agência Nacional de Transportes Terrestres e à Agência Nacional de Telecomunicações que vinculem hierarquicamente suas unidades de auditoria interna aos respectivos órgãos colegiados;</p> <p>9.4. Recomendar à Agência Nacional de Águas, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Aviação Civil e à Agência Nacional de Telecomunicações que estabeleçam requisitos mínimos de transparência de seus processos decisórios, tendo por parâmetro os procedimentos adotados pela Aneel;</p> <p>9.5. Recomendar à Agência Nacional de Águas, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Aviação Civil e à Agência Nacional de Telecomunicações que estruturam políticas voltadas à ampla divulgação de suas ações, mormente aquelas de maior apelo e impacto social, com foco e linguagem adequados.</p>					

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Sector responsável pela implementação	Código SI-ORG
Secretaria Executiva – SEC.	25.281
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Encaminhado o Memorando nº 184/2011/AUD para o Diretor Geral, Diretores e Secretaria Executiva – SEC, para conhecimento e providências necessárias.</p> <p>Por meio do Ofício nº 173/2011/DG-ANP o Diretor Geral, encaminhou as informações/esclarecimentos solicitados.</p> <p>O item 9.1 do referido Acórdão determina que a ANP e outras Agências Reguladoras disciplinem em seus regulamentos a forma de substituição dos conselheiros e diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares ou ainda no período de vacância que anteceder à nomeação de novo conselheiro ou diretor, a Secretaria Executiva informou que deverá submeter a Procurador-Geral da ANP e posteriormente ao Diretor-Geral proposta que atenda à recomendação do TCU. A Secretaria também entende que essa proposta implicar alteração do Decreto nº 2.455/1998, e por essa razão deverá cumprir os trâmites mencionados, antes de ser levada em sua versão final para a Diretoria Colegiada. A SEC entende que somente da maneira descrita a questão poderá ser disciplinada. Ressaltando que o Acórdão nº 2.261/2011-TCU - Plenário indica que as demais Agências Reguladoras devem seguir o exemplo da ANATEL, que no Decreto nº 2.338/97 (aprova seu regulamento e dá outras providências) estabeleceu que o Presidente da República, mediante Decreto, deverá escolher e designar servidores, que são indicados em lista proposta pelo Colegiado da ANATEL, para substituir os Diretores, nos períodos a que se refere este item 9.1;</p> <p>O item 9.2 do referido Acórdão recomenda que a ANP e outras Agências Reguladoras estabeleçam em norma prazos razoáveis para disponibilização dos relatórios de análise das contribuições recebidas em audiência/consultas públicas, a SEC informou que na Resolução de Diretoria nº 210/2011 aprovou a revisão da Instrução Normativa ANP nº 8/2004, que define os procedimentos necessários à realização de Consulta e Audiência Públicas, e que, em seu item 5.2.1.3, estabelece:</p> <p><i>5.2.1.3 Após a Consulta Pública, a unidade organizacional responsável deverá elaborar relatório contendo as sugestões e os comentários recebidos, na fase de Consulta Pública, o qual será disponibilizado ao público interessado, no sítio da ANP na Internet, por no mínimo cinco dias, antes da Audiência Pública.</i></p> <p>O item 9.3 do referido Acórdão recomenda que a ANP e outras Agências Reguladoras vinculem hierarquicamente suas unidades de auditoria interna aos respectivos órgãos colegiados, a SEC informou que a Auditoria Interna da ANP consta no Regimento Interno da ANP como órgão de assessoramento da Diretoria Colegiada, juntamente, com a Secretaria Executiva e a Procuradoria-Geral e está também vinculada administrativamente ao Diretor-Geral. A SEC pretende na revisão do Regimento Interno que irá propor aperfeiçoar o envolvimento da Auditoria com a Diretoria Colegiada;</p> <p>O item 9.4 do referido Acórdão recomenda que a ANP e outras Agências Reguladoras estabeleçam requisitos mínimos de transparência de seus processos decisórios, tendo por parâmetro os procedimentos adotados pela ANEEL, a SEC informou que na Resolução de Diretoria nº 632/2011 foi aprovada a revisão da Instrução Normativa ANP nº 1/1999, que regulamentou a Reunião Pública de Diretoria. Superados problemas técnicos e de contratação, a Agência deverá abrir as reuniões de seu colegiado ao público, pela internet, nos primeiro trimestre de 2012;</p> <p>O item 9.5 do referido Acórdão que recomenda que a ANP e outras Agências Reguladoras estruturarem políticas voltadas à ampla divulgação de suas ações, em especial aquelas de maior apelo e im-</p>	

pacto social, com foco e linguagem adequados, a SEC informou que a ANP, dentre outras ações, vem aperfeiçoando seu processo de audiência e consulta pública e atualmente já realiza a divulgação das contribuições recebidas, bem como vem adaptando suas Notas Técnicas para uma linguagem cada vez mais acessível aos usuários. Também vale ressaltar que atualmente as decisões da Diretoria Colegiada, tomadas em sua reunião semanal, são divulgadas na internet praticamente instantaneamente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	030.315/2010-7	3.137/2011-Plenário	9.3,9.7 e 9.10	DE/RE	440/2011-TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3. determinar aos ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e da Integração Nacional, à Secretaria Especial de Portos, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Energia Elétrica e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que, juntamente com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo de 90 (noventa) dias, definam sistemática de compatibilização das informações relativas aos bens, materiais ou serviços que devem ser imobilizados junto aos projetos aprovados para o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), com o intuito de subsidiar a RFB na efetiva fiscalização dos valores renunciado se imprimir maior celeridade ao exame dos pleitos, maximizando o alcance da política de incentivo, de modo a intensificar a percepção de risco;</p> <p>9.7. determinar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que, no prazo de 90 (noventa) dias, publique no Diário Oficial da União o inteiro teor da Instrução Normativa/Série Gestão Técnica 1, de 9/11/2010, com vistas a ampliar transparência dos procedimentos que envolvem a concessão do benefício fiscal instituído pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) e em cumprimento ao princípio da publicidade;</p> <p>9.10. recomendar aos ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional, à Secretaria Especial de Portos, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Energia Elétrica e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que estabeleçam rotina de fiscalização concomitante e subsequente dos empreendimentos beneficiados pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), no intuito de verificar a efetiva imobilização dos bens e serviços adquiridos em decorrência do referido regime.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural – SCM.					25.281
Justificativa para o seu não cumprimento:					

Encaminhado aos Diretores e Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM), Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural (SRP) e Superintendência de Desenvolvimento de Produção (SDP) para conhecimento e providências cabíveis, Memorando nº 276/2011/AUD informando o teor do Acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Por meio do Ofício nº 003/2012/AUD a ANP encaminhou as seguintes informações ao TCU:

O item 9.7 foi atendido, por meio da Instrução Normativa/Série Gestão Técnica nº 1, de 9/11/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 28/12/2011 (Seção 1, páginas 69 a 71);

Para atendimento dos itens 9.3 e 9.10, foi realizada, em 18/1/2012, reunião, em Brasília, entre os representantes da ANP e Procuradoria Geral (PRG) com representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), em anexo, a lista de presença e a ata da reunião;

Também, para atendimento dos itens 9.3 e 9.10, foi realizada, em 26/01/2012, reunião, em Brasília, entre os representantes da ANP, PRG e MME, com representantes da Receita Federal do Brasil (RFB – Coordenação Geral de Auditoria Interna), em anexo, a lista de presença;

As reuniões visaram à alteração das Portarias do MME referentes à aprovação do enquadramento dos projetos e do conteúdo das portarias publicadas pelo MME, de forma a atender ao disposto nos itens supracitados do Acórdão e adicionalmente buscaram construir uma proposta conjunta entre o MME, as Agências Reguladoras a ele vinculadas e a RFB para apresentação a essa Corte de Contas de forma a cumprir suas determinações/recomendações, em consonância com as competências legais de cada um dos órgãos envolvidos;

Em atenção à solicitação dos representantes da Receita Federal do Brasil, a ANP providenciou o envio de cópia de processo de autorização de construção da ANP cujo projeto tenha sido enquadrado no REIDI pelo MME para estudo da Coordenação Geral de Auditoria Interna daquele órgão tributário.

Por meio do Ofício nº 007/2012/AUD de 8/03/2012, foi encaminhado ao TCU, SEMAG, solicitação de prorrogação de prazo de sessenta dias, para atendimento aos itens 9.3 e 9.10, pedido efetuado pela Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM), considerando os vários órgãos envolvidos e a complexidade do assunto.

**QUADRO XL - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO
ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis – ANP.			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº 201108791	2.1.1.1	21.128/2011/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 002 (Constatação 038 – Item 2.1.1.1)</p> <p>Que a Coordenação de Aquisições faça gestões junto ao Departamento de Logística e Serviços Gerais – DLSG da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão visando a viabilizar o cadastramento das licitações na modalidade consulta no SIASG.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.			25.281
Síntese das providências adotadas			
<p>Informamos que a Coordenação de Aquisições encaminhou o Ofício nº 040/SFA/RJ/2011, para o Diretor de Logística e Serviços Gerais da SLTI do MPOG, solicitando orientação acerca da forma de cadastramento no SIASG de contratos resultantes de adesão a atas de registro de preços, assim como solicitou que o Ministério examinasse a possibilidade de desenvolver o sistema de modo a permitir o cadastramento de contratos resultantes de licitações na modalidade consulta.</p> <p>O Ministério, por meio do Ofício nº 2082/DLSG-MP, informou que o novo módulo do contrato no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG se encontra em desenvolvimento para atendimentos dos registros dos contratos de Concessão de Uso e Contratos oriundos de participação extraordinária em licitação por registros de preços. Adicionalmente, o Ministério informou que serão divulgados através de “Comunica no SIASG” e no sítio “Notícias Comprasnet” a implantação do novo módulo do contrato no SIASG.</p> <p>A Coordenação de Aquisições realizou gestão junto ao DLSG-MP.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório nº 201108791	2.1.1.2	21.128/2011/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 001 (Constatação 037 – Item 2.1.1.2) Realizar avaliação de todos os imóveis de uso especial de responsabilidade da ANP.</p> <p>Recomendação 002 (Constatação 037 – 2.1.1.2) Elaborar procedimento formal de controle para monitoramento do prazo de validade das avaliações dos imóveis de responsabilidade da Agência, objetivando manter o processo de avaliação tempestivo.</p> <p>Recomendação 003 (Constatação 037 – 2.1.1.2) Atualizar os dados cadastrais dos imóveis de responsabilidade da ANP.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.			25.281
Síntese das providências adotadas			
<p>Recomendação 001 (Constatação 037 – Item 2.1.1.2) A SFA informou que foi realizada a reavaliação dos imóveis de uso especial de propriedade da ANP-RJ (UG: 323031), bem como a inclusão dos imóveis de uso especial locados, totalizando doze imóveis (onze pavimentos do edifício central mais o edifício garagem).</p> <p>Recomendação 002 (Constatação 037 – 2.1.1.2) A SFA informou que foi estabelecida a verificação e/ou controle dos vencimentos das datas de avaliação e que tais mecanismos de controle serão checados e confirmados quando da elaboração do relatório anual da Comissão de Inventário.</p> <p>Recomendação 003 (Constatação 037 – 2.1.1.2) A SFA informou que foi realizado o cadastrado dos imóveis de uso especial, atualmente, locados pela ANP (três no Rio de Janeiro, um em Salvador e dois em São Paulo), sendo os mesmos avalia-</p>			

dos pelos valores atualizados de CUB de agosto/2011 e valores do m²/terreno informado pela Secretaria do Patrimônio da União, sendo válidos até o mês 09/2013. Adicionalmente, a SFA informou que todos os imóveis além de reavaliados, tiveram seus dados cadastrais atualizados.

Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório nº 201108791	2.1.1.4	21.128/2011/NAC6/CGU/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 001 (Constatação 039 – Item 2.1.1.4)</p> <p>Designar, quando da celebração de termos junto a entes instituidores de tributos, setor da Agência responsável por verificar se o ente, recebedor da transferência voluntária, observou as exigências impostas para realizações de transferências voluntárias, contidas na LRF e demais normativos, observando as orientações emanadas pela STN (§3º, do artigo 40 da Lei nº 12.309/2010).</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.			25.281
Síntese das providências adotadas			
<p>Recomendação 001 (Constatação 037 – Item 2.1.1.2)</p> <p>Conforme informado pela Coordenação de Aquisições, caberá a unidade administrativa pela solicitação do convênio a incumbência de exigir e verificar se estão satisfeitas todas as exigências, inclusive, as pertinentes as impostas para realizações de transferências voluntárias, contidas na LRF e demais normativos, observando as orientações emanadas pela STN (§3º, do art 40 da Lei nº 12.309/2010) e que a Coordenação de Aquisições irá revisar toda a documentação quando da celebração de Termos junto a entes instituidores de tributos, inclusive, antes de efetuar os registros reclamados pelo SICONV.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

**QUADRO XLI –SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE
PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO DE 2011.**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº 201108791	2.1.1.1	21.128/2011/NAC6/C GU/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 001 (Constatação 038 – item 2.1.1.1)</p> <p>Que a Coordenação de aquisições cadastre as aquisições por intermédio de Adesões à Registro de Preços, buscando orientação no Departamento de Logística e Serviços Gerais – DLSG/MPOG para tal.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.			25.281
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>A Coordenação de Aquisições, encaminhou o Ofício nº 040/SFA/RJ/2011, para o Diretor de Logística e Serviços Gerais da SLTI do MPOG, solicitando orientação acerca da forma de cadastramento no SIASG de contratos resultantes de adesão a atas de registro de preços, assim como solicitou que o Ministério examinasse a possibilidade de desenvolver o sistema de modo a permitir o cadastramento de contratos resultantes de licitações na modalidade consulta.</p> <p>O Ministério, por meio do Ofício nº 2082/DLSG-MP, informou que o novo módulo do contrato no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG se encontra em desenvolvimento para atendimentos dos registros dos contratos de Concessão de Uso e Contratos oriundos de participação extraordinária em licitação por registros de preços Adicionalmente, o Ministério informou que será divulgado através de “Comunica no SIASG” e no sítio “Notícias Compras-net” a implantação do novo módulo do contrato no SIASG.</p> <p>Sendo seu prazo para atendimento Julho de 2012.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório nº 201108791	2.1.3.1	21.128/2011/NAC6/C GU/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 001 (Constatação 003 – item 2.1.3.1)</p> <p>Elaborar Planejamento Estratégico Institucional que determine a organização das políticas e estratégias que orientarão a Agência no uso e disponibilização dos recursos para a realização dos objetivos institucionais.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Executiva – SEC.			25.281
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Com os passos preparatórios do planejamento estratégico iniciados em 2010, com a aprovação do projeto de Ações Prioritárias para o Biênio 2010-2011, a Agência encontra-se, em setembro de 2011, na fase de elaboração de minuta para execução do projeto mais amplo de Gestão Estratégica. Concluída a minuta, ela será negociada com os Diretores. Nesse momento, a Diretoria deverá fixar posição sobre a contratação de uma empresa para esse fim ou a escolha de uma instituição do governo federal, possivelmente uma universidade, para apoiar a ANP na definição e execução do projeto, mediante termo de cooperação. Superada essa fase, será iniciada a tramitação interna de Proposta de Ação, com oitiva das áreas técnicas e jurídica. Espera-se que o processo de aprovação de um termo de cooperação ou de um contrato, nos termos da Lei nº 8.666, esteja concluído no final de 2011, devendo o projeto começar sua execução no início de 2012. Este é um cronograma de trabalho sugerido pela Secretaria Executiva. A Diretoria poderá fixar objetivos e imprimir ritmo de trabalho distintos.</p> <p>Prazo para atendimento 31/07/2012.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório nº 201108791	2.1.3.1	21.128/2011/NAC6/C GU/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 002 (Constatação 003 – Item 2.1.3.1)</p> <p>Providenciar a criação de um Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação que envolva as diversas áreas da Agência no intuito de alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos Institucionais.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Núcleo de Informática – NIN.			25.281
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>De acordo com as informações repassadas pelo Núcleo de Informática, a forma de implementação da solução passa por uma proposta de ação, documento eletrônico que compõe o processo decisório da Agência, que permite que a Diretoria Colegiada delibere sobre a criação do Comitê de TI. A proposta de ação criada, de número 1149/2009, é sobre Plano de Metas de Tecnologia da Informação na ANP e envolve outras questões além do Comitê de TI.</p> <p>A Secretaria Executiva realizou sua análise dando o “de acordo” para o Plano de Metas. Em 08/08/2011 o NIN encaminhou a proposta de ação para a Superintendência de Recursos Humanos – SRH se pronunciar, uma vez que o Plano de Metas envolve alocação de servidores para desempenho das atividades do Núcleo de Informática. Só após este parecer é que o NIN poderá encaminhar para deliberação final da Diretoria Colegiada. O NIN está aguardando o pronunciamento da SRH.</p> <p>O NIN, paralelamente, acompanha os trabalhos da SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, através de seu programa SISP – Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática. Nesse acompanhamento, recebeu o informe que a reunião ordinária do SISP realizada em 29/08/2011, trataria em sua pauta sobre a “Apresentação e aprovação do Guia de Implantação do Comitê de TI”.</p> <p>Quando do retorno da proposta de ação do SRH, o NIN poderá incluir na mesma, o Guia de Implantação do Comitê de TI do SISP, desta forma, o NIN poderá garantir o alinhamento da ANP às recomendações do MPOG.</p> <p>Prazo para atendimento as recomendações é de 31/07/2012.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

19. ITEM 16 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

QUADRO XLII - INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO DE 2011.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 001/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	16 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 6 - Recomendações
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 175/2011/AUD de 12/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que, apesar dos comprovantes passarem a ser anexados a partir de janeiro de 2011, entendemos que devem ser anexado aos volumes de pagamento do processo toda a documentação comprobatória de despesas de todas as prestações mensais, de modo que seja possível efetuar um melhor controle de despesas;</p> <p>2) Que, considerando que os referidos relatórios devem gerar informações úteis a Administração Pública, a SFI solicite a HOM, conforme Termo de Referência, relatórios com informações mais completas e relevantes, tais como evolução de despesas por tipo de produto e por funcionário ao longo dos meses, etc.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI)	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 848/SFI, a Superintendência relatou as providências adotadas, indicadas pelo servidor Leonardo Portes Pinto, designado como assistente do contrato e encarregado pela análise do Relatório 001/2011/AUD.</p> <p>“Em atendimento ao Relatório de Auditoria nº 001/2011/AUD, procedemos à revisão dos comprovantes de despesa a serem acrescidos ao Volume de Pagamento do processo nº 48610.001890/2010-03 e fizemos a inclusão destes e de relatórios de detalhamento de transações, separados por mês, às fls. 99 a 166.</p> <p>Esclarecemos que os cupons dos servidores de São Paulo, Reynaldo Cardone e Ricardo Guido, referentes a algumas transações nos meses de novembro de 2010, fevereiro e abril de 2011, foram extraviados. Em face das constantes viagens dos citados servidores, não nos foi entregue declaração formal de extravio. Contudo, a realização das despesas foi confirmada por telefone quando do atesto do serviço.</p> <p>Em continuação, extraímos os relatórios de transações mensais do sistema de gerenciamento EcoFrotas, fi-</p>	

zemos o tratamento dos dados corrigindo eventuais erros de entrada e emitimos relatórios personalizados de acompanhamento de consumo por veículo, fls. 167 a 179.

Considerando a natureza do serviço, focamos a análise nos dados de preço e intervalo de consumo, buscando opções para aumentar a economicidade e indícios de problemas mecânicos/operacionais que gerem desperdício ou que ponha em risco a segurança dos usuários.”

Por meio de contato com o gestor do contrato no dia 19/09/2011, verificamos que as informações gerenciais, são disponibilizadas para a área, porém não é anexada ao processo, o gestor informou que as referidas informações serão arquivadas no processo, a partir de setembro de 2011.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 002/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	16 de agosto de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 Dos Exames - Subitem Recomendações
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 175/2011/AUD de 12/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural – SCM.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA apresente as justificativas aos questionamentos da SCM, conforme o solicitado nos itens 2,3 e 4 do Memorando nº 042/SCM de 28/02/2011;</p> <p>2) Que a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA encaminhe a DPC/Marinha os questionamentos suscitados nos itens 3,4 - Pontos de Auditoria.</p> <p>3) Que a Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural – SCM solicite a Marinha do Brasil/DPC o envio das informações requeridas por meio do Ofício nº 125/2011/SCM de 14/02/2011.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural – SCM.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 191/SCM a Superintendência informou que por meio do Ofício nº 06-25/DPC-MB de 11 de março de 2011, que a DPC encaminhou o Relatório Anual de 2010 – Perícias Técnicas em Embarcações que Transportam Petróleo e seus Derivados contendo as informações solicitadas na recomendação.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 003/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	8 de agosto de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 9 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 190/2011/AUD de 14/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Definição de Blocos – SDB.
Descrição da Recomendação	Que, na medida do possível, a SDB aprimore seus critérios na seleção de linhas e dados a serem enviados à contratada para processamento, uma vez que, segundo o contrato nº 7012/10 é de responsabilidade da ANP o fornecimento da base de dados adequada para que a Halliburton possa executar o objeto do referido contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Definição de Blocos – SDB.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 190/2011/SDB, a Superintendência encaminhou os seguintes esclarecimentos:</p> <p>A este respeito, a SDB verificou que o principal ponto a ser aprimorado no contrato, e em contratos futuros, é o processo de seleção de linhas sísmicas a serem processadas ou reprocessadas, que foi prejudicado por uma busca ineficiente no banco de dados.</p> <p>Durante o decorrer do contrato, a SDB identificou incoerências na seleção de linhas e foi desenvolvido um método de busca em conjunto com a Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT). Para tanto, foram consultados todos os reprocessamentos já realizados, tanto por contratos realizados pela própria ANP, quanto por outros agentes. Além disso, a nova seleção foi amparada por pesquisas em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica), com o apoio de mapas e das informações associadas a cada linha em outro sistema de dados.</p> <p>Segundo a SDB, uma medida possível para os próximos contratos seria a conferência, em conjunto com o BDEP (Banco de Dados de Exploração e Produção), de todos os dados referentes às linhas selecionadas. Dessa maneira, somente seriam repassados às futuras contratadas os dados que estivessem aptos a serem processados, com todos os dados de navegação, elevação e registros sísmicos.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 004/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	24 de maio de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 9 – Recomendações
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 189/2011/AUD de 14/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos – SBQ.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que, em consonância com determinação do TCU, na medida do possível seja aumentado o universo de instituições particulares a serem convidadas para a contratação dos serviços do PMQC;</p> <p>2) Que, considerando que a ANP seleciona as contratadas para atuar no PMQC pela modalidade de Consulta, seja adotada uma postura mais crítica para aceite dos valores a serem contratados, inclusive, evitando, na medida do possível, a aceitação de preços superiores aos de referência, analisando a possibilidade de execução de novo certame, com novos participantes, tendo em vista, a seleção da proposta inquestionavelmente mais vantajosa para a Administração Pública.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos – SBQ.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 283/2011/SBQ/RJ a Superintendência respondeu os itens a e b constantes do citado Relatório.</p> <p>a) Considerando a relevância da continuidade do Programa e o interesse de que mais instituições possam ser selecionadas para prestar esses serviços, a ANP realiza, nos termos da Resolução ANP nº 08/2011, visita técnica prévia a todos os laboratórios que manifestam interesse em participar do certame para avaliar se estão plenamente capacitados a participarem do Programa. Esse procedimento tem o objetivo de aumentar o número de participantes nos processos licitatórios. Nas últimas licitações, participaram os laboratórios da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/PR, que nunca haviam participado das licitações do PMQC.</p> <p>A fim de aperfeiçoar esse mecanismo e atender à determinação supracitada, foi publicado aviso, na página eletrônica da ANP, convidando as instituições interessadas que preenchem os requisitos insculpidos na Resolução ANP nº 08/2011 a entrarem em contato com esta Agência para serem avaliadas acerca da real possibilidade de prestação dos serviços.</p> <p>A referida publicação já proporcionou duas visitas técnicas a instituições que estão habilitadas a participar dos processos licitatórios do PMQC. Com isso, será realizada pesquisa orçamentária com tais instituições para verificar a viabilidade econômica de renovar os contratos vigentes ou realizar novas licitações nas regi-</p>	

ões atendidas por essas instituições habilitadas.
O convite também será publicado em jornais e no DOU, de forma a possibilitar a manifestação de interesse por outras instituições, possibilitando que participem nos certames.
Diante do exposto, a SBQ ratificou a informação, na medida do possível, busca aumentar o universo de instituições particulares ou públicas capacitadas a serem convidadas para o processo licitatório do PMQC. Em tempo, destacamos que a divulgação do processo de contratação do PMQC foi publicada na Seção 3 do DOU no dia 27 de julho de 2011. Adicionalmente, a Superintendência emitiu Ofício a diversos Conselhos Regionais de Química com a finalidade de aumentar essa divulgação.
b) A SBQ informou que orientou os jurados que considerassem os valores de referência como guia nas avaliações das propostas orçamentárias apresentadas pelas licitantes, bem como nas negociações que pudessem ocorrer, conforme previsto na Exposição de Assunto nº 238/2008. Os jurados consideraram os valores da proposta comercial apresentados pelas instituições UFRN e FUNPEC bastante superiores aos valores de referência. Diante do insucesso na negociação dos valores, os jurados declararam as instituições UFRN e FUNPEC como vencedoras do certame, mas não adjudicaram as referidas instituições justamente devido aos valores apresentados. Entretanto, submetido o processo à apreciação da Diretoria, esta adjudicou e homologou o objeto da Consulta à UFRN e à FUNPEC.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 005/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	27 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 9 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 190/2011/AUD de 14/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos – SBQ.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que, em consonância com determinação do TCU, na medida do possível seja aumentado o universo de instituições particulares a serem convidadas para a contratação dos serviços do PMQC;</p> <p>3) Que a área responsável providencie a assinatura do representante da ANP no Boletim de Medição relativo ao período de 01/06/2010 a 30/06/2010 e que os controles internos sejam aperfeiçoados para evitar novas ocorrências de falta de assinatura no BM.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos – SBQ.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 283/2011/SBQ/RJ a Superintendência respondeu os itens a e b constantes do citado Relatório.</p> <p>a) Considerando a relevância da continuidade do Programa e o interesse de que mais instituições possam ser selecionadas para prestar esses serviços, a ANP realiza, nos termos da Resolução ANP nº 08/2011, visita técnica prévia a todos os laboratórios que manifestam interesse em participar do certame para avaliar se estão plenamente capacitados a participarem do Programa. Esse procedimento tem o objetivo de aumentar o número de participantes nos processos licitatórios. Nas últimas licitações, participaram os laboratórios da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/PR, que nunca haviam participado das licitações do PMQC.</p> <p>A fim de aperfeiçoar esse mecanismo e atender à determinação supracitada, foi publicado aviso, na página eletrônica da ANP, convidando as instituições interessadas que preenchem os requisitos insculpidos na Resolução ANP nº 08/2011 a entrarem em contato com esta Agência para serem avaliadas acerca da real possibilidade de prestação dos serviços.</p> <p>A referida publicação já proporcionou duas visitas técnicas a instituições que estão habilitadas a participar dos processos licitatórios do PMQC. Com isso, será realizada pesquisa orçamentária com tais instituições para verificar a viabilidade econômica de renovar os contratos vigentes ou realizar novas licitações nas regiões atendidas por essas instituições habilitadas.</p> <p>O convite também será publicado em jornais e no DOU, de forma a possibilitar a manifestação de interesse por outras instituições, possibilitando que participem nos certames.</p>	

Diante do exposto, a SBQ ratificou a informação, na medida do possível, busca aumentar o universo de instituições particulares ou públicas capacitadas a serem convidadas para o processo licitatório do PMQC. Em tempo, destacamos que a divulgação do processo de contratação do PMQC foi publicada na Seção 3 do DOU no dia 27 de julho de 2011. Adicionalmente, a Superintendência emitiu Ofício a diversos Conselhos Regionais de Química com a finalidade de aumentar essa divulgação.

b) A SBQ informou que, embora o Boletim de Monitoramento referente às amostras de fiscalização do mês de junho de 2010 realmente não esteja assinado por representante da ANP, as informações ali contidas foram analisadas e retificadas antes do envio da Fatura para pagamento. A SBQ procurará evitar repetição dessa ocorrência e providenciaremos a assinatura do BM em questão.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 006/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	27 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 9 – Recomendações
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 190/2011/AUD de 14/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos – SBQ.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que na medida do possível, nos próximos processos licitatórios envolvendo o PMQC, a SBQ busque uma maior participação de entidades particulares a fim de garantir uma maior transparência e igualdade no processo licitatório. Quando não for possível contar com a participação dessas instituições, a justificativa deverá estar consignada no processo de contratação;</p> <p>2) Que, nas próximas licitações envolvendo o PMQC, sejam seguidas as recomendações e sugestões emanadas pelo TCU através do Acórdão nº 2142/2010-Plenário, que basicamente aborda itens referentes ao aumento da competitividade nos processos licitatórios referentes ao PMQC.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos – SBQ.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 283/2011/SBQ/RJ a Superintendência respondeu os itens a e b constantes do citado Relatório.</p> <p>A SBQ informou que após a emissão do Acórdão TCU nº 2142/2010, referente ao Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC, a Superintendência vem trabalhando em conjunto com a Auditoria da ANP com a finalidade de analisar, esclarecer e/ou atender as determinações impostas pelo Tribunal à Agência.</p> <p>Objetivando aperfeiçoar os recursos orçamentários destinados ao Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis – PMQC, foram implantados, nos processos de licitação e de renovação contratual, ocorridos a partir de 2009, valores de referência para análises em gasolina, etanol combustível e óleo diesel, bem como para marcador de solvente e coleta de combustíveis. A metodologia de trabalho adotada prevê a realização de pesquisa mercadológica, por meio do cálculo da média de pelo menos três orçamentos para cada bloco de monitoramento, sendo os referidos valores de referência utilizados como guia nas avaliações das propostas orçamentárias apresentadas pela licitante vencedora do certame.</p> <p>Devido à aplicação do valor de referência, foi possível a redução dos custos do PMQC de R\$ 59.358.401,19 para R\$ 51.837.450,09, uma economia de aproximadamente 13% (treze por cento) em relação à primeira proposta apresentada pelos licitantes vencedores.</p> <p>A Resolução ANP nº 08 de 09 de fevereiro de 2011, que regulamenta o PMQC, dispõe, em seu artigo 4º, parágrafo primeiro, que a ANP deve considerar a experiência e as atividades de pesquisa correlacionadas a combustíveis automotivos para a qualificação técnica dos proponentes. Essas exigências visam garantir que o laboratório a ser contratado no âmbito do Programa possua capacitação técnica para prestação dos serviços com a devida confiabilidade analítica, bem como contribua para geração de conhecimento, para a formação de profissionais especializados e para a publicação de trabalhos científicos na área de petróleo e derivados, gás natural e biocombustíveis. A referida Resolução também prevê que a execução do PMQC somente será</p>	

realizada pelo Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas – CPT e por instituições de ensino e/ou de pesquisa a serem contratadas.

As principais razões para a contratação de instituições dessa natureza são:

(i) obter a exigência técnica necessária para que os serviços prestados sejam realizados com confiabilidade analítica necessária;

(i) minimizar a ocorrência de potenciais conflitos entre o interesse público e interesses comerciais, tendo em vista o acesso das instituições contratadas a informações sensíveis sobre os agentes econômicos;

(ii) aumentar a confiabilidade e a imparcialidade necessária para a realização das análises e para o tratamento das informações obtidas, tendo em vista, a realização, pelos laboratórios do PMQC, de análises em amostras oriundas da fiscalização da ANP e de seus órgãos conveniados, muitas das quais relacionadas com autuações e procedimentos criminais iniciados por desvio de qualidade e/ou de adulteração do produto;

(iii) obter a contribuição das instituições de pesquisa e/ou de ensino contratadas na formação de capital humano e desenvolvimento de conhecimento especializado na área de petróleo e derivados, bem como de biocombustíveis; e

(iv) disponibilizar a credibilidade das instituições para execução dos Programas, que, por terem como principal finalidade o ensino e/ou pesquisa e não o lucro, permitem que os agentes monitorados, os órgãos públicos envolvidos na fiscalização da qualidade dos combustíveis e os consumidores tenham maior confiança nos objetivos e nos resultados do Programa.

Diante do exposto, considerando que o objetivo da realização de pesquisa orçamentária para os processos de licitação e de renovação do PMQC é identificar o valor de mercado mais próximo do serviço, entendemos como razoável a pesquisa ser realizada preferencialmente com laboratórios aptos a realizá-lo, nos moldes da referida Resolução.

Considerando a relevância da continuidade do Programa e o interesse de que mais instituições possam ser selecionadas para prestar esses serviços, a ANP realiza, nos termos da Resolução ANP nº 08/2011, visita técnica prévia a todos os laboratórios que manifestam interesse em participar do certame para avaliar se estão plenamente capacitados a participarem do Programa. Esse procedimento tem o objetivo de aumentar o número de participantes nos processos licitatórios. Nas últimas licitações, participaram os laboratórios da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/PR, que nunca haviam participado das licitações do PMQC.

A fim de aperfeiçoar esse mecanismo e atender à determinação supracitada, foi publicado aviso, na página eletrônica da ANP, convidando as instituições interessadas que preenchem os requisitos insculpidos na Resolução ANP nº 08/2011 a entrarem em contato com esta Agência para serem avaliadas acerca da real possibilidade de prestação dos serviços.

A referida publicação já proporcionou duas visitas técnicas a instituições que estão habilitadas a participar dos processos licitatórios do PMQC. Com isso, será realizada pesquisa orçamentária com tais instituições para verificar a viabilidade econômica de renovar os contratos vigentes ou realizar novas licitações nas regiões atendidas por essas instituições habilitadas.

O convite também será publicado em jornais e no DOU, de forma a possibilitar a manifestação de interesse por outras instituições, possibilitando que participem nos certames.”

Diante do exposto, a SBQ ratificou a informação de que, na medida do possível, busca aumentar o universo de instituições particulares ou públicas capacitadas a serem convidadas para o processo licitatório do PMQC. Em tempo, a SBQ destacou que a divulgação do processo de contratação do PMQC foi publicada na Seção 3 do DOU no dia 27 de julho de 2011. Adicionalmente, destacamos que a Superintendência emitiu Ofício a diversos Conselhos Regionais de Química com a finalidade de aumentar essa divulgação.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 007/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	27 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 9 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 190/2011/AUD de 14/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos – SBQ.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que na medida do possível, a SBQ além de aumentar o número de participantes, intensifique a busca pela participação de entidades particulares na realização dos próximos certames referentes ao PMQC, a fim de garantir uma maior transparência e igualdade na consulta. Quando não for possível contar com a participação dessas instituições, a justificativa deverá constar adequadamente no processo;</p> <p>2) Que, considerando que a ANP seleciona as contratadas para atuar no PMQC pela modalidade de Consulta, seja adotada uma postura mais crítica para aceite dos valores a serem contratados, inclusive, evitando, na medida do possível, a aceitação de preços superiores aos de referência, analisando a possibilidade de execução de novo certame, com novos participantes, tendo em vista, a seleção da proposta inquestionavelmente mais vantajosa para a Administração Pública.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos – SBQ.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 283/2011/SBQ/RJ a Superintendência respondeu os itens a e b constantes do citado Relatório.</p> <p>a) Considerando a relevância da continuidade do Programa e o interesse de que mais instituições possam ser selecionadas para prestar esses serviços, a ANP realiza, nos termos da Resolução ANP nº 08/2011, visita técnica prévia a todos os laboratórios que manifestam interesse em participar do certame para avaliar se estão plenamente capacitados a participarem do Programa. Esse procedimento tem o objetivo de aumentar o número de participantes nos processos licitatórios. Nas últimas licitações, participaram os laboratórios da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/PR, que nunca haviam participado das licitações do PMQC.</p> <p>A fim de aperfeiçoar esse mecanismo e atender à determinação supracitada, foi publicado aviso, na página eletrônica da ANP, convidando as instituições interessadas que preenchem os requisitos insculpidos na Resolução ANP nº 08/2011 a entrarem em contato com esta Agência para serem avaliadas acerca da real possibilidade de prestação dos serviços.</p> <p>A referida publicação já proporcionou duas visitas técnicas a instituições que estão habilitadas a participar dos processos licitatórios do PMQC. Com isso, será realizada pesquisa orçamentária com tais instituições para verificar a viabilidade econômica de renovar os contratos vigentes ou realizar novas licitações nas regiões atendidas por essas instituições habilitadas.</p> <p>O convite também será publicado em jornais e no DOU, de forma a possibilitar a manifestação de interesse por outras instituições, possibilitando que participem nos certames.</p>	

Diante do exposto, a SBQ ratificou a informação, na medida do possível, busca aumentar o universo de instituições particulares ou públicas capacitadas a serem convidadas para o processo licitatório do PMQC. Em tempo, destacamos que a divulgação do processo de contratação do PMQC foi publicada na Seção 3 do DOU no dia 27 de julho de 2011. Adicionalmente, a Superintendência emitiu Ofício a diversos Conselhos Regionais de Química com a finalidade de aumentar essa divulgação.

b) A SBQ informou que a proposta inicialmente apresentada encontrava-se acima dos valores de referência e que a sessão pública foi suspensa para que a licitante analisasse a negociação proposta pelo júri. Reaberta a sessão, uma semana depois, a proposta apresentada ainda se encontrava cerca de 21% acima dos valores de referência. Iniciou-se, então, nova negociação, que resultou em significativa redução, apesar dos preços ainda se encontrarem 5,6% acima do objetivo buscado. Esse excesso, entretanto, foi considerado razoável pelos jurados, que adjudicaram o objeto do certame à UFRGS e à FAURGS. Ressaltamos que o processo, posteriormente, foi submetido à apreciação da Diretoria, que homologou a decisão do júri.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 008/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	10 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 9 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 193/2011/AUD de 15/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	Não houve recomendação
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Não foram constados Pontos de Auditoria e/ou recomendação, uma vez que os Suprimentos de Fundos analisados estão sendo corretamente concedidos e atestados pela SFA e o problema referente a gastos com combustíveis superiores aos montantes permitidos para Suprimento de Fundos foi solucionado através do contrato nº 9.153/2010-ANP-001890.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p></p>	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p></p>	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 009 /2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	14 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 9 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 194/2011/AUD de 15/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Definição de Blocos – SDB.
Descrição da Recomendação	Em face dos exames feitos, a Auditoria Interna considerou que o contrato com a empresa HRT tem sido fiscalizado com a devida utilização dos controles internos necessários, não havendo pontos de auditoria e/ou recomendação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Definição de Blocos – SDB.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 191/2011/SDB, o Relatório de Auditoria conclui que o referido contrato foi devidamente fiscalizado com a utilização dos controles internos necessários e que o mesmo encontra-se organizado, com toda a documentação e informações necessárias em ordem.</p> <p>Todavia, alguns pontos foram levantados pela Auditoria: (i) quanto à relação entre a empresa HRT Petróleo e Gás e a contratada IPEX, e (ii) quanto a forma dos atestados técnicos apresentados pela IPEX.</p> <p>No que diz respeito ao risco potencial de uso indevido de informações levantadas por parte da IPEX durante a execução do referido contrato, dado que a empresa é controlada pela HRT Petróleo e Gás (operadora do mercado de petróleo e gás), informamos que os contratos assinados pela ANP possuem cláusula de confidencialidade que devem ser respeitadas pelas empresas contratadas, sob pena de aplicação de penalidades.</p> <p>Outrossim, os dados geoquímicos adquiridos pela ANP são públicos desde sua aquisição, nos termos do Inciso IV, do Art. 5º, da Resolução ANP nº 11 de 17.02.2011, podendo ser adquiridos pelas demais operadoras do mercado pelo BDEP (Banco de Dados de Exploração e Produção), o que afasta a possibilidade de informação privilegiada.</p> <p>Sobre o atestado de capacidade técnica, a SDB informou que o Art. 30 da Lei 8.666/93 não faz a restrição proposta pela Auditoria. Sendo, inclusive, vedada qualquer forma de discriminação na apresentação dos mesmos, conforme § 5º, do Art. 30, da lei em comento.</p> <p>A SDB comunicou ainda que, após a análise do referido relatório, que está ciente das considerações e sugestões realizadas no referido processo.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 010/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	30 de agosto de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 6 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 196/2011/AUD de 15/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que, nos próximos processos licitatórios com objeto semelhante, sejam apresentadas as análises financeiras que embasaram a decisão da contratação de aluguel, para que fique consignado de maneira inequívoca o atendimento ao princípio da economicidade;</p> <p>2) Que, nos próximos processos licitatórios com objeto semelhante, sejam anexados ao processo informações e indicadores relevantes que auxiliem o gestor na tomada de decisão, sobre estimativas do número de servidores que utilizarão as instalações além de indicadores tais como o número de servidores por metro quadrado.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 119/2011/SFA-ADM, a SFA ADM respondeu:</p> <p>a) Para a ANP o prédio em questão, por ser geminado a este, teria a vantagem de acessibilidade, fluxo de pessoas e redução de custos e, no caso de outra localidade a ANP teria diversos custos adicionais, tais como: links, cabeamento, instalação de catracas próprias, montagem de mini-almoxarifado, mini-protocolo, incluindo pessoal de apoio, links para instalação de câmeras de segurança e trânsito de informações. Custo mínimo necessário para o aluguel de qualquer outro imóvel no Centro da Cidade do Rio de Janeiro:</p> <p>Link – R\$ 23.364,90/mês mais instalação de R\$ 4.921,16</p> <p>Central telefônica – R\$ 43.720,92/mês (prestação de serviço) mais R\$ 8.620,95 (transmissão de sinais digitais).</p> <p>Total: R\$ 75.706,77/mês – R\$ 908.481,24/ano</p> <p>Dados e valores do ano de 2008, constantes do processo nº 48610.005357/2008-98, locação de dois andares na Avenida Rio Branco, 57 (fls. 09/10).</p> <p>b) A SFA ADM informou que no 18º andar do imóvel alugado a quantidade atual é de aproximadamente sessenta servidores.</p> <p>De acordo com as recomendações constantes do Relatório a SFA ADM informou: para a execução do aditivo do processo de locação de dois andares do Edifício Alfredo Simões (nº 48610.005357/2008-98) já foram apresentadas análises financeiras que embasam a decisão.</p> <p>A SFA ADM destacou que nos próximos processos licitatórios da mesma natureza, anexará análises financeiras e indicadores, tais como: estimativa de servidores por metro quadrado, a fim de subsidiar a tomada de decisão.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 011/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	10 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 8 Dos Exames – Subitem Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 195/2011/AUD de 15/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Divulgação e Comunicação institucional – SCI.
Descrição da Recomendação	Que seja analisada a possibilidade de criação de indicadores quantitativos que possam mensurar a eficiência dos gastos com divulgação, assim como a eficiência das mídias junto ao público alvo, verificando se os objetivos das campanhas estão sendo atingidos, entretanto, caso a SCI, mantenha a posição expressa em reunião, solicitamos que os apresente formalmente para que a Auditoria analise-os e posicione-se a respeito.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Divulgação e Comunicação institucional – SCI.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 62/SCI/ANP a Superintendência encaminhou os seguintes esclarecimentos sobre os procedimentos adotados para mensurar a eficiência da comunicação junto ao público alvo dessa ação, bem como são definidos os veículos e os investimentos realizados nas campanhas publicitárias da ANP.</p> <p>As ações de publicidade da ANP são realizadas ao amparo do Decreto nº 6555 de 8/09/2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal, bem como a IN 2 da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM-PR de 16/12/2009, que disciplina as ações de publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal. A Seção II, em especial, trata da análise e aprovação das ações de publicidade (divulgação).</p> <p>No planejamento das campanhas publicitárias da Agência, definida a comunicação e o público alvo que se pretende alcançar, verifica-se quais veículos (mídia impressa, TV, rádio, internet) atingem esse determinado público. Concluído o filtro, propõe-se à SECOM-PR planejamento de mídia, onde são apresentados os argumentos que resultam na seleção dos veículos constantes e dos investimentos correspondentes. Somente após análise e aprovação da SECOM a SCI autoriza a continuidade da ação de comunicação.</p> <p>Os indicadores para a seleção de veículos:</p> <p>Indicadores para jornais e revistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Circulação – quantidade de exemplares distribuídos efetivamente em cada edição; - COM – custo por mil – qual o custo do veículo para atingir mil leitores. <p>Indicadores para rádio e TV:</p> <ul style="list-style-type: none"> - audiência na target – qual o número de pessoas que escutam/assiste determinado veículo no público alvo de interesse da ANP; - dados de pesquisa do IBOPE; 	

Vale ressaltar que com base na tabela de preços dos veículos, a SECOM-PR negocia um percentual de desconto, que é assegurado para todos os órgãos do governo federal, independentemente do seu volume de investimento. Ou seja, a ANP, se vale do desconto negociado com base no volume das ações publicitárias de entidades públicas como a Caixa Econômica Federal, ELETROBRAS, Correios, Banco do Brasil entre outras.

A programação, os dias de inserções, bem como a divisão do investimento por cada emissora usada, são definidos a partir de dados de pesquisa regulares do IBOPE, visando atingir maior cobertura, com melhor otimização de verba.

Por fim, a avaliação dos resultados e objetivos alcançados com as campanhas publicitárias considera ainda os demais canais de comunicação da Agência, em particular o Centro de Relações com o Consumidor – CRC, que indica por meio das manifestações recebidas de consumidores e agentes econômicos o entendimento e a percepção da sociedade sobre a comunicação realizada. Essa avaliação tem permitido constatar que, temas objeto das ações de comunicação deixam de ser prioritárias para o consumidor em seu contato com a ANP, comprovando a eficiência da comunicação e, conseqüentemente, dos investimentos realizados.

Síntese dos resultados obtidos

--

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

--

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 012/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	23 de agosto de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 Dos Exames – Subitem Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 193/2011/AUD de 15/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa providencie a assinatura do Ordenador de Despesas no Processo nº 48610.000.181/2010;</p> <p>2) Que a Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa solicite ao servidor as cópias da documentação que falta no Processo nº 48610.003.211/2011.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Financeira – SFA/FIN.	
Síntese das providências adotadas	
Por meio do Memorando nº 559/SFA/Financeiro a Coordenação Financeira informou que foram providenciadas as regularizações constantes das recomendações relativas ao processo de Auxílio-Moradia.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 013/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	23 de agosto de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 4 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 197/2011/AUD de 15/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	<p>1) e 2) Que a SFA aperfeiçoe seus controles, possibilitando que a quilometragem total realizada seja a mais próxima possível da quilometragem proveniente das solicitações autorizadas pela área responsável;</p> <p>3) Que a SFA oriente os escritórios regionais da importância de se ter um efetivo controle de utilização dos veículos, e informe que as autorizações e/ou justificativas devem estar vinculadas ao objeto da contratação e que qualquer utilização dos veículos que não esteja condizente com o objeto da contratação deve ser evitada;</p> <p>4) Que a SFA oriente o Escritório Regional de Salvador para corrigir a falha de controle detectada, relacionada à ausência de certificação nos boletins mensais de medição;</p> <p>5) Que a SFA sempre que possível solicite da área requisitante a justificativa sobre a utilização dos veículos em finais de semana e anexe ao processo de pagamento, pois tal utilização é uma excepcionalidade;</p> <p>6) Que a SFA ciente os solicitantes sobre a responsabilidade da utilização dos veículos de forma diversa do previsto no contrato;</p> <p>7) Que nas viagens para outros municípios com retorno no mesmo dia ou no dia seguinte, a SFA verifique o custo desse deslocamento e a viabilidade do motorista pernoitar na respectiva cidade, pois provavelmente será mais racional, econômico, prudente e seguro que o motorista fique na cidade aguardando o fim da missão.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA/ADM.	
Síntese das providências adotadas	
Em Memorando nº 55/2011/SFA-ADM foram encaminhados os esclarecimentos da área, relativos ao contrato nº 6035/06-ANP.	
Quanto à discrepância entre a quilometragem realizada <i>versus</i> solicitações formais de trajetos, a equipe de	

<p>Transporte adotará minuciosa conferência dos boletins diários dos veículos objetivando detectar e coibir essa prática.</p> <p>A quilometragem excessiva para realização de percurso é alvo freqüente de nossa atenção e intervenção. Iremos redobrar nossos esforços.</p> <p>Conforme aconselhamento dessa Auditoria, o Setor de Transporte SFA/RJ buscará firme controle dos escritórios regionais a fim de implantar os boletins de controle dos veículos, confirmar se a utilização pelos usuários é de interesse da Administração e aferir trecho percorrido <i>versus</i> quilometragem utilizada.</p> <p>A utilização dos veículos de serviço em horários e dias extraordinários é controlada pela equipe de transporte e somente ocorre mediante solicitação justificada. Quanto aos veículos de diretoria, estes atendem à agenda dos diretores, ficando à sua disposição mediante suas ordens, sem interferência do Setor de Transporte, visto que a Instrução Normativa nº 06/2001 estabelece em seu item 5.1.1 competência aos titulares de diretoria para autorizar serviços de transporte.</p> <p>Em consonância com o item 5.2.2 letra c da Instrução Normativa nº 06/2001, promoveremos maior controle a fim de coibir a utilização do transporte desta Agência para atividades alheias ao objeto de atuação da ANP.</p> <p>Nas futuras solicitações de veículos para viagem serão plenamente observadas: a vantajosidade econômica e temporal e a preservação da segurança e da prudência mediante à distância a ser percorrida.</p> <p>Segundo a SFI, não obstante, é certo que aqui não se findam os esforços para consecução do objeto contratado de modo transparente e legítimo.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 015/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	27 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 8 Dos Exames – Subitem Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 202/2011/AUD de 16/09/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que nas futuras licitações para contratação de empresa especializada no serviço de locação de veículos, com motoristas, em caráter continuado, a SFI deva evitar um detalhamento excessivo, quando ele não trouxer vantagem para a Administração Pública;</p> <p>2) Que seja, na medida do possível, regularizado a situação dos motoristas sem o 2º grau e que a área não aceite motorista que não esteja com toda a documentação conforme prevista no item 5.2.5 do Termo de Referência. Adicionalmente, nos termos do item acima, a SFI verifique nas futuras licitações, se tal exigência contribui para a melhoria dos serviços contratados.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 917/SFI a área encaminhou os esclarecimentos relativos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria.</p> <p><i>I. quanto aos pontos de auditoria referentes ao Processo Licitatório:</i></p> <p>a) A recomendação da Auditoria vem ao encontro do propósito da SFI de que, no próximo edital de licitação, haja a simplificação do detalhamento dos serviços requeridos. Isso porque, dependendo, por exemplo, da região geográfica ou da urgência com que o veículo deva ser colocado à disposição da ANP pela Contratada, determinados pré-requisitos são de difícil atendimento. Como exemplo de excesso, e em concordância com a Auditoria, pode ser destacada a exigência de uma mesma cor neutra para todos os intermitentes, qualquer que seja o município do País. Do mesmo modo, existe concordância em relação às especificações para os uniformes dos motoristas, que, em um próximo edital, deverão ser bem mais razoáveis, "evitando o excesso de minudências" tal como é recomendado; e</p> <p>b) A documentação atualizada concernente à regularização da situação dos motoristas, quanto à sua formação no 2º grau, está sendo requerida da Contratada e será anexada ao Processo Administrativo. Quanto à exigência desse pré-requisito, a questão também está em discussão para o próximo edital.</p> <p><i>II. quanto aos pontos de auditoria referentes ao Processo Administrativo:</i></p> <p>a) Mensalmente, é realizada pela SFI a análise das faturas encaminhadas pela Contratada e feitas às alterações, consideradas necessárias, pela Contratante. Para tanto, os valores apresentados são confrontados com</p>	

os serviços prestados, à luz do estabelecido pelo contrato, o que inclui a aplicação do Acordo do Nível de Serviço. Após a revisão, a documentação é enviada à Contratada, que devolve atestada para a ANP a fatura (revista). Mas, a partir do recomendado no citado relatório, será solicitado à devolução do Acordo do Nível de Serviço atestado pela Contratada. A documentação integrará o Processo;

c) Diante do questionamento da utilização dos veículos nos finais de semana, é necessário esclarecer que as atividades referidas à programação de fiscalização muitas vezes tem longa duração e podem terminar muito tarde na sexta-feira, sendo às vezes mais prudente que os deslocamentos se façam na manhã de sábado. Por outro lado, não raro começam muito cedo na segunda-feira requerendo que a viagem ocorra no domingo. Outras ações se efetuam no próprio final de semana ou em feriados, intencionalmente. De qualquer modo, as solicitações e justificativas para utilização dos carros nos finais de semana serão incorporadas ao Processo;

d) O processo de controle da utilização dos veículos tem sido aprimorado e, como tal, é constante. Cada demanda é analisada. É importante ressaltar que as atividades referentes à fiscalização extrapolam a ação em campo, específica, dirigida ao posto revendedor ou aos demais estabelecimentos do mercado de combustíveis. As sucessivas reuniões com órgãos públicos (Ministério Público, Delegacias do Consumidor, Secretarias de Fazenda, de Urbanismo, Prefeituras, Polícia Federal etc.) para organizar e avaliar o trabalho empreendido, assim como as idas aos laboratórios de análise das amostras de combustíveis coletadas faz parte do rol daquelas atividades. Nessa perspectiva, os programas de maior dimensão, como o Comitê Nacional de Erradicação do Comércio Irregular do Gás Liquefeito de Petróleo – Programa Gás Legal, que, além de ações em campo de coibição desse comércio, compreende seminários e reuniões sistemáticas em todo o País, requerem logística de transportes para atender inclusive a servidores da área de comunicação institucional e imprensa da ANP; e

e) O acompanhamento da prestação de serviços é diário e se dá em todas as Unidades de Fiscalização da ANP, sendo a correção das falhas detectadas e os ajustes necessários exigidos da Contratada, sem perder de vista que a adoção das providências previstas em cumprimento à cláusula décima primeira devem ser tomadas de forma tempestiva.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 017/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	24 de outubro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 Dos Exames – Subitem Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 246/2011/AUD de 08/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	<p>Que sejam sanadas, a partir desta data as falhas detectadas no Ponto de Auditoria a. O processo deverá ser formalizado em conformidade com a Orientação Normativa/AGU nº 2;</p> <p>Que a SFA justifique o aumento aproximado de 50% no valor médio de viagens/funcionário entre os exercícios de 2006 e 2010, inclusive, considerando que os preços de algumas passagens aéreas sofreram redução no referido período;</p> <p>Que a SFA quando verificar qualquer falha na prestação dos serviços contratados adote de forma tempestiva medidas no sentido de corrigir tal situação e verifique a viabilidade e necessidade de aplicar as sanções previstas na cláusula décima primeira do contrato;</p> <p>Que sejam realizadas avaliações periódicas da contratada e seja verificada a possibilidade de aplicar sanções, quando o serviço não for prestado com a qualidade prevista no contrato;</p> <p>Que, nos próximos processos licitatórios referentes à contratação de serviços de agência de viagem, seja cobrado da contratada o envio de relatórios gerenciais que tragam informações que sejam úteis ao gestor no processo de tomada de decisões. Os relatórios deverão ser anexados ao processo;</p> <p>Que a SFA organize o processo em ordem cronológica, facilitando dessa forma o acompanhamento e controle das prestações de contas e que conste no processo a razão das multas recebidas pela Agência, bem como o tratamento utilizado com os saldos de crédito, porventura existentes junto às contratadas.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA/ADM.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Informações encaminhadas pela SFA, por meio do Memorando nº 146/2011/SFA-ADM:</p> <p>Quanto ao aumento no valor das passagens a SFA ADM informou que ao longo do contrato com a Agência Promotional, no período de setembro de 2006 até julho de 2010, foi necessário que a SFA ADM aditivasse o contrato em 25% para atender a demanda de passagens aéreas.</p>	

Segundo a SFA ADM mesmo a empresa tendo prestado bons serviços e sendo vantajoso o desconto ofertado no contrato não foi possível levá-lo até os sessenta meses previstos em lei, tendo em vista o esgotamento de seu saldo e sem mais a possibilidade de aditivo de valor. Surgindo à necessidade de nova licitação onde foi vencedora a empresa Visão Turismo Ltda..

Na Proposta de Ação de fls. 40 a SFA ADM faz suas considerações, informando percentuais e valores correspondentes ao aumento de demanda na emissão de bilhetes no período de março de 2008 a fevereiro de 2009 e março de 2009 a fevereiro de 2009, tanto em bilhetes nacionais como em internacionais.

Quanto à alegada redução de valores das passagens aéreas a SFA ADM informou que não é do seu conhecimento que tenham ocorrido. O que acontece é uma divulgação pela mídia sobre voos promocionais que nem sempre coincidem com a demanda da ANP.

Segundo a SFA ADM em alguns momentos a ANP consegue emitir bilhetes aproveitando as promoções, mas nem sempre isso acontece.

A SFA ADM informou que as passagens aéreas não são tabeladas. Em horário de grande movimento, por exemplo, a passagem pode dobrar de preço em um intervalo de trinta minutos entre um voo e outro.

A SFA ADM informou ainda que adotará para o novo contrato as recomendações propostas por essa Auditoria.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 018/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	3 de novembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 Dos Exames – Subitem Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 247/2011/AUD de 8/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.
Descrição da Recomendação	Não houve recomendação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.	
Síntese das providências adotadas	
Após a análise dos processos, a Auditoria Interna constatou que eles estavam organizados satisfatoriamente e seguem a legislação em vigor de forma adequada, não havendo assim, recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Após análise dos processos, constatou-se que eles estão organizados satisfatoriamente e seguem a legislação em vigor de forma adequada.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 019/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	10 de outubro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 8 Dos Exames – Subitem Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 251/2011/AUD de 11/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	<p>Foi constatado na fl.54 do volume de pagamento de 2011, a ausência de assinatura do Ordenador de Despesa.</p> <p>Que a SFA providencie a assinatura do Ordenador de Despesa conforme o especificado no Ponto de Auditoria.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.	
Síntese das providências adotadas	
<p>Por meio do Memorando nº 665/2011/SFA/Financeiro, foi encaminhada a resposta relativa à recomendação constante do Relatório e encaminhada à cópia da fl. 54 com a assinatura do ordenador de despesa.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 020/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	9 de novembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 Dos Exames – Subitem Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 255/2011/AUD de 29/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	<p>a) Que, na medida do possível, seja analisada a possibilidade de ser adquirido ou desenvolvido um sistema informatizado de controle de estoque. Status da Recomendação – Parcialmente atendido Comentários – O sistema informatizado foi implantado no almoxarifado em 24 de outubro de 2011. A área está fazendo a adaptação dos seus processos internos de modo que possam ser capturados todos os benefícios advindos do referido novo sistema. Efetuamos a verificação de quatro itens do estoque constante no sistema e o comparamos ao estoque físico, tendo sido constatado que, dos itens analisados, dois apresentavam mais itens no estoque físico com relação ao número existente no sistema;</p> <p>b) Que seja revisto os procedimentos atualmente utilizados, com vista, a aperfeiçoar a rotina de lançamentos de estoque de modo a evitar inconsistência dos dados entre o sistema de gestão de estoque e o estoque físico. Status da Recomendação – Atendida Comentários – Os lançamentos estão sendo realizados diretamente pelas áreas demandantes através do novo sistema de forma automática, reduzindo drasticamente a probabilidade de erros de lançamento. A utilização do novo sistema do almoxarifado, conforme verificamos possibilitam um incremento na eficiência da área;</p> <p>c) Que, na medida do possível, a SFA avalie a necessidade de espaço físico da área, para que o almoxarifado possa garantir um melhor aperfeiçoamento do armazenamento dos materiais em estoque. Status da Recomendação – Não atendida Comentários – Apesar de constataremos que houve melhorias, pois o estoque estava mais bem organizado, verificamos que os locais inapropriados utilizados na armazenagem dos materiais continuam sendo utilizados;</p> <p>d) Que seja aperfeiçoado ou revisto o sistema atualmente adotado para acompanhamento de estoques e compras, de tal modo, que melhor atenda ao princípio da economicidade com o objetivo de racionalizar as compras e o tamanho do estoque de materiais. Status da Recomendação – Atendida Comentários – O almoxarifado vem adotando algumas técnicas, tais como Registro Geral de Preços, o que tem possibilitado uma racionalização do processo de compras, assim como uma diminuição no tempo necessário na realização de novos processos licitatórios. Segundo a área a adoção de dados estatísticos, tais como Lote Econômico de Compra para a compra de materiais não se mostra aplicável à ANP, uma vez que os pedidos dependem da li-</p>

	<p>beração de recursos orçamentários;</p> <p>e) Que, na medida do possível, a SFA analise a possibilidade de alocar para a área mais um servidor e verifique a possibilidade dos servidores da área participem de cursos que abordem assuntos relacionados à administração de estoques, entre outros cursos específicos de almoxarifado e licitação de contratos.</p> <p>Status da Recomendação – Atendida Comentários – Devido á adoção do novo sistema, que automatizou uma série de funções e processos, e a adoção do Registro Geral de Preços, que reduziu enormemente o número de licitações realizadas pela área, atualmente, foi reduzida a necessidade de contratação de mais funcionários;</p> <p>f) Que o estoque seja reorganizado, de modo, que materiais iguais sejam arquivados no mesmo local.</p> <p>Status da Recomendação – Parcialmente Atendida Comentários – Apesar de termos verificado que o estoque foi reorganizado, constatamos que ainda existem materiais iguais arquivados em locais diferentes, dificultando assim a operacionalização do trabalho na área;</p> <p>g) Que, na medida do possível, o sistema de gestão de estoques minimize a existência de lançamentos intempestivos.</p> <p>Status da Recomendação – Atendida Comentários – A adoção do novo sistema reduziu drasticamente a necessidade de realização de lançamentos intempestivos;</p> <p>h) Que a SFA verifique a possibilidade de ajustar porta de acesso ao almoxarifado, nos moldes do arquivo da Superintendência, aumentando dessa forma a segurança de acesso ao setor.</p> <p>Status da Recomendação – Não atendida Comentários – A área encaminhou a demanda á SFA, porém ainda não obteve o retorno;</p> <p>i) Que a SFA faça um levantamento de todas as assinatura/rubricas dos responsáveis pela retirada de materiais, inclusive, os titulares das áreas demandantes e dos servidores autorizados por estes para a retirada de material do almoxarifado. Tais assinaturas deverão ficar arquivadas no setor de almoxarifado de modo que seja possível efetuar a conferência das assinaturas de forma tempestiva.</p> <p>Status da Recomendação – Atendida Comentários – A adoção do novo sistema tornou dispensável a necessidade de colher assinaturas para a solicitação de materiais. Foram cadastradas as assinaturas de alguns servidores que podem demandar materiais, com o intuito apenas de resguardar que o mensageiro possa comprovar que foi autorizado a retirar o material solicitado pelas áreas da Agência;</p> <p>j) Que, na medida do possível, o número de servidores autorizados a retirar material do almoxarifado seja limitado a cinco pessoas.</p> <p>Status da Recomendação – Atendida Comentários – Foram cadastradas algumas pessoas por área e que poderiam solicitar materiais;</p> <p>k) Que todas as requisições de cartuchos/toner de impressão somente sejam concluídas após a entrega do respectivo cartucho vazio.</p> <p>Status da Recomendação – Atendida Comentários – Verificamos que o controle está sendo realizado manualmente pela área.</p>
--	--

Providências adotadas pela unidade interna responsável
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA/ADM.
Síntese das providências adotadas
<p>Em atenção às recomendações constantes do Relatório a SFA ADM encaminhou Memorando nº 81/2011/SFA/ADM, com os seguintes esclarecimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O novo sistema de controle de estoque ASI foi implantado com sucesso, cumprindo a promessa de gestão adequada, com credibilidade e confiabilidade de dados, eficiência em gestão, organização, rapidez e transparência. Por motivos que desconheço, embora tenha consciência da inviabilidade de gerir com eficiência o estoque com o antigo controle SCAM, os materiais com estoque físico que estão acima do estoque no sistema estão sendo recolocados no ASI e incluídos financeiramente na sua conta contábil conforme NLs 2011NL000443 e 2011NL000395, a fim de sanar quaisquer divergências. b) Completamente revisto. c) A SFA está ciente da necessidade de espaço físico do Almoxarifado. d) A adoção de sistemas de registro de preços em conjunto com o novo controle de estoque ASI realmente atendeu essa recomendação. e) Atendida. f) O almoxarifado tem feito esforços visando esta recomendação. g) Atendida. h) Foi reencaminhada a solicitação à SFA. i) Atendida. j) Atendida. k) Atendida.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 021/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	22 de novembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 Dos Exames – Subitem Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 256/2011/AUD de 29/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	<p>a) Que os volumes dos processos seja preenchido com o máximo de 200 folhas, obedecendo assim a Portaria Normativa nº 05 de dezembro de 2002 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p> <p>b) Que a SFA corrija as falhas detectadas nos itens “b” e “c” dos Pontos de Auditoria;</p> <p>c) Que seja anexada no processo a designação formal do atual responsável pelo acompanhamento do contrato;</p> <p>d) Solicitar da contratada, no prazo de sete dias úteis, a comprovação das ações de capacitação técnica de atualização e/ou aperfeiçoamento de seus empregados, podendo ensejar, caso não seja apresentado, multa pelo descumprimento contratual.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.	
Síntese das providências adotadas	
Todas as recomendações foram atendidas pela Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa, conforme consulta efetuada pela Auditoria Interna no processo e informações encaminhadas pela área.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 022/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	28 de novembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Não houve recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 258/2011/AUD de 29/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.
Descrição da Recomendação	Não houve recomendação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.	
Síntese das providências adotadas	
Foi encaminhado para a SRH e para o Diretor Geral e as Diretorias Técnicas os levantamentos realizados sobre os recebimentos do adicional de periculosidade, consolidados, que foram encaminhados para a CGU e a Auditoria Interna está no aguardo do relatório final da auditoria compartilhada com as conclusões da CGU.	
Síntese dos resultados obtidos	
A ANP está no aguardo do relatório final da auditoria compartilhada, não há recomendações pendentes de atendimento neste relatório.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 023/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	29 de novembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Não houve recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 257/2011/AUD de 29/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.
Descrição da Recomendação	Não houve recomendação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH.	
Síntese das providências adotadas	
A Auditoria Interna, entendendo que no caso analisado, a SRH adotou os devidos controles internos, que estão aderentes as normas, não havendo nenhuma ressalva sobre esses procedimentos. Concluímos pela aprovação dos controles internos adotados e a aderência aos normativos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 024/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	2 de dezembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Não houve recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 259/2011/AUD de 5/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Planejamento e Pesquisa – SPP.
Descrição da Recomendação	Não houve recomendação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Superintendência de Planejamento e Pesquisa – SPP.	
Síntese das providências adotadas	
A Auditoria Interna concluiu que a SPP atendeu os princípios da Administração Pública e os objetivos mencionados no tópico “DOS EXAMES,” cumprindo de forma satisfatória sua função como gestora do processo de planejamento, organização e publicidade dos indicadores.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 025/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	2 de dezembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 260/2011/AUD de 5/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA.
Descrição da Recomendação	<p>Que a SFA encaminhe expediente para os servidores constantes do anexo II, informando da pendência e solicitando a regularização da situação, no prazo de quinze dias corrido:</p> <ol style="list-style-type: none"> Que a SFA, encaminhe a relação constante do anexo III para a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos – SRH solicitando que ela inclua na folha de pagamento o desconto de valores correspondentes a diárias não usufruídas pelos referidos servidores que permanecem até esta data pendente de regularização. Adicionalmente, recomendamos que a SFA, trimestralmente, verifique as pendências nas devoluções de diárias e encaminhe a relação para a Auditoria que adotará as providências necessárias, para sua regularização, tais como solicitar que a SRH proceda ao devido desconto ou encaminhe a Corregedoria para providências; Que, devido à reincidência de PCDP's com pendências na devolução de diárias dos servidores Raimundo Nonato Rocha e Noel Moreira Santos, recomendamos que a Corregedoria verificasse a possibilidade de abertura de procedimento apuratório em razão da repetição sistemática de tal situação; Que a SFA solicite esclarecimentos ao servidor, constante do item c do ponto de auditoria, sobre o comprovante de embarque apresentado; Que a SFA apresente os comprovantes dos reembolsos de bilhetes solicitados à Visão Turismo conforme as PCDP's – SAB - 000036/11 e 001654/11; Que não sejam aprovadas as prestações de contas de viagem sem que os bilhetes/tickets com a comprovação da data de embarque e desembarque de viagem sejam anexados a PCDP; Que a SFA solicite das áreas listadas a apresentação dos bilhetes referentes às PCDP's listadas no Item e do Ponto de Auditoria; Que nas prestações de contas de viagem seja respeitado o prazo máximo de cinco dias para a apresentação dos comprovantes de viagem em conformidade com a IN 003/99, subitem 4.6.1; Que, na medida do possível, atendendo ao princípio da economicidade, as viagens sejam marcadas com uma antecedência maior ou igual a dez dias para que seja possível obter maiores descontos na compra de passagens aéreas; Que as viagens sejam realizadas apenas depois que as PCDP's tenham

	<p> sido criadas e aprovadas. Tal situação deverá ser justificada pela SFI. </p>
<p> Providências adotadas pela unidade interna responsável </p>	
<p> Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação </p>	
<p> Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA. </p>	
<p> Síntese das providências adotadas </p>	
<p> Segundo Memorando nº 117/2012/SFA/FINANCEIRO, todas as recomendações constantes do Relatório foram atendidas e foi encaminhado por meio do Memorando nº 116/2012/SFA/FINANCEIRO, a relação de servidores e valores de diárias pendentes que ainda não efetuaram a devolução. </p>	
<p> Síntese dos resultados obtidos </p>	
<p> (Empty space for synthesis of results) </p>	
<p> Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor </p>	
<p> (Empty space for critical analysis) </p>	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 026/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	5 de dezembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 8 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 261/2011/AUD de 5/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI.
Descrição da Recomendação	<p>Que a SFA providencie a correção das falhas apresentadas nos itens “a” e “b” dos Pontos de Auditoria e devolva o processo para a Auditoria.</p> <p>a) Constatamos que a prestação de contas apresenta algumas cópias ilegíveis da documentação necessária para a comprovação dos gastos no Vol.II as fls. 278, 363, 377, 380, 382;</p> <p>b) Constatamos que, na prestação de contas, não consta o Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos em conformidade com o art.28 da IN nº 1/1997 da STN.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Financeira – SFA/FIN e SFI.	
Síntese das providências adotadas	
A SFA atendeu as pendências apontadas e a SFI providenciou a solução das pendências apontadas, por fim o convênio foi finalizado no SIAFI e os comprovantes anexados ao processo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 027/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	5 de dezembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 8 – Recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 262/2011/AUD de 5/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI.
Descrição da Recomendação	<p>Que após a SFI sanar as pendências apontadas pela área financeira e corrigir as falhas apresentadas no item “a” dos Pontos de Auditoria, o processo seja devolvido para a Auditoria.</p> <p>a) Constatamos que, na prestação de contas, não consta os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, em conformidade com o art.42, § 1º, I e II da Portaria 127/08, nem a devolução dos recursos não utilizados.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação Financeira – SFA/FIN e SFI.	
Síntese das providências adotadas	
A SFA atendeu as pendências apontadas e a SFI providenciou a solução das pendências apontadas, por fim o convênio foi finalizado no SIAFI e os comprovantes anexados ao processo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 031/2011/AUD
Data do Relatório de Auditoria	21 de dezembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Não houve recomendação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 274/2011/AUD de 21/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Núcleo de Informática – NIN.
Descrição da Recomendação	Não houve recomendação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Núcleo de Informática – NIN.	
Síntese das providências adotadas	
Em face dos exames realizados, consideramos que o acompanhamento e a fiscalização dos contratos sob a responsabilidade do NIN estão bastante satisfatórios.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO XLIII - INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 014/2011/AUD
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 Dos Exames – Subitem Recomendações
Comunicação Expedida	Memorandos nº 198/2011/AUD de 15/09/2011 e 263/2011/AUD de 6/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico – CDT.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que, além da descrição e demais documentos dos gastos relacionados às despesas com Taxa de Bancada, constem as justificativas a fim de dar maior transparência ao processo de pagamento. Com relação às despesas citadas no ponto, que o conveniente apresente as justificativas;</p> <p>2) Que, antes da assinatura de Termos Aditivos a prestação de contas anual esteja analisada no SICONV e que as prestações de contas parciais sejam aprovadas na ordem em que foram executadas;</p> <p>3) Que seja solicitado da conveniente justificativa pela cobrança de tarifas bancárias em conta específica do convênio;</p> <p>4) Que sejam devolvidos pela conveniente os valores pagos a título de tarifa bancária, juros e multas, tendo em vista que tais despesas são vedadas, conforme art. 39, VII, da Portaria 127/08;</p> <p>5) Que seja apensada ao processo uma relação constando o nome de todos os professores participantes do convênio;</p> <p>6) Que, a partir desta data, as faturas, recibos, Notas Fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas pagas com recursos do convênio devem contemplar o nome e número do convênio e devem ser atestadas;</p> <p>7) Que a conveniente seja orientada a efetuar os gastos com a taxa de bancada em melhoria da infraestrutura do programa e não apenas em viagens</p>

	<p>de professores tanto no âmbito nacional quanto internacional;</p> <p>8) Que seja verificada a possibilidade de se inserir todas as informações relativas à prestação de contas no SICONV, nos termos do art. 58, da Portaria 127/08;</p> <p>9) Que seja corrigida a letra “b” do item 6.4 do Manual do Usuário – Parte II, para se ajustar aos termos da Portaria nº 127/08 e que inclua essa recomendação no termo de convênio ou em aditivos;</p> <p>10) Que conste no termo de convênio ou no aditivo uma cláusula informando o destino a ser dado ao saldo financeiro remanescente.</p>
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico – CDT.	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico – CDT encaminhou os memorandos nº 216/2011/CDT e o 238/2011/CDT, com as seguintes informações:</p> <p>Inicialmente, a Coordenação informa que executa o acompanhamento e fiscalização dos convênios conforme está previsto no Manual do Usuário - Partes I e II.</p> <p>Quanto ao item 1, foi solicitado esclarecimentos ao conveniente e acatada a recomendação;</p> <p>Quanto ao item 2, foi acatada a recomendação;</p> <p>Quanto ao item 3 e 4, foi acatada a recomendação, quando do término do convênio, será realizada a devida conciliação bancária e serão restituídas ao convênio os valores debitados a título de tarifas bancárias;</p> <p>Quanto ao item 5, foi acatada e a recomendação atendida;</p> <p>Quanto ao item 6, foi acatada a recomendação;</p> <p>Quanto ao item 7, foi acatada a recomendação, inclusive, foi ressaltado que, quanto à realização de investimentos em infraestrutura, todas as autorizações para que os recursos sejam investidos dessa maneira devem ser anexadas na prestação de contas correspondente;</p> <p>Quanto ao item 8, foi acatada a recomendação, contudo, tendo em vista, que o PRH 07 é anterior a vigência da Portaria nº 127, serão realizados estudos para a transição para adequação às novas normas da Portaria nº 127/2008, que não estão ainda previstos no Plano de Trabalho;</p> <p>Quanto ao item 9, foi acatada a recomendação e atendida à recomendação;</p> <p>Quanto ao item 10, foi acatada a recomendação e está sendo providenciado seu atendimento.</p> <p>A Auditoria Interna considerou o Relatório parcialmente atendido.</p>	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº 016/2011/AUD
Item do Relatório de Auditoria	Item 7 Dos Exames – Subitem Recomendações
Comunicação Expedida	Memorandos nº 203/2011/AUD de 16/09/2011 e 265/2011/AUD de 7/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico – CDT.
Descrição da Recomendação	<p>1) Que na elaboração do plano de trabalho seja definido o que será executado e os elementos de despesas a serem detalhadas na Nota de Crédito, pois a descentralização deve estar atrelada ao plano de trabalho;</p> <p>2) Que seja apensado ao processo nº 48610.013790/20090-88, o termo de convênio;</p> <p>3) Que seja justificada a contratação regular dos serviços de informática e de apoio administrativos, tendo em vista que os mesmos constam na contrapartida da Cooperante;</p> <p>4) Que, a partir desta data, além da descrição e demais documentos dos gastos com despesas com Taxa de Bancada, constem as justificativas a fim de dar maior transparência ao processo de pagamento. Adicionalmente, solicita-se a justificativa dos itens elencados na letra d do ponto de auditoria, bem como justifique porque não houve licitação na aquisição das capelas;</p> <p>5) Que seja dado cumprimento ao disposto no art. 49, caput, incisos 1º, 2º e 3º da Portaria Interministerial nº 127/2008, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002, que solicita, quando necessário, cópia de despachos, termos de adjudicação e homologação de processos licitatórios realizados ou das justificativas para sua dispensa e inexigibilidade;</p>

	<p>6) Que seja justificado o pagamento de coquetel e almoço, tendo em vista que tal gasto não consta especificado no plano de trabalho;</p> <p>7) Que seja esclarecida a relação da contratada Claudia Caruzo com a UFRJ;</p> <p>8) Que seja solicitado explicação para a UFRJ sobre qual o critério para a contratação dos prestadores de serviços de apoio administrativo e de informática, tendo em vista o princípio da impessoalidade na Administração Pública;</p> <p>9) Que seja justificada essa aparente diferença de valores entre o valor recebido pela UFRJ e o valor informado no extrato, pois não houve dispêndio de recursos em janeiro de 2010, conforme prestação de contas;</p> <p>10) Que seja anexado ao processo o extrato bancário a contar da data do primeiro repasse de recursos;</p> <p>11) Que seja solicitado explicação da UFRJ pela não aplicação dos recursos repassados pela ANP em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo;</p> <p>12) Que seja apensada ao processo a relação de todos os professores que fazem parte do Programa PRH-01;</p> <p>13) Que seja solicitado a UFRJ o termo de recibo do bolsista Jorge de Almeida.</p> <p>14) Que, as faturas, recibos, Notas Fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas pagas com recursos do termo de cooperação, devem contemplar a assinatura e carimbo do agente competente responsável pelo atesto de recebimento dos bens e/ou serviços adquiridos e contratados na frente do documento, em local que não inviabiliza a leitura dos</p>
--	---

	<p>dados dos documentos, ou, no verso deles;</p> <p>15) Que a cooperante anexe ao processo à justificativa de não ter sido comprado o computador com o menor preço ofertado;</p> <p>16) Que a cooperante planeje suas aquisições de impressão, encadernação e plotagem e verifique a possibilidade de se efetuar o processo licitatório nos termos da Lei 8.666/93;</p> <p>17) Que a UFRJ justifique a razão dos recursos do convênio estar sendo movimentado em uma conta bancária no nome da servidora Jussara L. de Miranda;</p> <p>18) Que seja elaborado prestação de contas anuais nos termos do art. 58 da Portaria 127/08;</p> <p>19) Que a análise das prestações de contas parciais e anuais seja elaborada nos termos da Portaria 127/08;</p> <p>20) Que seja corrigida a letra “b” do item 6.4 do Manual do Usuário – Parte II, para se ajustar aos termos da Portaria 127/08;</p> <p>21) Que seja explicitado no termo de convênio o destino a ser dado aos saldos financeiros remanescentes eventualmente não utilizados no objeto pactuado.</p>
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico – CDT.	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico – CDT encaminhou os memorandos nº 215/2011/CDT e o 237/2011/CDT, com as seguintes informações:</p> <p>Quanto ao item 1 está acatada a recomendação, quando da elaboração do próximo Termo Aditivo será aperfeiçoado o novo Plano de Trabalho, contudo, a área ressalta que determinadas despesas, devido a imprevisibilidade de alguns gastos, haverá a necessidade de não fixação dos quantitativos;</p> <p>Quanto ao item 2, foi apensado ao processo nº 48610.013790/20090-88, o termo de convênio;</p>	

Quanto ao item 3, foi solicitado esclarecimentos ao conveniente;

Quanto ao item 4, foi solicitado esclarecimentos ao conveniente e acatada a recomendação;

Quanto ao item 5, foi acatada a recomendação;

Quanto ao item 6, foi acatada a recomendação. Está previsto nos contratos dos convênios a realização dos eventos: Encontros de Coordenadores e Pesquisadores Visitantes e Reunião de Avaliação Anual. A cota de participação de cada PRH em cada evento, considerando o valor total que é estipulado pela organização do evento, é proporcional ao valor recebido em Taxa de Bancada no exercício. Entretanto não está previsto no Plano de Trabalho gastos com alimentação, coquetel e almoço, logo a despesa está incompatível e será glosada;

Quanto ao item 8 foi solicitado esclarecimentos ao conveniente;

Quanto aos itens 7, 9, 10, 11, 12, 13 14 todos foram atendidos;

Quanto ao item 15, foi acatada a recomendação;

Quanto ao item 16, foram solicitados esclarecimentos ao conveniente, que informou que em princípio a exigência é que todas as despesas sejam licitadas, o que não invalida a possibilidade que seja realizado um estudo para verificar se a licitação é o meio mais eficaz e econômico para atender as necessidades do programa;

O item 17, foi atendido;

Quanto ao item 18 e 19, foram acatadas as recomendações, contudo, tendo em vista, que o PRH 07 é anterior a vigência da Portaria nº 127, serão realizados estudos para a transição para adequação às novas normas da Portaria nº 127/2008, que não estão ainda previstos no Plano de Trabalho;

Quanto ao item 20, foi acatada a recomendação e providenciado seu atendimento;

Quanto ao item 21, foi acatada a recomendação e está sendo providenciado seu atendimento.

A Auditoria Interna considerou o Relatório parcialmente atendido.

20. ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR- DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

VIDE ANEXO II

21. ITEM 4 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

QUADRO XLIV- DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Valor do Contrato	Vigência do Contrato	Beneficiário	Valor
Publicidade Institucional	X	X	X	X	X	X
* Publicidade Legal	25.122.0271.2000.0001	R\$ 186.531.322	R\$ 2.200.000 R\$ 2.200.000	19/12/2010 a 18/12/2011 19/12/2011 a 18/12/2012	X	X
Publicidade Mercadológica	X	X	X	X	X	X
* Publicidade de Utilidade Pública	25.131.0271.4641.0001	R\$ 3.500.000	R\$ 7.700.000 R\$ 7.700.000	17/08/2010 a 16/08/2011 17/08/2011 a 16/08/2012	X	X
Patrocínios	X	X	X	X	X	X

*EMPRESA LEIAUTE COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA- PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA - CONTRATO Nº 1.082/07-ANP-002.274

*IMPrensa NACIONAL – PUBLICIDADE LEGAL- CONTRATO Nº 5.152/10-ANP-013.266

Observação:

- 1) A ANP não faz publicidade institucional, nem mercadológica;
- 2) A publicidade legal está a cargo da Secretaria executiva;
- 3) A ANP não concede patrocínios e/ou apoios institucionais e financeiros por meio de contrato de publicidade.

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Jorge Luis de Almeida, CPF n.º 256.125.817-34, Assistente de Superintendência, cargo exercido na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com exceção daquelas pertinentes a contratos resultantes de adesões a atas de registro de preço e consultas, de acordo com a observação formulada a seguir.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2012

Jorge Luis de Almeida
CPF n.º 256.125.817-34
Coordenação de Aquisições/ANP

Observação:

Em face do questionamento da Nota de Auditoria n.º 201108791/001, da Controladoria Geral da União (recomendações n.ºs 1 e 2) acerca do cadastramento no SIASG de contratos resultantes de adesão a atas de registro de preços, assim como dos resultantes de licitações na modalidade Consulta, foi encaminhado o Ofício n.º 040/SFA/RJ/2011, cuja cópia é encontrada em anexo, ao Diretor de Logística e Serviços Gerais da SLTI do MPOG, solicitando orientação acerca da forma de cadastramento destes contratos. Em resposta, foi recebido o Ofício n.º 2082/DLSG-MP (cópia em anexo), informando que novo módulo no SIASG “encontra-se em desenvolvimento para atendimento dos registros dos Contratos de Concessão de Uso e Contratos oriundos de participação extraordinária em licitações por registro de preços.” Assim, conclui-se que, tecnicamente, permanece inviável o cadastramento destes contratos.



Ofício n.º 040 SFA/RJ/2011

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2011

À Sua Senhoria, o Senhor

Carlos Henrique de Azevedo Moreira
Diretor de Logística e Serviços Gerais
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
Brasília - DF - CEP 70046-900

Ref. Cadastramento de contratos no SIASG.

Senhor Diretor,

Em atenção à recomendação n.º 01, da Controladoria Geral da União, constante da Nota de Auditoria n.º 201108791/001, anexa, solicitamos a Vossa Senhoria orientação acerca da forma de cadastramento no SIASG de contratos resultantes de adesão a atas de registro de preços, uma vez que não há campo específico no sistema para esta forma de contratação.

Com efeito, no caminho IALCONT (inclui/altera contrato), quando é selecionada a opção "tipo de contrato" como "50", após o preenchimento do número do contrato, é solicitada a seleção do código correspondente à modalidade de licitação. Nas opções apresentadas, não consta "adesão a ata de registro de preços".

Malogrou também a nossa tentativa de preencher aquele campo com a modalidade utilizada pelo órgão promotor do certame que resultou no registro de preços, pois, ao preencher o campo seguinte (n.º da licitação), ocorre o erro "aviso de licitação não cadastrado", uma vez que o sistema entende o número informado como sendo o de uma licitação promovida pela ANP e não por outro órgão.



0430000486912011-63

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
Departamento de Logística e Serviços Gerais
Sustentação Operacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 3º andar – 70.046-900 – Brasília-DF
(61) 2020-1321 – dls@planejamento.gov.br

Ofício nº 2082/DLSG-MP

Brasília, 25 de Julho de 2011.


A Sua Senhoria o Senhor
Cezar Caram Issa
Superintendente de Gestão Financeira e Administrativa
Agência Nacional de Petróleo
Rua Senador Dantas, nº 105 – 12º andar
20031-201 – Rio de Janeiro / RJ

Assunto: **Cadastramento de contratos no SIASG.**

Senhor Superintendente,

1. Em atenção ao Ofício nº 040 SFA/RJ/2011, de 11 de julho de 2011, solicitando orientação acerca da forma de cadastramento no SIASG de contratos resultantes de adesão a atas de registro de preços, informamos que o novo módulo do contrato no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG encontra-se em desenvolvimento para atendimento dos registros dos Contratos de Concessão de Uso e Contratos oriundos de participação extraordinária em licitação por registro de preços.
2. Informamos ainda, que tão logo seja realizada a implantação do mesmo será divulgado através de “Comunica no SIASG” e no “Notícias Comprasnet”.

Atenciosamente,

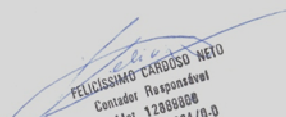

NATAL JESUS ASSUNÇÃO FERREIRA
Coordenador Geral Substituto

PROTOCOLO / ANP - RJ	
RECEBIDO	
Doc: 152321	
15 AGO 2011	
As _____	horas _____
Assinatura _____	

OFÍCIO Nº 040/2011 – ANP-RJ- SLS

ANEXO II - CÓPIA DA DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			323031
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siasi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	14 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	Felicíssimo Cardoso Neto	CRC n.º	RJ 026364/0-0


FELICÍSSIMO CARDOSO NETO
Contador Responsável
Mat. 12889808
CRC/RJ 026364/0-0

ANEXO III – FICHAS DOS INDICADORES INSTITUCIONAIS

CDC - Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido

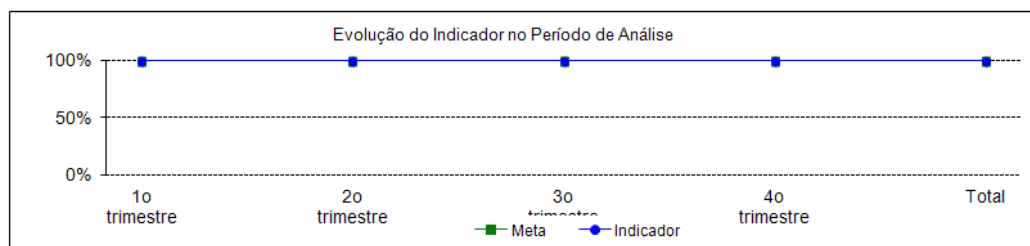


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar a eficácia da análise das demandas correlatas à defesa da concorrência
Nome do Indicador	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido
Conceituação	Esse indicador mostra a relação entre o número de documentos sem prazo pré-estabelecido (Notas Técnicas, Pareceres, Ofícios etc.) para efetuar análise referente à defesa da concorrência e o número de documentos sem prazo pré-estabelecido enviados à Coordenadoria.
Objetivo do indicador	Mensurar as respostas às demandas das diversas instituições (SDE/MJ, Ministério Público, PROCONs, Câmaras Estaduais e Municipais, Associações de Classe e outras), além das unidades internas da ANP, mediante a elaboração de documentos.
Limitações	Algumas análises são efetuadas com base no Levantamento de Preços – ANP e, portanto, os municípios e os períodos a serem avaliados dependem da abrangência da pesquisa de preços. Eventualmente, esta Coordenadoria pode ter dificuldades na obtenção de dados/informações disponíveis em outras unidades organizacionais da ANP.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de documentos sem prazo pré-estabelecido elaborados dividido pelo número de documentos sem prazo pré-estabelecido enviados à Coordenadoria.

Evolução do Indicador

Trimestre	1o trimestre	2o trimestre	3o trimestre	4o trimestre	Total
Documentos demandados	110	110	110	82	412
Documentos respondidos	110	110	110	82	412
Meta	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

CDC – Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido

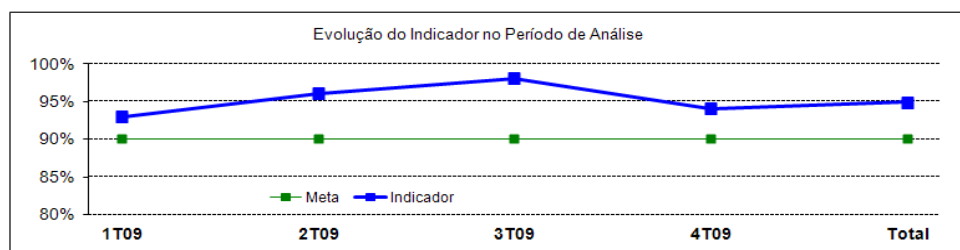


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Aumentar a eficiência da análise das demandas com prazo da Coordenadoria (análise de Defesa da Concorrência, informe quinzenal de preços de petróleo e derivados no mercado internacional).
Nome do Indicador	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido
Conceituação	Esse indicador mostra a relação entre o número de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido (Notas Técnicas, Pareceres, Ofícios, Informe Quinzenal etc.) no âmbito da Coordenadoria e o número de documentos demandados com prazo pré-estabelecido de responsabilidade da Coordenadoria. Para o cálculo desse indicador serão considerados os documentos entregues no prazo, antes do prazo e depois do prazo, ponderando-os de acordo com a participação de cada um deles sobre o total. Aos documentos adiantados e atrasados serão concedidos bônus e ônus, respectivamente, de acordo com o tempo relativo de adiantamento ou atraso.
Objetivo do indicador	Mensurar as respostas às demandas das diversas instituições (Poder Judiciário, DPF-s, SDE/MJ, Ministério Público, PROCONs, Câmaras Estaduais e Municipais, Associações de Classe e outras), além das unidades internas da ANP, mediante a elaboração de documentos.
Limitações	Algumas análises são efetuadas com base no Levantamento de Preços – ANP e, portanto, os municípios e os períodos a serem avaliados dependem da abrangência da pesquisa de preços. Eventualmente, esta Coordenaria poderá ter dificuldades na obtenção de dados/informações disponíveis em outras unidades organizacionais da ANP. Nesses casos, a Coordenadoria irá suspender a contagem do prazo de elaboração do documento para fins do indicador e/ou solicitar dilação de prazo. O indicador não está considerando a complexidade na elaboração dos documentos.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	O somatório do produto das notas médias atribuídas a cada documento (de acordo com o critério de prazo) e suas ponderações (de acordo com suas participações em relação ao total dos documentos com prazo). Os bônus e ônus serão atribuídos a partir da nota de 90% referente aos documentos entregues exatamente no prazo, que corresponde à meta do indicador. Para os documentos entregues adiantados ou atrasados em até 10% do prazo será concedido um bônus/ônus de 2,5 pontos percentuais. Para os entregues adiantados ou atrasados em até 20% do prazo será concedido um bônus/ônus de 5 pontos percentuais. Para os entregues adiantados ou atrasados em até 30% do prazo será concedido um bônus de 7,5 pontos percentuais e um ônus de 10 pontos percentuais, respectivamente. Para os entregues adiantados ou atrasados em mais de 30% do prazo será concedido um bônus de 10 pontos percentuais e um ônus de 90 pontos percentuais, respectivamente.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%
Indicador	93%	96%	98%	94%	94,9%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Documentos que cheguem à CDC fora do prazo poderão ter seu prazo revisto.

CDC – Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis

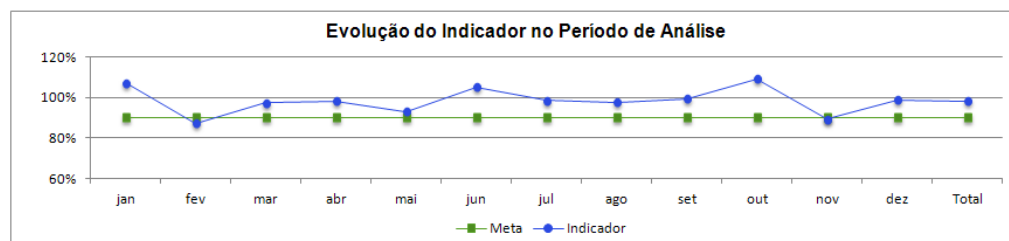


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e Sociedade
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Monitorar o mercado quanto ao preço dos combustíveis automotivos comercializados no país.
Nome do Indicador	Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis
Conceituação	Estima a relação entre o número de resultados de análises processadas pela equipe de monitoramento da CDC, com vistas à disponibilização semanal no site da Agência, e os resultados fornecidos pela empresa de coleta de preços.
Objetivo do indicador	Acompanhar o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, cumprindo determinação constante na Lei do Petróleo, em seu artigo oitavo, que atribuiu à ANP o papel de implementar, na sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás natural, com ênfase na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, além de orientar a atuação da área de fiscalização da ANP.
Limitações	A base de dados cadastrais de postos revendedores, principalmente de GLP, contém muitos dados defasados ou divergentes em relação aos encontrados em campo. Além disso, a pesquisa fica restrita aos municípios participantes do PLPMCC.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de coletas mensais de preços de combustíveis automotivos dividido pelo número previsto em contrato.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Coletas Mensais Efetuadas	73328	59657	83315	67151	79573	72052	67415	83529	68079	74770	76410	67586	872865
Previsão em Contrato	68452	68452	85565	68452	85565	68452	68452	85565	68452	68452	85565	68452	889876
Indicador	107,1%	87,2%	97,4%	98,1%	93,0%	105,3%	98,5%	97,6%	99,5%	109,2%	89,3%	98,7%	98,1%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Capacidade de fiscalização dos serviços prestados por empresa terceirizada responsável pela pesquisa de preços, em virtude da periodicidade semanal da coleta dos dados.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

CMA – Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade

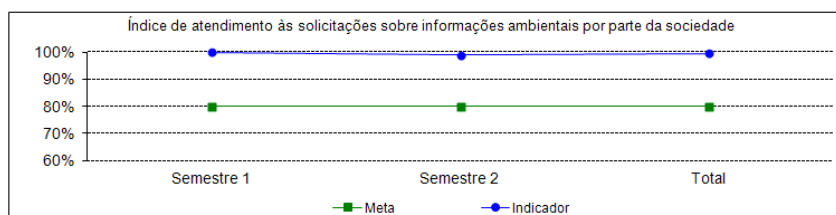


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Meio Ambiente	
Período de Análise	Janeiro - Dezembro 2011	
Frequência de Medição	Semestral	
Critério	Cidadãos e Sociedade	
Tipo de Indicador	Eficiência	
Foco	Atendimento às solicitações sobre informações a respeito dos aspectos ambientais da indústria de petróleo e gás oriundas da sociedade	
Nome do Indicador	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade	
Conceituação	Número de solicitações recebidas através do sistema de CRM, integralmente respondidas em prazo inferior a 15 dias após o seu recebimento pela CMA	
Objetivo do indicador	Oatendimento com qualidade e agilidade às demandas da sociedade sobre informações ambientais	
Limitações	Problemas de acesso ao sistema CRM; dificuldade na obtenção das informações solicitadas; capacitação inexistente da equipe em relação ao tema questionado	
Meta para o Período	80%	
Fórmula do Indicador	Média do Tempo de Resposta	Indicador
	mais de 60 dias	0%
	de 30 a 60 dias	25%
	30 dias	50%
	de 25 a 30 dias	60%
	de 20 a 25 dias	80%
	de 15 a 20 dias	85%
	15 dias	90%
	de 10 a 15 dias	95%
	menos de 10 dias	100%

Evolução do Indicador

Mês	Semestre 1	Semestre 2	Total
Meta	80%	80%	80,0%
Indicador	100%	99%	99,7%



Análise dos Resultados

A metas foram atingidas em ambos os semestres.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

CMA – Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais

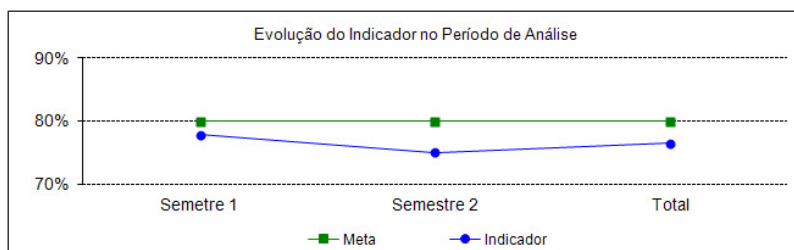


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Meio Ambiente
Período de Análise	Janeiro - Dezembro 2011
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Atendimento às solicitações da SEP para a avaliação de processos com pendências ambientais
Nome do Indicador	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais
Conceituação	Número de solicitações demandadas pela SEP por avaliação de processos com pendências ambientais respondidas em prazo inferior a 30 dias após o seu recebimento pela CMA
Objetivo do indicador	Atendimento com qualidade e agilidade às solicitações da SEP para a avaliação de processos com pendências ambientais
Limitações	Dificuldades para elaborar resposta por conta do envio de documentação incompleta para a CMA e da demora de resposta por parte dos órgãos ambientais em caso de questionamentos por parte da CMA
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$(\text{Número de solicitações respondidas em até 30 dias} / \text{Número de solicitações recebidas}) \times 100$

Evolução do Indicador

Semestre	Semestre 1	Semestre 2	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%
Indicador	77,8%	75,0%	76,5%



Análise dos Resultados

Em ambos os semestres, os resultados dos indicadores ficaram abaixo do esperado. Entretanto, houve sensível melhoria no resultado do indicador (78% de melhoria), quando comparado com o resultado do ano de 2010, fazendo com que este se aproximasse da meta estipulada (76,5% contra 80% da meta).

Pontos Críticos

O tempo de análise por parte da CMA é profundamente afetado pela ausência de instrução adequada do processo por parte da área solicitante, fazendo com que, muitas vezes, técnicos da área tenham que se deslocar aos órgãos ambientais e haja aumento de tempo na avaliação por parte dos servidores da CMA, considerando idas e vindas dos processos.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Reforçar a orientação para instrução processual adequada por parte da SEP, de forma que o concessionário incorpore toda a documentação necessária para a análise.

Observações

Considerando as medições dos anos de 2010 e 2011, para o próximo período de avaliação, a CMA solicita que seja definida nova meta para o indicador, isto é, 70%.

CSO – Fiscalização de Segurança Operacional

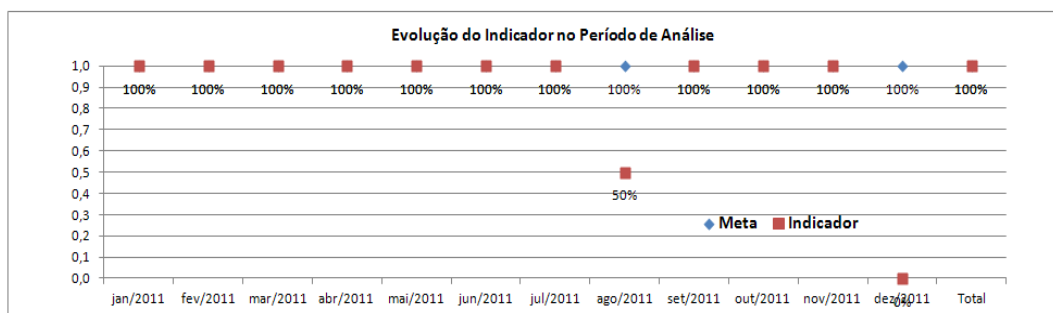


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Coordenadoria de Segurança Operacional (CSO)
Responsável	
Período de Análise	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Processo de auditorias de integridade estrutural das unidades de produção
Nome do indicador	Número de auditorias de segurança operacional
Conceituação	Fiscalizar a situação de segurança operacional das unidades produtivas integrantes da indústria do petróleo e gás natural.
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das atividades de fiscalização da equipe da CSO para que os operadores não exponham a força de trabalho e o meio ambiente a níveis de risco não toleráveis.
Limitações	
Meta para o período	100% (46 auditorias - sendo 32 auditorias no período de janeiro a julho e 14 auditorias de agosto a dezembro)
Fórmula do indicador	Quantidade de auditorias realizadas pela equipe da CSO durante o Ciclo de Avaliação e a fonte de dados são as planilhas eletrônicas de planejamento e controle das auditorias.

Evolução do Indicador

Mês	jan/2011	fev/2011	mar/2011	abr/2011	mai/2011	jun/2011	jul/2011	ago/2011	set/2011	out/2011	nov/2011	dez/2011	Total
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Fiscalizações Previstas	4	4	4	5	5	5	5	4	2	3	3	2	46
Resultado	4	11	4	6	6	5	10	2	3	4	4	0	59
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	50%	100%	100%	100%	0%	100%



Análise dos Resultados

O resultado de 59 auditorias de segurança operacional realizadas em 2011, correspondem a um acréscimo de 28% acima da meta estabelecida. Tal resultado foi possível de ser atingido devido à disponibilização de recursos financeiros para a execução das atividades e para qualificação dos servidores. Insta informar que, para consolidação anual, foram consideradas as metas relativas aos meses de janeiro a julho do indicador de 2010-2011 e as metas mensais de agosto a dezembro do indicador em 2011-2012

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Para que a equipe da CSO mantenha o indicador acima da meta é imprescindível que sejam disponibilizados mais servidores dedicados às ações de fiscalização, pois o quadro técnico foi reduzido. Adicionalmente, é necessária a regulamentação dos adicionais de confinamento, a serem pagos aos servidores, compatíveis com os riscos que os mesmo estão submetidos.

Observações

A não implementação das ações necessárias para correção ou aprimoramento começam a apresentar seus impactos negativos, como observado no não atendimento da meta estabelecida nos meses de agosto a dezembro. Embora os resultados no ano sejam significativos, observa-se um declínio no quantitativo de auditorias a partir de agosto.

CRC – Manifestações Respondidas pelo CRC/SCI

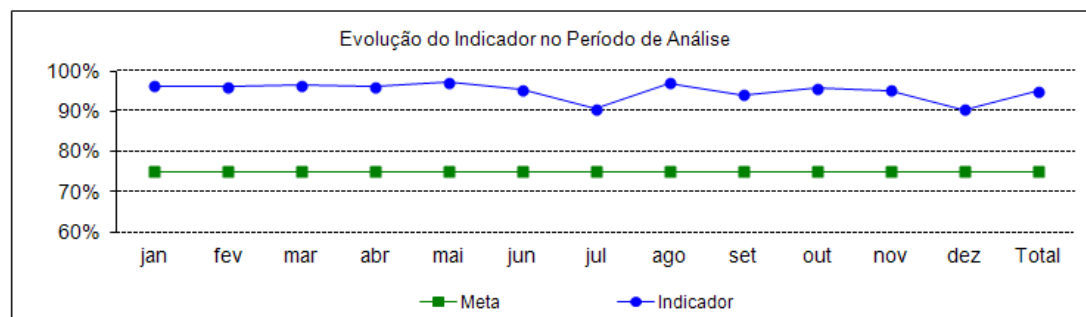


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Centro de Relações com o Consumidor - CRC/SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a eficiência da resposta às manifestações recebidas pelo CRC/SCI.
Nome do Indicador	Manifestações Respondidas pelo CRC/SCI
Conceituação	Avalia a eficiência no atendimento às consultas recebidas pelo CRC/SCI, em tempo hábil. Define-se como tempo hábil o prazo de 10 (dez) dias contados a partir do registro da consulta na Central de Atendimento. Define-se como consulta toda manifestação que constitua pedido de informação à ANP, excluindo-se denúncias, sugestões e elogios.
Objetivo do indicador	Medir e aperfeiçoar a eficácia do atendimento da ANP, por meio do CRC/SCI, às consultas recebidas, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e na Portaria ANP nº 111/2000.
Limitações	Tendo em vista que a meta proposta é calculada com base na demanda observada em períodos passados, alterações regulatórias podem gerar demandas extraordinárias que impliquem o não cumprimento do prazo estabelecido.
Meta para o Período	75%
Fórmula do Indicador	Número de consultas respondidas em até 10 dias sobre o total de consultas recebidas

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Indicador	96,2%	96,1%	96,4%	96,1%	97,1%	95,3%	90,5%	96,9%	94,1%	95,6%	95,2%	90,4%	95,0%



Análise dos Resultados

Tendo em conta o elevado grau de demandas respondidas diretamente na Central de Atendimento sem necessidade de encaminhamento às unidades organizacionais da Agência, cuja média mensal em 2011 foi de 83,2% dos atendimentos, foi possível ultrapassar a meta estipulada para o indicador no ano.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

NIN – Indicador de Disponibilidade do Sistema Gerencial de Exploração e Produção – SIGEP

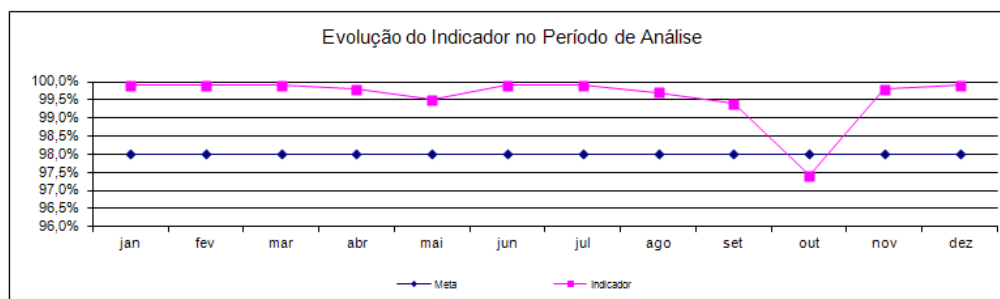


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Núcleo de Informática - NIN
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar o grau de disponibilidade dos ativos e serviços de informática responsáveis pelo funcionamento da aplicação SIGEP e i-SIGEP
Nome do Indicador	Indicador de disponibilidade do Sistema Gerencial de Exploração e Produção - SIGEP
Conceituação	Estima o tempo em que a aplicação SIGEP está disponível tanto para a ANP, como para o público, através de seu módulo internet.
Objetivo do indicador	Verificar a disponibilidade do ambiente do aplicativo SIGEP e i-SIGEP.
Limitações	Registro da indisponibilidade ter sido gerada por manutenções preventivas, ou por problemas externos ao NIN, como o link da internet, fornecido pela Embratel.
Meta para o Período	98%
Fórmula do Indicador	Quantidade de minutos do período menos a quantidade de minutos de indisponibilidade, dividido pela quantidade de minutos do período.
Frequência de Medição	Mensal

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%
Indicador	99,9%	99,9%	99,9%	99,8%	99,5%	99,9%	99,9%	99,7%	99,4%	97,4%	99,8%	99,9%	99,6%



Análise dos Resultados

OBS: (No caso de indicador abaixo de 98%)

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

NIN – Indicador de Disponibilidade da Aplicação i-Simp

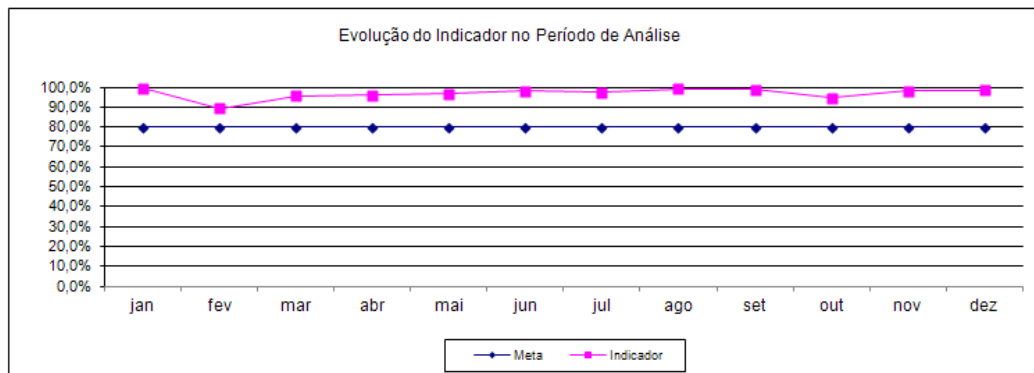


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Núcleo de Informática - NIN
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar o grau de disponibilidade dos ativos e serviços de informática responsáveis pelo funcionamento da aplicação iSimp - Módulo Internet do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos
Nome do Indicador	Indicador de disponibilidade da aplicação i-SIMP
Conceituação	Estima o tempo em que a aplicação iSimp está disponível para o público.
Objetivo do indicador	Verificar a disponibilidade do ambiente do aplicativo iSimp.
Limitações	Registro da indisponibilidade ter sido gerada por manutenções preventivas, ou por problemas externos ao NIN, como o link da internet, fornecido pela Embratel.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Quantidade de minutos do período menos a quantidade de minutos de indisponibilidade, dividido pela quantidade de minutos do período.
Frequência de Medição	Mensal

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%
Indicador	99,4%	89,5%	95,5%	96,1%	96,8%	98,2%	97,5%	99,0%	98,8%	94,7%	98,0%	98,6%	96,8%



Análise dos Resultados

OBS: (No caso de indicador abaixo de 98%)

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SAB - Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados

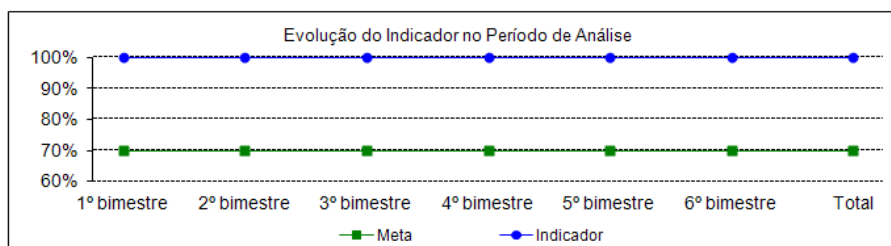


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Abastecimento-SAB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Bimestral
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficiência na resposta às demandas do mercado
Nome do Indicador	Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados
Conceituação	Expressa a relação existente entre o número de pedidos analisados dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, período entre a data do protocolo do requerimento para autorização do exercício da atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo e a data da manifestação oficial (via ofício) e o número de pedidos recebidos. Em caso de atendimento do pedido, considera-se o período do protocolo do requerimento e a data do envio da ficha de delegação de competência (FDC) do Superintendente para a Diretoria.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência na análise de pedidos de autorização do exercício de atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo e a eficácia da gestão interna.
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo de 60 dias para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do agente econômico dados e informações necessários e não-constantemente ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação. Caso não haja pendências, a contagem do tempo interrompe-se no momento em que o Superintendente envia a ficha de delegação de competência (FDC) para a Diretoria.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	Número de pedidos analisados dentro do prazo dividido pelo Número de pedidos recebidos

Evolução do Indicador

Mês	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Pedidos Analisados	15	18	11	8	6	6	64
Pedidos Recebidos	15	18	11	8	6	6	64
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SAB - Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados

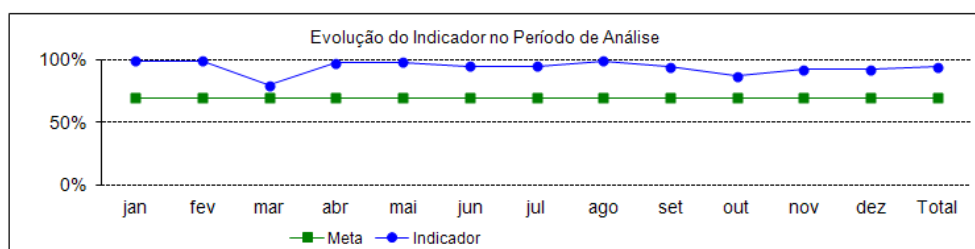


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Abastecimento-SAB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Crítério	Processos
Foco	Aumentar a eficiência na resposta às demandas do mercado
Nome do Indicador	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados
Conceituação	Expressa a relação existente entre o número de pedidos analisados dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias, período entre a data do protocolo do requerimento para autorização do exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo e a data da manifestação da Superintendência (via ofício ou documento de devolução) e o número de pedidos recebidos. Em caso de atendimento do pedido, considera-se o período do protocolo do requerimento e a data do envio da ficha de delegação de competência (FDC) do Superintendente para a Diretoria.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência na análise de pedidos de autorização do exercício de atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a eficácia da gestão interna.
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo de 25 dias para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do agente econômico dados e informações necessários e não constantes ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação. Caso não haja pendências, a contagem do tempo interrompe-se no momento em que o Superintendente envia a ficha de delegação de competência (FDC) para a Diretoria.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	Número de pedidos analisados dentro do prazo dividido pelo Número de pedidos recebidos

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Pedidos Analisados	224	163	124	181	256	211	158	249	160	224	202	107	2.259
Pedidos Recebidos	225	164	155	185	260	222	166	251	169	257	218	116	2.388
Indicador	99,6%	99,4%	80,0%	97,8%	98,5%	95,0%	95,2%	99,2%	94,7%	87,2%	92,7%	92,2%	94,6%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

NFP – Inspeções de Medição

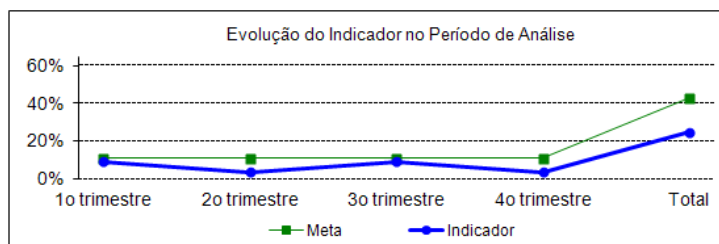


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Núcleo de Fiscalização da Produção - NFP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Foco	Processo de inspeção dos sistemas de medição das unidades de produção.
Nome do Indicador	Inspeções de Medição
Conceituação	Mede o percentual de inspeções dos sistemas de medição realizadas no período, incluindo inspeções de rotina e inspeções de adequação do sistema de medição.
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das ações de inspeções realizadas pelo NFP.
Limitações	Impactado por restrições orçamentárias e quantitativo de pessoal
Meta para o Período	Inspeccionar 43% das unidades de produção (Unidades Marítimas e Campos Terrestres)
Fórmula do Indicador	Número de inspeções realizadas no período dividido pelo número total de instalações existentes no Brasil

Evolução do Indicador

Trimestre	1o trimestre	2o trimestre	3o trimestre	4o trimestre	Total
Meta	11%	11%	11%	11%	43%
Indicador	9%	3%	9%	3%	25%



Análise dos Resultados

Existem 517 instalações onde são realizadas medições fiscais (130) ou de apropriação (387) no Brasil, as atividades de fiscalização do NFP foram concentradas em instalações onde são realizadas medições fiscais. Desta forma, não atingimos a meta estabelecida em nenhum dos trimestres de 2011.

Pontos Críticos

Dificuldade de realizar as inspeções no grande número de instalações onde são realizadas somente medições de apropriação da produção.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

A partir de janeiro de 2011 a ANP passou a receber diariamente os dados de produção de petróleo e gás natural no país dos principais campos produtores, representam mais de 95% da produção nacional. Desta maneira é possível realizar ações de fiscalização mais eficientes e eficazes, otimizando as ações de fiscalização do NFP/SDP. Além de conseguirmos garantir a fiscalização de quase a totalidade do petróleo e gás natural produzidos, ou seja, dos pontos fiscais, sem que a necessidade de deslocamento dos servidores.

Observações

Este indicador deve ser revisto, pois a principal atividade que o NFP deve realizar é garantir a fidedignidade dos volumes de petróleo e gás natural produzidos reportado através do Boletim Mensal de Produção. Desta forma, as atividades do NFP são concentradas em instalações de medição fiscal, e não nas medições de apropriação, sendo que estas últimas representam em número de instalações mais do que o triplo de instalações de medição fiscal.

SBQ – Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Disponibilizar o resultado do Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC
Nome do Indicador	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC
Conceituação	Avalia a eficiência da Superintendência em publicar, no mês subsequente ao mês monitorado, o Boletim de Monitoramento do PMQC na internet.
Objetivo do indicador	Disponibilizar à sociedade e ao mercado de combustíveis / lubrificantes, no menor intervalo de tempo possível, o levantamento dos indicadores gerais de qualidade dos combustíveis comercializados no País e a identificação de focos de não-conformidade, além de orientar a atuação da área de fiscalização da ANP e conveniados.
Limitações	Os dados a serem utilizados na elaboração do Boletim de Monitoramento provêm das instituições contratadas para o PMQC, que são encaminhados à ANP até o dia 10 do mês subsequente ao mês monitorado.
Meta para o Período	75%
Fórmula do Indicador	Fator 6: publicação do Boletim até o dia 15 do mês Fator 5: publicação do Boletim até o dia 18 do mês Fator 4: publicação do Boletim até o dia 21 do mês Fator 3: publicação do Boletim até o dia 24 do mês Fator 2: publicação do Boletim até o dia 27 do mês Fator 1: publicação do Boletim até o dia 30 do mês Fórmula: (número do fator / 6) x 100%
Evolução do Indicador	
Mês	jan fev mar abr mai jun jul ago set out nov dez Total
Meta	75% 75% 75% 75% 75% 75% 75% 75% 75% 75% 75% 75% 75%
Fator	4 5 5 5 4 2 6 6 5 5 6 5 58
Indicador	66,7% 83,3% 83,3% 83,3% 66,7% 33,3% 100,0% 100,0% 83,3% 83,3% 100,0% 83,3% 80,6%

Evolution of the Indicator in the Analysis Period

Análise dos Resultados

No ano de 2011, a meta relacionada com a publicação do Boletim Mensal da qualidade dos combustíveis em menor tempo possível só não foi atingida nos meses de janeiro, maio e junho. O não cumprimento da meta nesses meses foi decorrente de problemas no Sistema de Gerenciamento de Dados do Programa (ADQC), necessitando que a análise de dados fosse feita manualmente.

Pontos Críticos

Restabelecimento de funcionalidade do ADQC que permite o gerenciamento das não conformidades do PMQC ou então, o mais indicado, a implantação do novo Sistema para gerenciamento de dados do PMQC com funcionalidade para geração automática do Boletim Mensal.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SBQ - Índice de qualidade de combustíveis

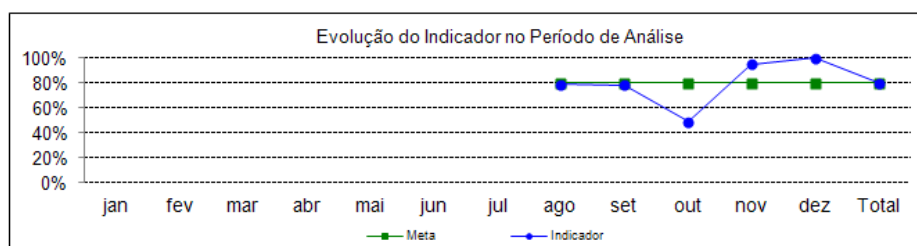


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processo
Foco	Subsídio às ações de fiscalização
Nome do Indicador	Índice de qualidade de combustíveis
Conceituação	Realizar ensaios em amostras oriundas da SFI
Objetivo do indicador	Dar subsídio às ações de fiscalização
Limitações	
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Produto Prazo (dias) Etanol 15 Gasolina 20 Óleo Diesel 20 Combustíveis de Aviação 30 Biodiesel 40 Óleo Lubrificante 45 $\text{Índice} = 100\% \times (\text{n}^\circ \text{ de Relatórios emitidos dentro do prazo}) / (\text{n}^\circ \text{ total de relatórios emitidos no mês})$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta								80%	80%	80%	80%	80%	80%
Relatórios no prazo								86	29	33	71	63	282
Relatórios emitidos								109	37	68	75	63	352
Indicador								78,9%	78,4%	48,5%	94,7%	100,0%	80,1%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SCI – Participação nos Principais Eventos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

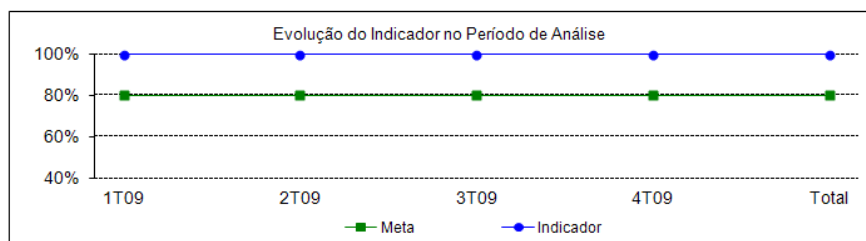


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP através da participação nos principais eventos da indústria regulada, prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes econômicos do setor e demais órgãos públicos e manter comunicação efetiva com a sociedade.
Nome do Indicador	Participação nos principais eventos do petróleo, gás natural e biocombustíveis.
Conceituação	Avalia a capacidade de a ANP se fazer representar nos principais eventos de petróleo e gás natural com estande para atendimento a consultas e divulgação de informações. Os principais eventos são: 1. Internacionais: 1.1. Offshore Technology Conference (OTC), 1.2. World Petroleum Congress (WPC), 1.3. Rio Oil & Gas, 1.4. Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica (SBGF), 1.5. Rio Pipeline Conference & Exposition, 1.6. Niterói Fenashore e 1.7. Brazil Onshore; e 2. Nacionais: 2.1. Congresso Brasileiro de Energia e 2.2. Expo Postos e Conveniências. Obs: O "SindTRR" foi excluído da relação dos principais eventos, pois não disponibiliza mais espaço para a montagem de estandes. Os eventos número 1.2, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 não ocorreram em 2010.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação institucional, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	1. Verbas: limites de verbas destinadas às participações em eventos e ao transporte e às diárias de servidores afetam o desempenho neste indicador.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de eventos em que a ANP participou dividido pelo número de principais eventos elencados para o período considerado.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
No de eventos em que a ANP participou	1	6	1	1	9
No de principais eventos no período	1	6	1	1	9
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SCI – Comunicação com a Imprensa

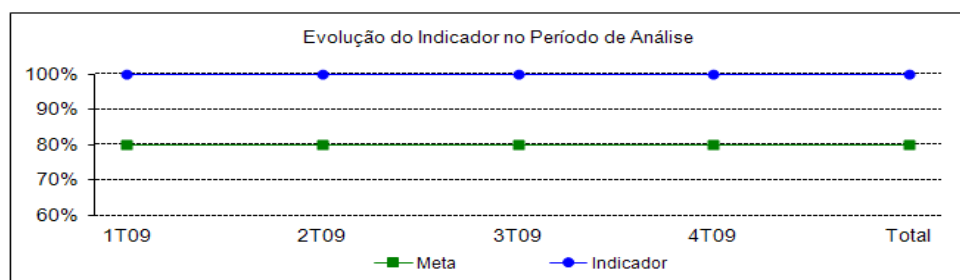


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP através da imprensa, prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, demais órgãos públicos e a sociedade e manter comunicação efetiva com a sociedade.
Nome do Indicador	Comunicação com a imprensa
Conceituação	Avalia a comunicação com órgãos de imprensa, em tempo hábil. Define-se como "tempo hábil" até 2 dias úteis depois do fato objeto da comunicação ou da solicitação, desde que a iniciativa ou a resposta esteja sob a total responsabilidade da SCI/AI. Foram selecionados como principais fatos objeto de comunicação à imprensa as Rodadas de Licitações, as audiências públicas sobre novas regulamentações e sobre as Rodadas, os fóruns regionais, a realização de estudos geológicos e geofísicos de bacias sedimentares e o balanço trimestral de ações de fiscalização e qualidade dos combustíveis.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação com a imprensa, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	1. A comunicação com a imprensa depende, muitas vezes, de consultas a outras áreas da Agência. Assim, somente será considerado o tempo das ações enquanto elas estiverem sob a total responsabilidade da SCI/AI.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de ações de comunicação com órgãos de imprensa em tempo hábil dividido pelo número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
Nº de ações de comunicação	311	260	360	481	1412
Nº de manifestações recebidas	311	260	360	481	1412
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SCI – Comunicação com públicos institucionais

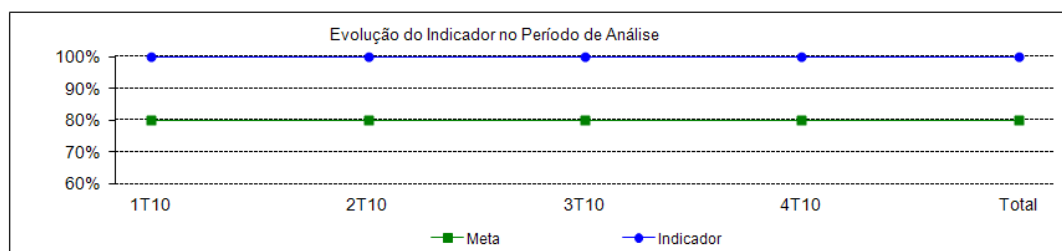


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP com seus públicos institucionais e prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com entidades representativas do setor privado e demais órgãos públicos.
Nome do Indicador	Comunicação com públicos institucionais
Conceituação	Avalia a comunicação com os públicos institucionais da ANP, em tempo hábil. Define-se como "tempo hábil" o prazo estipulado para a resposta a Requerimentos de Informação do Congresso Nacional ou, em geral, até 10 dias úteis depois da solicitação de outras instituições ou dos principais fatos objeto de comunicação externa, desde que a resposta ou a iniciativa esteja sob a total responsabilidade da SCI. Foram relacionados como os principais fatos objeto de comunicação institucional as Rodadas, as audiências públicas das Rodadas de Licitações, os fóruns regionais, as novas publicações, a realização de estudos geológicos e geofísicos de bacias sedimentares e os Boletins da Qualidade dos combustíveis.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação com públicos institucionais, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	A comunicação com públicos institucionais depende, muitas vezes, de consultas a outras unidades da Agência. Assim, somente será considerado o tempo das ações enquanto elas estiverem sob a total responsabilidade da SCI.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de ações de comunicação com públicos institucionais em tempo hábil dividido pelo número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T10	2T10	3T10	4T10	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
Número de ações de comunicação em tempo hábil	3	1	2	1	7
Número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação	3	1	2	1	7
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SCM - Índice de Processos Analisados pela SCM

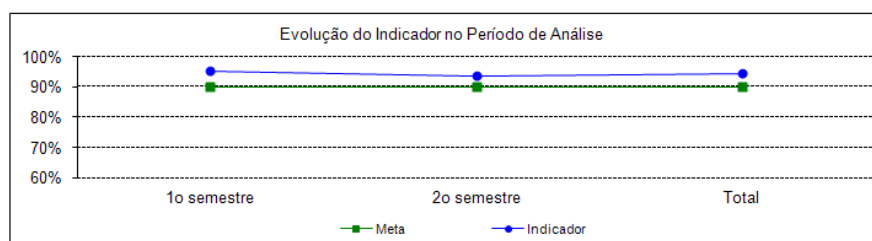


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural - SCM
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Produtividade
Foco	Aumentar a Eficácia de Análise de Processos de Autorização.
Nome do Indicador	Índice de Processos Analisados pela SCM
Conceituação	Estima o quantitativo de processos recebidos e analisados dentro do prazo preestabelecido nas Resoluções e Portarias ANP.
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia da Superintendência durante o processo de análise dos pedidos de autorização encaminhados à área, considerando o atendimento (por parte dos agentes) dos requisitos e dos prazos (por parte da SCM) estabelecidos nas Resoluções e Portarias ANP.
Limitações	Cabe destacar que o levantamento deste indicador deve considerar o prazo estipulado em cada Resolução/Portaria ANP, para cada processo de análise de processos de autorização. Ressalta-se, ainda, que a contagem deste tempo é paralisada no momento em que é finalizada a avaliação pelo corpo técnico da área e é enviado Ofício ao agente econômico constando as pendências existentes no seu processo (exemplo: (i) dados/informações necessários e não remetidos; (ii) documentos enviados e que são considerados incompletos e/ou inadequados). Logo, tendo por base essas limitações, não é possível realizar a mensuração deste indicador mensalmente, e sim semestralmente, conforme mencionado no item "Frequência de Medição".
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de processos analisados dentro do prazo estipulado pelas Resoluções e Portarias ANP no período dividido pelo número de Processos recebidos no período

Evolução do Indicador

Mês	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	95,4%	93,6%	94,5%



Análise dos Resultados

Tanto quanto 2010, o ano de 2011 caracterizou-se pela elevada demanda de processos de autorizações na área de gás natural, tendo sido plenamente cumprida a meta prevista tanto para o 1º semestre quanto para o 2º. Além dos processos de autorização, com a publicação do Decreto nº 7832/2010 regulamentando a Lei do Gás a equipe da SCM também atendeu aos prazos estabelecidos pelo decreto e publicou 4 resoluções.

Pontos Críticos

Quantitativo de servidores no limite para atendimento à demanda considerando as novas atribuições advindas com a Lei do Gás e a Lei de Biocombustíveis.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Garantir o ingresso de servidores na área, de modo a equalizar a relação quantidade de processos e servidores envolvidos nos processos.

Observações

Para efeitos de mensuração deste indicador, serão considerados os pedidos ou documentações complementares recebidas entre o dia 01.01.11 e 31.12.2011:

- (i) 30/09/2011, para a Portaria ANP n.º 170/98 (90 dias para análise);
- (ii) 31/10/2011, para a Portaria ANP n.º 118/2000 e Resolução ANP n.º 41/2007 (60 dias para análise);
- (iii) 31/11/2011, para a Portaria ANP n.º 170/2002 (30 dias para análise).

A definição destas datas limites são necessárias, considerando como fim do período de análise o dia 31/12/2011.

SCM – Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos

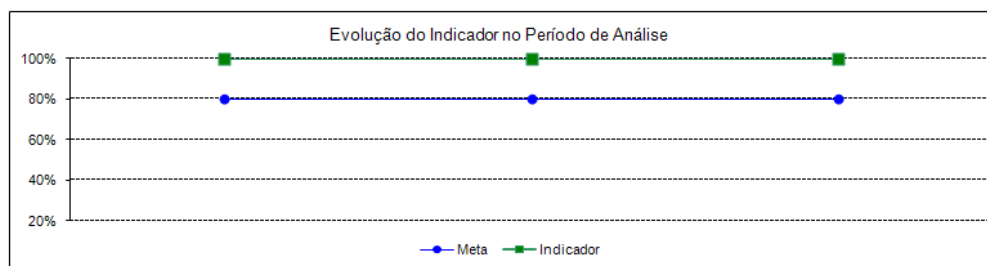


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural - SCM
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Foco	Segurança Operacional de Instalações de Transporte e Transferência de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis Autorizadas pela SCM.
Nome do Indicador	Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos
Conceituação	Estima o percentual de relatórios de vistoria emitidos em até 30 dias da data da vistoria, frente ao número de vistorias efetuadas.
Objetivo do indicador	Aferir a produtividade e eficiência do processo de vistoria de instalações quanto aos aspectos de segurança operacional, através da emissão de relatório de vistoria dentro do período estipulado.
Limitações	Entende-se como vistorias/inspeções técnicas a serem realizadas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis aquelas que são realizadas para: (i) concessão de autorização de operação; (ii) verificação de aspectos relacionados com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) fiscalização de incidentes. Neste caso, as ações que são passíveis de planejamento são aquelas identificadas nos itens (i) e (ii), sendo estas, portanto, as ações objeto do acompanhamento deste indicador. Cabe ressaltar, ainda, que este indicador não afere a quantidade de vistorias que serão efetuadas no período e sim, tão somente, a quantidade de relatórios emitidos em função das vistorias/inspeções realizadas.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de Relatórios de Vistoria Emitidos no Período de 30 dias a partir da data da Vistoria dividido pelo Número de Vistorias Realizadas.

Evolução do Indicador

Semestre	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%
Relatórios de Vistoria Emitidos < 30 dias	14	27	41
Vistorias Realizadas	14	27	41
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%



Análise dos Resultados

Diante dos dados apresentados, não houve qualquer ponto crítico para efetuar a tarefa objeto deste indicador, tendo sido emitidos todos os relatórios no período esperado.

Pontos Críticos

Não Há

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não Há

Observações

Os relatórios a serem contabilizados para aferição deste indicador estarão referenciados as vistorias/inspeções realizadas entre 01/01/2011 e 31/12/2011. Apesar da necessidade de que haja ao menos 30 dias, a SCM conseguiu emitir o último relatório de vistoria realizada no dia 14/12/2011 em 16/12/2011, o que permitiu considerar o fim do período de análise o dia 31/12/2011. Cabe ressaltar que há casos de em uma mesma instalação ter dois tipos de vistoria uma cumprimento de requisitos para outorga de Autorização de Operação para um tanque em caso de ampliação e outra para Termo de Compromisso (Transpetro e Petrobras).

SDB – Fiscalização de Projetos

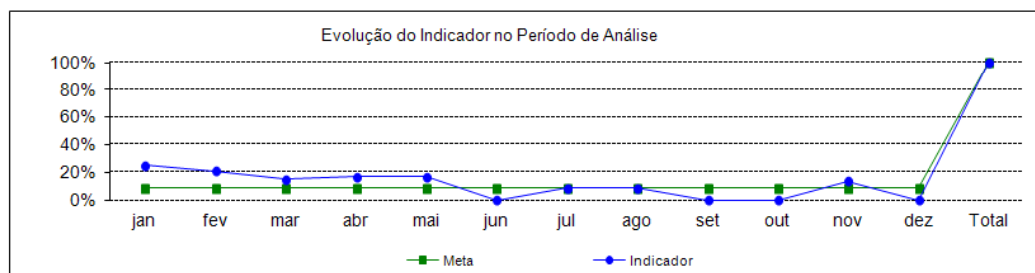


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SDB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Crítério	Processos
Foco	Busca acompanhar o projetos em andamento licitados pela Superintendência.
Nome do Indicador	Fiscalização de projetos
Conceituação	Busca acompanhar o projetos em andamento licitados pela Superintendência.
Objetivo do indicador	Fiscalizar os projetos licitados pela Superintendência.
Limitações	Não há
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de fiscalizações realizadas no mês dividido pela meta definida para fiscalizações

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100%
Indicador	25,00%	20,83%	14,94%	16,66%	16,66%	0,00%	8,33%	8,33%	0,00%	0,00%	13,33%	0,00%	100,00%
Previsto (dias)	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
Realizados (dias)	30	25	18	20	20	0	10	10	0	0	16	0	149



Análise dos Resultados

A SDB, durante o ano de 2011, realizou 20 viagens de fiscalização totalizando 149 dias de trabalho em campo, o que corresponde a um acréscimo de 24,08% à quantidade prevista. Para alcançar tal meta, 12 servidores estiveram imbuídos na tarefa de acompanhar os levantamentos *in loco*. Importante ressaltar que a baixa produtividade no segundo semestre deveu-se ao encerramento de contratos em execução.

Pontos Críticos

Embora a meta tenha sido alcançada, é necessário destacar um ponto que talvez venha a ser ofuscado com uma leitura superficial do indicador, qual seja, a quantidade insuficiente de servidores na SDB. Dos 12 servidores que realizaram inspeções de campo em 2011, 4 pertencem ao quadro de outras superintendências (veja em Observações). Fato este que evidencia a carência de pessoal em nosso setor.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Aumento na quantidade de servidores efetivos, principalmente geólogos e geofísicos.

Observações

PDGP

Janeiro - 0021/11 (Andrei); 0022/11 (Lisa Marie); 0038/11 (Luciene - DIR II) e 0035/11 (Kátia Duarte - SDT)

Fevereiro - 0439/11-1C (Marina) e 0440/11-1C (Renato Silveira - SDT) e 0417/11 (Luciene - DIR II)

Março - 0763/11 (Bolivar) e 0764/11 (Nédson - SDP)

Abril - 1056/11 (Elaine) e 1058/11 (Nédson - SDP)

Mai - 1324/11 (Renato Silveira - SDT) e 1325/11 (Adoniran)

Julho - 2078/11 (Cintia) e 2054/11 (Luciene - DIR II)

Agosto - 2395/11 (Luciene - DIR II); 2717/11 (Marcos) e 2718/11 (Andrei)

Novembro - 3764/11 (Marina) e 3757/11 (Luciene - DIR II)

*Em vermelho estão os servidores de outras superintendências *

SDP – Controle dos Boletins Mensais de Produção (BMP)

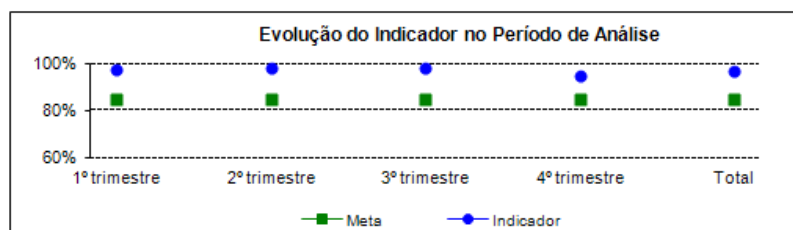


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar o controle da produção de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Controle dos Boletins Mensais de Produção (BMP)
Conceituação	O BMP é um documento que apresenta a produção mensal realizada de hidrocarbonetos
Objetivo do indicador	Aferir a eficácia da SDP no acompanhamento e controle de produção
Limitações	Carga fora do prazo; Produção em TLD e Planos de Avaliação
Meta para o Período	85%
Fórmula do Indicador	Número de BMP's analisados em um mês dividido pelo número de BMP's recebidos

Evolução do Indicador

Trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Meta	85%	85%	85%	85%	85,0%
Indicador	97,6%	98,3%	98,7%	95,4%	97,5%



Análise dos Resultados

Atualmente esta atividade está totalmente incorporada na rotina dos servidores da SDP, que tem realizado as análises acima da meta. No 1º trimestre foram recebidos 1032 BMP's e analisados no prazo 1007. No 2º trimestre foram recebidos 1037 BMP's e analisados no prazo 1019. No 3º trimestre foram recebidos 1041 BMP's e analisados no prazo 1027. No 4º trimestre foram recebidos 1042 BMP's e analisados no prazo 994.

Pontos Críticos

O ponto crítico continua sendo a carga dos dados pelo concessionário fora do prazo previsto, o que pode acarretar a falta de análise por exemplo de meses anteriores.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

A implantação no SIGEP de um sistema de validação de carga dos BMP's fora de um prazo estipulado, findo o qual não será possível sua aceitação.

Observações

A apresentação dos BMP's tem previsão expressa nos contratos de concessão

SDP – Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP

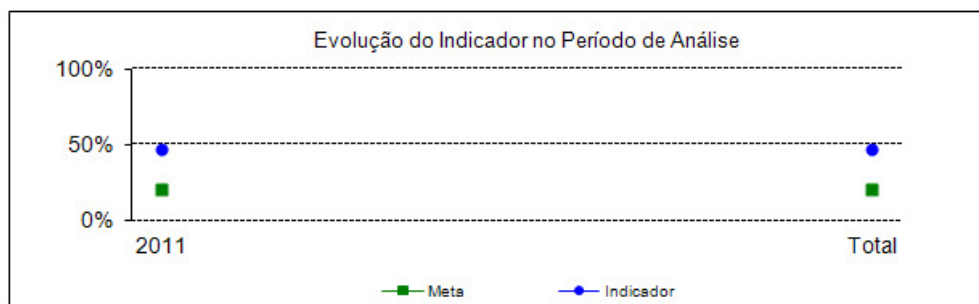


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a dezembro
Frequência de Medição	anual
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar a atuação da fiscalização nas instalações em fase de produção de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Ações diretas de fiscalização da equipe da SDP
Conceituação	Controle efetivo da produção de hidrocarbonetos no país
Objetivo do indicador	Verificação das condições de operação das instalações quanto aos padrões legais
Limitações	Rotina de atividades internas dos servidores, dependência da logística dos concessionários, distância entre as instalações marítimas
Meta para o Período	20%
Fórmula do Indicador	Número de instalações em fase de produção inspecionadas anualmente dividido pelo número de campos em fase de produção naquele ano.

Evolução do Indicador

Ano	2011	Total
Meta	20,0%	20,0%
Indicador	47,4%	47,4%



Análise dos Resultados

A equipe da SDP realizou 191 fiscalizações em campos ou instalações de produção em um universo de 403 campos que se encontravam na fase de produção no início de janeiro de 2011.

Pontos Críticos

1) Rotina de atividades internas dos servidores; 2) Dependência da logística dos concessionários; 3) distâncias entre instalações marítimas.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Melhorar planejamento das atividades; autonomia financeira para realização de fiscalizações.

Observações

A Portaria nº 160 de 2004 no art. 27, V, define a atividade de fiscalização como atribuição da SDP.

SDP – Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)

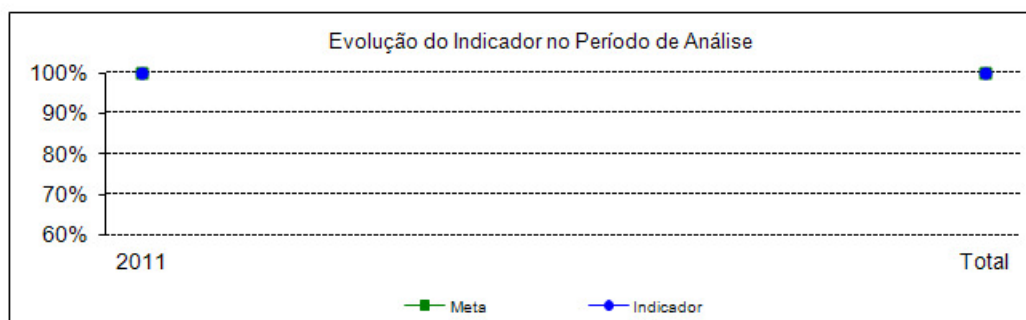


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Responsável	
Período de Análise	janeiro a dezembro
Frequência de Medição	anual
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Controle mais eficaz das reservas de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Análise dos Boletins Anuais de Reservas (BAR)
Conceituação	Estima a eficácia na análise, através da quantidade de BAR analisados dentro do prazo de 30 dias
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das reservas de hidrocarbonetos considerando as novas descobertas, as reavaliações e a produção acumulada.
Limitações	O concessionário deverá carregar as informações corretamente no sistema dentro do prazo.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de boletins analisados dentro do prazo, dividido pelo número de boletins recebidos

Evolução do Indicador

Ano	2011	Total
Meta	100%	100,0%
Indicador	100%	100,0%



Análise dos Resultados

Como ocorre anualmente o resultado atingido, conforme a meta estabelecida, deve-se a um esforço concentrado de análise do BAR pelo corpo técnico da SDP, tendo em vista a necessidade de publicar anualmente a evolução das reservas nacionais de hidrocarbonetos. Foram analisados entre janeiro e fevereiro de 2011 os Boletins Anuais de Reservas dos 396 campos que carregaram seus dados no SIGEP.

Pontos Críticos

1) prazo para análise e publicação (30 dias) 2) carga adequada e dentro do prazo pelos concessionários

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

O prazo tem previsão legal, só pode ser mudado se houver revisão da Portaria, já o carregamento dos dados no SIGEP pelos concessionários prossegue em contínuo aperfeiçoamento.

Observações

A Portaria nº 009/2000 estabelece os prazos para entrega dos BAR's e posterior divulgação sobre as reservas de hidrocarbonetos realizada pela ANP.

SDP - Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores

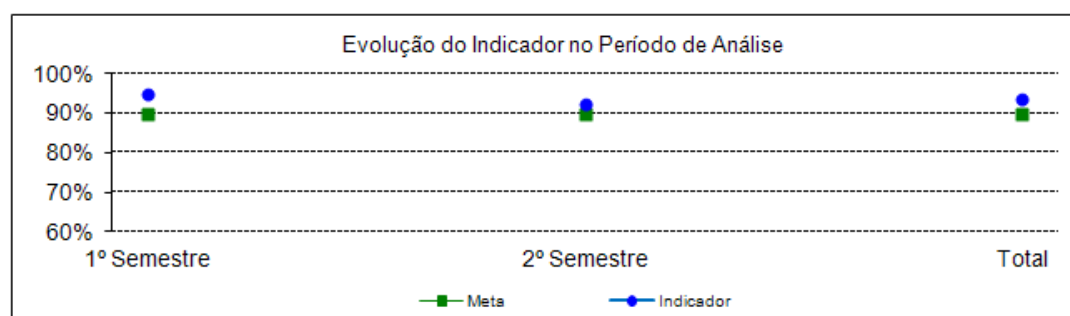


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a dezembro
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Eficiência nas análises dos Planos de Desenvolvimento
Nome do Indicador	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores
Conceituação	O PD é o documento que contém as informações técnicas necessárias para a verificação das condições de desenvolvimento de um campo produtor.
Objetivo do indicador	Garantir o desenvolvimento do campo de acordo com as melhores práticas da indústria do petróleo.
Limitações	Devido a complexidade da atividade desenvolvida, um eventual envio de PD's para um técnico em um mesmo intervalo de tempo, comprometeria o indicador.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Percentual de PD's analisados dentro de um certo prazo multiplicado pelo valor do indicador referente aquele prazo.

Evolução do Indicador

Semestre	1º Semestre	2º Semestre	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	95,0%	92,3%	93,7%



Análise dos Resultados

Em 2011 foram analisados 17 Planos de Desenvolvimento e 4 Planos de Reabilitação de Jazidas, que tem o mesmo procedimento do PD, só que para campos marginais, totalizando 21 documentos técnicos analisados, sendo que 1 Plano de Desenvolvimento foi reprovado e o restante aprovado. No 1º semestre de 2011 foram analisados 3 PD's em menos de 4 meses e 1 PD entre 5 e 6 meses. No 2º semestre 14 PD's foram analisados em menos de 4 meses, 1 PD foi analisado entre 4 e 5 meses e 1 PD foi analisado entre 5 e 6 meses. Outro PD embora tenha sido analisado dentro do prazo de 6 meses, somente foi aprovado pela Diretoria Colegiada alguns dias após este prazo.

Pontos Críticos

1) Data da entrada do PD; 2) Solicitações oriundas das análises e demora na resposta; 3) Tramitação para aprovação pela Diretoria Colegiada, 4) definição do marco temporal para contagem do prazo

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Fazer um maior controle no fluxo dos processos para permitir um melhor acompanhamento dos prazos. Acreditamos que este indicador ainda precisa ser aprimorado.

Observações

A lei 9478/97, art. 26, §2º, estabelece o prazo de 180 dias para análise dos Planos de Desenvolvimento, porém propomos para medir a eficiência prazos menores, onde 4 meses ou menos correspondem a 100% de eficiência, de 4 a 5 meses correspondem a 90% de eficiência, de 5 a 6 meses correspondem a 80% de eficiência e mais de 6 meses 0% de eficiência.

SDT - Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP - iBDEP

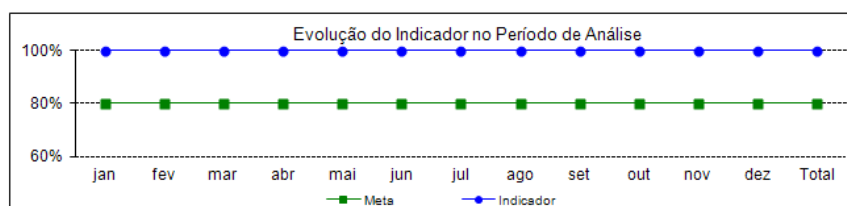


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos - SDT
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumento constante do volume de dados técnicos públicos e privados de E&P
Nome do Indicador	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP - iBDEP
Conceituação	Estima a relação entre os dados públicos de Exploração e Produção (E&P) disponíveis no BDEP para os agentes internos e externos à ANP que efetivamente estão avaliados e armazenados, e a totalidade dos dados públicos de E&P recebidos pelo BDEP.
Objetivo do indicador	Avaliar a eficiência do processo de organização e manutenção do acervo de dados técnicos relativos às atividades reguladas de E&P, conforme prevê a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997)
Limitações	A medição fica restrita aos dados técnicos recebidos pelo BDEP.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$iBdep = \frac{\text{Espaço de memória em bytes ocupado pelos dados públicos de E\&P disponíveis no BDEP}}{\text{Espaço de memória em bytes ocupado pela totalidade de dados públicos de E\&P recebidos pelo BDEP}}$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Dados Disponíveis	1050355	1083458	#####	1050373	#####	#####	#####	#####	#####	1060222	1060253	#####	12751247
Dados Recebidos	311167	311178	311198	311206	311278	311259	311284	311320	311333	311340	311990	312014	3736566
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SDT - Tempo de resposta à solicitação de dados. iADM = índice de Eficiência Administrativa

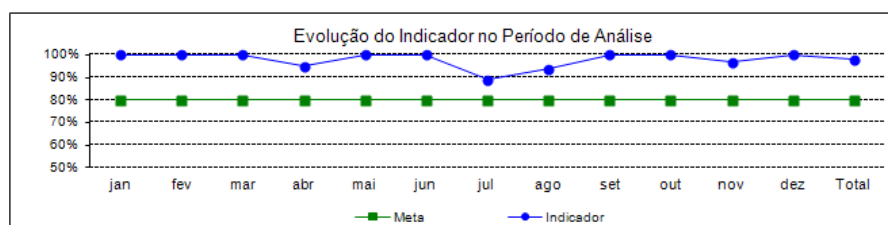


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos - SDT
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos de solicitação de dados
Foco	Aumento da eficiência no atendimento à solicitação de dados
Nome do Indicador	Tempo de resposta à solicitação de dados. iADM = índice de Eficiência Administrativa.
Conceituação	Acompanhar o tempo gasto entre a entrada da solicitação de dados na ANP-SDT e a resposta final.
Objetivo do indicador	Medir o tempo gasto entre a entrada de solicitação de dados na SDT e o envio da primeira resposta.
Limitações	Os vários trâmites internos da solicitação, com o pedido indo para o BDEP e voltando; as solicitações de informações adicionais à empresa.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$iADM = (n^{\circ} \text{ de solicitações atendidas no período de 20 dias} / n^{\circ} \text{ de solicitações recebidas no mês}) * 100$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Indicador	#####	100,0%	100,0%	95,0%	100,0%	100,0%	89,1%	93,8%	100,0%	100,0%	96,8%	100,0%	97,9%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SEP – iPoços - Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorados pela SEP

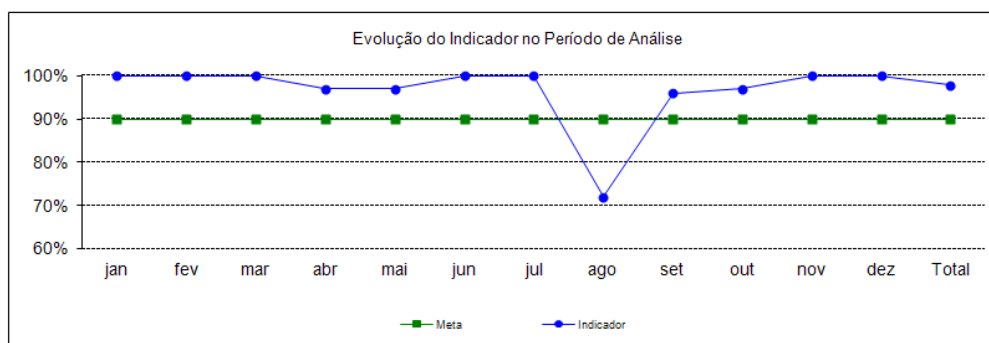


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SEP - Superintendência de Exploração
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Medir a eficácia no monitoramento e gestão das atividades de perfuração de poços através da carga das informações das Comunicações de Início de Perfuração de Poço (CIPP) no SIGEP.
Nome do Indicador	iPoços - Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitoradas pela SEP
Conceituação	Afere a eficiência de análise e carga das informações referentes as atividades de perfuração de poços no SIGEP, dos documentos enviados pelos Concessionários a SEP.
Objetivo do indicador	Verificar o cumprimento das atividades de perfuração de poços previstas no contrato de concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.
Limitações	Não conformidades nos documentos recebidos.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	1-Número de Notificações de Codificação de Poço (NCDP) enviadas ao Concessionário dentro do prazo de 7 dias / total de CIPPs recebidas.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	97,0%	97,0%	100,0%	100,0%	72,0%	96,0%	97,0%	100,0%	100,0%	97,9%



Análise dos Resultados

O cadastro de poços no sistema vem funcionando de forma eficiente, como pode ser visto pelos índices. A comunicação de início de perfuração (CIPP) é recebida por correio eletrônico, normalmente remetido diretamente a partir da sonda, e diariamente a caixa de entrada é checada na ANP, para o poço ser cadastrado. Deste modo, é difícil que haja casos que ultrapassem o prazo regulamentar.

Pontos Críticos

Envio de CIPP's com dados errados pelo operador é a principal fonte de problemas. Mesmo nesses casos, normalmente a situação é resolvida dentro dos 7 dias regulamentares de prazo, esclarecendo-se os dados corretos e cadastrando-se o poço no sistema SIGEP.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não há. O desvio ocorrido não é representativo e não implica uma variação usual.

Observações

SEP - iPad - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta

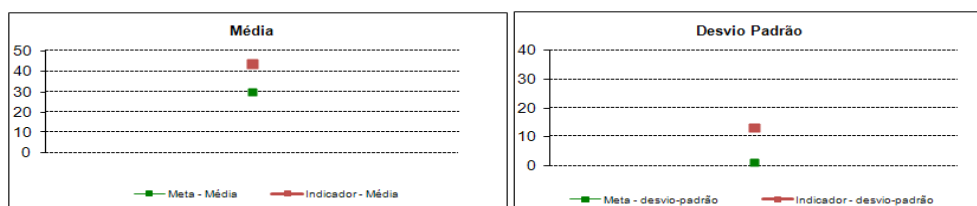


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Exploração - SEP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Medir a eficiência de análise dos Planos de Avaliação de Descoberta (PA) através de pareceres técnicos.
Nome do Indicador	iPAD - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP
Conceituação	Afere a eficiência de análise dos Planos de Avaliação de Descoberta através de pareceres técnicos dentro dos prazos estabelecidos pelo Contrato de Concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência da Superintendência no cumprimento de sua atribuição.
Limitações	PA's com não conformidades.
Meta para o Período	Média (M) menor ou igual a 30 dias e desvio-padrão (D) menor que $(45 - M)/1,28$, ou seja, segundo a fórmula do desvio-padrão, 90% dos PA's devem ser analisados em até 45 dias.
Fórmula do Indicador	A fórmula é descrita segundo os passos a seguir: 1- O tempo a ser considerando (t_i) é aquele decorrido entre a data de protocolo da versão aceita da proposta do PA e a data da assinatura do Parecer Técnico que o analisa, medido em dias inteiros. 2- Desconsideram-se os 10% de Planos de Avaliação com maior tempo de análise, tendo em vista possibilidade de problemas diversos. 3- Calcula-se a média (M) de acordo com a fórmula $M = \sum t_i / NPA$ e o desvio padrão (D) de acordo com a fórmula $[\sum (t_i - M)^2 / (NPA - 1)]^{1/2}$, onde NPA é o número de PA's analisados no período, e comparam-se os valores calculados com as metas.

Evolução do Indicador

Ano	2011
Meta - Média	30,0
Indicador - Média	43,8
Meta - desvio-padrão	1,0
Indicador - desvio-padrão	13,4



Análise dos Resultados

Percebe-se que a meta não foi atingida, da mesma forma que o desvio-padrão. O prazo previsto contratualmente para análise de planos de avaliação de descoberta é de 60 dias, tendo sido atingido. No entanto, como foi solicitado pela SPP o estabelecimento de um índice de eficácia, neste buscou-se reduzir o prazo médio de análise para 30 dias. No entanto, ao longo dos tempos, tem-se procurado aprimorar a análise dos planos submetidos, tornando-a mais criteriosa no que se refere às atividades propostas pelo operador e mais aprofundada no que se refere à análise dos dados que caracterizam a descoberta. Deste modo, não necessariamente o fato de a meta não ter sido atingida significa algo negativo. É até positivo pelo fato de as análises tornarem-se mais aprofundadas. Sobre o desvio-padrão, a meta é influenciada pela média, partindo-se da premissa que a meta de 30 dias foi atingida e objetivando-se colocar os pontos que fogem à média dentro de um intervalo não muito largo. Neste caso, com a meta ultrapassada, ele perde completamente o sentido. Percebeu-se que este índice não está adequado, por uma série de fatores: primeiramente, pelo já falado anteriormente, de a meta não estar em consonância com o prazo contratual; depois, porque o espaço amostral é muito pequeno (ano passado, por exemplo, foram submetidos apenas 14 novos planos de avaliação); além disso, a fórmula criada para o desvio-padrão considera distribuição normal para os tempos de análise, o que não é real, e, como já falado anteriormente, ela depende da média. Então, para o próximo ano, o índice de eficácia da SEP será revisto.

Pontos Críticos

Os pontos críticos estão na própria rotina de trabalho da SEP, e na análise geológica relativa ao PA. Quanto ao primeiro aspecto, como cada técnico responsável pela análise possui outras atribuições dentro da Superintendência, em determinados momentos precisa priorizar tarefas mais urgentes. Além disso, como citado anteriormente, muitos dos PA's apresentam maior complexidade, ou são mais significativos do ponto de vista de importância exploratória, requerendo maiores análises, incluindo aí o auxílio de programas computacionais nas estações de trabalho. Deste modo, naturalmente sua análise toma um tempo maior que o desejado. Por fim, a fórmula elaborada para meta do desvio-padrão considera distribuição normal dos tempos de análise. No entanto, na prática, isso não se verifica. Analisando-se diretamente os dados, sem usar a fórmula, a maioria dos planos foi analisada em torno dos 45 dias desejados, o que é um fato satisfatório.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Considera-se que não há necessidade de correção destes pontos críticos, pois são inerentes à regulação da atividade exploratória. Talvez deva-se ajustar as fórmulas de apuração da meta para os próximos anos, visto que, como informado acima, a distribuição dos tempos de análise dos PA's foge da distribuição normal, que baseou a obtenção a fórmula do desvio-padrão. Além disso, caso se mantenha este índice de análise de planos de avaliação, a meta da média deve ser revista, até porque não necessariamente um plano avaliado de forma célere é um plano bem avaliado.

Observações

Considera-se que não há sentido em realizar a apuração deste índice mensalmente, visto que a quantidade de amostras para qualquer análise estatística seria muito pequena, invalidando qualquer análise deste tipo. Deste modo, fez-se apenas a apuração anual, período em que o número de PA's submetidos para análise já é mais considerável. No caso, foram 14 PA's. Também se considera muito complicado o estabelecimento de um índice de desempenho para a SEP, visto que muitas das atividades dependem dos resultados exploratórios e da quantidade de atividades desenvolvidas pelos operadores. Tentou-se, por exigência da ANP, estabelecer-se 2 índices, sendo que o de cadastro de poços não mede nenhuma atividade significativa da Superintendência e este, como já mencionado, é de difícil aplicação. Tentar-se-á, para o próximo ano, pensar em algo de modo a rever os índices da SEP.

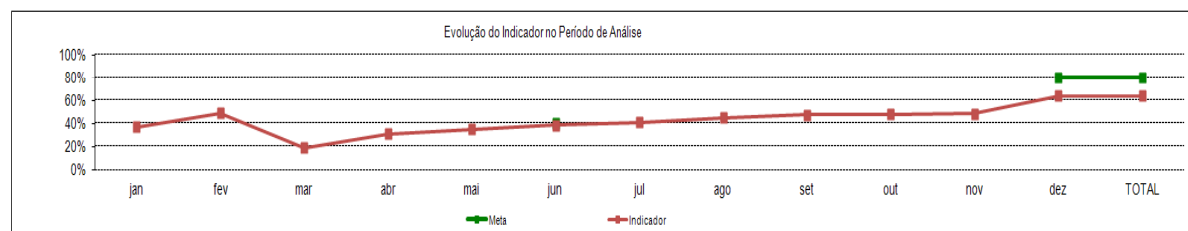
SFA - Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa - SFA
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Critério	Processos
Frequência de Medição	Semestral
Foco	Estabelecer os procedimentos necessários relativo ao controle, análise e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Orçamento Geral da União, destinado à ANP. Cumprindo rigorosamente a legislação vigente, através dos instrumentos de execução orçamentária (LOA; DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA; INSTRUÇÕES NORMATIVAS; CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO), dando maior agilidade ao processo logístico que envolve as diversas áreas da Agência.
Nome do Indicador	Índice de controle e utilização dos recursos orçamentários.
Conceituação	Efetuar a sistematização da execução do orçamento da Agência, com o intento de possibilitar o seu acompanhamento pela Diretoria Colegiada sobre as execuções do orçamento e situação financeira da Agência, bem como atender de forma eficaz toda a estrutura organizacional da ANP, realizar e controlar contratos e convênios.
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia em gerir os recursos orçamentários atendendo as várias demandas: projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos ou administrativos); recrutamento, incorporação, instrução, transporte, bem-estar, evacuação e aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios, contrato ou prestação de serviços, objetivando que seja empregado de forma útil no decorrer do exercício, e na sua totalidade, para que não haja sobras de caixa, e que venha ocasionar em contingenciamento para o próximo período financeiro.
Limitações	Devido a não liberação do limite orçamentário, recursos financeiros em sua totalidade e também alguns contingenciamentos, o apoio logístico a toda estrutura organizacional da ANP, têm uma queda significativa nos meses de JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO, onde procura-se priorizar as atividades essenciais de funcionamento e finalísticas da Agência.
Meta para o Período	80% para o exercício, sendo 40% do valor anual empenhado no primeiro semestre e 40% no segundo semestre
Fórmula do Indicador	Valor total dos empenhos emitidos até o final do exercício financeiro, dividido pelo Limite Orçamentário recebido pelo Ministério de Minas e Energia aprovado para a Agência.

Evolução do Indicador													
Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Meta						40%						80%	80%
Empenhos Emitidos	8.197.629,85	13.619.058,59	49.249.689,52	30.790.480,65	12.693.511,96	11.208.217,85	8.270.800,00	13.357.051,16	7.229.820,01	2.009.527,28	7.360.714,71	53.395.485,06	R\$ 217.381.966,64
Limite Autorizado	22.193.239,00	44.386.478,00	374.197.721,00	326.427.721,00	326.427.721,00	326.449.471,00	326.562.721,00	326.562.721,00	326.562.721,00	326.562.721,00	337.471.721,00	339.400.524,27	R\$ 339.400.524,27
Indicador	37%	49%	19%	31%	35%	39%	41%	45%	47%	48%	49%	64%	64,05%



Análise dos Resultados

Pode-se verificar o não atingimento da meta estipulada, uma vez que o Programa de Aceleração de Crescimento que tem 49,71% do limite autorizado (R\$ 168.721.000,00) e só executou 27,82 % (R\$ 46.940.800,00), implicando no índice apurado de 64,05 %.

Pontos Críticos

Execução ineficaz do Programa de Aceleração do Crescimento.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Melhorar a execução do Programa de Aceleração do Crescimento.

Observação-Frequência de Medição com informação mensal e apuração semestral

SFI - Índice de ações de fiscalização

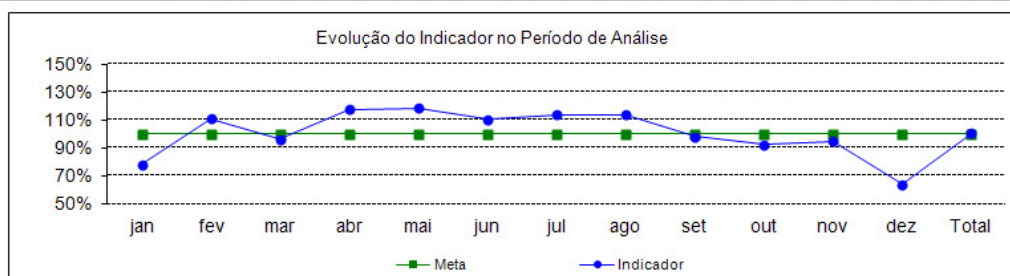


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	
Foco	Ações de Fiscalização
Nome do Indicador	Índice de ações de fiscalização
Conceituação	Estima o percentual de atendimento da meta estipulada para o número de ações de fiscalização
Objetivo do indicador	Realizar o maior número de ações de fiscalização, com o objetivo de dar maior visibilidade da ANP para a sociedade
Limitações	Possíveis restrições orçamentárias e de infra-estrutura
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Ações de Fiscalização dividido pela Meta de Ações

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta de Ações	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	25000
Ações de Fiscalização	1629	2310	2011	2452	2477	2306	2371	2374	2047	1925	1975	1334	25211
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Indicador	78,2%	110,9%	96,5%	117,7%	118,9%	110,7%	113,8%	114,0%	98,3%	92,4%	94,8%	64,0%	100,8%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SFI - Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância

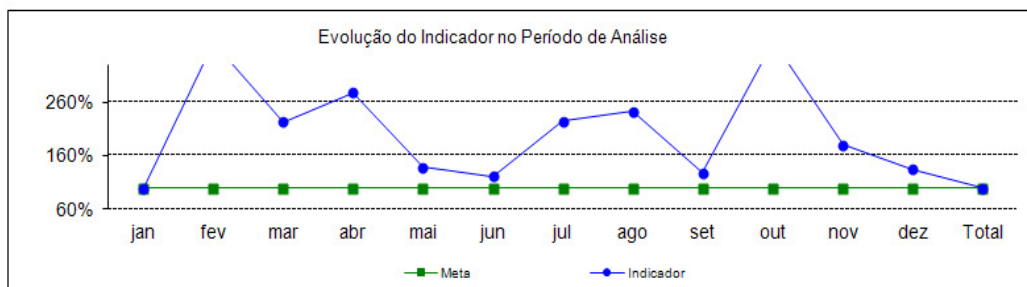


HAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	
Foco	Julgamento dos processos administrativos em 1ª instância
Nome do Indicador	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância
Conceituação	Julgar o mesmo quantitativo de processos administrativos que são instaurados pelos autos de infração
Objetivo do indicador	Manter o fluxo de processos administrativos controlado, sem a formação de estoque de processos a serem julgados em 1ª instância
Limitações	Quantidade de processos instaurados e de julgadores destes processos
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Decisões dividido por Novos Processos

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Novos Processos	372	191	306	234	455	519	246	258	559	181	291	283	3895
Processos Julgados	637	708	682	650	630	634	553	624	715	677	525	382	7417
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Indicador	100,0%	370,7%	222,9%	277,8%	138,5%	122,2%	224,8%	241,9%	127,9%	374,0%	180,4%	135,0%	100,0%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SPG - Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties

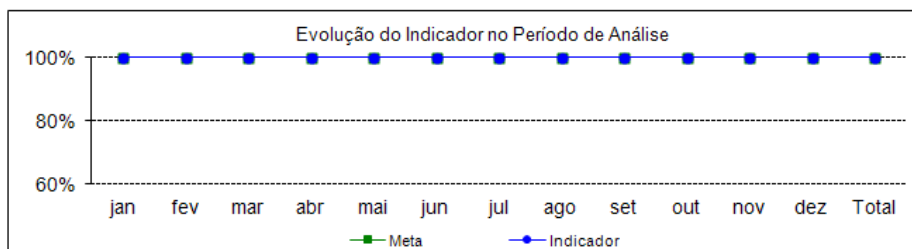


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Controle das Participações Governamentais - SPG
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Efetuar todos os cálculos e as distribuições de Royalties visando a otimização no menor prazo possível.
Nome do Indicador	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para cálculo e distribuição de Royalties.
Objetivo do indicador	Verificar a agilidade quanto à apuração, análise e distribuição dos valores dos royalties.
Limitações	Dependência de informações externas e de impedimentos processuais (liminares) e outros de ordem operacional relacionados ao desenvolvimento de um sistema, para cálculo dos royalties, e sua manutenção.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Indicador = $100 - (Am + Ae)$ se $dm + de > 38$, então $Am + Ae = (dm + de) - 38$; se $dm + de \leq 38$, então $Am + Ae = 0$. Onde: Am = dias de atraso na distribuição aos municípios; Ae = dias de atraso na distribuição aos estados; dm = dia de distribuição aos municípios (24º dia do mês); de = dia de distribuição aos estados (14º dia do mês).

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



Análise dos Resultados

Janeiro/11: dm=24/01/2011 e de= 13/01/2011. Fevereiro/11 dm=11/02/2011 e de= 17/02/2011. Março/11: dm= 14/03/2011 e de= 18/03/2011. Abril/11: dm=15/04/2011 e de= 12/04/2011. Maio/11: dm=19/05/2011 e de=12/05/2011. Junho/11: dm=20/06/2011 e de= 13/06/2011. Julho: dm=20/07/2011 e de=13/07/2011. Agosto dm=19/08/2011 e de=11/08/2011. Setembro dm=20/09/2011 e de=14/09/2011. Outubro dm=20/10/2011 e de= 14/10/2011. Novembro dm= 22/11/2011 e de 11/11/2011. Dezembro dm=16/11/2011 e de= 12/12/2011.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Considera-se como DIA DE DISTRIBUIÇÃO, para efeito do cálculo deste indicador, a data do envio do arquivo DAF603C ao Banco do Brasil.

SPP – Emissão de Relatórios e Informações Mensais

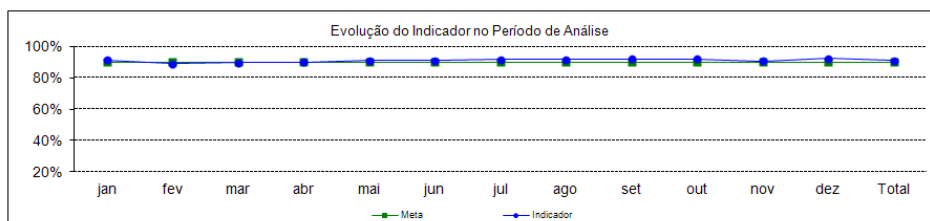


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Responsável	
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emissão dos relatórios e informações de frequência mensal, pela SPP, dentro dos prazos estipulados neste indicador.
Tipo de Indicador	Eficiência
Nome do Indicador	Emissão de Relatórios e Informações Mensais
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para divulgação dos seguintes relatórios ou informações: (i) Boletim Eletrônico; (ii) Boletim Internacional (iii) Dados Estatísticos Mensais; (iv) Boletim de Biocombustíveis.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão dos relatórios e informações pela SPP nos prazos definidos neste indicador.
Limitações	Todos os relatórios acima mencionados dependem de informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que tais relatórios sejam emitidos nos prazos definidos neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência de forma integral, sem erros e no prazo correto.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Indicador = Média (I_i), onde $i = a, b, c, d$ $a = 90 + x/100 - y/100$, a = Boletim Eletrônico $b = 90 + x/100 - y/100$, b = Boletim Internacional $c = 90 + x/100 - y/100$, c = Dados Estatísticos Mensais $d = 90 + x/100 - y/100$, d = Boletim de Biocombustíveis Onde: x = dias úteis que antecederam a data prevista de emissão do documento; e y = dias úteis que ultrapassaram a data prevista de emissão do documento.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Indicador Boletim Eletrônico	95%	86%	89%	90%	92%	93%	92%	94%	96%	92%	90%	95%	92%
Indicador Boletim Internacional	90%	90%	89%	90%	91%	90%	90%	90%	90%	92%	90%	90%	90%
Indicador Dados Estatísticos	91%	90%	91%	90%	91%	92%	95%	93%	94%	94%	93%	95%	92%
Indicador Boletim de Biocombustíveis	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	88%	91%	90%	90%	90%
Indicador	92%	89%	90%	90%	91%	91,3%	91,8%	91,8%	92,0%	92,3%	90,8%	92,5%	91%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Nome do Relatório	Frequência	Prazo	Meio de Divulgação
Boletim Eletrônico	mensal	até o dia 20	email
Boletim Internacional	mensal	até o fim do mês	email
Boletim de Biocombustíveis	mensal	até o fim do mês	email
Dados Estatísticos	mensal	até o dia 10	site da ANP

Para efeitos deste Indicador, os relatórios ou informações serão considerados como "EMITIDOS" quando os mesmos estiverem disponibilizados para o seu público alvo através do meio de divulgação constante da tabela acima.

Os dias adiantados e atrasados serão calculados a partir do número de dias úteis.

Os dados e informações referentes aos Dados Estatísticos, possuem as seguintes características:

Os dados de vendas têm por base a Resolução 17/2004

Os dados de produção de petróleo e gás natural tem por base o Decreto Federal 2.705 de 1998 que obriga as produtoras a informarem os dados até o dia 15 do mês subsequente.

Os dados de processamento de petróleo e gás natural e produção de derivados têm por base a Resolução 17/2004.

As informações de importações e exportações de petróleo, derivados e gás natural têm como fonte a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Os dados estão disponíveis no site por volta do dia 15 do mês subsequente.

SPP - Emissão do Informe Conjuntura & Informação

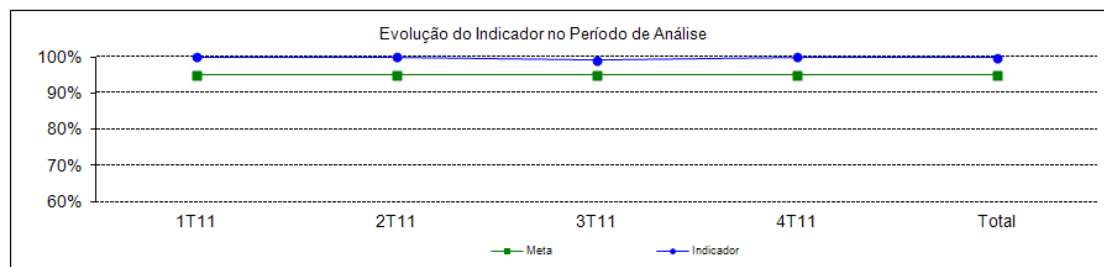


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	trimestral
Crítério	Informação e Conhecimento
Foco	Emitir o Informe Conjuntura & Informação dentro dos prazos estipulados neste indicador.
Nome do Indicador	Emissão do Informe Conjuntura & Informação
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para divulgação do Informe Conjuntura & Informação
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão do referido Informe nos prazos definidos neste indicador.
Limitações	O Informe em questão possui informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que o mesmo seja emitido nos prazos definidos neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência de forma integral, sem erros e no prazo correto.
Meta para o Período	0,95
Fórmula do Indicador	Indicador = 100 - ACI
	Se ACI = 90 então Indicador = zero.
	Onde:
	ACI = dias de atraso que excederem a data prevista para a emissão do Conjuntura e Informação

Evolução do Indicador

Mês	1T11	2T11	3T11	4T11	Total
Meta	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Dias de Atraso Conjuntura & Informação	0	0	1	0	0
Indicador	100,0%	100,0%	99,0%	100,0%	99,8%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

O Informe Conjuntura & Informação é emitido trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. As informações constantes do Informe possuem defasagem de 15 a 75 dias, dependendo da informação. Para efeitos deste indicador, o Informe será considerado emitido quando do envio de email, através da conta Conjuntura e Informação, para o público externo. O prazo limite para envio do Informe é o dia 15 de cada mês de sua emissão.

SPP - Emissão do Anuário Estatístico

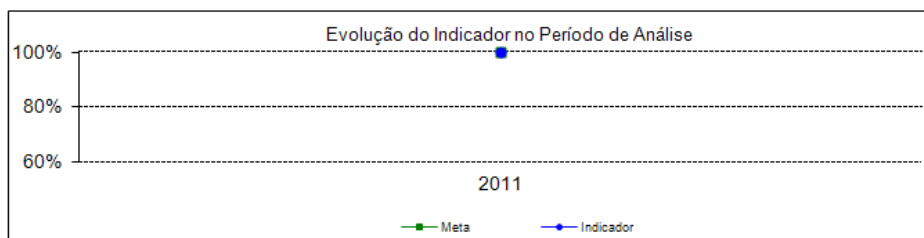


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2011
Frequência de Medição	anual
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emissão do anuário estatístico pela SPP dentro do prazo estipulado neste indicador.
Nome do Indicador	Emissão do Anuário Estatístico
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento ao prazo para divulgação do Anuário Estatístico
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão do Anuário Estatístico no prazo definido neste indicador.
Limitações	O Anuário Estatístico depende de informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que os relatórios seja emitido no prazo definido neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência em sua integridade e no prazo correto.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Quantidade de gráficos e tabelas disponibilizados no site da ANP até o final de julho, dividido pela quantidade de gráficos e tabelas previstos para o Anuário Estatístico do ano.

Evolução do Indicador

Mês	2011
Meta	100,0%
Indicador	100%



Análise dos Resultados

O anuário foi disponibilizado no site da ANP no dia 22 de julho de 2011.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

O Anuário Estatístico é emitido anualmente, no mês de setembro, e no site até o final de julho.. As informações constantes do Anuário se referem ao período de janeiro a dezembro do ano anterior.

SPL – Índice de Consultas Respondidas pela SPL

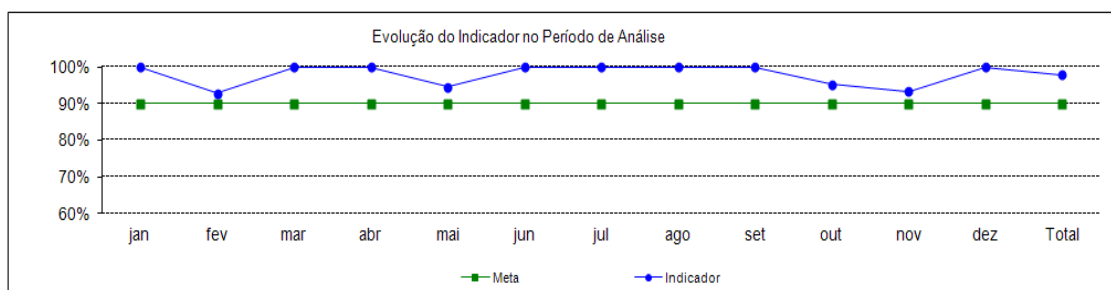


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Superintendência de Promoção de Licitações - SPL
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	mensal
Crítério	Cidadãos e Sociedade
Foco	Manter elevado padrão de atendimento às consultas formuladas sobre as rodadas de licitações.
Nome do Indicador	Índice de consultas respondidas pela SPL
Conceituação	Revela o número percentual de consultas atendidas pela SPL em até quinze dias úteis de seu recebimento.
Objetivo do indicador	Avalia a eficácia do atendimento a dúvidas e consultas formuladas pelos concessionários, por seus representantes e pela sociedade em geral a respeito das Rodadas de Licitações da ANP e dos processos de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações.
Limitações	A apuração deste indicador considera apenas as consultas de assunto exclusivo da SPL. Não são consideradas para fins de cálculo do indicador as consultas que dependem do posicionamento de outras superintendências da ANP. Esta meta poderá ser revista caso o CNPE autorize a Rodada de Licitação
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	$(n^{\circ} \text{ de solicitações respondidas em até 15 dias úteis} / n^{\circ} \text{ de solicitações recebidas}) * 100\%$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Consultas Respondidas em até 15 dias úteis	0	13	19	10	35	50	26	15	19	20	28	23	266
Consultas Recebidas	8	14	19	10	37	50	26	15	19	21	30	23	272
Indicador	100,0%	92,9%	100,0%	100,0%	94,6%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	95,2%	93,3%	100,0%	97,8%



Análise dos Resultados

Os resultados do indicador de desempenho foram satisfatórios. Mesmo não atingindo a meta em quatro meses do ano, o percentual de consultas respondidas em até 15 dias úteis ficou bem próximo do desejável, sempre acima dos 90%. Apenas seis consultas de 272 não foram respondidas no prazo desejável. No ano de 2011, as consultas encaminhadas ao rodadas@anp.gov.br foram respondidas no tempo médio de três dias úteis. cabe ressaltar que o grau de complexidade dessas consultas varia consideravelmente. Algumas são respondidas no mesmo dia do recebimento com respostas-padrão formuladas de antemão. Outras exigem estudos profundos e reuniões de trabalho.

Pontos Críticos

N/A

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

N/A

Observações

N/A

SPL - Eficácia na Qualificação de Empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações

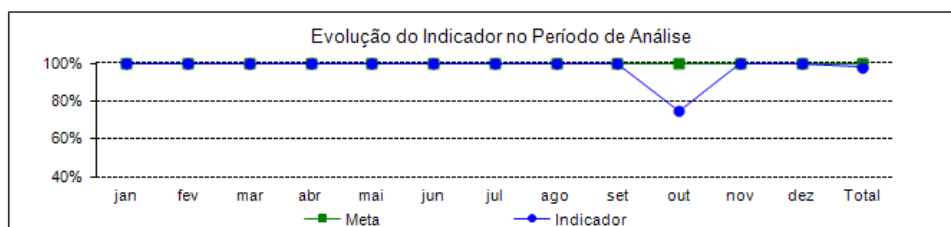


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Superintendência de Promoção de Licitações - SPL
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Manter elevada a eficiência no processo de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações.
Nome do Indicador	Eficácia na Qualificação de Empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações
Conceituação	Avalia a eficácia do processo de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações
Objetivo do indicador	Verificar a prestação do processo de qualificação para fins de Cessão de Direitos e Obrigações, que envolve a qualificação técnica e econômica, e a comprovação da regularidade jurídico-fiscal das cessionárias.
Limitações	A apuração deste indicador está condicionada à entrega pela cessionária de toda a documentação necessária para a qualificação, conforme as normas editalícias e contratuais. A SPL terá 30 dias para qualificar as cessionárias, compreendidos entre a data de entrega da documentação completa e o envio de memorando à SEP. Esta meta poderá ser revista caso o CNPE autorize a Rodada de Licitação
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Somatório das notas dividido pelo número de empresas qualificadas (média aritmética).

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	75%	100%	100%	98,0%



Análise dos Resultados

Durante o ano de 2011, o processo de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações durou 14,5 dias em média. No mês de outubro, a SPL recebeu quatro solicitações de qualificação e, em apenas uma delas, não cumpriu o prazo de 30 dias, realizando-a em 35 dias.

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

SRH – Índice de Execução orçamentária do PAC

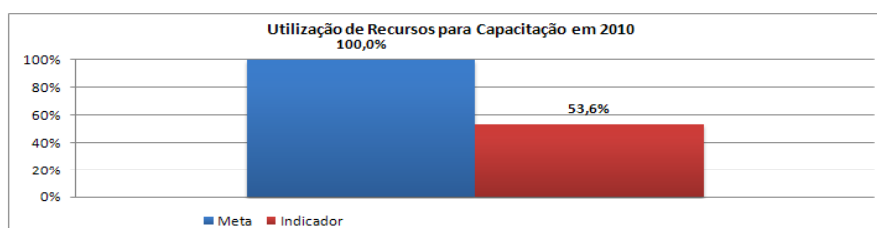


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Recursos Humanos - SRH
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Anual
Critério	Pessoas
Foco	Aproveitamento dos recursos disponíveis para promover a capacitação dos servidores da ANP
Nome do Indicador	Índice de Execução orçamentária do PAC
Conceituação	Mede o percentual de recursos utilizados para Capacitação com relação ao que fora disponibilizado.
Objetivo do indicador	Acompanhar a utilização de recursos disponibilizados no Plano Anual de Capacitação
Limitações	O indicador é impactado diretamente por dificuldades para licitar cursos
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Total gasto em capacitação dividido pela verba disponibilizada para tanto

Evolução do Indicador

Ano	2011
Meta	100,0%
Valor gasto com Capacitação	R\$ 1.875.375,79
Valor disponibilizado para Capacitação	R\$ 3.500.000,00
Indicador	53,6%



Análise dos Resultados

A ANP utilizou 53,6% dos recursos orçamentários destinados à capacitação dos servidores. Cabe ressaltar que em razão da restrição de diárias e passagens - Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011 - as participações em cursos fora da UF de lotação dos servidores ficaram prejudicadas, o que influenciou na execução orçamentária do exercício. Porém, apesar dessa restrição, na tentativa de conciliar o melhor aproveitamento dos recursos orçamentários com capacitação de um número maior de servidores, as alternativas encontradas pela Superintendência de Gestão de Recursos Humanos foram as seguintes:

- promover cursos internos, abrangendo 281 servidores; e
- inscrever servidores em cursos gratuitos, oferecidos pelas escolas de governo (parceria ENAP/ Casa Civil por meio do Pró-Reg).

Pontos Críticos

- Planejamento superficial das áreas em relação às ações de capacitação de seus servidores;
- dificuldade na contratação de cursos com temas comuns tais como: informática, gerenciais, técnicas de apresentação (oratória), entre outros.
- corte do orçamento aprovado.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Para o exercício de 2012 estão previstas reuniões periódicas com todas as superintendências e coordenadorias da agência para acompanhar a utilização da verba do Plano Anual de Capacitação e garantir que nossa meta seja cumprida. Serão encaminhados relatórios apontando qual é o valor ainda disponível e quais servidores ainda não foram treinados.

Observações

Conceitos do Indicador:

Servidores abrangidos:

- Servidores com cargo efetivo do Quadro de Pessoal.
- Procuradores Federais.
- Servidores Nomeados para Cargo Comissionado Sem Vínculo.
- Servidor Requisitado.
- Servidor em Exercício Provisório.
- Servidores em Exercício Descentralizados.

Capacitação: Cursos Presenciais; Pós-Graduação; Eventos à distância; Aprendizagem em serviço; Intercâmbio ou estágios; Seminários, Congressos, Encontros Técnicos, Conferências, Palestras, Workshops e outros eventos similares;

Outras Atividades Congêneres.

Legislação: IN 007/06; Lei nº 10.871, de 21 de maio de 2004, parágrafo único, inciso IV do art. 13.
Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

SRH – Execução do PAC anual

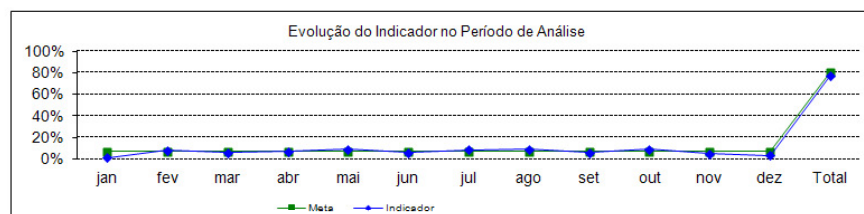


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Recursos Humanos - SRH
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Pessoas
Foco	Promover a capacitação dos servidores da ANP ao longo do tempo.
Nome do Indicador	Execução do PAC anual
Conceituação	Mede o percentual de servidores da ANP que participaram de eventos de capacitação no período analisado.
Objetivo do indicador	Acompanhar a quantidade de servidores capacitados para o desempenho das atividades a eles atribuídas, de acordo com o Plano Anual de Capacitação da Agência.
Limitações	O indicador é impactado diretamente por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de servidores capacitados, de acordo com o Plano Anual de Capacitação, dividido pelo número de servidores da Agência. Nos dados mensais, cada servidor é computado apenas no primeiro mês no qual é treinado.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	80,0%
Servidores Capacitados	8	63	47	53	71	45	65	70	45	68	36	24	595
Servidores da Agência	782	775	772	770	768	768	770	770	769	768	767	766	770
Indicador	1,0%	8,1%	6,1%	6,9%	9,2%	5,9%	8,4%	9,1%	5,9%	8,9%	4,7%	3,1%	77,2%



Análise dos Resultados

A SRH/ANP treinou 595 servidores em 2011, o que corresponde a 77,2% do quantitativo do quadro de pessoal, posição em 31/12/2011. De acordo com os Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos (RPATs), os cursos foram bem aproveitados, os temas foram integrados às atividades profissionais desenvolvidas e serviram como ferramentas de atualização e ampliação de conhecimento adquirido. Entre os vários cursos internos realizados ao longo do ano de 2011, que demonstraram a capacidade de promover maior interação e integração dos servidores da Agência, podemos exemplificar os seguintes:

a) DGOS - Desenvolvimento de Gestores Operacionais e Supervisores - o trabalho final culminou com uma apresentação para ANP sobre os temas de Competências Gerenciais, Melhores Práticas, Gestão dos Dados e Gerenciamento de Impressão, trabalhos esses de alta qualidade aplicáveis à nossa realidade. Os debates promovidos ao final das atividades foram de grande importância na troca de experiências entre os servidores envolvidos na elaboração dos trabalhos; e

b) Curso de Especialização em Economia, Regulação e Defesa da Concorrência na Área de Energia - resultante do contrato firmado entre a ANP e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é um curso de 360 horas, com foco na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis e que reúne 38 servidores desta Agência.

Pontos Críticos

Não há como garantir a participação de servidores em eventos de capacitação, apesar da indicação do gestor, a efetivação dessa participação pode ser influenciada por diferentes fatores tais como: a) disponibilidade orçamentária para inscrição, diárias e passagens, quando se trata de servidores que atuam fora das principais cidades onde os cursos ocorrem; b) interesse do servidor; c) outros.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Dar conhecimento aos gestores e aos servidores de que a capacitação é uma determinação legal, conforme Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, reforçada pela Instrução Normativa 007/2006 SRH/ANP - Capacitação de Servidores. Apontar alternativas para situações onde a restrição orçamentária pode impactar fortemente no alcance das metas.

Observações

Conceitos do Indicador:

Servidores abrangidos:

- I - Servidores com cargo efetivo do Quadro de Pessoal
- II - Procuradores Federais
- III - Servidores Nomeados para Cargo Comissionado sem Vínculo
- IV - Servidor Requisitado
- V - Servidor em Exercício Provisório

Capacitação: Cursos Presenciais; Pós-Graduação; Eventos à distância; Aprendizagem e serviço; Seminários, Congressos, Encontros Técnicos, Conferências, Palestras, Workshops e outros eventos similares; Outras Atividades Congêneras.

Legislação: IN 007/06; Lei n 10.871, de 21 de maio de 2004, parágrafo único, inciso IV do art. 13.

Decreto n 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

SRP – Índice de Análise de Informações Declaradas

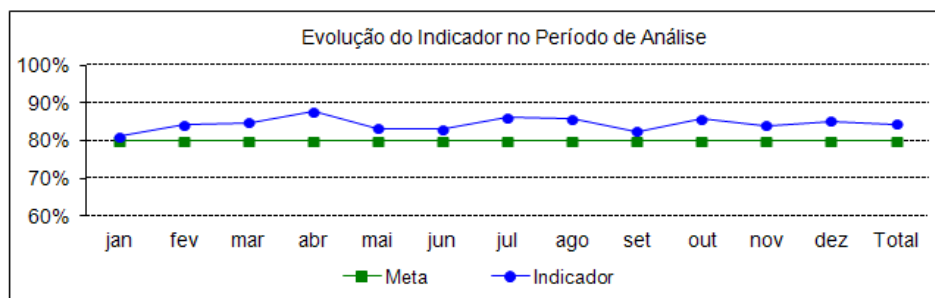


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2011
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar a qualidade de análise das informações declaradas pelos Agentes Econômicos, por meio do Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos - DPMP e do Demonstrativo de Controle de Produtos Processados - DCPD e do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - SIMP.
Nome do Indicador	Índice de Análise de Informações Declaradas
Conceituação	Estima o número de análises realizadas para verificar a conformidade das informações declaradas mensalmente pelos Agentes Econômicos, por meio do SIMP e do DCPD.
Objetivo do indicador	Verificar se as informações declaradas pelos Agentes Econômicos estão sendo analisadas corretamente e dentro do prazo de 15 dias, a contar da data de recebimento das mesmas.
Limitações	Impactado pela funcionalidade do sistema de recebimento das informações e fica restrito aos dados declarados pelos Agentes Econômicos no período.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de Declarações Analisadas dentro do prazo dividido pelo Número de Declarações Recebidas.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%
Indicador	81,3%	84,4%	84,8%	87,9%	83,3%	83,1%	86,2%	85,9%	82,5%	85,7%	84,1%	85,2%	84,5%



Análise dos Resultados

O indicador retrata que a análise das declarações recebidas dentro do prazo, pela SRP, está atendendo a meta estipulada.

Pontos Críticos

A análise dos dados é prejudicada pelo aplicativo de extração de dados, que é uma ferramenta extremamente precária para lidar com volumes de dados muito grandes. O aplicativo i-SIMP permite que os agentes cometam erros no preenchimento dos campos, o que aumenta a quantidade de inconsistências observadas nos dados recebidos.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Implantação de um aplicativo de extração de dados mais eficiente e o desenvolvimento de relatórios de dados consolidados. Desenvolvimento de uma nova versão do aplicativo de remessa de dados.

Observações

SRP – Índice de Fiscalização de Instalações

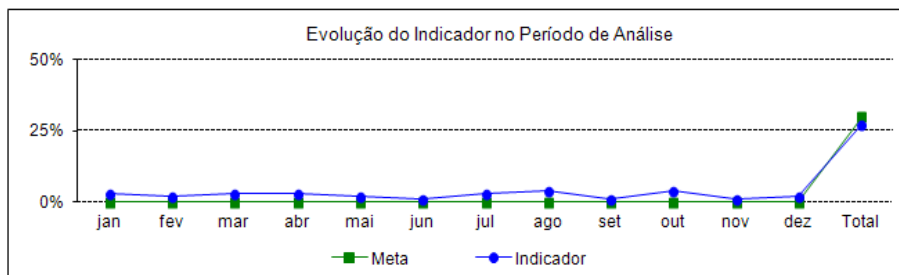


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2011
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Cumprir, com mais eficácia, a atividade de fiscalização das atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.
Nome do Indicador	Índice de Fiscalização de Instalações.
Conceituação	Estima o grau de cumprimento da atividade de fiscalizações em concordância com o número de instalações autorizadas para refino, processamento de gás natural, produção de biocombustíveis, produção de solventes, produção de combustíveis por centrais petroquímicas e formulação de combustíveis.
Objetivo do indicador	Verificar se a Superintendência está acompanhando e fiscalizando "in loco" as atividades dos Agentes Econômicos autorizados, de acordo com as prescrições das Portarias e Resoluções aplicáveis.
Limitações	Impactado por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	30%
Fórmula do Indicador	Número de Fiscalizações realizadas dividido pelo Número de Instalações Autorizadas.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	30,0%
Indicador	2,80%	1,87%	2,80%	2,80%	1,87%	0,93%	2,80%	3,74%	0,93%	3,74%	0,93%	1,87%	27,10%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Refinarias: 20
 Polo de Processamento de Gás Natural: 16
 Plantas produtoras de Biodiesel: 64
 Formuladores de Combustíveis: 01
 Centrais Petroquímicas: 03
 Produtores de Solventes: 03
 TOTAL DE INSTALAÇÕES AUTORIZADAS: 106
 META: Vistoriar 35 instalações por ano.

SRP – Índice de Análise de Processos da SRP

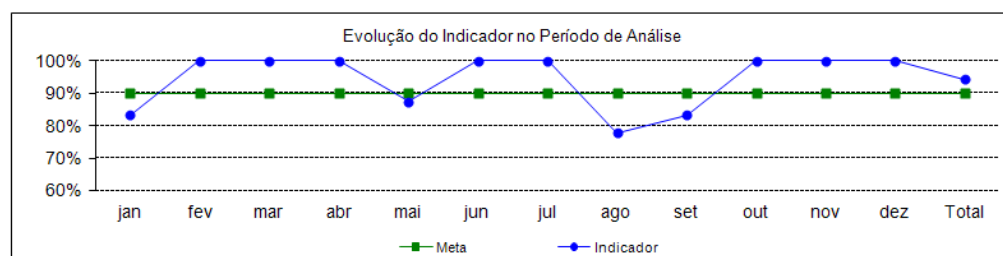


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2011
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficácia de análise de processos de autorização.
Nome do Indicador	Índice de Análise de Processos da SRP
Conceituação	Estima o número de processos analisados dentro do prazo, conforme prescrito nas Resoluções e Portarias ANP (vide observações).
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia quanto ao processo de análise de pedidos de autorização de empresas ou consórcio de empresas, atendendo as prescrições das Resoluções e Portarias ANP (vide observações).
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo estipulado em cada Resolução ou Portaria ANP, para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do Agente Econômico dados e informações necessários e não-constantes ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de Processos Analisados dentro do Prazo Estipulado pelas Resoluções e Portarias ANP dividido pelo Número de Processos Recebidos no Período

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Total Efetuado	5,0	6,0	6,0	7,0	7,0	5,0	8,0	7,0	5,0	9,0	4,0	2,0	71,0
Total Possível	6,0	6,0	6,0	7,0	8,0	5,0	8,0	9,0	6,0	9,0	4,0	2,0	76,0
Indicador	83,3%	100,0%	100,0%	100,0%	87,5%	100,0%	100,0%	77,8%	83,3%	100,0%	100,0%	100,0%	94,3%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

Para efeitos de mensuração deste indicador, serão considerados os pedidos ou documentações complementares recebidas entre o dia 01.01.10 e:

- 31.08.10, para a Portaria ANP n.º 318/2001 (120 dias para análise);
- 30.09.10, para as Portarias ANP n.º 28/1999 (revogada em 11.06.10) e n.º 316/2001 (90 dias para análise);
- 31.10.10, para as Portarias ANP n.º 84/2001, n.º 317/2001, n.º 243/2000 e n.º 118/2000 (60 dias para análise); e
- 14.11.10, para a Resolução ANP n.º 25/2008 (45 dias para análise para autorização de construção, 30 dias para autorização de operação e 30 dias para autorização de comercialização); e
- 14.11.10, para a Resolução ANP n.º 16/2010 (45 dias para análise para autorização de construção e 30 dias para autorização de operação). (Esta resolução substituiu a Portaria ANP nº 28/1999 e entrou em vigor em 11.06.10)

Estes prazos são necessários pois o fim do período de análise é em 31.12.10.

ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DA ANP - 2011

22. ESTUDOS E SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.

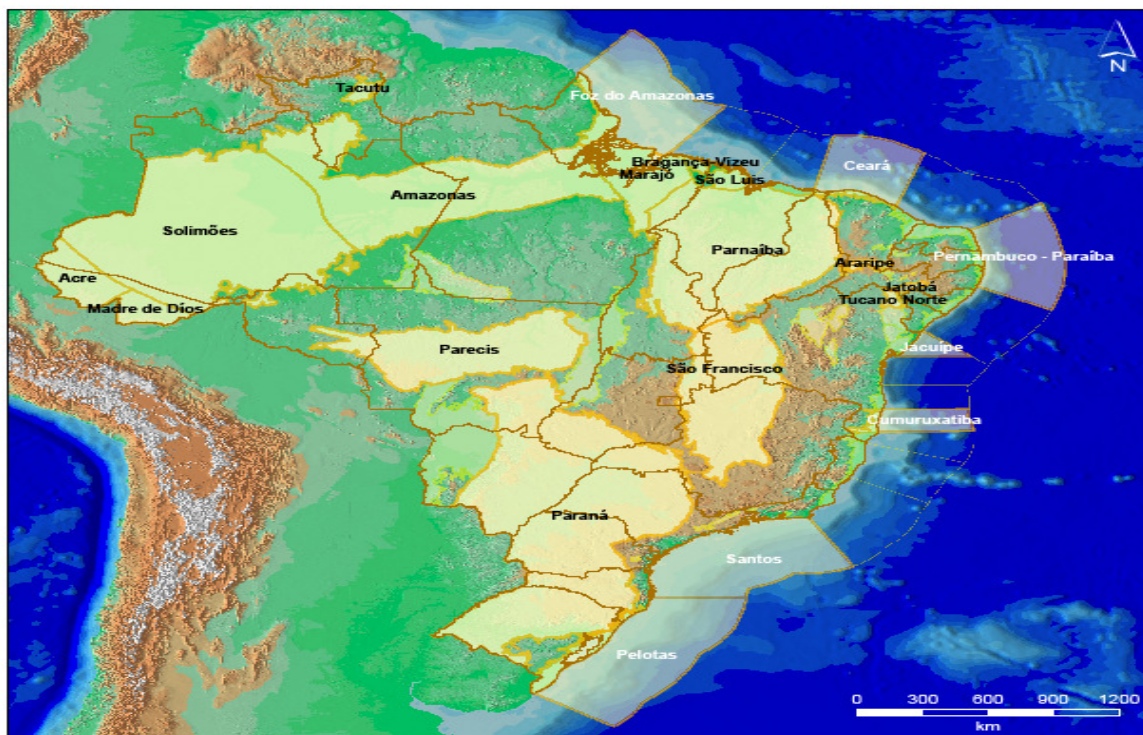
22.1. ASPECTOS GERAIS

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem como uma de suas atribuições a função de promover estudos e levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos no sentido de elevar o conhecimento sobre o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras. Para este fim, a ANP elaborou o Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica (PPA).

O PPA da ANP constitui um plano de investimentos para adquirir dados geológicos e geofísicos nas bacias sedimentares de fronteira exploratória (bacias pouco conhecidas – Figura 1). Contempla investimentos em 23 estados brasileiros, que são direcionados seguindo critérios geológicos, após a identificação das bacias sedimentares a serem estudadas e dos estudos mais adequados.

Os estudos que serão realizados dependem do conhecimento geológico que se tem das bacias sedimentares. Algumas possuem maior quantidade de dados e são mais conhecidas. Outras são praticamente inexploradas, demandando assim maiores investimentos e projetos mais extensivos. Os estudos dividem-se em levantamentos aerogeofísicos (gravimetria e magnetometria), levantamentos geoquímicos, levantamentos sísmicos e perfuração de poços estratigráficos.

As Informações obtidas ajudam a desvendar o potencial exploratório de vastas áreas do território brasileiro, podendo permitir a inclusão de novos blocos em futuras rodadas de licitações. *Figura 1 – Bacias incluídas no Plano Plurianual de Geologia e Geofísica da ANP.*



22.2. ESTUDOS PREPARATIVOS PARA A DÉCIMA PRIMEIRA RODADA DE LICITAÇÃO

A ANP através da SDB em 2011 promoveu estudos em bacias sedimentares brasileiras com vistas à décima primeira rodada de licitação, entretanto como não houve a realização da rodada, os resultados destes estudos não podem ser divulgados, devido à sua confidencialidade.

22.3. ESTUDOS EM BACIAS SEDIAMENTARES

22.3.1. PROJETOS EM ANDAMENTO

Em 2011 a ANP, no que tange à aquisição de novos dados, informações e realização de estudos de geologia e geofísica, obteve os seguintes resultados:

Bacia do Acre

Foi contratado em dezembro de 2010 o levantamento sísmico da Bacia do Acre, projeto que tem como objetivo a aquisição e processamento de 40.716 registros de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria e magnetometria terrestre associadas nos estados do Acre e Amazonas. Atualmente o projeto está em fase de licenciamento ambiental.

Bacia do Amazonas

Foi contratado em dezembro de 2010 o levantamento sísmico da Bacia do Amazonas, projeto que tem como objetivo a aquisição e processamento de 60.567 registros de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria e magnetometria terrestre associadas no Estado do Pará. Atualmente o projeto está em fase de licenciamento ambiental.

Bacia do Ceará

Foi contratado em dezembro de 2010 o levantamento de *piston core* da Bacia do Ceará, projeto que tem por objeto a aquisição de dados geoquímicos em amostras de assoalho oceânico na Bacia do Ceará, visando identificar e caracterizar a presença de sistema(s) petrolífero(s), por meio da detecção de exsudações e/ou microexsudações de óleo e gás em 1000 testemunhos do tipo *piston core*. Até dezembro de 2011 foram adquiridos 651 testemunhos (65% do total contratado).

Bacia da Foz do Amazonas

Foi contratado em dezembro de 2011 o levantamento de *piston core* da Bacia da Foz do Amazonas, projeto que tem por objeto a aquisição de dados geoquímicos em amostras de assoalho oceânico nesta bacia, visando identificar e caracterizar a presença de sistema(s) petrolífero(s), por meio da detecção de exsudações e/ou microexsudações de óleo e gás em 1.000 testemunhos do tipo *piston core*. Atualmente o projeto encontra-se na etapa de planejamento.

Bacia do Parnaíba

Foi contratado em dezembro de 2011 o segundo levantamento sísmico na Bacia do Parnaíba com gravimetria terrestre associada. Este projeto tem por objetivo a aquisição e processamento de 42.000 Pontos de Tiros (PT's) de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria terrestre associada nos estados do Piauí e Maranhão. Atualmente o projeto está em fase de planejamento.

Bacias de Tacutu e São Francisco

Em dezembro de 2011 foi contratado o projeto de Avaliação geológica da porção norte da Bacia do São Francisco.

Neste mesmo mês foi contratado o levantamento geoquímico nas bacias de Tacutu e São Francisco, projeto que tem por objeto a aquisição de dados geoquímicos em amostras de superfície nestas bacias, visando identificar e caracterizar a presença de sistema(s) petrolífero(s), por meio da detecção de exsudações e/ou microexsudações de óleo e gás em 3.000 amostras. Atualmente o projeto encontra-se na etapa de planejamento.

Processamento e Reprocessamento de Linhas Sísmicas Pré-1998

Foi contratado em junho de 2010 o processamento e reprocessamento de 213.811 registros de dados sísmicos antigos (pré-1998) que compreende linhas nas bacias do Acre, São Luís e Amazonas. Este projeto visa otimizar a qualidade destes dados sísmicos antigos com base em expressivos avanços tecnológicos no método de processamento sísmico. Em dezembro de 2011 o processamento e reprocessamento de todos os registros foram concluídos e este projeto foi aditivado em 25%, com vigência estendida para julho de 2012.

22.3.2. PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2011

Bacia do Paraná

Em 2011 foi concluído o levantamento sísmico com gravimetria terrestre associada na Bacia do Paraná. No total foram adquiridos 2070,45 km de dados sísmicos em sete linhas sísmicas de caráter regional que atravessam os estados de Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Bacia do Parecis

Em 2011 foi concluído o levantamento sísmico com gravimetria terrestre associada na Bacia dos Parecis. No total foram adquiridos 1487,41 km de dados sísmicos em dez linhas sísmicas de caráter regional no Estado de Mato Grosso.

23. GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES DAS BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS

23.1. ADMINISTRAÇÃO DO BDEP

Para receber e organizar o acervo de dados e informações transferidos, a ANP, por intermédio da Superintendência de Gestão de Dados Técnicos (SDT), implantou, em maio de 2000, o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP). Na sua primeira etapa de viabilização, instalou-se nesse Banco de Dados o Centro de Sísmica e Poços, cuja concepção e modelo foram discutidos com a indústria do petróleo, através de um comitê de gerenciamento coordenado pela ANP. Desse comitê participaram empresas de petróleo, de consultoria e de serviços, além de várias instituições universitárias.

No ano de 2011, continuaram os esforços no sentido da implantação do Banco de Rochas e Fluidos, com entendimentos para conseguir o terreno para a implantação do Banco; um grande passo no sentido de tornar o acesso mais fácil para o estudo deste material, na geração de conhecimento, além de se atender a uma determinação legal e se alocar em um só espaço o BDEP e as amostras de rochas e fluidos, hoje distribuídas entre vários locais de armazenamento.

23.2. INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE A GESTÃO DO ACERVO DE DADOS

O acervo contabiliza 212.821 fitas com dados pré-empilhamento correspondentes a 3,47 petabytes, 26.371 dados de poços carregados, sendo 22.306 poços com perfis; 7.823 com perfis compostos, 18.869 pastas de poços, além de 694 programas de métodos potenciais (gravimétricos e magnetométricos, dentre outros). Nesses totais estão incluídos dados de poços e dados sísmicos adquiridos por empresas de serviços e companhias concessionárias

Tabela 23.1. Evolução do Acervo de Dados do BDEP em 2011

	Até 12/2010	Até 12/2011	Acréscimo %
Sísmica <i>pós-stack</i> - Terabytes	15,01	15,89	5,86
Sísmica <i>pré-stack</i> - Petabytes	3,12	3,47	9,61
Poços com perfis	22.077	22.306	1,04
Perfis compostos	7.526	7.823	3,95
Métodos potenciais – Programas	658	694	5,47

Fonte: Relatórios BDEP-SDT- jan-dez/2011

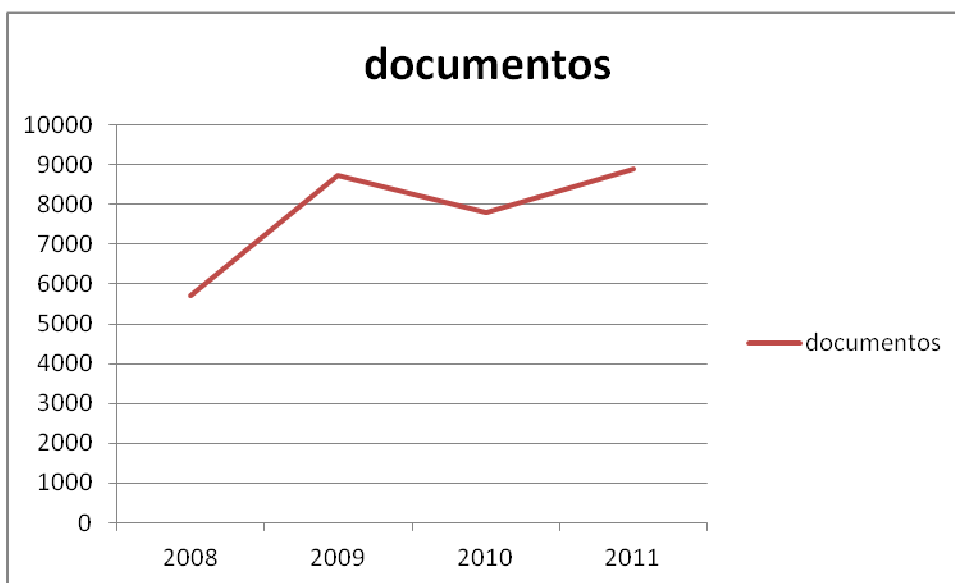
No ano de 2011 foram outorgadas 29 autorizações novas, seja para aquisição de dados geofísicos, para reprocessamento de dados sísmicos 2D e 3D. Também foram emitidos 11 despachos, concedendo prorrogações de autorização, para acréscimo de áreas e novas tecnologias.

23.3. EVOLUÇÃO DO ACERVO TÉCNICO

Outra importante atividade da Superintendência é o atendimento a consultas do acervo do Arquivo Técnico, onde estão todos os documentos relativos aos contratos de concessão e relatórios referentes aos poços perfurados, levantamentos geofísicos e estudos geológicos.

O número de documentos recebidos pelo Arquivo Técnico tem evoluído em 2008 5.717, 2009 8.719, em 2010 7.809 e 2011 8.909, uma grande evolução tendo em vista a importância da correta guarda do material que deve ser enviado pelas unidades

da ANP para o arquivo técnico a fim de gerir estes dados em um só local. O gráfico abaixo demonstra a evolução citada.



Fonte: SDT/2011

23.4. GESTÃO ADMINISTRATIVA DO BDEP

23.4.1. INICIATIVAS IMPLEMENTADAS

Foi dada sequencia ao projeto Remaster a fim de diminuir o número de fitas 3590 de dados sísmicos Pré-Stack Pós 98 no acervo atual, possibilitando o controle de qualidade em todas as fitas do acervo de Dados Sísmicos Pré- Stack Pós 98, assim como validar as cópias dos surveys nas mídias 3592, garantindo que a carga e a recuperação dos dados copiados estejam em conformidade com os dados carregados originalmente

23.4.2. ATENDIMENTO AS SOLICITAÇÕES DE DADOS

A indústria petrolífera e a academia, assim como as outras superintendências da ANP, necessitam de dados para seus estudos e é no BDEP que elas vêm buscar estas informações, um importante trabalho de suporte para estudos das bacias sedimentares brasileiras, que agregam valor aos dados assim como ajudam a formar mão-de-obra qualificada

23.4.3. CONVENIO CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

O Convenio entre a ANP e a CPRM entrou em 2011 no seu último ano e foi substituído por um novo instrumento, um Termo de Cooperação entre as duas instituições, já com a previsão da transferência para a ANP dos contratos ainda sob gestão da CPRM e a inclusão de novos projetos, baseado em um Protocolo de Intenções que abre novas oportunidades para o trabalho conjunto entre a ANP e a CPRM, procurando se complementar e aperfeiçoar o conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras

23.5. GEOPROCESSAMENTO

Foram os seguintes trabalhos realizados pela equipe de geoprocessamento da SDT-ANP que em 2011, tendo em vista a não efetivação de rodadas de licitação, apresentou os seguintes resultados:

Geração de Mapas - 305

Shapes - 108

Imagens - 2

Georreferenciamento de imagens - 0

24. *PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES*

As Rodadas de Licitações para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural realizadas periodicamente pela ANP constituem, desde a promulgação da Lei nº 9.478/1997 - a Lei do Petróleo - o único meio legal no Brasil para a contratação, pelo regime de concessão, dessas atividades econômicas pela União.

Para as áreas do polígono do pré-sal e outras áreas estratégicas, a Lei nº 12.351, de 22/12/2010, determina a adoção do regime de partilha da produção. No regime de partilha também poderá haver licitações de áreas, cabendo ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidir entre a realização de licitações e a contratação direta da Petrobras, sem licitação, "visando à preservação do interesse nacional e ao atendimento dos demais objetivos da política energética".

O Brasil está entre os países mais atrativos para investimentos em petróleo e gás natural que, segundo projeções da Agência Internacional de Energia, devem permanecer como as fontes de energia mais importantes nas duas próximas décadas.

Em 2011 a ANP aprimorou os documentos e procedimentos das futuras Rodadas de Licitações sob o regime de concessão, iniciou o trabalho conjunto com o MME e Casa Civil na elaboração dos principais documentos do regime de partilha de produção, reviu os documentos utilizados nas Rodadas de Licitações de acumulações marginais e aprimorou os procedimentos de qualificação de empresas em processos de Cessão de Direitos e. Adicionalmente, conforme a Lei nº 11.909/2009, a ANP elaborou o edital para a licitação das atividades de transporte de gás natural.

24.1. REGIME DE CONCESSÃO DE DIREITOS DE E&P

O edital de licitação define normas a serem seguidas por todas as empresas interessadas em participar das rodadas de Licitações da ANP. É parte integrante do edital a minuta de concessão, que estipula os direitos e obrigações das futuras concessionárias. É fundamental que os instrumentos licitatórios evoluam e sejam adaptados continuamente às mudanças da indústria de petróleo e gás natural no mundo.

Em 19 de abril de 2011 a ANP promoveu a Audiência Pública nº 10/2011 para apresentar à sociedade minuta do Contrato de Concessão para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural a ser utilizado nas futuras Rodadas de Licitações de Blocos Exploratórios, resultado do grupo de trabalho criado pela ANP com o objetivo de aprimorar os editais e os contratos de concessão.

A Audiência Pública foi precedida de Consulta Pública de 30 dias, período em que foram recebidos comentários e sugestões. A minuta do Contrato de Concessão encontra-se disponível para consulta na página eletrônica <http://www.brasil-rounds.gov.br>.

Em reunião realizada em 28 de abril de 2011, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deliberou pela recomendação à Presidência da República da realiza-

ção da Décima Primeira Rodada de Licitações. A pauta da reunião ainda será submetida à aprovação da Presidenta da República Dilma Rousseff e, posteriormente, a Resolução será publicada pelo CNPE.

O trabalho de aperfeiçoamento do processo licitatório também evidenciou a necessidade de aprimoramento dos dispositivos contidos na Portaria nº 174/1999. Esta portaria regulamentava os procedimentos para a realização de licitações de blocos destinadas à contratação das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Neste sentido, no dia 02 de junho de 2011, a ANP publicou a Resolução nº 27/2011 que substituiu a Portaria nº 174/1999 introduzindo novos e aprimorados dispositivos para regular o processo licitatório. A publicação da resolução foi precedida da Audiência Pública nº 12/2011 realizada em 26 de maio de 2011.

24.1.1. REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Com a publicação da Lei nº 12.351/2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, coube a ANP propor ao Ministério de Minas e Energia (MME) os Editais e os Contratos de Partilha de Produção (Inciso II, Art. 11).

Por meio de reuniões periódicas envolvendo várias Superintendências, Coordenadorias, Assessorias e a Procuradoria Geral (PRG), a ANP, em cooperação com o MME e a Casa Civil da Presidência da República, está coordenando a consolidação das minutas de Pré-Edital e de Contrato de Partilha de Produção conforme as disposições previstas no novo modelo regulatório e as diretrizes de Governo.

24.1.2. ACUMULAÇÕES MARGINAIS

Ainda com relação a Lei nº 12.351/2010, em seu art. 65, dispõe sobre o estabelecimento de política e medidas específicas visando ao aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Neste sentido, a ANP reviu as minutas de Edital e Contrato de Concessão a fim de adequá-las ao disposto na Lei. A ANP reavaliou parâmetros do Edital e metodologias com vistas a permitir a participação de pequenas e médias empresas nas licitações. Neste momento a ANP aguarda publicação de Resolução do CNPE sobre o fomento da participação de pequenas e médias empresas nas licitações de blocos exploratórios e de áreas inativas com acumulações marginais, podendo ensejar novas revisões nas Minutas.

24.2. CESSÃO DE DIREITOS: QUALIFICAÇÃO DE EMPRESAS

Consoante o artigo 29 da Lei nº 9.478/1997, é permitida a transferência do contrato de concessão, preservando-se seu objeto e as condições contratuais, desde que o novo concessionário atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP.

É possível, portanto, que um concessionário (ou um conjunto de concessionários) ceda a outro(s), total ou parcialmente, o direito a exploração e produção de petróleo e gás natural nos blocos obtidos por licitação, mediante autorização da ANP e qualificação da empresa para atuar como operadora ou fazer parte de consórcio de empresas. Os processos de Cessão de Direitos e Obrigações, como assim são denominados, são instrumentos adicionais de acesso das empresas à indústria do petróleo e gás natural brasileira.

Ao longo de 2011 a ANP elaborou o Manual de Qualificação de Empresas, normatizando o processo de análise e qualificação técnica, jurídica e econômico-financeira de empresas para fins de participação em Rodadas de Licitações e em processos de Cessão de Direitos e Obrigações.

Também foram publicados modelos de documentos exigidos pela Agência para Qualificação de Empresas com o objetivo de facilitar o atendimento às exigências da ANP e dar celeridade ao processo que, de fato, teve o prazo médio reduzido ao longo de 2011.

Em 10 de maio de 2011, a ANP alterou os procedimentos de qualificação para fins de Cessão de Direitos e Obrigações. A agência adotou um procedimento para a qualificação das empresas cessionárias que utiliza as regras do edital de licitações mais recentemente aprovado pela Diretoria Colegiada da ANP e não mais o Edital da Licitação em que cada bloco foi concedido. O novo procedimento unifica os critérios utilizados para a qualificação de empresas, proporcionando maior agilidade ao processo e privilegiando a evolução dos instrumentos licitatórios.

O novo procedimento vem sendo utilizado para todos os processos de Cessão de Direitos e Obrigações. Entretanto, este procedimento não é válido para blocos ou campos ofertados em Rodadas de Licitações cujo edital continha exigências específicas para a qualificação, mantendo-se, assim, a especificidade no momento da cessão. Um exemplo de exceção refere-se aos contratos da Bacia de Solimões, caso em que deverão ser observadas exigências específicas do Edital em questão.

Em 2011, foram concluídos 36 processos de qualificação para fins de Cessão de Direitos e Obrigações. Estes processos englobam 89 blocos ou campos.

24.3. TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

A Lei nº 11.909/2009, que dispõe sobre as atividades de transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, conferiu à ANP a atribuição de elaborar o edital de licitações e o contrato de concessão para a construção ou ampliação e operação dos gasodutos de transporte de gás natural.

Neste contexto, a ANP elaborou minuta de Edital para a licitação das atividades de transporte de gás natural que teve como referências o modelo de concessão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), modelos nacionais e internacionais de Edital para transporte e/ou distribuição de gás, bem como os modelos de Edital para concessão de blocos exploratórios.

Para o desenvolvimento do trabalho, a ANP organizou reuniões internas, com a Procuradoria Geral, interagiu com a ANEEL, com representantes da indústria de transporte de gás e com entidades relacionadas à obras de grande porte como, por exemplo, o CREA.

Atualmente, a ANP trabalha na elaboração da minuta do Contrato de Concessão para as atividades de transporte de gás natural, com base nas diretrizes da lei supracitada.

24.3.1. INTERAÇÃO COM OS CONCESSIONÁRIOS, OS REPRESENTANTES E A SOCIEDADE EM GERAL

A ANP disponibiliza a página eletrônica <http://www.brasil-rounds.gov.br> relativa exclusivamente às Rodadas de Licitações e aos processos de qualificação de empresas para fins de Cessão de Direitos e Obrigações. A página eletrônica contém acesso para contato com a ANP por meio do endereço eletrônico rodadas@anp.gov.br, o que confere celeridade e qualidade à comunicação com os concessionários, seus representantes e com a sociedade em geral.

No ano de 2011, a ANP aprimorou a apresentação da página eletrônica. Informações atuais e relevantes aparecem em destaque na página principal, o que facilita o acompanhamento dos fatos por parte dos interessados. Além disso, as páginas das Rodadas de Licitações realizadas anteriormente foram agrupadas e separadas da página principal, organizando e facilitando o acesso as informações dos certames anteriores.

No ano de 2011 a ANP recebeu cerca de 300 consultas por meio deste canal de comunicação. Estas consultas foram respondidas, em média, em três dias úteis. Entretanto, algumas respostas demandaram mais tempo por envolverem consultas a diversas áreas internas e até mesmo ao órgão da Procuradoria Geral lotada na ANP.

25. EXPLORAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis, por meio de sua Superintendência de Exploração, têm como objetivo fiscalizar os contratos de concessão na fase de exploração. Durante essa fase, as empresas realizam atividades exploratórias dentro das áreas dos blocos em concessão, que em sua maioria são: levantamentos sísmicos, levantamentos gravimétricos, levantamentos magnetométricos, levantamentos geoquímicos e perfuração de poços exploratórios. A SEP tem importante atuação no acompanhamento das atividades e cumprimento de prazos, que podem resultar em advertências e multas contratuais aos operadores.

Este ano, totalizaram-se 224 contratos ativos em fase de exploração, os quais abrangem 321 blocos exploratórios. Atualmente estão sendo perfurados dois poços exploratórios na área concedida por cessão onerosa: Franco e Tupi. A ANP é responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas nestas áreas. A tabela a seguir revela o total de blocos atualmente sob concessão e também os contratos vigentes.

Tabela 25.1. Relação de Contratos Vigentes e Blocos sob Concessão

Rodada	Contratos Vigentes	Blocos sob Concessão
2	4	5
3	11	13
4	11	13
5	8	23
6	24	48
7	40	95
9	86	84
10	40	40
Total	224	321

Fonte: ANP/SEP/SIGEP

Em 2011 193 novos poços exploratórios foram perfurados, sendo 91 terrestres e 102 marítimos. No mesmo período, outros 157 poços exploratórios foram concluídos, sendo 75 em terra e 82 no mar, como aponta a tabela a seguir. A perfuração de poços exploratórios implica no aumento do conhecimento geológico das bacias sedimentares brasileiras, com a identificação de áreas portadoras de hidrocarbonetos. Além disso, no caso de descoberta, ela pode ser avaliada e vir a se tornar no futuro um campo de produção, contribuindo para a reposição de reservas de hidrocarbonetos no país, manutenção e incremento da produção.

Tabela 25.2. Poços exploratórios iniciados em 2011 por categoria

Categoria	Terrestre	Marítimo
Pioneiro	41	42
Estratigráfico	-	-
Extensão	30	33
Pioneiro adjacente	15	11
Jazida mais rasa	-	-
Jazida mais profunda	5	7
Especial*	0	9
Total	91	102

Fonte: ANP/SEP/SIGEP

A classificação dos poços presentes na *Tabela 2* está disposta na Portaria nº 75/2000/ANP, de acordo com a qual o poço pioneiro é aquele que visa testar a ocorrência de petróleo e/ou gás natural em um ou mais objetivos de um prospecto geológico; o poço estratigráfico é aquele perfurado com a finalidade de conhecer-se a coluna estratigráfica de uma bacia e obter outras informações geológicas de subsuperfície; o poço de extensão é aquele que visa delimitar a acumulação de petróleo e/ou gás natural em um reservatório; o poço pioneiro adjacente é aquele que visa testar a ocorrência de petróleo e/ou gás natural em uma área adjacente a uma descoberta; o poço para jazida mais rasa é aquele que visa testar a ocorrência de jazidas mais rasas do que as já descobertas numa determinada área; e, finalmente, o poço para jazida mais profunda é aquele que visa testar a ocorrência de jazidas mais profundas do que as já descobertas numa determinada área.

Após perfurar e verificar a extensão da jazida de petróleo, o operador apresenta à ANP um Plano de Avaliação de Descoberta. Este Plano constitui um documento preparado pelo Concessionário, contendo o programa de trabalho e respectivo investimento, necessários à avaliação de uma descoberta de petróleo ou gás natural na área da concessão. A avaliação de uma descoberta tem como objetivo verificar sua comercialidade, principalmente a partir da quantificação dos volumes existentes ou recuperáveis e da definição das características de produção dos reservatórios perfurados, de forma que o concessionário possa definir seu interesse no desenvolvimento da acumulação. Este ano foi concluída a revisão das regulamentações de Plano de avaliação de descobertas e de codificação de poços, com realização de consulta e audiência públicas.

Os destaques entre as atividades exploratórias envolvendo Planos de Avaliação e perfuração de poços em 2011 foram: a continuidade de Testes de Longa Duração (TLD) no pré-sal das bacias de Campos e Santos e o desenvolvimento de dois Planos de Avaliação de Descoberta na Bacia de Sergipe. Foram apresentados, ainda, planos de avaliação de descoberta nos campos de produção de Nautilus e Marlim Leste.

Após constatar a comercialidade da jazida, o concessionário poderá, por meio de notificação à ANP, a seu critério, efetuar a declaração de comercialidade da descoberta antes do término da fase de exploração. Declaração de Comercialidade significa a notificação escrita do concessionário à ANP declarando uma ou mais jazidas como descoberta comercial na área de concessão. Durante o ano de 2011 ocorreram 7 declarações de comercialidade, todas em terra: Na Bacia do Potiguar, foram declarados os campos de Tiziu e Patativa, pela Petrobras; na Bacia do Recôncavo, foram declarados os campos de Trovoada e Uirapuru Sudoeste, pela Petrosynergy e Tapiranga Norte, pela Petrobras; e na Bacia do Parnaíba foram declarados os campos de Gavião Real e Gavião Azul, pela OGX Maranhão. Por fim, destacam-se descobertas ocorridas em reservatórios marítimos na Bacia do Espírito Santo.

Este ano, a ANP implementou a elaboração mensal de mapas exploratórios gerenciais das bacias. Os mapas exploratórios gerenciais (MEG) têm como objetivo in-

formar sobre as atividades exploratórias realizadas no âmbito do contrato de concessão de forma georreferenciada. Os mapas informam sobre a perfuração de poços exploratórios (prospectos, poços em atividade e poços concluídos), blocos em concessão com término de prazos, operadoras, notificações de descoberta realizada pelos poços exploratórios, testes de longa duração e planos de avaliação. O trabalho apresenta mapas de 21 bacias sedimentares com atividade exploratória acompanhados de anexos com informações detalhadas dos blocos, prospectos, poços em atividade, notificações de descoberta e planos de avaliação, apresentando os resultados obtidos pelas empresas.

Igualmente, este ano, foi possível fiscalizar, 27,6% dos blocos em atividade, conforme tabela a seguir. Este índice ultrapassou a meta estabelecida no planejamento anual da ANP, que era originalmente atingir 25% de blocos fiscalizados. Ressalta-se que a fiscalização é necessária porque a indústria do petróleo não deve prejudicar as atividades econômicas ou ecológicas em superfície, mormente na fase exploratória quando estas atividades são de curta duração, de mínima ocupação de área, sem a necessidade de edificações de porte ou de lançamento de linhas. As atividades exploratórias são pontuais e englobam perfuração de poços, campanhas sísmicas ou construção de estradas de apoio e acesso aos poços.

Ao longo da realização de fiscalizações, o operador é imediatamente notificado sobre os resultados da inspeção e sobre a existência de eventuais discrepâncias entre a realidade e o disposto nos regulamentos de exploração da ANP. Em virtude das fiscalizações, este ano, foram abertos nove processos administrativos de aplicação de sanções, dos quais cinco resultaram em quitação das multas correspondentes, dois se acham em julgamento, um foi considerado insubsistente e um está em execução fiscal da dívida.

Tabela 25.3. Fiscalização de blocos em atividade

Bacia	Blocos em Atividade	Blocos fiscalizados
Barreirinhas	2	0
Camamu-Almada	3	0
Campos	23	0
Ceará	0	0
Espírito Santo	13	4
Foz Amazonas	1	0
Jequitinhonha	1	0
Pará-Maranhão	1	0
Parecis	6	6
Parnaíba	8	0
Pelotas	0	0
Pernambuco-Paraíba	0	0
Potiguar	25	0
Recôncavo	11	7
Rio do Peixe	2	0
Santos	13	2
São Francisco	27	15
Sergipe_Alagoas	12	6
Solimões	15	5
	163	45

Fonte: Superintendência de Exploração/SEP

Assim, ao longo da fase exploratória e após a realização das campanhas de sísmica ou da perfuração de poços, quando há a devolução de áreas, a ANP examina a ocorrência de danos ambientais nestas áreas restritas - seja por inspeção direta no campo ou por meio da análise de laudos ambientais emitidos ao término da fase exploratória e devolução do bloco. Dependendo do caso, somente através destes relatórios de devolução que contém laudos ambientais elaborados por entidades habilitadas e cadastradas em órgãos ambientais.

Nos relatórios de devolução, cuja formatação legal é fornecida por legislação interna da ANP, examina-se se o superficiário foi devidamente indenizado por algum prejuízo nas suas atividades econômicas e se recebeu uma justa indenização por qual prejuízo que lhe tenha sido causado. Por meio destes procedimentos adotados pela ANP, a indústria do petróleo fica devidamente garantida com relação a futuros óbices para o desenvolvimento de novas atividades na área pois contaremos com o apoio tanto do órgão ambiental, como dos proprietários, ou superficiários, da terra.

Em 2011, foram analisados 32 relatórios de devolução de áreas de concessão, sendo 13 referentes à devolução parcial e 19 referentes à devolução integral. Foram analisados todos os relatórios de devolução enviados pelos operadores e quando necessário, foram solicitadas complementações às informações recebidas, visando sempre garantir que as condições ambientais das áreas devolvidas sejam as mesmas existentes antes da execução das atividades de exploração. Em 5 (cinco) casos foi solicitado um relatório fotográfico complementar ao relatório de devolução para comprovar a situação após a recuperação das áreas devolvidas.

A ANP também atuou na análise do pleito dos operadores dos contratos de concessão para a devolução de dias ao prazo contratual por atraso nos processos de licenciamento, garantindo uma análise justa e imparcial dos fatos e submetendo os pedidos à decisão da Diretoria Colegiada da ANP.

Outra atividade acompanhada pela Agência foi a realização, pelos concessionários, de levantamentos geofísicos. Esses levantamentos têm por finalidade elevar o conhecimento sobre o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras, dado esse que é de fundamental importância para o país. O Brasil possui aproximadamente 7,5 milhões de km² de bacias sedimentares, sendo 2,5 milhões de km² em mar e 5 milhões de km² em terra, incluindo aí 29 (vinte e nove) bacias sedimentares com potencial para petróleo e gás natural. O volume de bacias torna necessário o emprego de métodos como a gravimetria, magnetometria e sísmica de reflexão nestas bacias, para que as reservas e a produção do país continuem crescendo continuamente. No momento, acha-se em fase final de elaboração pelos técnicos da Agência, a regulamentação do uso de fontes vibratórias em aquisição de dados geofísicos e a segunda revisão da regulamentação do uso de explosivos para a mesma finalidade.

Os levantamentos podem ser adquiridos (comprados) de outras empresas ou realizados pelos próprios concessionários. Sobre os levantamentos adquiridos em 2011, os levantamentos exclusivos gravimétricos totalizaram 7.579,92 km e magnetométricos totalizaram 7.458,92 km. Somando-se ambos os tipos de levantamentos, temos cerca de 15.038,84 km de linhas adquiridas pelos concessionários em 2011. Com relação aos levantamentos sísmicos exclusivos, ou seja, implementados pelos próprios concessionários, no ano de 2011 foram finalizados pelos operadores 9 (nove) programas de aquisição 2D, bidimensionais, totalizando 6.167,685 km e 9 (nove) programas 3D tridimensionais, totalizando 5.454,81 km². Sobre os programas de levantamentos, destacam-se ainda as aquisições que utilizam tecnologias inovadoras do tipo 4D/4C, quatro dimensões, e OBC (*ocean bottom cable*), com foco em estudos de reservatórios, com 2(dois) programas finalizados em 2011 totalizando 816,848 km². A tabela abaixo mostra a distribuição dos levantamentos nos ambientes terrestre e marinho.

Tabela 25.4. Levantamentos sísmicos exclusivos concluídos em 2011, por categoria

	Terra	Mar	Total *
Sísmica 2D	6.167,685 km	-	6.167,685 km
Sísmica 3D Convencional	945,33 km ²	4.509,48 km ²	5.454,81 km ²
Sísmica 3D Especial **	-	816,848 km ²	816,848 km ²

(*) Leva em consideração os levantamentos concluídos em 2011 até a data de 01/12/11.

(**) Aquisição 4D/4C/OBC para estudos de reservatórios.

Fonte: SIGEP

Para 2012, a expectativa é de que se mantenha o crescimento na quantidade de dados adquiridos, principalmente nas bacias paleozóicas terrestres e nas bacias de nova fronteira, destacando-se as Bacias do Parnaíba, Solimões e São Francisco. A campanha extensiva de aquisição de dados sísmicos utilizando fontes vibratórias (não-explosivas) na Bacia do São Francisco continua em 2012, possivelmente com a participação também de outros operadores utilizando esta técnica. Após a implementação dos levantamentos e recolhimento de amostras de rochas, especialmente hidrocarbonetos, foram, ainda, concedidas pela ANP, 62 (sessenta e duas) autorizações de envio de amostras de rocha ou óleo ao exterior, a fim de verificar-se a possibilidade favorável com relação à descoberta de óleo ou gás.

Muitas vezes, as companhias que originalmente venceram os leilões das áreas, vendem seus direitos de exploração a outras empresas – as quais devem assumir o contrato de concessão de forma a manter os compromissos iniciais assumidos pela empresa original. Este ano, foram aprovados pela ANP os processos que envolvem oitenta e cinco cessões de direitos, nas seguintes modalidades: 44 cessões de participação de contratos de concessão na Fase de Exploração; 15 cessões de participação de contratos de concessão na Fase de Produção e 11 contratos foram submetidos a cessão para efeitos de substituição de garantias de performance.

Nesta fase final do ano, encontra-se em andamento processos que envolvem trinta e duas cessões, nas seguintes modalidades: 12 cessões de participação de contratos de concessão na Fase de Exploração; 6 cessões de participação de contratos de concessão na Fase de Produção e 14 contratos que serão submetidos a cessão para efeitos de substituição de garantias de performance.

26. DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO

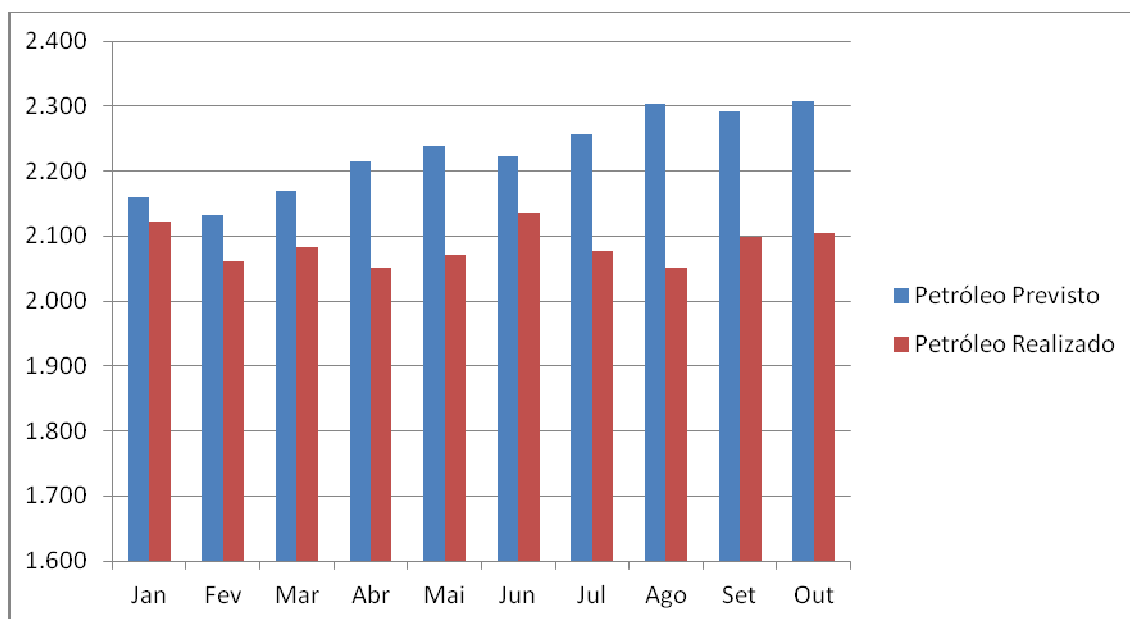
A ANP faz a gestão dos contratos de concessão nas etapas de desenvolvimento e produção, pautada nas competências da Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP) e do seu Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção (NFP), que estão elencadas no seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP 69/2011. Importante observar que a promulgação da Lei nº 11.909/2009 (Lei do Gás) trouxe novas atribuições à SDP, relacionadas principalmente à estocagem de gás natural e às autorizações para construção e operação de gasodutos de escoamento da produção.

26.1. CONTROLE DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Um dos importantes instrumentos utilizados na gestão dos contratos de concessão pela ANP é o controle da produção de petróleo e gás natural. A média diária atual de 2,09 milhões de barris de petróleo, observada ao longo de 2011, apresenta acréscimo com relação ao ano passado, que foi de 2,05 milhões de barris por dia, embora a produção realizada se encontrar aquém da previsão em todos os meses deste ano. O mês de junho de 2011 apresentou recorde na produção de petróleo (aproximadamente 2,14 milhões de bbl/dia).

O campo de Roncador foi o maior produtor de petróleo ao longo de todo o ano de 2011.

Gráfico 26.1. Produção de Petróleo em 2011 (Mil bbl/dia)

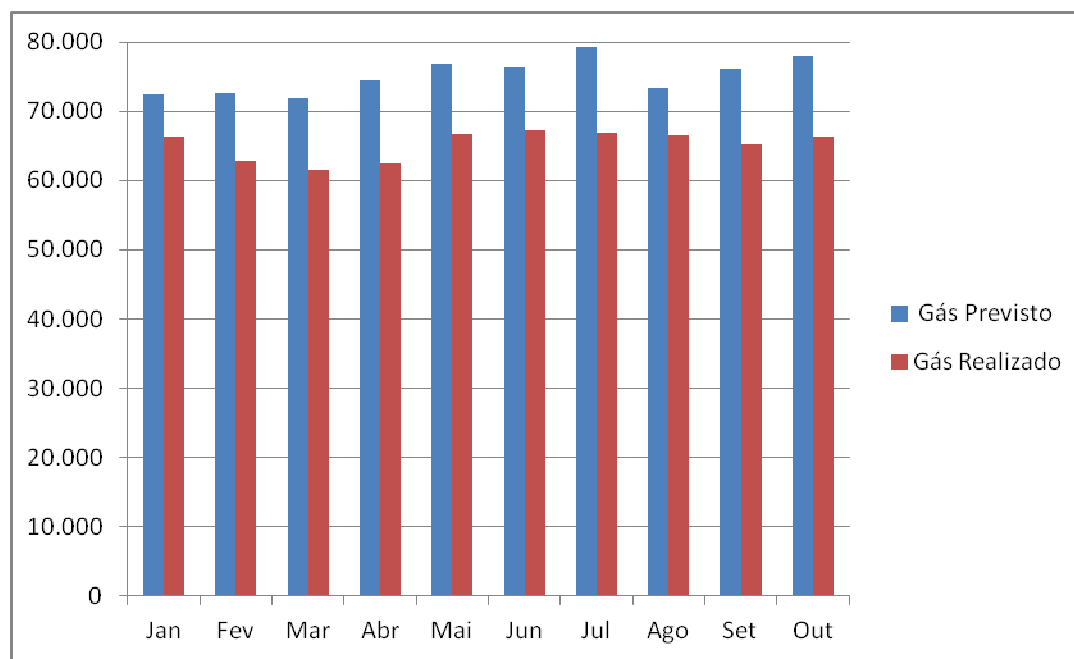


Fonte: SDP/ANP, atualizado em 08/12/2011

Da mesma forma que o petróleo, a média diária da produção de gás natural no ano 2011, (65,19 MMm³/dia), vêm apresentando acréscimo em relação a produção média de 2010 (62,83 MMm³/dia). Foi registrado no mês de junho deste ano, o recorde na produção de gás natural no Brasil situando-se na faixa de 67 MMm³/d, superando o pico de produção de gás em 2010, que atingiu 65 MMm³/d. Também na produção de gás pode-se constatar que a previsão sempre esteve acima do efetivamente produzido.

O campo de Rio Urucu foi, a partir de fevereiro de 2011, o maior produtor de gás natural ao longo deste ano.

Gráfico 26.2. Produção de Gás Natural em 2011 (Mm³/dia)



Fonte: SDP/ANP, atualizado em 08/12/2011

A rotina anual da ANP, para as atividades de desenvolvimento e produção de petróleo, inclui a análise, o processamento de informações e a aprovação, quando for o caso, dos Boletins Mensais de Produção (BMP), dos Programas Anuais de Trabalho (PAT) e Programas Anuais de Produção (PAP), do Boletim Anual de Reservas (BAR), dos Planos de Desenvolvimento (PD), da cessão de direitos de campos, da anexação de áreas a campos, da mudança de limites de campos, da análise dos acordos de individualização da produção, dos relatórios de perfuração, completação e abandono de poços. Dentre as atividades relacionadas com a produção de petróleo, a fiscalização dos campos de petróleo e gás natural bem como das unidades e instalações de produção, destaca-se como meta institucional da ANP.

26.2. PRÁTICAS INOVADORAS

O ano de 2011 foi marcado pela implementação de algumas inovações, objetivando melhorias no desenvolvimento das atividades de fiscalização e regulação e buscando condições de garantir a confiabilidade e rastreabilidade dos dados de produção bem como a transparência, através da publicidade dos mesmos.

26.2.1. INÍCIO DA VALIDAÇÃO DOS DADOS DO BOLETIM MENSAL DA PRODUÇÃO (BMP)

Uma das atribuições da ANP, relativa às atividades de desenvolvimento e produção de petróleo, é receber e avaliar as informações de produção e movimentação de cada campo produtor, enviadas pelo operador através do Boletim Mensal de Produção (BMP), até o 15º dia do mês subsequente ao da realização da produção. Todos os BMP's são analisados de maneira a verificar a conformidade com a previsão de produção e assegurar a consistência das informações prestadas, pois sobre os volumes reportados nos BMP's incidem as participações governamentais.

A fim de aprimorar e dar maior confiabilidade a produção reportada, através dos BMP's, a ANP criou o projeto "Sistema de Fiscalização da Produção" (SFP). O SFP tem como objetivo receber diariamente as vazões de produção de todos os pontos

de medição, além das configurações dos computadores de vazão, comunicação de falhas de medição, dados de análises laboratoriais, certificados de calibração dos equipamentos de medição, dentre outros. Deste modo, é possível validar quase a totalidade da produção do país, contribuindo para a obtenção de resultados acurados e completos, para o correto pagamento das participações governamentais. Além disso, permite respostas rápidas quando da detecção de qualquer não conformidade, direcionando as ações de fiscalização para os casos mais graves.

Hoje, o SFP já mantém o cadastro dos computadores de vazão e dos pontos de medição fiscais de quase a totalidade das instalações do Brasil e recebe diariamente os dados de produção de cada ponto de medição fiscal em linha, o que representa mais de 95% da produção do Brasil.

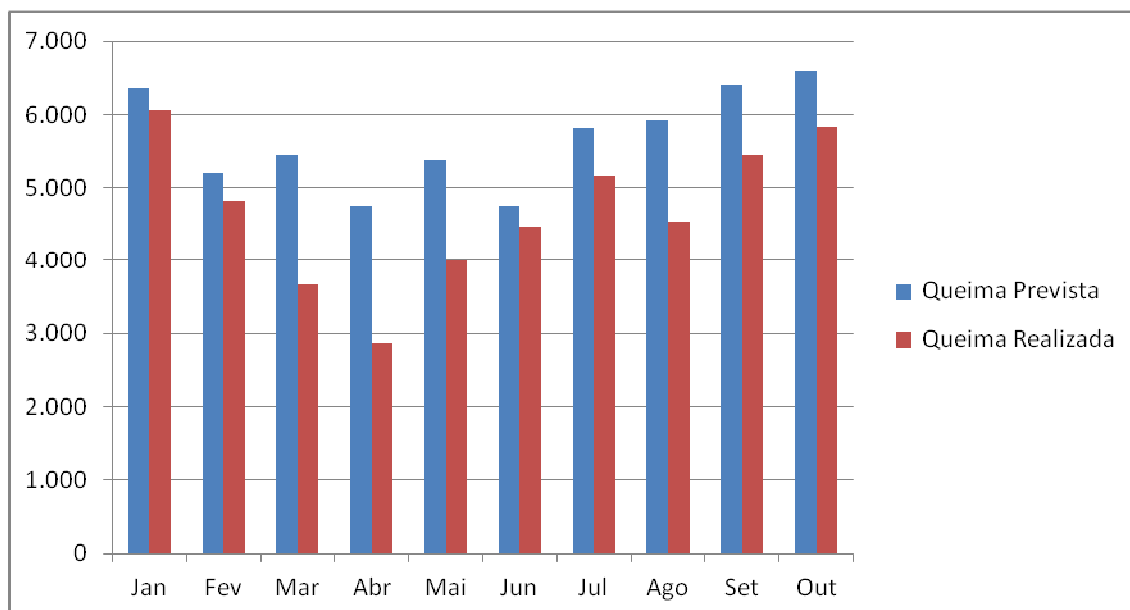
Embora as empresas já tenham iniciado o envio diário dos dados de produção desde janeiro de 2011, o projeto do SFP continua em desenvolvimento. A SDP/NFP em conjunto com o Escritório de Segurança da ANP vem trabalhando na auditoria de segurança na geração e transmissão dos arquivos, de modo a garantir a integridade das informações prestadas à ANP. Também estão em andamento, a implementação das cargas de informações das análises laboratoriais, além da especificação e desenvolvimento do 2º módulo de validação dos dados, onde será aperfeiçoada a interface de visualização das informações enviadas, com a implementação de alarmes e novas funcionalidades que permitirão uma análise mais ágil e precisa.

26.2.2. AUTOS DE INFRAÇÃO E PROGRAMA DE AJUSTES DE REDUÇÃO DE QUEIMA

No sentido de garantir as melhores práticas e o correto cumprimento das normas e regulamentos, a ANP realiza mensalmente fiscalizações in loco nas instalações de produção e nas locações dos poços. Tais ações de fiscalização podem detectar não conformidades e gerar aplicação de autos de infração. As principais causas de autuação têm sido o descumprimento do Regulamento Técnico de Medição, o descumprimento de prazos no envio de documentos e a queima de gás natural excedente à autorizada pela ANP.

No que diz respeito à queima de gás natural no Brasil, a ANP vem adotando, desde 2010, um controle mais efetivo da mesma. Após um expressivo incremento da queima de gás no ano de 2009, com pico de cerca de 13 milhões de metros cúbicos por dia em junho do mesmo ano, a Diretoria Colegiada da ANP e diretores da Petrobras e da Chevron assinaram, em 2010, Termos de Compromisso para redução da queima de gás natural na Bacia de Campos, os quais contêm Planos de Ação com metas até 2014. Os resultados têm sido positivos, com especial destaque para o mês de abril de 2011, a menor queima de gás natural desde junho de 2000, na ordem de 2,9 milhões de metros cúbicos por dia.

Gráfico 26.3. Queima de Gás em 2011(Mm³/dia)



Fonte: SDP/ANP, atualizado em 08/12/2011

26.2.3. DIVULGAÇÃO DOS DADOS DE PRODUÇÃO – BOLETIM DA PRODUÇÃO

Adicionalmente, com o intuito de fornecer melhores serviços e informações à sociedade brasileira, a ANP continua a publicar mensalmente o Boletim da Produção, que apresenta com detalhes a produção de petróleo e gás natural do mês em questão, possibilitando o efetivo entendimento e utilização desses dados por todos os interessados.

O Boletim da Produção é publicado mensalmente no site da ANP, trazendo informações e dados de produção relevantes à Sociedade nacional e internacional. Além dos itens já presentes no Boletim da Produção, desde 2010, foram incluídos novos itens para uma melhor visualização e divulgação dos dados de produção como, por exemplo, o ranking dos 20 maiores campos terrestres (excetuados os campos operados pela Petrobras), a fim de registrar também o desempenho de produção dos pequenos e médios produtores.

26.2.4. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A ANP trabalhou no mapeamento e aprimoramento de todos os principais processos relacionados com as atividades de desenvolvimento e produção. Neste aspecto, recebemos no fim do ano, o resultado da análise de segurança da informação, feita pelo Escritório de Segurança da Agência e daremos início à análise deste relatório bem como à adoção de algumas recomendações de segurança de modo a elevar o Indicador de Segurança e diminuir os riscos dos processos analisados.

26.2.5. DESCENTRALIZAÇÃO DA ANP

Um novo desafio da ANP é fortalecer a descentralização da fiscalização da produção, implementando unidades da SDP nos Escritórios de São Paulo e de Salvador, buscando maior proximidade com os operadores e as atividades reguladas.

Desta forma, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, através da Superintendência de Desenvolvimento e Produção e do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção, têm trabalhado na melhoria dos sistemas, procedimentos e

regulamentos utilizados na gestão dos contratos de concessão na Fase de Produção, com o intuito de fortalecer as atividades regulatórias e fiscalizatórias no mercado de petróleo e gás natural, provendo melhores serviços e informações aos agentes regulados e à sociedade brasileira.

27. SEGURANÇA OPERACIONAL

27.1. REGULAMENTAÇÃO

Com o objetivo de regulamentar a segurança operacional nas instalações de produção e perfuração de petróleo e de gás natural nas águas jurisdicionais brasileiras, foi aprovada a Resolução ANP nº 43/2007, de 12.12.2007, que instituiu o Regime de Segurança Operacional e aprovou o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO). Tal regulamentação estabelece critérios de segurança para condução das atividades de E&P, provendo elementos que permitem à ANP exercer a fiscalização no sentido de educação e orientação dos agentes econômicos, bem como da prevenção e repressão de condutas irregulares.

De acordo com a Resolução ANP nº 43/2007, o início de operação das instalações marítimas de perfuração e de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás natural está vinculado à autorização da ANP. O Concessionário deve submeter Documentação de Segurança Operacional da unidade marítima antes do início das operações. No intuito de orientar os agentes econômicos na elaboração desta documentação, foram elaborados guias de preenchimento tipificados por atividade, disponibilizados no sítio eletrônico da ANP.

O Regime de Segurança Operacional para Campos Terrestres foi instituído pela Resolução ANP nº 02/2010, de 14.01.2010, aprovando o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade Estrutural das Instalações Terrestres de Produção de Petróleo e Gás Natural (SGI).

Dando prosseguimento ao Planejamento Estratégico de Segurança apresentado à Diretoria Colegiada em 2009, contendo o diagnóstico de Segurança Operacional da ANP, foi publicado em fevereiro de 2011 o Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural, estabelecendo requisitos essenciais e padrões mínimos de segurança operacional para Dutos Terrestres, visando a proteção da vida humana, das instalações e do meio ambiente.

Ainda em 2011, o grupo de trabalho constituído para elaboração de regulamento técnico de segurança operacional das atividades em refinarias finalizou a minuta da Resolução e do Regulamento Técnico, para posterior submissão à audiência pública.

Atualmente, encontra-se em fase de elaboração o regulamento referente à atividade de perfuração em campos terrestres.

27.2. FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL – AUDITORIA PILOTO - REFINARIAS

Durante os trabalhos de aperfeiçoamento da supracitada regulamentação, foram realizadas três auditorias piloto: Refinaria de Capuava (RECAP), Univen Petróleo e Refinaria Presidente Bernardes - Cubatão (RPBC). Durante a atividade, além da geração de recomendações de segurança para o agente regulado, foram levantados dados, informações e observações preponderantes para o aprimoramento do marco regulatório.

27.3. AUDITORIAS DO SGSO EM INSTALAÇÃO MARÍTIMAS DE PERFURAÇÃO E PRODUÇÃO

No ano de 2011, a ANP realizou, 59 ações de fiscalização de segurança operacional em instalações marítimas de perfuração, produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás natural, sendo identificadas 427 não-conformidades.

Cabe ressaltar que, em dezembro de 2009, a ANP firmou contrato com a Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora – BV, para prestação de serviços técnicos de apoio à atividade supracitada, que, em síntese, consiste no acompanhamento dos servidores em ação de fiscalização a bordo das instalações marítimas e no treinamento dos servidores.

Em busca da mitigação dos riscos à sociedade, direta e indiretamente influenciada pela atividade petrolífera marítima, a ANP interrompeu ou restringiu as atividades de 06 (seis) instalações, a saber: Petrobras 37 (P-37) e Peregrine I (NS-16) ambas a serviço da Petrobras, FPSO Maersk Peregrino a serviço da Statoil, Transocean Driller a serviço da ONGC Campos, FPSO OSX-1 a serviço OGX e FPSO Frade a serviço da Chevron. De modo geral, essas ações foram tomadas em função de irregularidades que expõem a força de trabalho a risco iminente de acidente grave como: ausência de análise de riscos da instalação, elevado grau de degradação de equipamentos críticos à segurança operacional, precário sistema de gestão da segurança operacional e não atendimento a legislação pertinente (Resolução ANP nº 43/2007).

27.4. CONTROLE DE INCIDENTES

Em 2011, foram recebidos e cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP) 665 incidentes e abertos 06 Processos Administrativos para apuração de circunstâncias dos incidentes considerados relevantes. O incidente de maior repercussão ocorreu em 07/11/2011, no Campo de Frade, envolvendo o vazamento de cerca de 3.600 barris de óleo para o mar durante a perfuração do poço 9-FR-50DP-RJS. A apuração das causas do acidente está em andamento no momento de elaboração do presente relatório, devendo ser concluída no primeiro trimestre de 2012.

27.5. WORKSHOP DE SEGURANÇA OPERACIONAL

No dia 1º de agosto de 2011 realizou-se o 1º Workshop de Segurança Operacional das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

O encontro entre os profissionais ligados às atividades de E&P aconteceu no auditório da Agência, no Rio de Janeiro, e teve como principal objetivo a discussão do desempenho de segurança dos concessionários em 2010 e 2011, através de debates e apresentações realizadas pela ANP e pela indústria.

Compareceram 94 representantes de diversas entidades, tais como IBAMA, Marinha, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, além de empresas do setor de óleo e gás como Anadarko, BG, BP, Brasdril, Chevron, ENSCO, ExxonMobil, Maersk Oil, Modec, Noble, Odebrecht, OGX, Perenco, Petrobras, Queiroz Galvão, Repsol, Saipem, Seadrill, Shell, Statoil, Transocean, Teekay Petrojarl, Vale O&G e Ventura Petróleo, que apresentaram valiosa contribuição ao evento e enriqueceram os debates.

27.6. PARECERES TÉCNICOS PARA AUTORIZAÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE CAMPOS TERRESTRES

Para o início de operação de campos de produção de petróleo e gás natural terrestres, antes da aprovação de PD (Plano de Desenvolvimento) ou PRJ (Plano de Reabilitação de Jazida) é necessária a permissão da Agência. Nesse sentido, foram avaliados os aspectos de segurança de campos terrestres, permitindo-se a antecipação requerida..

27.7. PARECERES TÉCNICOS SOBRE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO ART. 3º DA RESOLUÇÃO ANP 06/2011

O Art. 3º da Resolução ANP nº 6/2011 estabelece a obrigatoriedade do enca-minhamento de documentação (lista com informações dos dutos, matriz de correlação, avaliação preliminar de riscos e cronograma de adequação) dos dutos terrestres existentes. Assim, foram emitidos pareceres técnicos referentes à documentação de 225 dutos terrestres.

27.8. PARECERES TÉCNICOS SOBRE DOCUMENTAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL (DSO)

A Resolução ANP nº 43/2007 e Resolução ANP nº 02/2010 estabelecem a obrigatoriedade de apresentação de DSO para instalações marítimas de produção e perfuração e para instalações terrestres de produção. Em 2011, foram emitidos pareceres técnicos referentes à análise de 208 versões de DSO apresentadas pelos Concessionários, sendo recomendado o início das atividades de 36 instalações de E&P.

27.9. EXECUÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICAS EM PLATAFORMA

Para efetuar a verificação da segurança operacional das instalações nos seus aspectos navais e dos sistemas que têm interface com a planta de processo, a ANP celebra termo de cooperação com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para a realização de perícias técnicas em unidades marítimas de exploração e produção, com a correspondente emissão de declarações de conformidade. O controle técnico dessa atividade é executado pela ANP por meio da análise dos relatórios das perícias e das declarações de conformidade emitidas pela Marinha do Brasil em nome da ANP e da DPC. A Diretoria de Portos e Costas disponibiliza, na sua página na internet, a relação de todas as instalações periciadas, bem como o sistema informatizado de controle das perícias técnicas realizadas. Em 2011, foram emitidas 663 declarações de conformidade e realizadas 1033 perícias técnicas.

O termo de cooperação foi renovado em 2008, passando a vigorar até novembro de 2013 e fixou o quantitativo de 60, 70, 80, 90 e 100 perícias por mês em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

27.10. EXECUÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICAS EM PETROLEIROS

Com a finalidade de realizar perícias técnicas em petroleiros, foi renovado em dezembro de 2011 o ajuste, sob a forma de Termo de Cooperação, com a Diretoria de Portos e Costas (DPC), para a verificação "in loco" da conformidade das embarcações utilizadas no transporte a granel de petróleo e seus derivados por via aquaviária (longo curso, cabotagem, apoio marítimo e portuário e navegação interior). O Termo de Cooperação passou a vigorar até junho de 2016.

Como resultado da verificação, a Marinha emitirá para cada instalação marítima periciada uma "Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo", documento que atesta a conformidade para operação em águas jurisdicionais brasileiras.

Outros objetivos do termo são o aprimoramento dos procedimentos de auditoria, inspeção e perícias técnicas, a serem utilizados pela Marinha e pela ANP, através de reuniões trabalho e realização conjunta de perícias piloto; a aquisição de equipamentos e meios para a realização das perícias técnicas; e a formação de peritos (componentes da equipe técnica), por meio de cursos e adestramentos.

Inclui-se ainda a prestação de apoio logístico (em terra e aéreo) para ações de fiscalização a serem realizadas pela ANP com foco em requisitos de segurança operacional de sistemas e equipamentos da planta e processo das instalações de produção e de sistemas e equipamentos utilizados nas atividades de perfuração, bem como para a investigação de acidentes ocorridos nas instalações.

27.11. MONITORAMENTO DO TRÁFEGO MARÍTIMO

Tendo como principais objetivos o controle de tráfego dos petroleiros nas Bacias de Campos, Santos e do Espírito Santo, a verificação da presença e abordagem de outras embarcações dentro da área de segurança das plataformas e a verificação da presença de navios sísmicos operando nas áreas autorizadas, foi renovado em dezembro de 2011 o ajuste, sob a forma de Termo de Cooperação, com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para realização de ações de monitoramento e controle do tráfego marítimo nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural. O Termo de Cooperação passou a vigorar até dezembro de 2016 e trouxe o acréscimo do controle “*in loco*” nas Bacias do Ceará e Potiguar, além do já realizado nas Bacias de Campos, Santos e do Espírito Santo.

Através do sistema eletrônico de monitoramento de tráfego marítimo disponibilizado pela Marinha do Brasil em uma *Workstation* nas dependências da ANP, os servidores passaram a ser capazes de identificar e acompanhar em tempo real as embarcações de petróleo e gás natural que são monitoradas pela Marinha do Brasil.

27.12. CONSISTÊNCIA E HOMOGENEIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA AGÊNCIA

Em Abril, a ANP participou de reuniões de trabalho com autoridades do governo no Suriname, com a finalidade de apresentar informações sobre marco regulatório do Brasil para exploração e produção de petróleo e gás, e sobre o desenvolvimento alcançado pelo País no setor. A ANP também participou da Regional Conference ARPEL 2011 no Uruguai, que abordou o desenvolvimento energético sustentável.

No mês de Junho, a ANP apresentou a *Fiscalização de gestão da Segurança Operacional das instalações de perfuração e produção marítimas* na ConMar - Conferência Nacional de Segurança e Proteção Marítima e a *Regulamentação e fiscalização da ANP* no Congresso Brasil Offshore.

Em Agosto, a Agência recebeu convite do governo australiano para apresentar resultado do regime de segurança operacional instituído ANP nas atividades de exploração e produção de óleo e gás no *International Offshore Petroleum Regulators and Operators Summit* e no *Australasian Petroleum Safety Regulators Forum*, ambos realizados em Perth, Austrália. No mesmo mês, a ANP apresentou o *Arcabouço Regulatório de Segurança Offshore - Metodologias & Resultados das Fiscalizações da ANP* no Seminário de Segurança e Saúde Offshore em Macaé e *Atividades relacionadas à perfuração* no IV Fórum Pré-sal.

Visando a troca de experiências e o aprimoramento da regulamentação e das ações de fiscalização da segurança operacional, a ANP e as Agências dos Estados Uni-

dos, Canadá, Reino Unido, Noruega, Holanda, Austrália e Nova Zelândia se reuniram, em outubro de 2011, na Conferência do *International Regulators' Forum* – IRF, em Stavanger, Noruega, para apresentação da regulamentação vigente nos respectivos países, e definição de ações conjuntas a partir de uma abordagem comparativa entre a atuação das Agências em diversos tópicos da segurança *offshore*.

Ainda em Outubro, a ANP apresentou a abordagem de segurança operacional nas plataformas de perfuração e produção no 1º Workshop técnico Brasil - EUA e participou de *Sessão Plenária* sobre o regime regulatório do Brasil para a indústria de Petróleo e Gás Offshore e *Sessão Técnica* com trabalho sobre a relação entre grandes acidentes offshore e as 17 práticas de gestão do regulamento SGSO na OTC Brasil (Offshore Technology Conference).

Durante o mês de Novembro, a ANP participou de Sessão Temática da Indústria do Petróleo e Gás da XVIII JOLASEHT (Jornadas Latino Americanas de Segurança e Higiene no Trabalho) e participou do 8º Seminário sobre Meio Ambiente Marinho onde apresentou o Regulamento Técnico do SGSO.

27.13. ARTICULAÇÃO COM OS AGENTES GOVERNAMENTAIS

a. GET OIT 174

A ANP participa de Grupo de Estudos Tripartite (GET) coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) relacionado à Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 174, que tem por objetivo a prevenção de acidentes industriais maiores que envolvam substâncias perigosas, e a limitação das consequências destes acidentes. A participação iniciou na última reunião do presente ano.

b. GT NR-20

A ANP compôs o Grupo de Trabalho (GT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para revisão da NR-20, referente à armazenagem, transporte e manuseio de líquidos combustíveis e inflamáveis. Durante o ano de 2011, a ANP participou de 05 reuniões, e a minuta da revisão desta Norma Regulamentadora foi concluída pelo GT.

c. PROJETO OURO NEGRO

No segundo semestre de 2011, teve início um trabalho conjunto envolvendo vários órgãos da administração pública, com o intuito de alinhar as ações de fiscalização, definição de escopo de atuação, difusão do conhecimento, aproximação dos órgãos, etc. Participam do projeto a ANP, o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Marinha do Brasil representado pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A ANP participou da ação conjunta de fiscalização realizada na unidade de produção Petrobras 20 (P-20).

28. CONTEÚDO LOCAL

Conteúdo Local é o conjunto de mecanismos que visa o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas, nos projetos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, tendo como principal finalidade a geração de empregos e renda.

Ao longo das rodadas de licitações de blocos exploratórios, a ANP vem atuando no sentido de incentivar e apoiar o fortalecimento e o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços aplicáveis as atividades de E&P de petróleo e gás natural. Desde a 1ª rodada, em 1999, a ANP inclui nos contratos de concessão cláusulas contendo disposições direcionadas a garantir condições equânimes aos fornecedores nacionais em relação aos estrangeiros, nas aquisições de bens e serviços e, desde então, realiza o controle e a fiscalização desses compromissos de conteúdo local.

28.1. FISCALIZAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Em 2011, primando pelo princípio da eficiência, a ANP aprimorou a metodologia de fiscalização de conteúdo local para a fase de exploração e etapa de desenvolvimento da produção, nas Rodadas de 1ª a 6ª, possibilitando maior agilidade aos processos de fiscalização do percentual de conteúdo local assumido pelos concessionários, contratualmente.

Com o aprimoramento da metodologia, foi possível à ANP finalizar, em 2011, 21 processos de fiscalização de conteúdo local, compreendendo 62 blocos, sendo 59 relativos à fase de exploração de blocos com risco exploratório e 3 relativos à fase de avaliação de áreas inativas com acumulações marginais.

Dos blocos fiscalizados em 2011, 47 não atingiram o compromisso contratual mínimo e resultaram na aplicação de multa pecuniária. Nos 15 outros blocos com a fiscalização finalizada, observou-se que foram cumpridos os compromissos contratuais de conteúdo local.

Ao final de 2011, encontravam-se em andamento 15 processos de fiscalização de conteúdo local, compreendendo 31 blocos com risco exploratório e 01 relativo a área inativa com acumulação marginal.

28.2. CERTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Os contratos de concessão, a partir da 7ª Rodada de Licitações, prevêm que os compromissos de conteúdo local firmados entre a ANP e os Concessionários serão comprovados através de certificados de conteúdo local, emitidos por empresas credenciadas junto à ANP.

Com o objetivo de estabelecer condições legais para a implementação das regras e exigências relacionadas à Cláusula de Conteúdo Local dos contratos de concessão, a ANP criou o Sistema de Certificação de Conteúdo Local, definindo os procedimentos para credenciamento de certificadoras de conteúdo local, execução das atividades de certificação, auditoria das certificadoras credenciadas e elaboração do relatório de investimentos locais pelos concessionários.

O processo de Credenciamento das empresas interessadas em executar a Certificação de Conteúdo Local se dá em até 21 áreas de atividade, definidas em resolução, mediante o atendimento de requisitos técnicos e legais.

A Certificação possibilita aos fornecedores a mensuração do percentual de conteúdo local contido nos produtos e serviços fornecidos aos Concessionários para aplicação na exploração de petróleo e gás natural, nos blocos adquiridos a partir da 7ª Rodada de Licitações.

Em 2011 foram emitidos 5.852 certificados, produzindo um total acumulado de 8.553 certificados, desde o início desta atividade. Sendo assim, observa-se que aproximadamente 70% dos certificados emitidos tiveram origem nesse ano.

No ano de 2011, foram credenciadas três novas empresas, que passaram a ser denominadas Certificadoras. Houve também a concessão de extensão de credenciamento a cinco outras Certificadoras que se tornaram aptas a atuar em áreas de atividade a elas até então não permitidas.

Somados os credenciamentos e extensões, no final de 2011 a Agência passou a contar com um total de 20 empresas Certificadoras, de forma que para cada área de atividade, no mínimo, existem 12 Certificadoras em atividade.

A relação de empresas Certificadoras, credenciadas para cada área de atividade, está disponibilizada na página da ANP na Internet, no endereço: <http://www.anp.gov.br/conteudolocal>

Tendo em vista que o sistema de credenciamento da ANP é um processo contínuo, ao final do exercício estavam sendo analisados mais sete processos de solicitação de credenciamento.

Na busca da melhoria contínua do padrão de qualidade das atividades de Certificação, em 2011 foram promovidos treinamentos para empresas credenciadas, visando a correta utilização da cartilha de conteúdo local, que é a ferramenta única de medição do percentual de conteúdo local de bens e serviços. Adicionalmente, tais treinamentos serviram para dirimir dúvidas acerca da correta interpretação da cartilha, e aplicá-la às mais diversas espécies de bens e serviços consumidos na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Buscando promover o crescimento da atividade de Certificação de Conteúdo Local, bem como das demais atividades relacionadas, sob sua atribuição legal, a ANP tem conseguido se fazer representada nos mais importantes eventos nacionais e internacionais promovidos pela indústria.

29. PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis é responsável pelo controle, cálculo, auditoria e da distribuição do pagamento das Participações Governamentais e de Terceiros.

Essa atividade é sustentada nos fundamentos da exatidão dos valores arrecadados e distribuídos, da transparência do processo de arrecadações e distribuição das participações governamentais, da justa distribuição das participações aos beneficiários conforme a legislação vigente e da constante melhoria dos processos executados pela agência.

29.1. ARRECADAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CÁLCULO DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A arrecadação das participações governamentais no exercício de 2011 totalizou R\$ 25,8 bilhões.

Deste montante arrecadado, R\$ 12,98 bilhões refere-se aos royalties distribuídos a 9 estados e 896 municípios, além dos outros beneficiários como o Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial de Participação (FEP).

Com relação à participação especial foi distribuído R\$ 12,64 bilhões para 6 estados, 31 municípios, ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério do Meio Ambiente.

O valor de R\$ 173,2 milhões refere-se ao pagamento de Ocupação ou Retenção de Área, recolhido diretamente à Secretaria do Tesouro Nacional pelas concessionárias, mediante cálculo e cobrança efetuados pela SPG.

Nesse ano não houve recolhimento para Bônus de Assinatura.

Na tabela seguinte, são apresentados os valores das participações governamentais arrecadadas no período de 2002 a 2011 e, no gráfico abaixo, a evolução dessas participações:

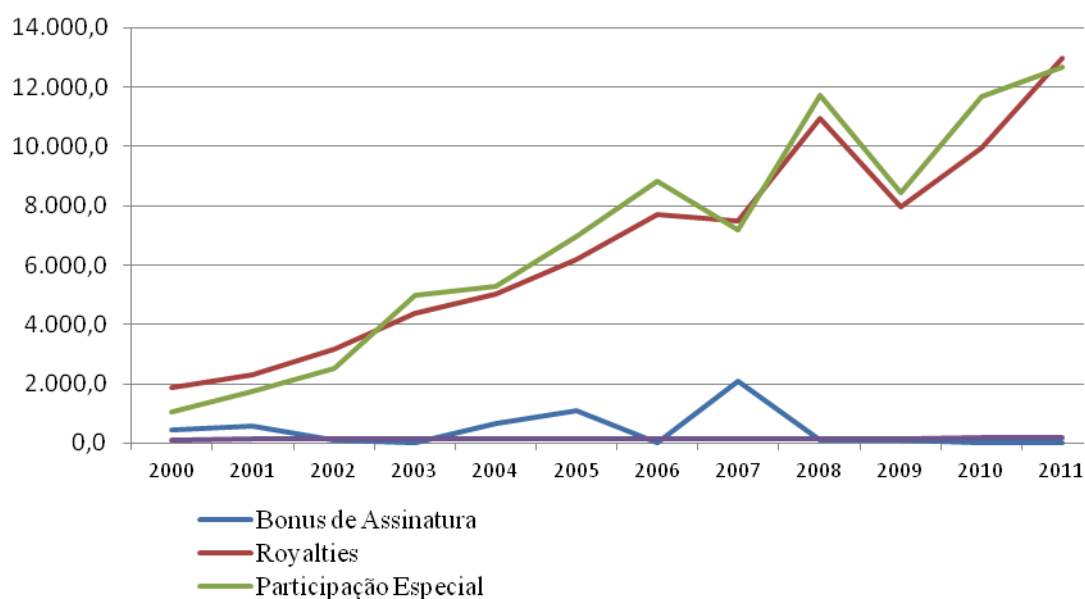
Tabela 29.1. Participações Governamentais de 2002 a 2011 (em R\$ milhões)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Bônus de Assinatura	92,4	27,4	665,4	1.088,8	11,0	2.101,0	89,0	80,2	4,4	0,0
Royalties	3.184,0	4.396,4	5.042,8	6.206,1	7.703,5	7.490,6	10.936,6	7.966,5	9.929,9	12.987,9
Participação Especial	2.510,2	4.997,8	5.272,0	6.967,0	8.839,9	7.177,5	11.646,2	8.452,8	11.670,0	12.649,1
Ocupação/Retenção de Área	146,5	126,2	124,3	130,1	134,6	135,0	139,0	146,0	168,4	173,21
TOTAL	5.933,1	9.547,8	11.104,5	14.392,0	16.689,0	16.904,1	22.810,8	18.654,6	21.772,8	25.810,2

Fonte: SPG

Analisando a arrecadação dos anos de 2010 e 2011, verificou-se um acréscimo na quantidade de 18,54% no total de arrecadação.

Gráfico 29.1. Evolução das Participações Governamentais



Fonte: SPG

29.2. AÇÃO DE TRANSPARÊNCIA, DIVULGAÇÃO DE CÁLCULOS E RESULTADOS

Seguindo a política de transparência da ANP quanto as suas ações, são divulgados periodicamente os resultados dos cálculos e distribuição das participações governamentais e os principais dados relevantes para sua apuração.

Destacam-se na publicação das participações governamentais no site da ANP:

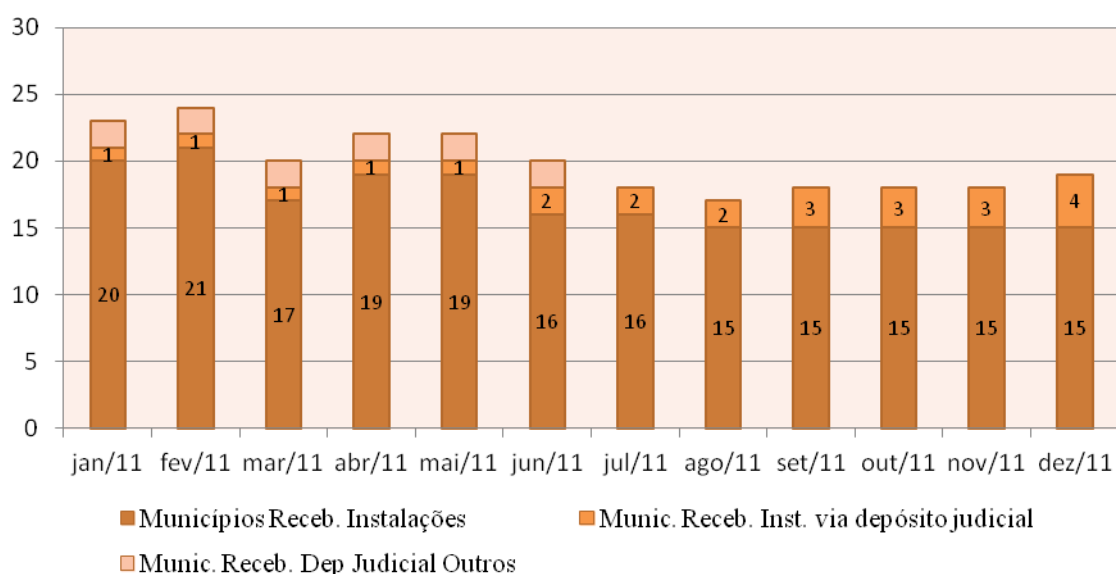
O relatório trimestral de apuração e distribuição da PE (participação especial), o relatório de arrecadação, distribuição das participações governamentais, solicitado pelo Tribunal de Contas da União e a publicação mensal no Diário Oficial da União do volume da produção brasileira de petróleo e gás natural e valores dos pagamentos de royalties realizados pelas concessionárias à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e transferidos pela ANP aos órgãos governamentais, governos estaduais e municipais.

29.3. REPRESENTAÇÕES DOS INTERESSES GOVERNAMENTAIS RELATIVOS AO PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Sendo uma das maiores demandas de atividades no exercício de participações governamentais, entre janeiro e dezembro de 2011, as demandas de processos judiciais envolvendo a distribuição de royalties por instalações de embarque ou desembarque de petróleo e gás natural, conforme previsto na Lei nº 7990/89 e Decreto 01/91, refletem a continuidade, desde o ano de 2007, de esforço contínuo pela reversão de decisões judiciais desfavoráveis à Agência.

No gráfico abaixo, apresentamos a evolução do número de municípios que recebem royalties (parcela de 5%) pelo critério “possuir de instalações de embarque ou desembarque”, em função de decisões judiciais. O número representa os que tiveram decisões favoráveis e não considera a forma e o montante do pagamento (terrestre marítimo ou ambos). O que podemos observar é um contínuo decréscimo do número de decisões desfavoráveis à ANP, de 23 municípios, no início do ano, para 19 municípios em dezembro 2011, sendo que em quatro deles não há pagamento direto, mas sim depósito em conta judicial o qual estará disponível com o julgamento do mérito.

Gráfico 29.2. *Municípios Receptores de Royalties por Decisão Judicial*



Fonte: SPG

O decréscimo de municípios que recebem royalties por decisão judicial se deu devido ao esforço contínuo da ANP para a realização da justa distribuição de participações governamentais aos beneficiários. Neste sentido, tem se tomado atualmente ações como:

- ✓ Maior aproximação com a procuradoria federal.
- ✓ Integração com outras áreas técnicas da agência visando à melhoria da qualidade das defesas dos interesses governamentais.
- ✓ Organização interna das demandas judiciais em processos administrativos específicos para cada município, facilitando a sua análise e organização.

29.4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS

Conforme os termos da Portaria ANP nº 234/2003 foram aplicados 13 autos de infração pelo descumprimento de obrigações contratuais e legais. Ressalta-se que 7 foram decorrentes das ações de vistoria IDE (Instalações de Embarque e Desembarque) nas quais foram detectadas a não prestação ou prestação incorreta de informações sobre movimentação de hidrocarbonetos. As ações de auditoria de Participação Especial resultaram em 5 autos de infração pelo não recolhimento de royalties dentro dos prazos previstos em lei.

As vistorias em instalações foram as atividades com o maior crescimento em número de processos abertos no exercício de 2011. Foram realizadas no total 29 vistorias em instalações de apoio, instalações da TRANSPETRO e instalações de embarque e desembarque (Movimentação de Hidrocarbonetos). Isso contribuiu para ganharmos eficiência na atualização do banco de dados de Instalações de Apoio e Embarque e Desembarque cuja importância se traduz no enquadramento de municípios quanto à classificação na Zona de Produção Principal.

29.5. DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE AÇÕES ORGANIZACIONAIS

Em consonância com as metas e desafios organizacionais estabelecidos para o ano de 2011, destacamos as seguintes ações:

- ✓ Implantação do controle de gestão.
- ✓ Implantação de sistema periódico de relatórios de gestão do desempenho.
- ✓ Controle das atividades de distribuição de royalties e distribuição de Participações Especiais.
- ✓ Auditorias de preço mínimo de petróleo e preço de referência de gás natural.
- ✓ Auditoria de PE, vistoria e fiscalização IDE e movimentação de hidrocarbonetos.
- ✓ Elaboração de manuais de procedimentos.
- ✓ Maior interação com os concessionários através das do informativo para contratação das análises de petróleo previstas na Resolução ANP nº 24/2011.

30. DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Lei nº 9.478, de 06/08/97, estabelece, em seu artigo 8º, inciso X, a obrigação da ANP de estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias para o setor de petróleo e gás natural. Para cumprir esta atribuição, a ANP desenvolve as seguintes atividades:

- a) Gestão do Programa de Formação de Recursos Humanos – PRH-ANP – destinado à formação de recursos humanos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis;
- b) Gestão das Cláusulas de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constantes nos contratos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, que estabelecem a obrigatoriedade de que as empresas petrolíferas realizem investimentos em P&D.

A seguir, serão detalhadas as ações da ANP, ao longo do ano de 2011, no âmbito destas duas atividades principais.

30.1. PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS DA ANP PARA O SETOR PETRÓLEO E GÁS NATURAL – PRH-ANP

O Programa de Recursos Humanos da ANP (PRH-ANP), iniciado no ano de 1999, tem por objetivo incentivar a formação de recursos humanos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, por meio da concessão de bolsas de estudo destinadas a estudantes de nível superior¹ em cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado, que incluem disciplinas específicas e linhas de pesquisa de interesse da indústria petrolífera. Atualmente, 45 programas estão em execução em 27 instituições de ensino superior localizadas em 16 estados da federação, com ênfase nas engenharias (do petróleo, química, mecânica, metalúrgica, dos materiais), geociências (geologia e geofísica), direito, economia, matemática e química.

O PRH-ANP é apoiado com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, no âmbito do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural - CTPETRO, por intermédio de convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e por recursos do concessionário PETROBRAS que, a partir de 2009, passou a alocar recursos provenientes da obrigação de investimento em P&D no programa PRH-ANP.

A tabela a seguir registra a evolução no número de bolsas concedidas e o volume de recursos destinados ao programa no período 1999-2011.

¹ Em 2001, contando com financiamento de recursos orçamentários da ANP, foi implantado o PRH-ANP/Nível Técnico, cujas atividades foram descontinuadas a partir de 2004. Nesse período foram concedidas 813 bolsas, correspondendo a um aporte de recursos de R\$ 5.347.199,00.

Tabela 30.1. Alocação de recursos e número de bolsas concedidas – PRH-ANP: 1999-2011(R\$ milhões)

Ano	PRH-ANP Nível Superior		
	Nº de Bolsas ^{(a) (b)}	Recursos CTPETRO	Recursos PETROBRAS ^(c)
1999-2006	3.053	112,6	-
2007	720	27,0	-
2008	-	19,4	-
2009	830	20,0	6, 7
2010	407	20,5	8,1
2011	712	-	30,0
Total	5.722	199,5	44,8

Fonte: CDT/ANP

^(a) Nos anos de 2005 e 2008 não foram concedidas novas bolsas; os recursos aportados nestes anos foram destinados apenas para manutenção das bolsas vigentes.

^(b) As bolsas de graduação e mestrado têm duração de 24 meses e as bolsas de doutorado têm duração de até 48 meses.

^(c) Os recursos aportados pelo concessionário PETROBRAS prevêm o pagamento das bolsas por 24 meses.

Conforme pode ser observado na tabela acima, em 2011 foram concedidas 712 bolsas e o aporte de recursos para o programa foi de R\$ 30 milhões, registrando-se o fato de não ter havido destinação de recursos por parte do CTPETRO, tendo o referido aporte sido realizado em caráter exclusivo pelo concessionário PETROBRAS.

O PRH-ANP é avaliado anualmente por meio de reuniões dos coordenadores e professores visitantes de todos os programas, com a participação da ANP, e da Reunião Anual de Avaliação, quando os trabalhos desenvolvidos no âmbito do programa são apresentados pelos bolsistas, em forma oral ou em pôsteres. Os trabalhos são avaliados por especialistas da ANP e de outras entidades do setor de petróleo e gás.

No ano de 2011, a avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos bolsistas ocorreu no âmbito do 6º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás - PDPETRO, realizado no período de 9 a 13 de outubro de 2011. Foram avaliados, no total, 120 trabalhos de alunos bolsistas.

De um total de 343 alunos formados em nível superior, contabilizados na última avaliação, o índice de aproveitamento do programa foi de 82%, sendo que 140 foram absorvidos pelas empresas do setor de petróleo e gás natural, atingindo um índice de empregabilidade de 41%, e 142 estão fazendo seqüenciamento acadêmico, índice que também corresponde a 41%. Tais indicadores refletem um resultado bastante positivo para o programa.

30.1.2. CLÁUSULA DE INVESTIMENTOS EM P&D

Os contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, assinados a partir do ano de 1998, contêm cláusula estabelecendo a obrigatoriedade de que as empresas petrolíferas realizem despesas qualificadas como P&D em valor equivalente a 1% da receita bruta de produção dos campos sujeitos ao pagamento de participação especial. De acordo com a referida cláusula, no mínimo 50% do montante da obrigação deve ser investido em instituições de pesquisa credenciadas pela ANP, ficando facultada a aplicação da parcela que exceder aquele limite em despesas qualificadas como P&D realizadas nas instalações do concessionário ou contratadas junto a empresas nacionais.

No caso do contrato de cessão onerosa, previsto na Lei nº 12.276/2010, a obrigação estabelecida equivale a 0,5% da receita bruta anual gerada nos campos abrangidos.

dos pelo referido contrato, sendo que os recursos devem ser investidos, em caráter exclusivo, em instituições de pesquisa e desenvolvimento credenciadas.

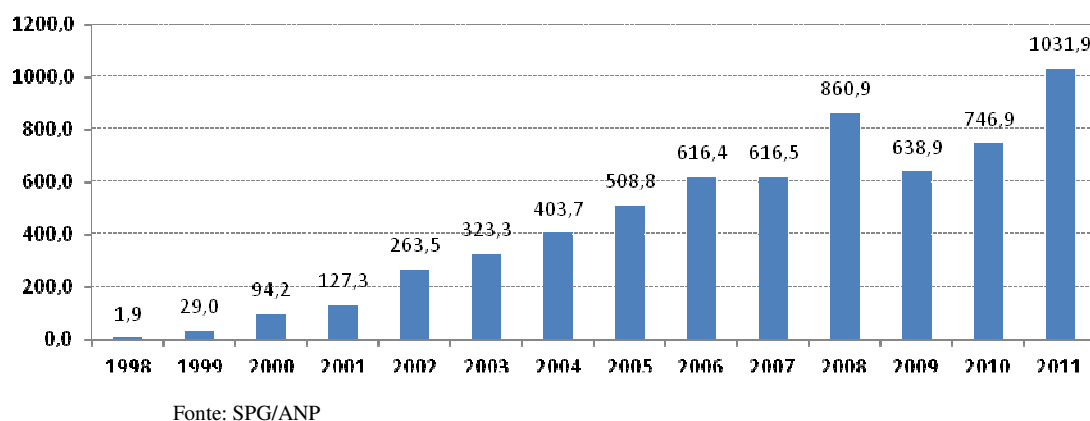
A Cláusula de Investimentos em P&D foi regulamentada por meio dos seguintes instrumentos:

- a. Resolução ANP nº 33/2005, que aprovou o Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, que estabelece as diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos, define as despesas sujeitas à autorização prévia e disciplina as regras para fiscalização dos investimentos em P&D;
- b. Resolução ANP nº 34/2005, que aprovou o Regulamento Técnico ANP nº 6/2005, que dispõe sobre os requisitos e procedimentos para credenciamento das Instituições de P&D.

30.1.3. OBRIGAÇÃO DE INVESTIMENTO EM P&D

Os valores anuais da obrigação de investimento em P&D, relacionados aos contratos de concessão, podem ser observados no gráfico a seguir..

Gráfico 30.1. Obrigação de investimento em P&D – Contratos de Concessão - Período 1998-2011 (R\$ milhões)



O valor acumulado da obrigação de investimento em P&D, no período de 1998 a 2011, é de R\$ 6.263 milhões de reais, sendo o concessionário PETROBRAS responsável por 98,6% do montante total dos recursos a serem aplicados em P&D, o que equivale a um valor acumulado de R\$ 6.175 milhões em todo o período. A participação de outros concessionários em relação ao montante total dos recursos a serem aplicados em P&D ainda é pequena, totalizando R\$ 88 milhões em todo o período, ou 1,4% da obrigação acumulada, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 30.2. Obrigação de investimento em P&D – Demais Concessionários (R\$ milhões)

Concessionário	Campo	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
SHELL	Bijupirá/Salema	11,1	2,3	-	-	-	-	-	-	13,4
REPSOL/SINOPEC	Albacora Leste	-	-	2,6	6,3	7,1	4,3	4,2	3,7	28,2
QUEIROZ GALVÃO	Manati	-	-	-	-	-	1,1	2,9	2,1	6,1
RIO DAS CONTAS		-	-	-	-	-	0,2	0,6	0,5	1,3
BRASOIL MANATI		-	-	-	-	-	0,2	0,6	0,5	1,3
BP DO BRASIL	Polvo	-	-	-	-	-	-	1,9	-	1,9
MAERSK OIL		-	-	-	-	-	-	1,3	-	1,3
CHEVRON DO BRASIL	Frade	-	-	-	-	-	-	-	23,0	23,0
FRADE JAPÃO		-	-	-	-	-	-	-	8,1	8,1
BG	Lula	-	-	-	-	-	-	-	2,5	2,5
PETROGAL		-	-	-	-	-	-	-	1,0	1,0
Total		11,1	2,3	2,6	6,3	7,1	5,8	11,5	41,4	88,1

Fonte: SPG/ANP

No ano de 2011, o valor total da obrigação de P&D foi de R\$ 1.031,9 milhões (ver gráfico acima). Deste total, o concessionário PETROBRAS contraiu a obrigação de aplicar R\$ 990,5 milhões em P&D. A parcela da obrigação relativa aos demais concessionários foi de R\$ 41,4 milhões (ver tabela acima).

30.2. AUTIZAÇÃO PRÉVIA

De acordo com o item 8.2 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, determinados tipos de despesas podem ser admitidas para cumprimento da obrigação de investimento em P&D, somente mediante autorização prévia da ANP. Cabe aos concessionários submeter os projetos de interesse à ANP e a esta proceder a análise técnica dos projetos submetidos à autorização prévia, verificando seu enquadramento nos requisitos estabelecidos pela regulamentação.

No ano de 2011 foram concedidas autorizações prévias para despesas em 152 projetos, no montante total de R\$ 255,9 milhões. Do total de projetos autorizados, 97% foram submetidos pelo concessionário PETROBRAS e apenas 5 projetos, com despesas autorizadas na ordem de R\$ 6 milhões, são referentes a outros concessionários (CHEVRON, STATOIL e BG). A distribuição dos projetos em relação ao tipo de despesa autorizada pode ser visualizada na tabela a seguir.

Tabela 30.3. Projetos Autorizados por tipo de despesas (R\$ mil)

Tipo de Despesa (RT ANP 5/2005)	Despesas Autorizadas						Acumulado no Período 2006-2011			
	2006-2009		2010		2011		Projetos		Valor Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	%	Valor	%
Gestão Tecnológica	2	527,2	3	2.339,6	1	445,1	6	0,7	3.311,9	0,1
Formação de Recursos Humanos	11	264.317,1	10	199.690,4	59	126.455,5	80	9,2	590.462,9	25,2
Infra-estrutura Laboratorial	504	1.360.254,3	77	154.777,2	78	112.788,7	659	76,2	1.627.820,2	69,5
Pessoal Adm. e Técnico-operacional	2	4.942,7	0	0	0	0	2	0,2	4.942,7	0,2
P&D em TIB	16	14.718,1	2	508,1	5	3.183,0	23	2,7	18.409,2	0,8
P&D em Energia	68	59.880,5	18	24.381,6	9	13.080,9	95	11,0	97.343,0	4,2
Total	603	1.704.639,9	110	381.696,9	152	255.953,2	865	100,0	2.342.289,9	100,0

Fonte: CDT/ANP

Observa-se, inicialmente, uma redução no valor total autorizado no ano de 2011, em relação ao ano de 2010. Ao mesmo tempo, registra-se que o valor autorizado referente aos projetos de infra-estrutura laboratorial corresponde a 44% do total, o que demonstra uma sensível redução da participação deste tipo de projeto em relação aos anos anteriores, considerando o valor acumulado que atinge 70% do total.

Por outro lado, 49% do valor autorizado em 2011, ou R\$ 126,5 milhões, são relativos a despesas com a formação de recursos humanos, apresentando significativo aumento em relação ao valor acumulado (25%). Vale ressaltar que os valores autorizados para formação de recursos humanos no ano de 2011 abrangem os projetos submetidos pelo concessionário PETROBRAS para alocação de recursos nos programas PRH-ANP, no valor de R\$ 29,4 milhões, e os projetos relativos ao Programa PETROBRAS de Formação de Recursos Humanos – PFRH, sendo R\$ 35 milhões autorizados para o PFRH – Nível Superior e R\$ 61,9 milhões para o PFRH – Nível Técnico. Na comparação com 2010, no que se refere aos recursos destinados à formação de recursos humanos, cabe destacar que 60% do valor total autorizado, no montante de R\$ 120,0 milhões, estavam relacionados ao Plano Nacional de Qualificação Profissional do Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo – PNQP/PROMINP, e a parcela restante, no montante de R\$ 79,7 milhões, foi alocada no PRH-ANP e no PFRH. Houve, portanto, como se pode constatar, um incremento significativo dos recursos destinados a esses dois programas em 2011.

30.3. FISCALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os concessionários devem encaminhar à ANP, anualmente, relatório completo das despesas realizadas para cumprimento da obrigação de P&D contraída no exercício anterior. A ANP realiza a análise técnica dos relatórios demonstrativos, verificando o enquadramento ou não das despesas realizadas, podendo fazer visitas técnicas às instalações dos concessionários ou das instituições onde foram executadas as atividades de P&D, bem como solicitar informações adicionais sobre os dados constantes nos relatórios demonstrativos anuais.

Ao final do processo de análise das despesas realizadas, é elaborado Parecer Técnico conclusivo, submetido à apreciação da Diretoria Colegiada para fins de deliberação sobre o valor reconhecido dos investimentos realizados no período anterior e, se for o caso, sobre o valor do saldo apurado, que deve ser reinvestido nos períodos seguintes.

A tabela a seguir fornece o número de projetos e valores declarados nos relatórios demonstrativos mais recentes encaminhados pelos concessionários.

Tabela 30.4. Número de projetos e valor declarado para cumprimento da obrigação (R\$ milhões)

Concessionário	Despesas declaradas para cumprimento da obrigação							
	Valor							Nº de Projetos
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	2005-2010
PETROBRAS ^(a)	158,5	443,2	356,9	465,1	556,9	509,6	2490,2	2787
PETROBRAS (Em análise) ^(b)	33,2	109,7	145,7	125,9	78,8	21,9	515,2	636
SHELL ^(c)	-	3,6	2,9	11,0	6,9	1,4	25,8	12
REPSOL	-	1,7	7,2	7,3	4,3	3,4	23,9	13
BG ^(d)	-	-	-	-	-	1,4	1,4	2
STATOIL ^(d)	-	-	-	-	3,0	5,7	8,7	2
CHEVRON ^(d)	-	-	-	-	-	0,1	0,1	1

Fonte: CDT/ANP

(a) Refere-se apenas a despesas declaradas nos projetos realizados junto às instituições de pesquisa e desenvolvimento.

(b) Projetos selecionados para fiscalização nos relatórios demonstrativos 2007, 2008 e 2009.

(c) O concessionário Shell apresentou obrigação de investimento em P&D apenas nos anos de 2004 e 2005, mas a comprovação das despesas realizadas se estendeu aos anos seguintes.

(d) Os concessionários BG, Statoil e Chevron não apresentaram obrigação de investir em P&D, mas vem realizando despesas em P&D antecipadamente, a fim de abater tais valores de obrigações de investimento futuras.

O processo de fiscalização das despesas realizadas em P&D apresenta algumas dificuldades decorrentes, em parte, do modelo de relatório demonstrativo previsto no regulamento, que trata de despesas realizadas nos projetos de forma fragmentada e descontínua, segmentada para cada exercício, ao passo que os projetos de P&D têm sua execução prolongada durante vários exercícios, fazendo com que as informações referentes a um mesmo projeto sejam apresentadas em dois ou mais relatórios demonstrativos. Esse modelo traz prejuízos ao processo de análise técnica, na medida em que dificulta a avaliação sobre a correlação existente entre os recursos repassados, as despesas efetivadas, as atividades realizadas e os resultados alcançados ao longo de todo o período de execução dos projetos.

Por conta dessas dificuldades, acrescidas do elevado número de projetos que compõem os relatórios demonstrativos encaminhados à ANP, em especial aqueles referentes ao concessionário PETROBRAS (ver tabela anterior), e da baixa qualidade das informações encaminhadas, a emissão de parecer conclusivo sobre os relatórios tem se prolongado, e o processo de fiscalização das despesas atualmente tem a configuração retratada na tabela a seguir.

Tabela 30.5. Processo de fiscalização dos relatórios demonstrativos de despesas

Concessionário	Ano de referência da obrigação													
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PETROBRAS														
REPSOL/SINOPEC														
SHELL														
QUEIROZ GALVÃO														
BRASOIL MANATI														
RIO DAS CONTAS														
BP DO BRASIL														
MAERSK OIL														
CHEVRON DO BRASIL														
FRADE JAPÃO														
BG														
PETROGAL														
STATOIL														



Homologado



Em análise



Não encaminhado à ANP



A ser encaminhado em 2012

Fonte: CDT/ANP

Considerando os problemas reportados, o processo de análise técnica dos relatórios passou a priorizar os projetos já finalizados, para os quais é possível a emissão de parecer conclusivo acerca das atividades e despesas realizadas, com homologação definitiva de valores para cumprimento da obrigação. Contudo, de forma a não desconsiderar os investimentos realizados pelos concessionários, o novo processo prevê a aceitação provisória de despesas realizadas em projetos em andamento que, a princípio, atendam à regulamentação, ficando a homologação definitiva sujeita às informações fornecidas quando da conclusão do projeto.

No ano de 2011, foi iniciado o trabalho de análise dos projetos concluídos apresentados nos relatórios demonstrativos do concessionário PETROBRAS, referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009, o que corresponde ao número de 636 projetos, no montante de R\$ 516 milhões. Além disso, estão sendo revistos alguns aspectos do parecer referente aos anos de 2005 e 2006, no intuito de compatibilizar a metodologia de a-

nálise dos projetos nos diferentes anos. Em 2011 também foi concluído o processo de análise técnica dos relatórios demonstrativos de 2009 dos concessionários

s SHELL, REPSOL e STATOIL, com previsão de encaminhamento para deliberação pela Diretoria Colegiada no 1º trimestre de 2012, enquanto os relatórios demonstrativos de 2010, que abrangem também o concessionário PETROBRAS, terão sua análise iniciada somente em 2012. Os demais concessionários com obrigação de investimento em P&D no ano de 2009 (QUEIROZ GALVÃO, RIO DAS CONTAS E BRASOIL MANATI) e no ano de 2010 (QUEIROZ GALVÃO, RIO DAS CONTAS, BRASOIL MANATI, BP DO BRASIL E MAERSK OIL) não apresentaram relatório demonstrativo para comprovação das despesas no prazo regulamentar.

A ANP também está trabalhando na revisão do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, na busca de aperfeiçoá-lo à luz da experiência acumulada em seis anos de implementação, além de adequá-lo à realidade do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, considerando as mudanças ocorridas nos últimos anos. No ano de 2011 foi elaborada uma minuta preliminar da nova regulamentação, que teve por intuito adequá-la aos novos contratos de concessão, cessão onerosa e partilha de produção (em elaboração), preencher lacunas existentes no atual regulamento e redefinir a metodologia de análise dos projetos de P&D, incorporando também as experiências de outros processos de avaliação semelhantes (P&D ANEEL, Lei de Informática, etc.).

30.4. CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE P&D

O credenciamento das instituições de pesquisa e desenvolvimento junto à ANP constitui condição essencial para que o concessionário possa destinar recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D às mesmas. O processo de credenciamento representa o reconhecimento formal, por parte da ANP, de que a instituição possui competência técnica para atuar em áreas de relevante interesse para o setor na formação de recursos humanos, e de que possui, também, infra-estrutura e condições operacionais adequadas para a execução das atividades de P&D.

O artigo 4º da Resolução nº 33/2005 estabeleceu, em caráter temporário, e até que a ANP tivesse um conjunto de instituições credenciadas, que o concessionário poderia realizar despesas em P&D nas instituições que tivessem recebido recursos financeiros do CTPETRO. Esse mecanismo permitiu que os investimentos em P&D continuassem a ser realizados normalmente, enquanto a ANP criava as condições internas para implantar efetivamente o processo de credenciamento.

No ano de 2011 foi concluída a proposta final de revisão do atual regulamento e seus anexos, consolidada na Resolução de Diretoria 1098/2011, de forma a conferir maior agilidade ao processo de credenciamento e adequá-lo à realidade das instituições de ensino e pesquisa nacionais. As mudanças consistem, basicamente, na forma de solicitação e concessão do credenciamento, que passa a ser por unidade de ensino ou unidade de pesquisa, que deverão especificar as linhas de pesquisa em que atuam ou os cursos oferecidos no âmbito de áreas, temas e sub-temas de importância para o setor de petróleo, gás natural, biocombustíveis e outras fontes de energia, meio ambiente e indústria petroquímica de primeira e segunda geração. Além disso, deverão ser registradas informações relativas ao corpo técnico, infraestrutura laboratorial existente e experiência técnica (projetos executados, participação em grupos de pesquisa, patentes depositadas, etc). Tais mudanças permitirão que a ANP passe a dispor de um banco de dados detalhado sobre todas as instituições de P&D atuantes no setor.

As mudanças prevêm, ainda, a simplificação na documentação exigida e a introdução de um sistema informatizado – SIPED, já finalizado em 2011, o que tornará o processo de credenciamento mais célere e eficaz sob o ponto de vista operacional, além

de incorporar as experiências de outros sistemas de avaliação e credenciamento já adotados pelo MCT e pelo MEC.

Por conta das modificações na regulamentação e da expectativa de introdução do sistema no processo de credenciamento, no ano de 2011 foram concedidos 12 credenciamentos a instituições de P&D, abrangendo apenas as “instituições entrantes”, ou seja, não contempladas pelo artigo 4º da Resolução ANP nº 33/2005 e que necessitam do credenciamento para receber recursos oriundos da Cláusula de Investimento em P&D. Vale ressaltar que as demais instituições, contempladas no critério estabelecido pelo artigo 4º da Resolução ANP nº 33/2005, permanecem aptas a receberem o recurso até que a nova regulamentação seja implementada.

31. MEIO AMBIENTE

31.1. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Visando à articulação com os agentes governamentais e econômicos referente às questões ambientais, a ANP acompanhou as discussões para a definição de políticas públicas na área ambiental, relacionadas com a sua atuação, ocorridas ao longo do ano de 2011. Este acompanhamento se deu através da indicação de representantes institucionais em fóruns de discussão temática em âmbito interministeriais ou interinstitucionais nacionais e estaduais.

A participação dos representantes indicados pela ANP ocorreu de forma articulada entre as áreas que possuem afinidade com os temas em discussão nos diversos fóruns. Assim, foi estabelecida uma dinâmica de troca de informações, de maneira que a Coordenadoria de Meio Ambiente da ANP acompanhasse o andamento dos trabalhos nesses fóruns, sendo responsável pela definição dos posicionamentos assumidos em nome da Agência, com o objetivo de influenciar na criação de políticas e regulamentações que incorporem a realidade do setor de petróleo e gás e reflitam os interesses da sociedade e do mercado.

31.1.1. ELABORAÇÃO DE AGENDA AMBIENTAL DA ANP

Durante o ano de 2011 a ANP trabalhou na continuidade da elaboração de sua Agenda Ambiental, onde estão previstos 9 objetivos, divididos entre 3 (três) de caráter estruturante e 6 (seis) de caráter técnico funcional. O trabalho encontra-se na fase de definição das ações decorrentes de cada um dos objetivos, das áreas responsáveis pela ordenação dos mesmos e da priorização de cada um deles.

31.1.2. COLABORAÇÃO COM O PLANO NACIONAL DE OUTORGA FLORESTAL - PAOF

Colaboração da ANP ao Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (SFB/MMA) através da indicação das áreas de interesse para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás como subsídio para a elaboração do Plano Nacional de Outorga Florestal 2012. Este trabalho visa evitar conflitos entre as áreas de interesse do setor de petróleo e gás e as florestas públicas a serem concedidas.

31.1.3. DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE NÃO CONFORMIDADES DE ASPECTOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS EM AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DA ANP

Interlocução com os órgãos estaduais de meio ambiente dos estados da Bahia (INEMA), Sergipe (ADEMA) e Rio Grande do Norte (IDEMA) para definição de pro-

cedimento de comunicação de não conformidades de aspectos ambientais identificadas durante ações de fiscalização das áreas técnicas da ANP.

Ficou definida inicialmente que a comunicação será feita através do encaminhamento de ofícios da ANP para os órgãos ambientais dos estados onde se localizam as atividades fiscalizadas para conhecimento e providências. Este procedimento deve prosseguir de maneira a se obter uma formalização do processo, através do estabelecimento de convênios ou de outros instrumentos cabíveis.

31.2. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS INTERMINISTERIAIS E INTERINSTITUCIONAIS

31.2.1. INVENTÁRIOS NACIONAL DE FONTE MÓVEIS

Em 2011, foi publicada a Portaria MMA Nº 386, de 03/10/2011, que instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de definir metodologia de referência, apoiar a elaboração de inventários de emissões atmosféricas por fontes móveis adequados à escala local e regional, bem como propor as bases instrumentais e normativas que permitam a atualização contínua e sistemática dos inventários futuros. O referido GT é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e inclui a ANP em sua composição. Aconteceram três reuniões do grupo durante o ano de 2011, cujo foco foi a discussão da metodologia para atualização do inventário de emissões publicado em 2010, bem como dos fatores de emissões a serem utilizados na consolidação do inventário de emissões atmosféricas de 2011.

31.2.2. PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA (PNC)

Em 2011, houve a retomada das discussões sobre o decreto que institui o Plano Nacional de Contingência (PNC) por vazamento de óleo e derivados em águas sob jurisdição nacional, conforme convocação realizada pelo Ministério das Minas e Energia (MME). Um grupo de trabalho informal, formado por membros do MME, MMA, Marinha, IBAMA e ANP realizaram cinco reuniões com o objetivo de promover adequações a uma minuta de decreto elaborada no ano de 2010. O foco principal dos trabalhos foi a incorporação da ANP como integrante da coordenação operacional do PNC, ao lado do IBAMA e da Marinha. Uma vez publicado o decreto ora em discussão, a ANP passará a assumir o papel de coordenador operacional do PNC para situações específicas de ocorrência de incidentes de poluição por óleo derivados de instalações de exploração e produção de petróleo e gás natural.

31.2.3. PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE CO₂ NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

A ANP, através da Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), participou de grupo técnico interinstitucional responsável pela organização do Primeiro Congresso Brasileiro de CO₂ na Indústria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. No ano de 2011, a ANP, como integrante dos comitês organizador e técnico, teve papel marcante nos trabalhos para a preparação do referido congresso. O Primeiro Congresso Brasileiro de CO₂ foi realizado no período entre 18 a 20/04/2011, no Rio de Janeiro, e contou com a participação de especialistas e empresas de petróleo e gás nacionais e estrangeiros que discutiram e apresentaram trabalhos relacionados ao desenvolvimento tecnológico em captura, transporte, armazenamento e conversão de CO₂.

31.3. ATIVIDADES TÉCNICAS

31.3.1. ELABORAÇÃO DE *CHECK-LISTS* DE MEIO AMBIENTE PARA APOIO ÀS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE E&P *ONSHORE*

Ao longo dos anos de 2010 e 2011, a ANP responsabilizou-se pela elaboração de *check-lists* de Meio Ambiente para apoio às fiscalizações das atividades de E&P *onshore* (Protocolo Ambiental de Fiscalização das Atividades de Produção *Onshore* de Petróleo e Gás Natural). Esta iniciativa sistematiza o levantamento dos aspectos ambientais a serem avaliados em fiscalizações em campo. Ademais, fortalece a atuação ambiental desta ANP, conforme definido na Lei do Petróleo. Durante o ano de 2011, os esforços foram direcionados no sentido de validar o conteúdo dos *check-lists*, através de fiscalizações de campo, em conjunto com as superintendências responsáveis pela regulação das ações fiscalizadas.

31.3.2. CRIAÇÃO DO SISTEMA DE LICENÇAS AMBIENTAIS - WEBSLAM

A ANP desenvolveu o Sistema de Licenças Ambientais, em formato WEB, denominado WEBSLAM. Trata-se de um sistema que disponibiliza um espaço georreferenciado com as informações relacionadas aos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, localizados nas bacias sedimentares brasileiras. O referido sistema foi alimentado com dados de arquivos em formato *shape* das áreas objeto do licenciamento ambiental, e de informações sobre o processo de licenciamento dos blocos e campos marítimos licenciados pelo IBAMA nos anos de 2000 até 2010.

31.3.3. INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Em um esforço para tornar-se centro de referência da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis em informações relativas às emissões de gases de efeito estufa, a ANP iniciou um trabalho de levantamento e análise bibliográfica sobre as metodologias de consolidação de inventários e fatores de emissão dos principais gases de efeito estufa para a consolidação, em futuro próximo, de um inventário que permita determinar com boa precisão as contribuições desta indústria para as emissões de GEE.

31.3.4. FISCALIZAÇÃO

No ano de 2011 houve intensa participação de técnicos da ANP nas ações de fiscalização das atividades reguladas pela Agência nas áreas do *upstream* e *downstream*, buscando identificar práticas inadequadas de concessionários e agentes autorizados, e minimizar os impactos ambientais derivados de eventual prática inadequada.

Foram realizadas 17 ações de fiscalização onde os aspectos ambientais foram observados, através da aplicação de Protocolos Ambientais de Fiscalização das Atividades de Produção *Onshore* de Petróleo e Gás Natural que além de fazerem parte das ações fiscalizatórias sistemáticas das áreas responsáveis também envolveram a atuação da ANP no sentido de verificar práticas inadequadas apontadas pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, como foi o caso da fiscalização da Fazenda Engenho D'água, Campo de Dom João Terra, no estado da Bahia.

31.3.5. SOBREVÔO A ÁREA DO VAZAMENTO DE ÓLEO DECORRENTE DE INCIDENTE EM POÇO DO CAMPO DE FRADE – BACIA DE CAMPOS

Participação, juntamente com equipe da Marinha do Brasil, em sobrevôos realizados na área do vazamento de óleo decorrente de incidente em poço do Campo de Frade, da operadora Chevron, na Bacia de Campos, RJ.

31.3.6. ATIVIDADES PREPARATÓRIAS PARA ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS

Foi realizada uma análise do material encaminhado à ANP pelas operadoras *offshore* em atividade nas bacias marítimas brasileiras, tendo como foco os Planos de Emergências Individuais (PEIs) de cada empreendimento. O referido material foi analisado com o objetivo de identificar possíveis fragilidades desses documentos e recomendar ações no sentido da sua melhoria. Foram ainda desenvolvidas como atividades preparatórias para atendimento a emergências decorrentes de incidentes com derrames de óleo, participações de técnicos da ANP em treinamentos que contemplaram aspectos preventivos e corretivos de derrames de óleo no mar e técnicas de monitoramento e limpeza da costa.

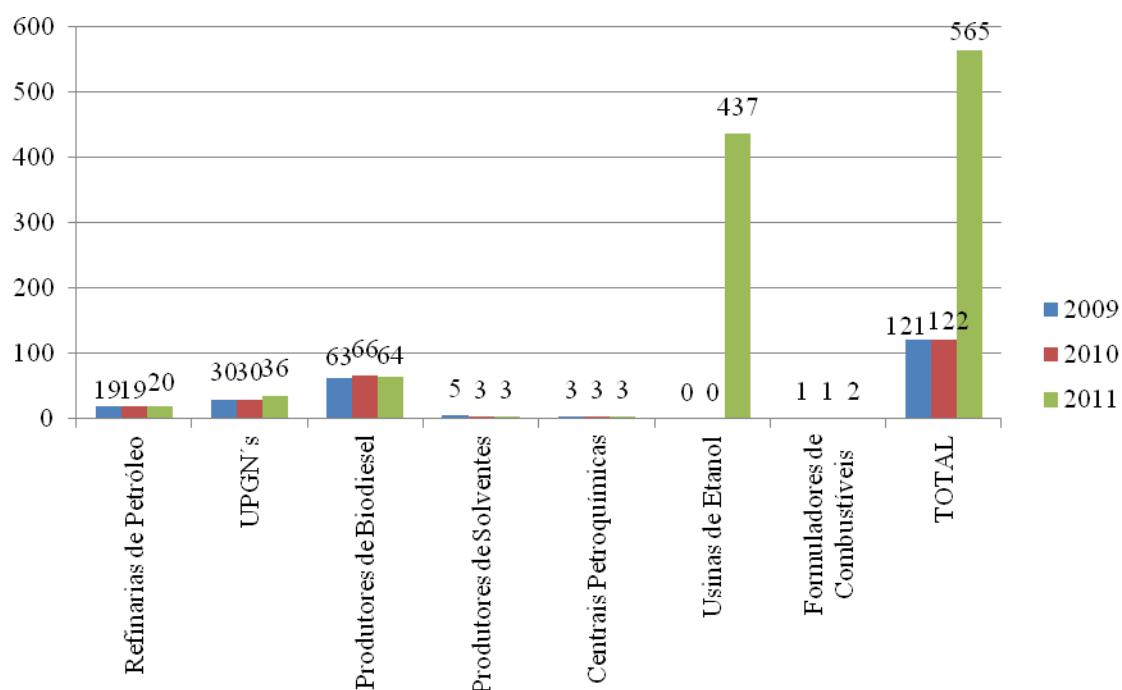
32. REFINO DE PETRÓLEO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIODIESEL

Durante o ano de 2011, muitas mudanças ocorreram no segmento de etanol. Em 29 de abril de 2011, foi publicada no DOU a Medida Provisória nº 532, depois convertida na Lei nº 12.490/2011, que acresce e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e dá outras providências. Diante disso, o etanol deixou de ser um produto agrícola e passou a ser considerado efetivamente um combustível, e a ANP tornou-se responsável pela regulação e pela fiscalização de cerca de 430 instalações industriais produtoras de etanol com capacidade de produção de cerca de 28.000.000 (vinte e oito milhões) de m³ de etanol por ano.

Após o fechamento deste exercício, a ANP contabilizou 565 agentes econômicos produtores de combustíveis, denominados: Refinarias de Petróleo, Unidades de Processamento de Gás Natural – UPGN, Produtores de Biodiesel, Produtores de Solventes, Centrais de Matérias-Primas Petroquímicas, Formuladores de Combustíveis e Usinas de Etanol.

Comparado aos anos anteriores, nota-se que o ano de 2011 trouxe um aumento significativo no número de agentes regulados, devido a essa nova atribuição entregue a ANP, conforme indicado no Gráfico 13.1.

Gráfico 32.1. Número de Produtores de Combustíveis Autorizados pela ANP



Fonte: SRP/ANP

32.2. REGULAMENTAÇÃO

Durante o ano de 2011, foram constatados os ganhos com a publicação das Resoluções ANP nº 16 e 17, de 10 de junho de 2010, que regulam, respectivamente, a atividade de refino de petróleo e o processamento de gás natural, em substituição à Portaria ANP nº 28/1999. A nova regulação permitiu a separação entre as atividades, o que tornou o processo de outorga das autorizações mais claro e eficiente, aumentando, sobretudo, o controle do Estado sobre a atividade regulada.

Também em 2011, mediante a publicação da Medida Provisória nº 532, a ANP iniciou a elaboração da regulamentação específica para a atividade de produção de etanol. Durante o período de agosto a outubro de 2011, a regulamentação proposta pela ANP foi levada à consulta pública, que precedeu a audiência pública realizada em novembro de 2011. Posteriormente, a referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.490/2011. Dessa forma, em função das sugestões incorporadas na minuta de resolução e das alterações advindas da Lei nº 12.490/2011, tornou-se necessária a realização de uma nova audiência pública, a ser realizada em 2012.

Objetivando agregar conhecimentos norteadores desse mercado produtor, de modo a subsidiar a construção dessa nova regulamentação específica e identificar a melhor metodologia para gerir a entrada de um número tão expressivo de agentes econômicos, a ANP realizou em parceria com a UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), curso voltado especificamente para os seus servidores, com a finalidade de apresentar toda a cadeia produtora do etanol, desde a agricultura até a sua comercialização como combustível.

A Resolução ANP nº 25/2008, que regulamenta a atividade de produção de biodiesel, encontra-se em fase de revisão, com o objetivo de torná-la mais adequada às

peculiaridades do setor, identificadas principalmente nos últimos dois anos. As vistorias realizadas nas instalações industriais para produção de biodiesel possibilitaram à ANP a identificação de diversas oportunidades de melhoria do setor, contribuindo para um avanço significativo nos aspectos relacionados à segurança operacional, saúde dos trabalhadores e prevenção dos impactos ambientais.

Para a regulação do mercado de biodiesel, a ANP, desde 2011, vem buscando conhecimento das experiências de outros países, de forma a propiciar o aperfeiçoamento técnico dos servidores diretamente envolvidos com esta atividade e propor melhorias na regulação atual, através da revisão da Resolução ANP nº 25/2008, visando ao aprimoramento contínuo do texto regulatório. Nesse contexto, a ANP tem realizado um estudo do panorama do setor industrial de biodiesel, contemplando visitas às plantas produtoras localizadas em outros países da América do Sul, bem como aos seus respectivos órgãos reguladores. Foram realizadas, em 2011, visitas técnicas a instalações localizadas na Argentina e no Uruguai.

Ainda relacionado à elaboração de Resoluções, cabe destacar que o processo de revisão da resolução para a atividade de formulação de combustíveis, motivado por questionamento do Ministério Público Federal, se encontra em fase de conclusão.

32.3. FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS

A ANP tem como uma de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigo 8º, inciso VII, fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

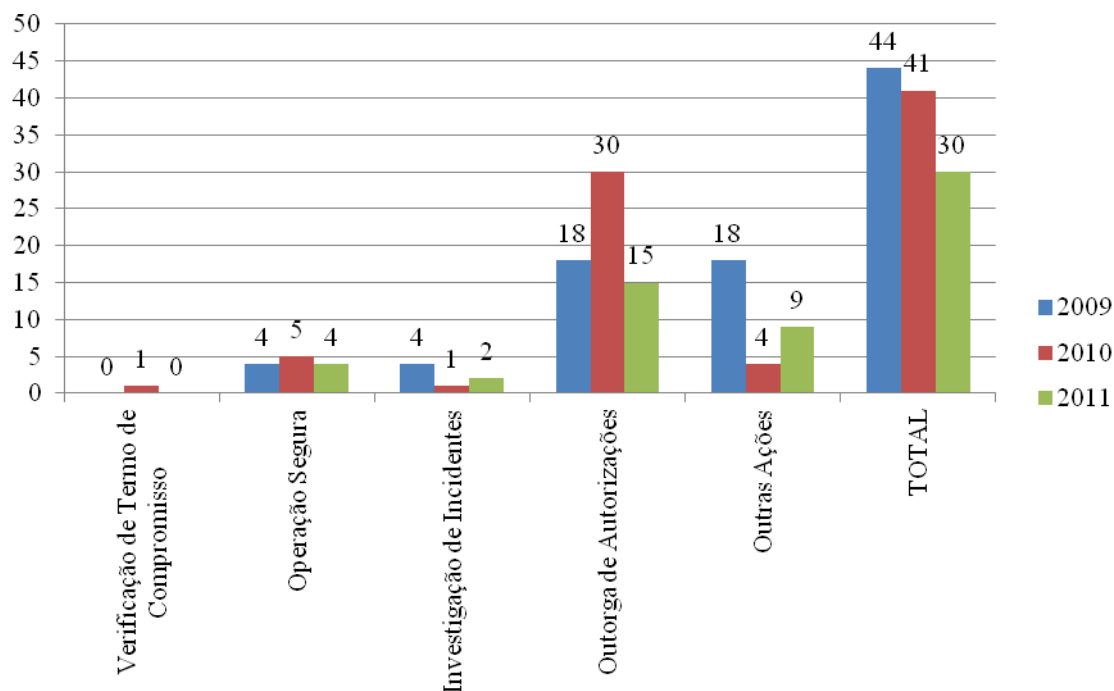
Em 2011, a ANP realizou 30 vistorias de fiscalização, direcionadas ao processo de autorização de novas instalações, acompanhamento de incidentes e verificação de itens de segurança operacional, além de fiscalização de questões como oferta de produtos fora de especificação, construção e operação sem autorização, entre outras.

Com relação à Segurança Operacional, a ANP continuou realizando vistorias específicas do programa “Operação Segura”, objetivando verificar “in loco” itens de segurança, tais como: análise e gerenciamento de riscos; procedimentos operacionais; relacionamento e procedimentos com as contratadas; e plano de emergência e gerenciamento ambiental. Nesse sentido, foram realizadas quatro vistorias em produtores de biodiesel e refinarias de petróleo.

Quanto aos incidentes ocorridos em unidades industriais de agentes regulados, a ANP averiguou e acompanhou, por meio de vistoria e informações recebidas, as causas e os relatórios de recomendações e implementações realizadas pelos agentes, visando evitar a reincidência de incidentes de natureza semelhante.

O Gráfico 13.2. apresenta as ações de fiscalização realizadas pela ANP, de acordo com a natureza da ação. As fiscalizações classificadas como “Outras Ações” incluem vistorias em plantas produtoras de biodiesel, verificação de denúncias, fiscalizações envolvendo mais de uma área da ANP, vistorias específicas para levantamento e atualização de informações e demais atividades pontuais.

Gráfico 32.2. Fiscalizações por Ação 2009/2011



Fonte: SRP/ANP

Visando ao aprimoramento das fiscalizações realizadas nas instalações, com o objetivo de capacitar os servidores da ANP para atuar no âmbito das análises de projetos na indústria do refino e na fiscalização de instalações industriais de refino, foi promovido o curso de Processos de Hidrotratamento e Hidrocraqueamento Catalíticos.

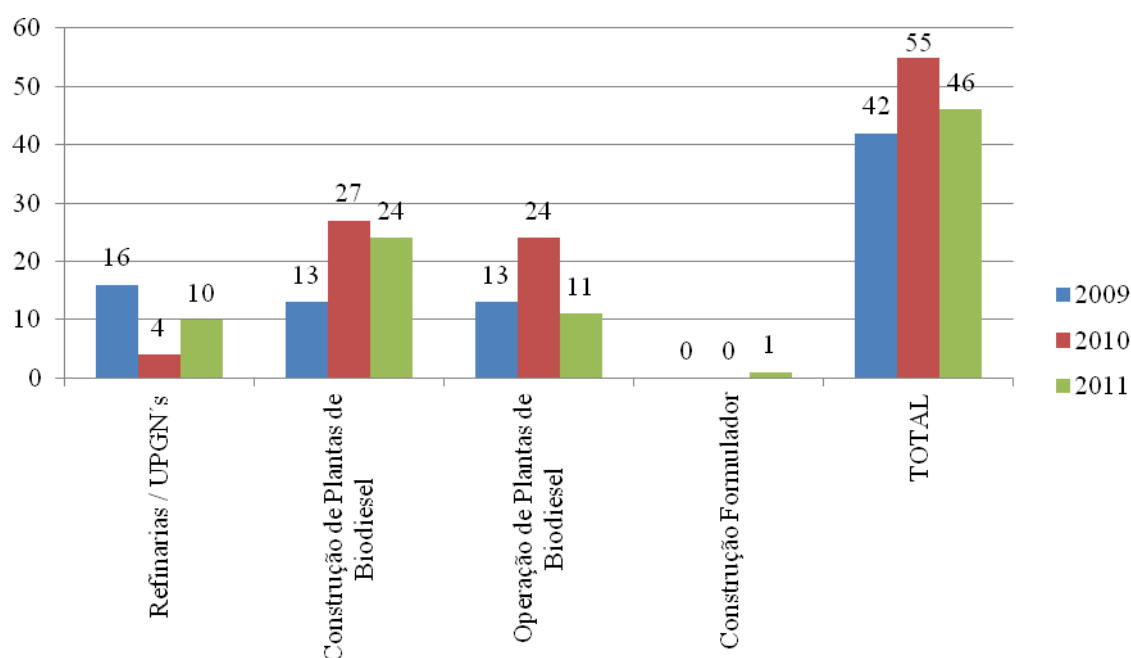
O treinamento será fundamental para o acompanhamento do projeto das unidades de refino da UPB do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, do Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, com destaque para a implantação da Unidade de Hidrocraqueamento (HCC), ainda inédita no Brasil.

32.4. AUTORIZAÇÕES DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS

Foram outorgadas 46 autorizações nas áreas de refino de petróleo e processamento de gás natural, e produção de biodiesel.

Destaca-se que parte das autorizações para a construção e operação de plantas de biodiesel está intimamente relacionada a ampliações de capacidade das plantas existentes, uma vez que o número de agentes regulados no mercado de produtores de biodiesel permanece constante.

Gráfico 32.3. Autorizações outorgadas 2009/2011



Fonte: ANP/SRP

33. COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

As ações da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM), conforme consta na Portaria ANP n.º 69/2011, primaram-se em: cumprir as novas atribuições definidas pela Lei n.º 11.909/99, regulamentada pelo Decreto n.º 7.382, de 2 de dezembro de 2010, e pela Lei n.º 12.490, de 16 de setembro de 2011; e dar continuidade ao processo de padronização dos procedimentos para análise de solicitações de autorização remetidas por agentes, bem como intensificar as ações atinentes à regulação econômica do segmento de transporte de gás natural. Não se pode deixar de citar como foco de atuação, as ações de fiscalização efetuadas, de modo a permitir o sadio desenvolvimento da indústria petrolífera e gasífera nacional, de forma eficiente e segura.

33.1. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS

Entre outras, compete a ANP propor a outorga de autorizações para: (i) construção, ampliação ou operação de instalações destinadas ao transporte e à transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive gás natural liquefeito (GNL); e (ii) as atividades de distribuição de Gás Natural Comprimido - GNC e Gás Natural Liquefeito - GNL.

Em 2011 publicou-se 224 atos administrativos (99 para Gás Natural e 125 para Petróleo e Derivados), sendo 194 autorizações e 30 despachos, estes últimos necessários para dar transparência ao mercado e à sociedade quanto ao escopo dos projetos de infraestrutura de movimentação e armazenamento de petróleo, seus derivados e gás natural. Dentre essas destacam-se as seguintes:

- ✓ Autorização de Construção e Operação de instalações de transporte de gás natural (por exemplo: gasodutos, estações de compressão, pontos de entrega, dentre outros) integrantes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás) para a região sudeste do país. Dentre estes projetos, podemos salientar os seguintes empreendimentos: Gasoduto Caraguatatuba – Taubaté (GASTAU), com aproximadamente 98 km de extensão e diâmetro nominal 28”, localizado no Estado de São Paulo, com início na Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) e término na Estação de Compressão de Taubaté (20 milhões m³/dia); Gasoduto GASAN II e da Estação de Redução de Pressão de São Bernardo do Campo (7 milhões m³/dia de gás natural); Autorização de Operação do Gasoduto GASPAL II e da Estação de Controle de Gás de Mauá – ECGM(12 milhões m³/dia de gás natural);
- ✓ Autorização de Construção para o Terminal Portuário Logístico do Açú da empresa LLX Açú Operações Portuárias S.A., com capacidade de armazenamento de aproximadamente 2,2 milhões m³ de petróleo, localizado no município de São João da Barra/RJ;

33.2. INSPEÇÕES TÉCNICAS REALIZADAS

Foram realizadas inspeções técnicas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural classificadas como: (i) vistorias técnicas para outorga de autorização de operação; (ii) vistorias relacionadas com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) inspeções relacionadas com a fiscalização de incidentes; (iv) vistorias em embarcações utilizadas no transporte de petróleo, seus derivados e gás natural. Portanto, a motivação principal é a garantia da segurança operacional nestas instalações.

Em 2011 foram executadas 2.973 ações de fiscalização. Deste montante, 40 ações foram realizadas pela equipe técnica da ANP e 2933 pela DPC, mediante convênio firmado entre as partes em 2006 e extinto em 2011. Cabe ressaltar que, em 9 de dezembro de 2011, foi assinado o Termo de Cooperação entre DPC e ANP para continuação das vistorias em embarcações utilizadas no transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

33.3. ATIVIDADES QUE VISAM À PROMOÇÃO DO SADIO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

As atividades que visam à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do petróleo, seus derivados e gás natural são ações realizadas no âmbito da ANP que permitem garantir tanto a inserção de novos agentes no mercado quanto o desenvolvimento da indústria em patamares/padrões adequados (tanto do ponto de vista da sua estruturação quanto do ponto de vista de enquadramento ao arcabouço normativo técnico).

Neste sentido, merecem destaque as atividades executadas no ano de 2011, em especial aquelas decorrentes das novas atribuições emanadas da regulamentação da Lei do Gás e da Lei dos Biocombustíveis. As demais representam a continuidade de atividades já iniciadas em anos anteriores.

33.3.1. REGULAMENTAÇÃO DA LEI DO GÁS

Desde o ano de 2002, a ANP vem enfatizando a necessidade de existência de uma legislação específica para a indústria brasileira de gás natural, tendo, a partir de então, participado da discussão, sempre que convocada.

Considerando todo o processo legislativo, necessário ao andamento e aprovação do texto, o projeto discutido na Câmara dos Deputados e no Senado sofreu uma série de alterações ao longo da análise nestas casas. A discussão em torno deste tema ocorreu entre os anos de 2006 a 2009, tendo sido publicada, em 05 de março de 2009, a

Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, conhecida como Lei do Gás. A Lei nº 11.909/09 foi regulamentada pelo Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2010, cerca de vinte e um meses após a publicação da Lei.

Observe-se que o Decreto em questão, de maneira geral, reservou à ANP, órgão regulador da atividade, a incumbência de elaborar normas para o detalhamento completo dos principais temas no âmbito de sua regulação, permitindo assim que a adaptação do arcabouço regulatório acompanhe a dinâmica e o desenvolvimento do próprio mercado, de maneira a garantir a publicidade, a transparência e a isonomia de tratamento.

Dando início ao processo de regulamentação da Lei do Gás e do Decreto nº 7.382/10, a ANP publicou quatro Resoluções no ano de 2011, todas submetidas a consulta e audiência pública, quais sejam:

- Resolução ANP n.º 44 - Declaração de Utilidade Pública (Art. 5º do Decreto nº 7.382/10): trata da definição dos procedimentos a serem seguidos pelos agentes, quando da necessidade de publicação de instrumento legal para permitir a desapropriação ou instituição de servidão administrativa para a implantação dos gasodutos concedidos ou autorizados;
- Resolução ANP n.º 50 - Tratamento dos Gasodutos que ligam Terminais de GNL a Malhas de Gasodutos (Art. 16 do Decreto nº 7.382/10): elaboração de regulamentação que permita distinguir quais gasodutos que se iniciam em terminais de GNL são de transporte, (caput do Art. 16 do Decreto nº 7.382/10), e quais são parte integrante dos terminais, em função das características dos mesmos (parágrafo único do referido artigo);
- Resolução ANP n.º 51 - Registro de Agente Autoprodutor e Autoimportador (Art. 64 do Decreto nº 7.382/10): trata do registro das sociedades que desejarem atuar como autoprodutor ou autoimportador;
- Resolução ANP n.º 52 - Autorização da Atividade de Comercialização de Gás Natural (Inciso XII do Art. 2º do Decreto nº 7.382/10, Art. 66 do Decreto nº 7.382/10 e Inciso XXVI do Art. 8º da Lei nº 9.478/97 – incluído pelo Art. 58 da Lei nº 11.909/09): trata dos requisitos para autorização da atividade de comercialização de gás natural, das normas a serem observadas para a exploração desta atividade, do registro dos agentes aptos a exercer a atividade e dos contratos de comercialização.

Cabe destacar que dentre as novas prerrogativas da ANP contidas na Lei do Gás encontra-se a de calcular e aprovar, respectivamente nos casos de concessão e autorização da atividade de transporte de gás natural, o valor das tarifas dos serviços de transporte.

Em especial, o Decreto nº 7.382/10, no §2º do Art. 8º, estabelece que o MME deverá fornecer à ANP as informações básicas do gasoduto de referência contidas nos estudos de expansão da malha, assim como as informações disponíveis que possam contribuir para o processo de Chamada Pública a ser promovido, direta ou indiretamente, pela ANP.

De acordo com o Decreto, o Gasoduto de Referência é definido como projeto de gasoduto utilizado para efeito da definição das tarifas e receitas anuais máximas a serem consideradas nas chamadas públicas e nas licitações das concessões.

Cumprir-se-á destacar que as discussões a este respeito entre ANP, MME e EPE prosseguirão em 2012, uma vez que ainda não foi possível estabelecer o grau de detalhamento das informações relativas ao Gasoduto de Referência que serão remetidas à esta Agência.

Portanto, esta atividade continuará ao longo do ano de 2012, tendo em vista a necessidade de regulamentar os temas relacionados à Chamada Pública para contratação de capacidade a ser realizada diretamente pela ANP, ao processo de licitação para a concessão da atividade de transporte, assim como outros temas que foram trazidos pela Lei do Gás que exigem regulamentação.

33.3.2. DIVULGAÇÃO DAS TARIFAS DE TRANSPORTE VIGENTES NA DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI DO GÁS

O Decreto nº 7.382/10, em seu Art. 46, § 1º, determina que “A ANP, no prazo de noventa dias a contar da publicação deste Decreto, divulgará as tarifas de transporte e os critérios de reajuste referidos no caput, observados os princípios de transparência e publicidade.”

Em cumprimento à referida norma, em 2 de março de 2011, as tabelas contendo o detalhamento da evolução das tarifas de serviço de transporte e seus critérios de reajuste, segundo os contratos de serviço de transporte encaminhados pelos agentes transportadores de gás natural à ANP.

33.3.3. DIVULGAÇÃO DA LISTAGEM DOS GASODUTOS AUTORIZADOS E EM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI DO GÁS

O Decreto nº 7.382/10, determina, em seu Art. 45, que “A ANP deverá divulgar, em até cento e oitenta dias contados da publicação deste Decreto, a relação dos dutos de transporte autorizados, em processo de licenciamento ambiental e (...), informando, quando couber, a data de encerramento do período de exclusividade.”

Atendendo à determinação legal, foram publicadas, em 26 de maio de 2011, tais informações, conferindo transparência e publicidade à relação de gasodutos de transporte.

33.3.4. ACOMPANHAMENTO DA PARCELA COMPENSATÓRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE (PPT)

A Portaria Interministerial MME/MF nº 234, de 22 de julho de 2002, impõe uma série de obrigações aos supridores de gás natural para as usinas térmicas contempladas no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT).

Cabe à ANP a verificação da aderência das práticas destes agentes às normas dispostas no referido documento. Em síntese, o PPT garante às térmicas um preço máximo a ser pago pelo suprimento de gás natural e, opcionalmente, que este preço seja fixo por um período de doze meses, através da utilização do mecanismo de parcela compensatória.

Ao longo do ano de 2011, a ANP: (i) checkou os cálculos referentes à parcela compensatória encaminhados pelas térmicas Termofortaleza, Ibirité, Norte-Fluminense, Termopernambuco e Juiz de Fora; e (ii) calculou os preços máximos para suprimento de gás natural às usinas termelétricas integrantes do PPT: Barbosa Lima Sobrinho (ex-Eletrobolt), Mário Lago (ex-Macaé Merchant), Termo Ceará, Leonel Brizola (ex-Termorio) e Luiz Carlos Prestes (ex-Três Lagoas).

33.3.5. ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ORIGINADOS DE AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS PELA ANP

Dentre as atribuições da ANP, encontra-se a lavratura de autos de infração e a instauração dos correspondentes processos administrativos em razão da ocorrência de infrações tipificadas na Lei nº 9.847/99 no âmbito de sua área de atuação.

Assim, compete à ANP instruir, acompanhar e julgar em primeira instância os referidos processos. Neste sentido, foram emitidas, no decorrer do ano de 2011, 74 (setenta e quatro) notificações e foram lavrados 21 (vinte e um) autos de infração.

33.3.6. ELABORAÇÃO DO BOLETIM MENSAL DO GÁS NATURAL

Desde 2002, a ANP fornece dados relativos à infraestrutura de comercialização e movimentação de gás natural, bem como sobre as autorizações para construção e operação de instalações de transporte de gás natural, para divulgar dados estatísticos da indústria brasileira de gás natural e fortalecer a transparência das decisões e regulamentações promovidas pela Agência e difundir o conhecimento sobre esta indústria no Brasil.

33.3.7. ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A ANP, A *PETROBRAS* E A *TRANSPETRO*

O acompanhamento do Termo de Compromisso firmado entre a ANP, a Petrobras e a Transpetro continuou em 2011. Foram realizadas inspeções no Terminal de Regência (ES), nos Terminais de Candeias e em dois dos três parques do Terminal Aquaviário de Madre de Deus - TEMADRE, ambos na Bahia, restando apenas o Parque Maria Quitéria do TEMADRE e o Terminal de Solimões, no Amazonas, para que se finalize o ciclo de vistorias e fiscalizações no conjunto de terminais da Transpetro, os quais movimentam cerca de 90 % dos petróleos e derivados do país.

A maior contribuição dessa atividade para a ANP consiste na verificação in loco das condições operacionais, de manutenção, de segurança, meio ambiente e inspeção.

33.3.8. ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE MONITORAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL – CMGN NOS REQUISITOS ESTIPULADOS PELA PORTARIA ANP Nº 01/2003

Com o objetivo de obter uma maior transparência quanto às informações relativas à movimentação do gás natural na rede dutoviária nacional, a ANP iniciou a atualização do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural– CMGN. Uma das principais metas do CMGN é a recuperação eletrônica, a partir das diferentes empresas transportadoras, dos dados relacionados com as principais variáveis operativas do sistema de transporte de gás natural. Os produtos obtidos no CMGN permitem a realização, por parte dos técnicos da ANP, de uma série de análises sobre o transporte de gás natural, aprimorando tanto a regulação técnica quanto a regulação econômica.

33.3.9. REGULAMENTO TÉCNICO DE SEGURANÇA OPERACIONAL DE DUTOS TERRESTRES

Como resultado do Acordo de Cooperação Técnica entre a ANP e o CTDUT, foi publicada no Diário Oficial da União n.º 26, de 7 de fevereiro de 2011, a Resolução ANP n.º 6, de 3 de fevereiro de 2011, que aprova o Regulamento Técnico ANP n.º 2/2011 – Regulamento Técnico de Segurança Operacional de Dutos Terrestres - RTDT.

Em 24 de março de 2011, foi realizado na sede do IBP um evento com intuito de esclarecer aos agentes as informações a serem encaminhadas à ANP no prazo de 180 dias, conforme estabelecido no artigo 3º da Resolução ANP n.º 6/2011. Estes documentos estão sendo analisados pela equipe técnica.

33.3.10. PROCEDIMENTOS PARA O ACOMPANHAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DAS AUTORIZAÇÕES DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE DUTOS, GASODUTOS, TERMINAIS, UNIDADES

Desde 2007, as Autorizações de Construção (AC) e Autorizações de Operação (AO) emitidas no âmbito da ANP possuíam um prazo de validade atrelado aos dos seus respectivos licenciamentos ambientais, como forma de manter um acompanhamento das atividades outrora autorizadas. Em 2011, percebeu-se a necessidade de aperfeiçoamento deste processo, sem prejuízo da qualidade do acompanhamento estabelecido desde então. Portanto, elaborou-se um procedimento que, ao mesmo tempo: (i) extinguisse a validade das autorizações, em consonância com sua característica precária e possibilidade de revogação motivada a qualquer tempo; (ii) tornasse desnecessária a elaboração de autorizações sucessivas para um mesmo empreendimento, com seus respectivos pareceres técnicos e fichas de delegação de competência, para tornar o acompanhamento menos burocrático; (iii) adequasse a prática da SCM a outras áreas com dinâmica semelhante; e (iv) mantivesse o controle da validade dos licenciamentos por meio de planilha eletrônica.

33.4. REVISÃO DO ARCABOUÇO REGULATÓRIO

Em virtude da necessidade de adequação da regulamentação à dinâmica do mercado de petróleo, seus derivados e gás natural, bem como a padronização de processos que tenham mais de uma unidade organizacional envolvida, a ANP trabalhou na revisão de algumas de suas regulamentações a saber:

✓ Revisão da Portaria ANP nº 115/2000_→ A revisão da Portaria ANP nº 115, de 5/07/2000, teve as seguintes motivações principais: (i) a evolução do mercado de dutos para movimentação de produtos líquidos, com o projeto de escoamento de biocombustíveis da Logum Logística S.A.; (ii) a edição da Medida Provisória nº 532/2011, convertida para a Lei nº 12.490, de 16/09/2011, que estabeleceu à ANP a competência de regular e autorizar instalações de transporte e transferência de biocombustíveis; e (iii) a regulamentação da interconexão entre instalações de transporte.

Na Audiência Pública em 28 de novembro de 2011 ficou evidente a complexidade do tema, e estuda-se, para 2012, a avaliação de elaboração de nova minuta de resolução e a realização de nova consulta e audiência pública para a revisão da Portaria ANP nº 115/00.

✓ Revisão da Norma ABNT NBR 17.505_→ Esta norma para armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis (e suas atualizações) é adotada pela ANP mediante a Resolução ANP nº 30/2006 para a outorga de Autorizações de Construção, Operação e Regularização das instalações destinadas ao armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis e encontra-se atualmente em fase final de revisão na ABNT. No início de 2012, será submetida pela ABNT à Consulta Pública para, após a consolidação dos comentários, ser formalmente publicada.

34. ABASTECIMENTO

34.1. REVENDA E DISTRIBUIÇÃO

O art. 8º, inciso XV, da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo), determina que seja atribuição da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis e biocombustíveis.

Em cumprimento a essa atribuição, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo e de biocombustíveis em todo o território nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, como também preceitua o inciso I, art. 8º, da Lei do Petróleo, a ANP, em 2011, conforme apresentado na tabela 1, a ANP concedeu e revogou autorizações de agentes econômicos sob a sua responsabilidade regulatória.

Tabela 34.1. Autorização e revogação de agentes econômicos

Segmento	Autorizações		Revogações	
	2010	2011	2010	2011
1.1. Revenda varejista e retalhista	11.938	10.531	2.647	1.953
1.2. Distribuição	337	359	56	98
1.3. Lubrificantes	59	78	7	27
1.4. Importação e exportação	39	23	7	6

A ANP implantou padrões de nível de serviço para análise dos pedidos de autorização solicitados pelos agentes econômicos, primando pelos princípios da eficiência, celeridade e transparência. Nesse sentido, foi estabelecida uma meta para resposta aos pedidos de autorização para atividades de distribuidor, revendedor e importador/exportador de dez dias úteis, possibilitando uma maior dinâmica no controle do exercício regular dos agentes econômicos. Além disso, o estabelecimento de níveis de serviço permitiu o cumprimento das metas dos indicadores de desempenho institucionais da ANP relativas ao “Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados” e “Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados”.

Depois de autorizados ao exercício da atividade, os agentes econômicos do segmento de distribuição comercializam os combustíveis por meio de contratos homologados ou de quotas autorizadas pela ANP. A tabela 2 apresenta o resumo destas concessões para a comercialização de derivados de petróleo entre produtores nacionais e distribuidores.

Tabela 34.2. Autorização de Contratos e Quotas

Segmento de distribuição	Contratos homologados com produtores		Quotas autorizadas junto aos produtores		Comercialização entre distribuidoras	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Combustíveis líquidos	272	48	2.244	1.858	144	14
GLP *	26	16	NA	NA	NA	NA
Solventes	NA	NA	588	430	NA	NA
Asfaltos	37	27	NA	NA	NA	NA

* 8.003.748 requalificações/inutilizações de botijões (13 Kg) GLP P13; NA – não aplicável.

O mercado nacional também é suprido por combustíveis e lubrificantes provenientes do mercado externo. A tabela a seguir apresenta as autorizações concedidas pela ANP para a importação e exportação destes produtos.

Tabela 34.3. Autorizações de importação e exportação

Tipo de autorização	Quantitativo	
	2010	2011
Licenças de importação	55.745	53.050
Prorrogação de licenças de importação	4.602	960
Registros de exportação	4.998	2.027

34.2. REGULAÇÃO

O art. 8º, inciso XV da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo), também determina que é atribuição da ANP regular as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis. No cumprimento de suas atribuições de regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, a ANP realiza avaliações constantes deste mercado, tanto para elaborar atos normativos condizentes com as demandas regulatórias em curto, médio e longo prazo, como para dar publicidade aos agentes econômicos regulados e à sociedade em geral.

A tabela 4 apresenta os principais atos normativos (resoluções) publicados em 2011, sendo que todo arcabouço regulatório referente ao Abastecimento pode ser obtido no endereço eletrônico <http://www.anp.gov.br/?id=414>.

Tabela 34.4. Resoluções publicadas

Ato normativo	Pu- blicação D.O.U	Objetivo
Reso- lução ANP nº 20	15/04 /2011	Resolução que altera a Resolução ANP nº 8, de 6 de março de 2007, e a Resolução ANP nº 12, de 21 de março de 2007, visando aperfeiçoar os instrumentos normativos da atividade de transportador-revendedor-retalhista e de ponto de abastecimento com a finalidade de tornar mais clara as exigências nela contidas.
Reso- lução ANP nº 39	5/08/ 2011	Resolução que visa uniformizar as exigências documentais para a outorga da autorização, a alteração cadastral de operação e a revogação de distribuidores e transportadores-revendedores-retalhistas.
Reso- lução ANP nº 42	19/08 /2011	Resolução que estabelece os requisitos necessários à concessão de autorizações de construção e de operação de instalação de distribuidores e transportadores-revendedores-retalhistas.
Reso- lução ANP nº	2/12/ 2011	Resolução que estabelece a adequação do “Plano de Abastecimento de Óleo Diesel de Baixo

62		Teor de Enxofre” com a necessidade de prever a disponibilidade de óleos diesel de baixos teores de enxofre (óleo diesel S50 ou S10) em todo o território nacional.
Resolução ANP nº 63	8/12/2011	Resolução que estabelece a identificação dos Óleos Diesel de Baixo Teor de Enxofre (óleo diesel S50 ou S10) nos postos revendedores em todo o território nacional.
Resolução ANP nº 67	13/12/2011	Resolução que estabelece critérios para aquisição de etanol anidro e formação de estoque desse biocombustível.
Resolução ANP nº 70	22/12/2011	Resolução que visa disciplinar o estacionamento de veículos transportadores com recipientes transportáveis de GLP cheios, parcialmente utilizados e vazios, no interior de imóvel que possua área de armazenamento de recipientes transportáveis de GLP, a fim de garantir as condições de segurança.

34.3. ANÁLISE DE MERCADO

Em 2011, foram publicadas as edições nº 29 a nº 34 do boletim denominado Abastecimento em Números (disponibilizado no sítio www.anp.gov.br), que compila dados referentes às vendas de combustíveis, com base nas informações enviadas pelos agentes econômicos, complementadas por registros de preços e de comércio exterior.

Em fevereiro, realizou-se o VI Seminário de Avaliação do Mercado de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, evento que contou com a presença de representantes dos agentes econômicos regulados, do governo, consultores e imprensa, entre outros. Na ocasião foram apresentados dados de comercialização de derivados e biocombustíveis no ano de 2010 e quantitativos de agentes autorizados, além de destaques da atuação da SAB. O material do evento está disponível no sítio eletrônico da ANP pelo caminho <http://www.anp.gov.br/?pg=59092&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1328191648947#2011>.

34.4. PLANO NACIONAL DE ABASTECIMENTO – DIESEL DE BAIXO TEOR DE ENXOFRE (OD-BTE)

Grupo de trabalho sob a coordenação da ANP, composto por agentes regulados, fabricantes de veículos/motores e órgão ambiental, preparou durante o ano de 2011 os mecanismos para garantir a introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre (OD-BTE), que abastecerá a frota de veículos ciclo diesel fabricados a partir do ano de 2012. Dentre os desafios associados à entrada do OD-BTE está a garantia de seu suprimento em todo o território nacional, atribuição da ANP. Por outro lado, o uso desse novo combustível trará benefícios imediatos ao meio ambiente, notadamente nos grandes centros urbanos, reduzindo a poluição atmosférica e, assim, protegendo a saúde da população.

Dentre as ações implementadas pelo grupo de trabalho durante o ano de 2011, pode-se destacar a definição das bases de distribuição que serão responsáveis pelo ar-

mazenamento do diesel S50 e as revendas varejistas que estão obrigadas, por meio da Resolução ANP nº 62/2011, a vender o óleo diesel de baixo teor de enxofre.

34.5. BIOCOMBUSTÍVEIS

Quanto ao abastecimento de etanol, após uma severa entressafra, onde observamos uma acentuada redução na oferta de produto nacional e o início e das operações de importação de etanol anidro, o governo federal decidiu emitir a Medida Provisória nº 532/2011, convertida na Lei 12.490/2011 na qual foi transferida para ANP a regulação de todo o mercado de etanol combustível. Sendo assim, a ANP trabalhou durante o ano de 2011 para elaborar as Resoluções que irão estabelecer novas regras para esse mercado, visando garantir o abastecimento nacional e a oferta de regular de produto. Adicionalmente, a ANP coordenou diversas reuniões “salas de etanol” com agentes do mercado e outros órgãos governamentais para subsidiar a tomada de decisão sobre a necessidade de redução do percentual obrigatório de adição de etanol anidro à gasolina A, medida essa tomada pelo CIMA – Conselho Interministerial do Açúcar e Alcool, reduzindo o percentual 25% para 20% nos meses de outubro de 2011 a abril de 2012. Importante também foi a atuação da ANP na garantia do abastecimento de gasolina A durante todo o ano de 2011 devido a um pico no aumento de demanda em decorrência da migração do consumo de etanol hidratado na frota “flex” e também na redução do teor da mistura de anidro.

Seguindo determinação do CNPE - Conselho Nacional de Política Energética, a ANP realizou, em 2011, quatro leilões de biodiesel (quando os produtores ofertam sua produção), com volume total arrematado de 2.710 mil m³, suficientes para atender a mistura legal de 5,0 % de biodiesel ao óleo diesel, formando o B5. A ANP também autorizou e apoiou a Petrobras na realização de três leilões de recomposição de estoque de segurança de biodiesel, totalizando 70 mil m³, com a finalidade de garantir o suprimento de B5 em face da forte demanda por óleo diesel.

Após os leilões, a ANP acompanha semanalmente as entregas de biodiesel (contratado x realizado), por região de consumo, para garantir o suprimento do B5 em todo o território nacional. Também é papel da ANP verificar a regularidade jurídica e fiscal dos produtores que participarão do leilão, do treinamento antes do pregão, da elaboração do edital com as regras do certame e da determinação do preço máximo de referência do biodiesel no início do leilão, bem como da capacidade de oferta de cada produtor.

34.6. LUBRIFICANTES

O sistema de Cadastro de Produtor e Importador de Óleo Lubrificante Básico - COLB (disponibilizado no sítio www.anp.gov.br), implantado pela ANP em fevereiro de 2010 em atendimento à Resolução ANP nº 16/09, registrou o número de 66 importadores cadastrados no ano de 2011, devido ao crescente aumento de importação desse produto.

Também em relação ao segmento de lubrificantes, a ANP acompanhou e analisou dados de produção, importação e comercialização de óleo lubrificante acabado, bem como da coleta e do rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado. Este gerenciamento de informações tem contribuído para a formulação de ações neste mercado e fortalecido a sinergia entre a ANP e órgãos de governo como MME, MMA e IBAMA, promovendo o desenvolvimento de trabalhos de maior integração e alcance no segmento de lubrificantes, com destaque no ano de 2011 para a intensificação de ações conjuntas de fiscalização do mercado de óleos lubrificantes.

35. *QUALIDADE DE PRODUTOS E BIOCOMBUSTÍVEIS*

A ANP, por intermédio da sua Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos (SBQ), realiza o desenvolvimento e estabelecimento das especificações dos produtos derivados do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como monitora a qualidade desses produtos, a fim de garantir os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta.

Nesse capítulo, serão enumeradas as principais ações da ANP nessa área, com destaque para as seguintes atividades: regulamentação, análises laboratoriais e desenvolvimento científico e tecnológico, programas de monitoramento da qualidade, programa de marcação de solventes e registro de produtos.

35.1. REGULAMENTAÇÃO

A ANP vem introduzindo melhorias na qualidade dos combustíveis e demais derivados de petróleo e dos biocombustíveis comercializados em todo território nacional com o objetivo de contribuir para a conservação da qualidade do ar e dos produtos ofertados a sociedade. Esta tarefa é realizada por meio da revisão e elaboração de especificações, sempre com a responsabilidade de contemplar, ao mesmo tempo, a qualidade dos produtos e a garantia de suprimento.

Nesse sentido, a ANP tem atuado em estrita consonância com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE)¹.

Em 2011, a ANP participou de diversas comissões e grupos de trabalho, dentre os quais: a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE e o Grupo de Trabalho de Inventário de Emissões Veiculares, coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente, e a Comissão Nacional Permanente do Benzeno e a Subcomissão de Postos Revendedores de Combustíveis, coordenados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

¹ O PROCONVE foi instituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) por meio da resolução CONAMA n.º 18, de 06 de maio de 1986. Visa, entre outros, à redução dos níveis de emissão de poluentes por veículos automotores e à melhoria das características técnicas dos combustíveis líquidos, objetivando a redução de emissões poluidoras à atmosfera.

Em relação à regulamentação, as principais iniciativas no ano de 2011 foram:

Tabela 35.1. Principais Resoluções sobre qualidade de produtos e biocombustíveis em 2011

Resoluções/ Publicadas	Comentário
Resolução ANP N° 2, de 12 de Janeiro de 2011	Estabelece a especificação de óleo diesel B6 a B20 para uso experimental em frotas cativas ou em equipamento industrial específico, nos termos da regulamentação ANP vigente.
Resolução ANP n° 3, de 19 de janeiro de 2011	Institui o Programa de Marcação Compulsória de Produtos
Resolução ANP N° 7, de 9 de fevereiro de 2011	Estabelece as especificações do etanol anidro combustível e do etanol hidratado combustível
Resolução ANP n° 8, de 9 de fevereiro de 2011	Regulamenta os Programas de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), de Lubrificantes (PMQL) e de Aditivos (PMQA)
Resolução ANP n° 23, de 02 de maio de 2011	Altera dispositivos da Resolução ANP n° 7, de 9 de fevereiro de 2011.
Resolução ANP n° 46, de 09 de setembro de 2011	Estabelece os requisitos para cadastramento de laboratórios interessados em realizar ensaios de biodiesel destinado à comercialização no território nacional.
Resolução ANP n° 57 de 20 de outubro de 2011	Trata das especificações e do controle da qualidade para as gasolinas automotivas comercializadas em todo território nacional.
Resolução ANP n° 58 de 10 de novembro de 2011	Esta Resolução tem por objetivo regulamentar o uso experimental de biodiesel em mistura com os óleos diesel marítimos, mediante autorização prévia junto à ANP, após análise da proposta de projeto de pesquisa.
Resolução ANP n° 65 de 10 de novembro de 2011	Esta Resolução tem por objetivo regulamentar as especificações dos óleos diesel de uso rodoviário
Resolução ANP n° 71 de 20 de dezembro de 2011	Esta Resolução tem por objetivo estabelecer a especificação do óleo diesel de referência para homologação de máquinas agrícolas e rodoviárias novas conforme fase MAR-I do PROCONVE e Resolução CONAMA n° 433/2011.

Fonte:SBQ/ANP

A publicação da Resolução ANP n° 57/2011 atualizou as regras relativas às obrigações dos agentes econômicos responsáveis pela produção, importação e distribuição das gasolinas automotivas, e alterou os limites de algumas características da especificação do produto, com destaque para a redução do teor de enxofre.

A publicação da Resolução ANP nº 65/2011 trata da especificação dos óleos diesel S10 (10 ppm de enxofre), S50 (50 ppm de enxofre), S500 (500 ppm de enxofre) e S1800 (1800 ppm de enxofre). Foi prevista nova etapa de migração do óleo diesel S500 em substituição ao óleo diesel S1800, de maneira que a partir de março de 2012, nos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Pernambuco será comercializado apenas óleo diesel S500. Outro destaque diz respeito ao corante vermelho que migrará, a partir de 01/07/2012, do óleo diesel S1800 para o S500, com o objetivo de diferenciar os três tipos de óleos diesel (S50/S10, S500 e S1800) que passarão a ser comercializados simultaneamente no Brasil durante os anos de 2012 e 2013.

Além da publicação de novas Resoluções, em 2011 a ANP deu continuidade aos trabalhos para a efetiva implementação da regulação existente.

No que diz respeito à aditivização total da gasolina¹, em continuidade aos trabalhos iniciados em 2009, a ANP realizou reuniões com agentes de mercado para discutir a logística de distribuição, transporte e adição do aditivo e, sob sua coordenação, o grupo de trabalho do IBP concluiu a elaboração do projeto de norma para tratar da metodologia de avaliação de desempenho dos motores com o uso de gasolina aditivada, que em breve será submetida à consulta pública.

Os combustíveis marítimos atualmente encontram-se no foco das questões ambientais e o órgão máximo da navegação internacional, a *International Maritime Organization* – IMO estabeleceu uma agenda para a regulamentação das emissões atmosféricas causadas por navios. A ANP iniciou este ano sua participação nos fóruns técnicos do *The Council International on Combustion Engines* - CIMAC² e da *International Organization for Standardization* - ISO³, acompanhando os debates relacionados ao estabelecimento de especificação ISO que permita a adição de biocombustível aos combustíveis marítimos, além dos debates relativos a melhoria da qualidade dos combustíveis marítimos existentes.

Em relação aos biocombustíveis, em 2011 foram concluídos os trabalhos do chamado GT3, Grupo de Trabalho multidisciplinar constituído em 2010 a partir de manifestações da revenda sobre questões de qualidade do óleo diesel B. A criação desse GT teve como principal objetivo avaliar os pontos considerados críticos na especificação do biodiesel e do óleo diesel B, que poderiam ser diretamente impactados ao longo da cadeia de abastecimento. Os estudos foram conduzidos pela Petrobras e pelo INT, com a participação de Ubrabio, Sindicom, Brasilcom, Fecombustíveis, SindTRR e Sincopepetro. Foram avaliados, no estado de São Paulo, o teor de água e a estabilidade à oxidação no biodiesel, do produtor até a base de distribuição, e o teor de biodiesel, o aspecto e o teor de água no óleo diesel B, da distribuição até o consumidor final. O trabalho culminou em 2011 com elaboração de um relatório que deu origem ao Livroto “Manuseio e Armazenamento de Óleo Diesel B”, disponível no site da ANP

No ano de 2011 foram publicadas 12 autorizações para uso específico e experimental de etanol combustível, diesel de cana e biodiesel e suas misturas com óleo diesel B em teores diversos do autorizado por legislação específica (atualmente em 5%). Essas autorizações, na maior parte para uso de Diesel B20, correspondem a um consumo mensal de 36.966.000 litros de combustível.

A Resolução ANP 25/2008 criou a necessidade de avaliar a qualidade do biodiesel produzido após autorização para operação ou para ampliação da planta. Em 2011, foram publicadas 16 novas autorizações para comercialização de biodiesel.

¹ Determinada pela Resolução ANP nº 31/2009, que dispõe no parágrafo único do seu art. 2º que toda a gasolina a ser comercializada no país deverá conter aditivo detergente dispersante, nos critérios a serem estabelecidos pela ANP, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Desde a exigência do cadastramento dos laboratórios interessados em realizar ensaios de biodiesel a partir de 2008, agora regulamentada pela Resolução ANP nº 46/2011, 45 laboratórios cadastraram-se na ANP.

35.2. ANÁLISE LABORATORIAL E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A ANP dispõe de um Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas – CPT, que é um conjunto de laboratórios dedicados à realização de ensaios e pesquisas sobre combustíveis, lubrificantes, biocombustíveis, motores e petróleo, localizados no Escritório-Sede da Agência em Brasília.

O CPT participa ativamente de comissões de normalização tais como ABNT, ASTM e ISO, o que contribui para o desenvolvimento/melhoria do trabalho na área de especificação de produtos, de pesquisas de novas metodologias analíticas e de comportamento de misturas combustíveis. Como resultado, além da publicação de trabalhos em congressos científicos nacionais e internacionais e revistas especializadas, teses e dissertações foram defendidas ou estão em andamento em instituições como UNB, UFRN e USP/São Carlos.

O Laboratório de Estudo e Avaliação de Petróleos do CPT apoiou na elaboração da Resolução ANP nº 24, 12 de maio de 2011, que fixou o preço público a ser pago pelas empresas concessionárias à ANP para a execução das análises físico-químicas para determinação da curva PEV. Adicionalmente, este Laboratório atuou em 2011 em ações de fiscalização com o intuito de aferir os dados de qualidade do petróleo fornecidos pelos concessionários, como a ocorrida na corrente de Barracuda/Petrobras, e em ações de Exploração e Produção da ANP ao realizar a caracterização dos óleos provenientes dos poços de Franco e Libra. Por fim, subsidiou a Agência com as análises do petróleo proveniente do reservatório do campo de Frade/Chevron, responsável pelo vazamento na bacia de Campos em novembro deste ano.

O CPT também organizou Programas de Proficiência, que são importantes ferramentas para o aperfeiçoamento da qualidade dos ensaios físico-químicos realizados no Brasil: a 8ª edição do Programa de Comparação Interlaboratorial em Biodiesel da ANP, com a participação de 52 laboratórios, e a 21ª Programa Interlaboratorial de Combustíveis, direcionado aos 22 laboratórios contratados para o PMQC da ANP e firmas inspetoras.

Além disso, a ANP, por meio do CPT, e o INMETRO promoveram, em parceria, o primeiro Ensaio de Proficiência em biocombustíveis (biodiesel e etanol) utilizando amostras com propriedades físico-químicas certificadas, obtendo assim, maior precisão na avaliação dos resultados. Esse foi o único ensaio de proficiência para biocombustíveis com esse nível de abrangência até então realizado no país, que contou com a participação de 48 laboratórios de usinas produtoras de etanol combustível e biodiesel, institutos de pesquisa, laboratórios de Universidades e de prestadores de serviços de todo o País.

Em 2011, o Sistema de Gestão da Qualidade do CPT, implementado conforme a norma ISO/IEC 17025, teve como foco prioritário 17 ensaios físico-químicos de gasolina, etanol, óleo diesel, biodiesel e óleo lubrificante, realizando uma auditoria interna, uma reunião de análise crítica do sistema de gestão junto à alta direção e uma 'Semana da Qualidade', junto aos servidores para propiciar um treinamento mais intenso de todos os requisitos do Sistema de Gestão implementado.

Por fim, ainda no que diz respeito à promoção da sua capacidade técnica, a ANP pretende realizar uma ampla reforma nas instalações do CPT para adequar suas áreas laboratoriais e administrativas às normas de segurança vigentes e às boas práticas

laboratoriais. Em agosto de 2011 o projeto básico para essa reforma foi concluído e encaminhado para aprovação junto aos órgãos responsáveis.

35.3. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE

Para garantir a qualidade do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, a ANP instituiu o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) e os Programas de Monitoramento de Lubrificantes (PML) e de Aditivos (PMA - Piloto).

Os principais objetivos dos Programas de Monitoramento são o levantamento dos indicadores gerais da qualidade dos combustíveis, óleos lubrificantes acabados, graxas lubrificantes, aditivos para óleo lubrificante acabado e aditivos para combustíveis automotivos comercializados no País, bem como a identificação de focos de não-conformidade, visando orientar e apoiar as ações de fiscalização realizadas pela ANP ou por órgãos conveniados.

Os Programas de Monitoramento da Qualidade abrangem os serviços de coleta, transporte e análises físico-químicas de amostras, que são realizados pelo CPT, que executa o Programa no Distrito Federal e nos estados de Goiás e Tocantins, e por 22 instituições de ensino e/ou de pesquisa contratadas pela ANP por meio de processo licitatório, com o objetivo de atender a todo território nacional.

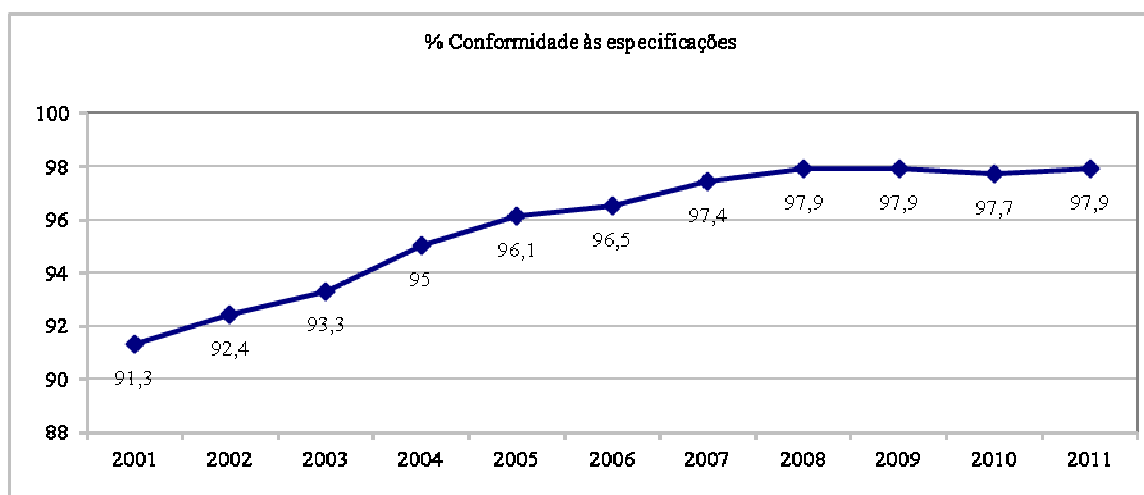
Visando aprimorar a execução e gestão dos Programas, a ANP emitiu a Resolução ANP nº 8/2011, com o objetivo de aprimorar a sua execução e gestão. Neste ano a ANP intensificou a divulgação do Programa, com o fim de estimular o interesse de outras instituições em participar dos certames, e manteve as medidas adotadas em anos anteriores para garantir a excelência do Programa, tais como a realização de vistorias técnicas visando à avaliação da infra-estrutura e da capacidade técnica e administrativa das instituições contratadas; visitas técnicas, com o objetivo de identificar outras instituições com capacidade técnica para participar dos processos licitatórios; coordenação e execução de programas de comparações interlaboratoriais, para verificar o desempenho dos laboratórios integrantes do Programa; participação do CPT em programas interlaboratoriais promovidos por outras entidades; e realização de Fóruns para aumentar a interação entre os laboratórios integrantes do PMQC.

35.3.1. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE COMBUSTÍVEIS (PMQC)

Em 2011, o PMQC proporcionou o monitoramento da qualidade em todo o território nacional, com a exceção dos estados de Acre e Rondônia, tendo analisado, até outubro, 198.565 amostras.

O gráfico XX abaixo, expressa a evolução do percentual de conformidade nos últimos anos, mostrando que, no período de 2001 a 2011, ocorreu aumento dos índices de conformidade às especificações. Isso pode ser atribuído à atuação do PMQC e à consequente melhoria no planejamento das ações de fiscalização, tanto da ANP quanto dos órgãos conveniados.

Gráfico 35.1. Evolução dos Percentuais de conformidade dos combustíveis



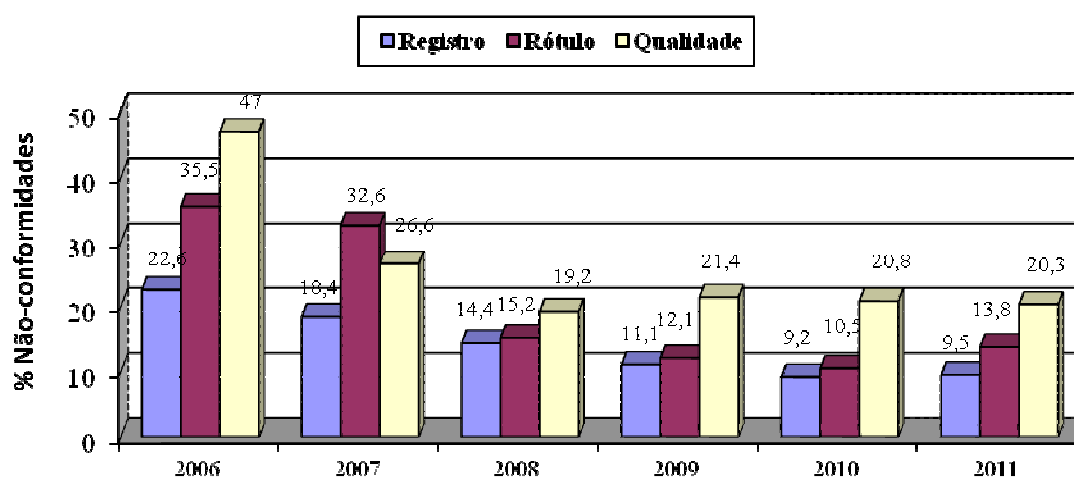
Fonte: SBQ/ANP

Os dados mostram, também, que os níveis de conformidade obtidos desde 2007 foram mantidos, com pequenas variações. Esse comportamento indica que os índices de conformidade alcançaram, a partir daquele ano, relativa estabilidade, de modo que, doravante, não se esperam grandes oscilações.

35.3.2. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE LUBRIFICANTES (P-ML)

Em 2011 foi ampliada a área de monitoramento desse Programa. A evolução dos percentuais de não-conformidade em relação às exigências quanto a rótulo, registro e qualidade das amostras de lubrificantes analisadas entre os anos de 2006 e outubro de 2011 pode ser verificada no gráfico contido na Figura 16.1:

Figura 35.1. Percentuais de Não-conformidade de Lubrificantes



Fonte: SBQ/ANP – Boletim da Qualidade do PML

Tendo em vista que a coleta mensal das amostras de lubrificantes é realizada de forma aleatória e, na maioria dos casos, contempla produtos diferentes, não se pode afirmar que as variações verificadas refletem tendências.

Foram mantidas as medidas adotadas em anos anteriores para garantir a excelência do Programa e alterada a divulgação do Boletim da Qualidade de Lubrificantes para bimestral, a fim de permitir maior abrangência e representatividade das amostras. Além disso, tendo em vista o Programa abordar, além de aspectos de qualidade, itens como rótulo e registro, houve alteração da sua denominação para Programa de Monitoramento de Lubrificantes (PML).

Para promover a adequação das não-conformidades observadas no Programa foram realizadas aproximadamente 60 reuniões com agentes regulados para orientações sobre as exigências da legislação.

Além disso, a ANP criou um Grupo de Trabalho de Lubrificantes com a participação das Superintendências que atuam no setor do "downstream", com o objetivo de analisar a atividade regulatória da ANP nesse mercado e propor linhas de ação para reduzir as não-conformidades nos produtos comercializados que vêm sendo verificadas por meio do PML.

35.3.3. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE ADITIVOS

Neste ano de 2011 a Agência executou o projeto piloto de implementação desse Programa e analisou 72 amostras de aditivos para combustíveis. Deste universo de amostras analisadas, o nível de não-conformidades atingiu a marca dos 64%. A maior parte das não-conformidades concentrou-se em irregularidades no rótulo, sobretudo nas informações sobre os benefícios proporcionados pelo produto.

35.4. PROGRAMA DE MARCAÇÃO DE SOLVENTES (PMS)

O Programa consiste na adição de um produto químico – marcador – a todos os solventes não destinados à formulação de combustíveis e posterior análise de amostras de gasolina coletadas tanto no âmbito do PMQC quanto pela Fiscalização para verificar a presença de marcador e, portanto, se o combustível foi adulterado pela adição de solventes.

O Programa teve início em dezembro de 2001¹, sendo que em 2007 a ANP iniciou uma reavaliação do Programa² no que tange ao fornecimento de marcador, resultando publicação da Resolução ANP nº 13, de 9 de junho de 2009 a partir da qual os interessados em fornecer marcador terão que seguir requisitos documentais e técnicos, que incluem testes de desempenho das metodologias propostas, conforme Protocolo de Testes preconizado pela ANP.

Esse Protocolo de Testes passou por nova revisão em 2011 e, nesse contexto, a ANP realizou reunião com fornecedores de marcador para informá-los do conteúdo das alterações. Foram realizados testes de desempenho de metodologias apresentadas pelas empresas interessadas em atuarem como fornecedoras de marcador, no qual até a presente data, duas empresas encontram-se cadastradas para participarem da licitação, cujo escopo é a seleção do futuro fornecedor de marcador, prevista para ocorrer no ano de 2012.

¹ Em atendimento à Portaria ANP nº 274, de 1º de novembro de 2001 e à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

² Exposição de Assuntos nº 379/2007 e Proposta de Ação nº 648/2008, deferida em 16/07/2008, conforme Resolução de Diretoria nº 493/2008.

Para o aperfeiçoamento do Programa, a ANP continua realizando os Programas Interlaboratoriais de Marcadores – PIM (em 2011 ocorreram as 21ª e 22ª edições) e vistorias técnicas em pontos de marcação, firmas inspetoras e laboratórios integrantes do PMQC executantes das análises de marcador. Adicionalmente, a Agência está desenvolvendo um software, com previsão de testes de implantação em janeiro de 2012, que permita gerenciar dados de movimentação de solventes com maior agilidade, eficácia e segurança. Estas medidas têm o objetivo de verificar e monitorar possíveis desvios operacionais e analíticos que possam inferir negativamente nos resultados do Programa.

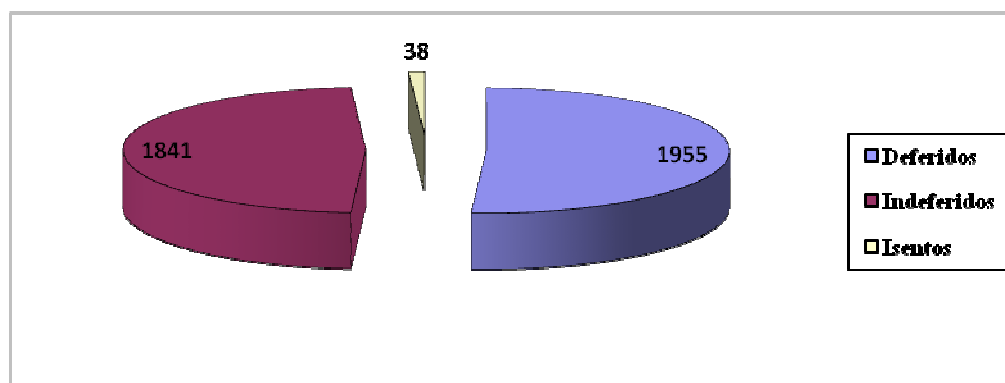
35.5. REGISTRO DE PRODUTOS

A ANP, com o objetivo de proporcionar ao mercado mecanismos de controle mais eficazes sobre os produtos destinados ao consumidor, disponibiliza ao público externo - produtores, importadores, revendedores e consumidores - a consulta a todos os registros de óleos e graxas lubrificantes, aditivos e corantes concedidos e publicados pela Agência.

O fluxo inclui todas as solicitações de registro de produtos na ANP e permite o acompanhamento dos processos, desde a entrada na Agência até a sua publicação no Diário Oficial da União.

A Agência está desenvolvendo ações para aperfeiçoamento do fluxo a fim de possibilitar o registro de maneira eletrônica. Em 2011 foram analisados 3834 processos de registro de produtos, conforme demonstrado na figura WW.

Figura 35.2. *Processos de Registro de Produtos Analisados em 2011*



Fonte: SBQ/ANP – Banco de dados do RGP.

36. FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Uma das principais atribuições da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis é a de fiscalizar o setor de downstream, que inclui a distribuição e a revenda de derivados do petróleo e de biocombustíveis.

36.1. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

A ANP criou, em 2005, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI) com a finalidade de fiscalizar, em todo o território nacional, aproximadamente, 120.000 agentes econômicos regulados pela Agência, cujo faturamento, somente na área dos combustíveis automotivos, vem situando-se por volta de R\$ 210 bilhões, gerando R\$ 64 milhões em tributos federais e estaduais. Essa fiscalização é realizada diretamente pela ANP ou, indiretamente, por meio de convênios de cooperação técnica e operacional com órgãos públicos, como Secretarias de Fazenda, Corpos de Bombeiros, Polícia Federal, Ministério Público etc. Na esfera coercitiva, a SFI também é responsável por aplicar sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato, no âmbito de suas atribuições. Em 2011, foram realizadas 24.991 ações de fiscalização. Tal quantitativo corresponde a 89,45% da meta anual de 27.938 ações/ano.

O Decreto nº 7.446/11, fixando limites de gastos com diárias e passagens, inviabilizou a participação de nosso corpo técnico em ações de fiscalização, reuniões técnicas e treinamentos diversos, com reflexos no cumprimento da meta anual. Ocorreu também uma redução no número de municípios fiscalizados que, em 2011, foram 1.498 contra 1.742 em 2010.

Por outro lado, o trabalho de fiscalização foi pautado por um plano estratégico anual, que teve por premissas atuar no agir comunicacional e na realização de ações finalísticas baseadas em vetores de inteligência objetivando resultados mais efetivos.

As ações de fiscalização foram planejadas com base em vetores de inteligência como estudo de mercado, demandas advindas do Centro de Relações com o Consumidor, monitoramento de qualidade do produto, demandas do poder judiciário etc. Com isso alcançamos sensível efetividade dos resultados atingidos e, no final do ano, obteve-se menor índice de não conformidade do combustível comercializado. Além disso, houve diversificação das ações de fiscalização por segmento regulado (produtor de diesel B100, de lubrificantes acabados, postos de abastecimento, distribuidoras etc.).

Tabela 36.1. Ações Realizadas por Segmento

Segmentos	Ações de Fiscalização
Revenda de Combustíveis	15.023
Revenda de GLP	6.421
Distribuidor de Combustíveis	1.209
Distribuidor de GLP	404
Transportador Revendedor Retalhista	242
Ponto de Abastecimento	734
Distribuidor de Solventes	17
Produtor de Biodiesel	83
Produtor de Lubrificante	235
Revenda de Combustíveis de Aviação	146
Produtor de Etanol	39
Outros segmentos	438

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

Outro fator importante foi o planejamento das ações das unidades regionais a partir de estudos de mercado, na análise de documentação fiscal e na situação cadastral dos agentes econômicos regulados.

Em relação ao percentual de atendimento às denúncias recebidas do Centro de Relações com o Consumidor – CRC, das 14.489 denúncias recebidas, foram atendidas 5.241 aumentando o percentual de atendimento para 40,07%. Com relação ao ano de 2010, esse percentual cresceu 10,76%. Cabe ainda ressaltar que o alcance de um maior percentual muitas vezes esbarra na inconsistência das denúncias recebidas, o que não permite a elaboração de ação de fiscalização.

Com a finalidade de dinamizar e fortalecer a ação de fiscalização via convênios com órgãos públicos, foi instituído pela ANP (Portaria ANP nº 91/2011), o Grupo Gestor de Convênios, integrado por servidores representantes das Unidades Regionais de Fiscalização.

As ações do Grupo resultaram em maior integração ANP/conveniados refletida na intensificação do fluxo de informações, em formulação conjunta de projetos de trabalho, na execução de ações de campo integradas e no avanço da negociação de novas parcerias. Foram capacitados servidores da Secretaria de Estado da Fazenda, PROCON e Ministério Público do Espírito Santo, SEFAZ de Pernambuco e Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Os comitês de Combate à Sonegação de Tributos na Comercialização do Etanol Combustível e de Erradicação do Comércio Irregular de GLP tanto contribuíram para o programa de convênios quanto foram favorecidos pelas parcerias já existentes.

Obtivemos um avanço no número ações de fiscalização de 2010 para 2011, baseado em documentos lavrados por servidores de órgãos conveniados. Em 2011, os órgãos conveniados executaram 2.168 ações, gerando um acréscimo de 78% em comparação com o ano passado, melhorando significativamente a execução dos convênios de cooperação técnica vigentes.

Tabela 36.2. Resultados das Ações de Fiscalização:

Período	Ação	Autuação	Interdição	Autuação por qualidade
2010	27.880	5.354	1.108	665
2011	24.991	4.516	1.063	551

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

A implantação do programa Gás Legal com a criação do Comitê Nacional de Erradicação do Comércio Informal de GLP possibilitou o trabalho conjunto de agentes públicos e privados e resultou, até outubro de 2011 em 3.550 pontos de revenda de GLP fiscalizados, 1.000 autos de infração lavrados e 500 interdições. Destes, 75 eram fomentadores de revendas clandestinas, de um total de cerca de 10.000 novos revendedores autorizados pela ANP em um ano de execução do programa.

A criação de Comitê de Combate à Sonegação Fiscal no Comércio de Etanol, coordenado pela Superintendência de Fiscalização do Abastecimento, tendo como parceiros a Receita Federal do Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Secretarias de Estado de Fazenda, planejou e executou operações em diversas distribuidoras espalhadas pelo país, cujo resultado foi expresso em 21 autuações por vendas irregulares e produto fora das especificações, gerando um valor de multas, anterior a qualquer agravamento que possa ser aplicado nos respectivos processos administrativos, de R\$ 995 mil. Por sua vez, as Secretarias de Fazenda aplicaram multas de R\$ 5,3 milhões e apuraram créditos tributá-

rios superiores a R\$ 3 bilhões. A compra e venda sem nota fiscal e não pagamento do ICMS foram as causas principais de autuação.

Alguns pontos são vistos como de vital importância na atuação do Comitê em 2012, tais como: a busca por maior aproximação com o Poder Judiciário, a possibilidade de realização de evento com associações ou entidades representativas da classe, de forma a destacar a nocividade, para o saneamento do mercado, das diversas liminares concedidas a determinados agentes econômicos; tentativa de criar maior envolvimento do Ministério Público e ampliação do sincronismo entre as medidas coercitivas adotadas pelas Secretarias de Fazenda com as medidas de mesma natureza de competência da ANP;

Finalmente, também merece destaque a criação de grupo formado por todas as áreas de fiscalização das Agências Reguladoras visando a trocar experiências para buscar maior eficiência na atuação.

36.2. REGULAMENTAÇÃO

Em 2011, foram aprovados ou submetidos a processo de consulta e audiência pública novos regulamentos. Também foram realizados estudos regulatórios .

Em 07 de outubro foi editada a Resolução ANP nº 53, que foi embasada na orientação de não medir esforços para promover ganhos de qualidade e de eficiência no desempenho da ação regulatória da ANP. Diante disso, identificamos a necessidade de mudança na abordagem de algumas infrações cometidas por agentes econômicos regulados pela ANP, que se caracterizam como de menor gravidade e podem ser resolvidas mediante reparação de conduta. O procedimento proposto é para correção de, por exemplo, sinalização de placas de preços e adesivos informativos sobre o combustível comercializado, sem que haja necessidade de atuação do agente econômico por infração, o que, para a ANP, afigura-se condição permeada pelo princípio da razoabilidade. Com essa medida, o revendedor terá que reparar sua conduta durante o transcurso da ação de fiscalização para não sofrer penalidade. Para as ocorrências de menor relevância, sugere-se a concessão de prazo de cinco dias úteis para a materialização da medida restauradora, após o que, se a correção não for efetivada serão aplicadas as sanções pertinentes. A tendência moderna é de oferecer ao infrator a oportunidade e o estímulo de se redimir de irregularidades de menor potencial nocivo antes mesmo de sofrer punição. Essa linha de ação vai encontrar fundamentos, entre outros, na teoria da Regulação Responsiva e se detém na denominada "Pirâmide de Coerção".

Em 2011 foram realizados estudos regulatórios sobre os seguintes temas:

- minuta de resolução que trata de estacionamento de veículos com GLP no interior de imóvel;
- adição de corante para proteger óleo diesel de baixo teor de enxofre;
- aditivação total da gasolina a partir de 2014 (enseja uma Análise de Impacto Regulatório);
- dispensa de adição de marcador em produtos de marcação compulsória avaliando os casos em que tal adição afetaria comprovadamente as propriedades do produto de modo a comprometer sua aplicação normal sem perder o foco na possibilidade de desvio do mesmo para adulteração;
- adição de corante para óleo diesel BS500 para proteger o S10 e S20 a partir de 1/1/2012;
- adição de biodiesel ao diesel marítimo.

Foram realizadas Consulta e Audiência pública relativas à minuta de resolução que estabelece lapso temporal para agravamento de pena pela existência de antecedentes e aplicação das penalidades decorrente da constatação de reincidência.

36.3. PROCESSOS JULGADOS

A ação de fiscalização tem por objetivo verificar a regularidade das operações do agente econômico. Caso o agente não apresente irregularidades, o ato de fiscalização se encerra imediatamente após o Documento de Fiscalização lavrado. No caso de ser identificada alguma irregularidade, o ato prossegue com a emissão de Auto de Infração, que dará origem a Processo Administrativo Sancionador.

O processo de descentralização do Setor de Análises Técnicas – SAT, visou à otimização e conseqüente agilidade na análise e julgamento dos processos administrativos da SFI. Essa medida teve como resultado o aumento da produtividade dos setores regionais, principalmente, em razão da *expertise* adquirida pelos servidores que os compõem.

A redução do passivo acumulado de processos foi um dos principais resultados alcançados em 2011 pela ANP, por meio do esforço concentrado das equipes, da melhoria no desempenho do sistema de Julgamento de Processos de Fiscalização - JPF, da segregação dos processos por temas afins, do estabelecimento de metas arrojadas de produção por servidor e do reforço da equipe com a chegada de novos membros.

Em 2010, tivemos 9.407 processos julgados e 7.417 em 2011, além do passivo de processual anteriormente citado. Com relação à entrada de processos novos, nesse ano alcançamos 98% a mais de julgamentos em 1ª instância.

Em maio de 2010, tramitavam 11.288 processos administrativos sancionadores, dos quais 10.312 gerados anteriormente ao ano de 2008. Foram implementadas medidas de gestão, que lograram êxito e conduziram ao julgamento de aproximadamente 6.400 processos em praticamente um ano.

A eliminação do passivo de processos administrativos antigos configura marco importante para a ANP reduzindo o sentimento de impunidade que causava ao mercado. Essa medida permitiu o fim das prescrições dos processos administrativos. Em síntese, a superação de tal problema representa significativo passo para a agregação de ganhos de qualidade ao processo de fiscalização e vem dar uma resposta à sociedade acerca de infrações cometidas por agentes econômicos do mercado de combustível.

37. DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Um dos eixos principais das reformas nas indústrias de petróleo, gás natural e álcool combustível iniciadas na metade da década de 90 foi sua orientação competitiva. A importância dada à defesa da concorrência aumentou substancialmente, acompanhando as transformações no modo tradicional de organização destes setores. A proteção da concorrência é não apenas objetivo da política energética nacional (art. 1º, IX, Lei n.º 9.478/97), mas princípio constitucional que deve nortear toda ação estatal.

Isto porque a defesa da concorrência tem por fundamento a defesa do interesse comum, não sendo um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual se busca um resultado mais eficiente para a sociedade como um todo. Nesse sentido, busca não a proteção dos concorrentes individuais ou de consumidores particulares, mas a proteção do processo competitivo nos mercados.

Na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, a atuação antitruste não se resume apenas à Lei n.º 8.884, de 1994, e ao arcabouço institucional voltado para sua aplicação, mas também a todas as ações do Estado relacionadas a ela. Todos os agentes do poder público que tomam decisões que possam afetar as condições de concorrência nos mercados regulados por esta Agência devem levar em conta o princípio concorrencial.

A ANP, em particular, tem dentre suas finalidades a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. A Agência, entretanto, não regula preços e deve atingir os objetivos legais, quanto a estes aspectos, através da proteção do processo competitivo nos mercados.

A garantia de concorrência é fator essencial para o sucesso dos modelos implementados em todos os segmentos da indústria do petróleo. Nesse sentido, a atuação da ANP na área de defesa da concorrência, no que diz respeito à sua interação com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), abrange duas vertentes: a prevenção de práticas anticompetitivas, por meio do controle das estruturas de mercado, e a repressão de condutas anticoncorrenciais. A atuação da Agência no que tange à primeira vertente consiste em avaliar, por meio de pareceres técnicos e quando solicitado pela Secretaria de Direito Econômico (SDE), o impacto das operações de fusão e aquisição de empresas da indústria de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis sobre os mercados específicos. Cabe esclarecer que essas operações são submetidas à análise do SBDC, composto pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE), SDE e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). No que tange a segunda vertente, considerando sua competência específica na defesa da ordem econômica, definida no art. 10 da Lei n.º 9.478, de 1997, a ANP, na hipótese de identificação de indícios de prática lesiva à concorrência, deve comunicar à SDE e ao CADE, ambos do Ministério da Justiça, fatos que possam configurar infrações contra a ordem econômica, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei n.º 8.884, de 1994, Lei de Defesa da Concorrência.

Atividade de suma importância realizada consistiu no atendimento ao público em geral, demandantes internos, Poder Executivo, Ministérios, demais órgãos governamentais, agentes econômicos, consumidores, consultores nacionais e estrangeiros, estudantes e especialmente PROCONS, DECONS e Poder Judiciário, diretamente ou por meio da Procuradoria Geral – PRG/ANP. Este atendimento se dá primordialmente sob a forma de notas técnicas, que apresentam estudos acerca dos mercados de combustíveis com a finalidade de atender solicitações da SDE e de outros órgãos dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais, dos PROCONS e de outras entidades públicas ou civis em todo o País. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado. No caso dos Ministérios Públicos, os estudos desenvolvidos servem para instruir processos e inquéritos, cujos objetos estão relacionados a denúncias de condutas anticompetitivas por parte de empresas que atuam nos mercados de combustíveis. As conclusões dos estudos identificam a existência ou não de indícios de infrações contra a ordem econômica, do ponto de vista estritamente econômico, e norteiam as decisões a serem tomadas pelos órgãos públicos, levando em conta as suas atribuições no que se refere à apuração de práticas anticompetitivas. Eventualmente o CADE faz diligências com o fito de obter informações adicionais concernentes aos processos já instruídos pela SDE. Nesse caso, a ANP se manifesta também por intermédio de notas técnicas, uma vez que se refere a algum ponto específico sobre o qual o conselheiro do CADE não se encontrava suficientemente convencido sobre os elementos de prova constantes nos autos.

Outro aspecto importante do trabalho compreende o relacionamento com entes regulados, seus representantes e o público em geral, já que à ANP recebe denúncias através de seu Centro de Relações com o Consumidor.

Em junho de 2003, a ANP firmou um acordo de intercâmbio de informações e cooperação técnica e operacional com a SDE. Esse acordo substituiu o celebrado com o CADE e a SDE em 2000, que vigorou até março de 2002. O referido instrumento estabelecia mecanismos que visavam a uma maior celeridade nos procedimentos de preven-

ção e de repressão de infrações da ordem econômica nas indústrias de petróleo, seus derivados e de gás natural. O último acordo expirou em junho de 2005 e o estabelecimento de um novo acordo de cooperação técnica com CADE, depende da entrada em vigor da Lei n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011, que reformulou o SBDC conferindo novas atribuições a seus órgãos.

Como a finalidade primordial das matérias de defesa da livre concorrência e de regulação econômica consiste na repressão e na prevenção do abuso do poder econômico nos mercados de bens e serviços, a atividade regulatória das agências setoriais e as funções de defesa da concorrência guardam uma relação de complementaridade. Alguns instrumentos utilizados para a regulação econômica em um determinado mercado são também empregados para a regulação da defesa da concorrência: controle de entrada e saída das empresas (controle estrutural que equivale à prevenção antitruste) e controle de preços e da qualidade de bens e serviços (controle da conduta e do desempenho que corresponde à forma de atuação repressiva às práticas anticompetitivas).

Desde 2002, a ANP elabora e disponibiliza os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para gasolina comum, etanol hidratado e gás liquefeito de petróleo (GLP), no seu sítio na Internet. A partir de setembro de 2003, incluíram-se os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para gás natural veicular (GNV) e óleo diesel. Os relatórios analisam o comportamento dos mercados de distribuição e de revenda dos combustíveis à luz das informações do levantamento de preços da ANP, com o objetivo de identificar os municípios com baixos índices de dispersão entre preços de revenda, indicativo da possibilidade de ocorrência de infração à ordem econômica. As conclusões dos relatórios no que diz respeito aos indícios de alinhamento de preços servem de base para elaborar uma análise mais detalhada do comportamento dos preços em um determinado mercado. Em 2011, foram publicados os relatórios mensais referentes aos meses de setembro de 2010 a outubro de 2011, perfazendo um total de 56 relatórios mensais.

Também foram elaborados, em 2011, 26 edições do Informe Quinzenal de Preços de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis no Mercado Internacional, publicação que visa a informar o público interno sobre os principais fatores que influenciaram os preços desses produtos nos mercados internacionais.

A ANP também realiza a contratação e disponibilização para divulgação do acompanhamento do comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, com a realização de uma pesquisa de preços semanal, denominada Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis (LPMCC). Atualmente, o LPMCC abrange gasolina comum, etanol hidratado combustível (álcool etílico hidratado combustível - AEHC), óleo diesel não aditivado, GNV e GLP (botijão de 13 kg), pesquisados em 555 localidades, cerca de 10% municípios brasileiros, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP nº 202, de 15/8/2000. Os resultados das pesquisas são disponibilizados semanalmente à sociedade por meio do sítio eletrônico da ANP na internet. Essa divulgação possibilita ao consumidor tomar conhecimento dos preços praticados no mercado e fazer a melhor opção de compra. As pesquisas de preços também orientam a Agência na identificação, do ponto de vista estritamente econômico, de indícios de infrações à ordem econômica, tal como a formação de cartel. A página de divulgação dos resultados das pesquisas semanais, portanto, constitui importante ferramenta de pesquisa por parte da sociedade, sendo utilizada por agentes econômicos, órgãos de governo e consumidores em geral.

No ano de 2011, o programa de Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis – LPMCC, que se insere no âmbito das atribuições da Agência relativas a preços de combustíveis, teve como destaques a celebração, no mês de agosto, de Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 9.142/10-ANP-006.998 entre a ANP e a empresa Análise e Síntese Pesquisa e Marketing Limitada, atual empresa

responsável pela prestação do serviço de pesquisa semanal de preços, prorrogando a vigência do contrato por 12 (doze) meses, correspondentes ao período de 12/08/2011 a 11/08/2012, além do desenvolvimento dos trabalhos relativos à inserção do óleo diesel de baixo teor de enxofre (Diesel S-50 e Diesel S-10) no levantamento de preços realizado pela Agência. Os trabalhos compreendem, em suma, a atualização do Sistema do Levantamento de Preços (SLP) com vistas a contemplar a inclusão dos preços a serem coletados, referentes a estes novos tipos de óleo diesel; e a gestão da inclusão destes tipos de óleo diesel no levantamento de campo realizado pela empresa responsável pela pesquisa de preços da ANP.

A tabela abaixo, mostra a evolução das coletas de preços realizadas nos pontos de revenda de combustíveis automotivos e de GLP, no período de 2000 a 2011.

Tabela 37.1. Evolução da Coleta de Preços

Ano	Pontos de Revenda Pesquisados*	
	combustíveis automotivos	GLP
2000	73.951	
2001	230.593	115.916
2002	501.928	363.269
2003	471.892	303.967
2004	583.075	351.697
2005	602.257	349.013
2006	607.332	484.899
2007	572.584	412.001
2008	465.532	444.346
2009	389.636	354.261
2010	444.311	403.504
2011	455.165	417.700

* Somatório das visitas feitas a pontos de revenda ao longo das semanas em que foi realizada a pesquisa.

Fonte: ANP

A ANP deu também continuidade ao acompanhamento de preços praticados por produtores e importadores nacionais de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação (QAV), GLP, óleo combustível A1, A2 e B1, cimento asfáltico de petróleo 30 45 e 50 70, e asfalto diluído de petróleo de cura rápida 250 e de cura média 30, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP n.º 297, de 18/12/2001. Os preços médios ponderados semanais são divulgados no sítio eletrônico da Agência, garantindo à sociedade o conhecimento dos preços praticados pelos agentes econômicos de todos os segmentos do mercado, reduzindo a assimetria de informações e contribuindo para a transparência das práticas comerciais e para o bom funcionamento do mercado.

Também teve continuidade o acompanhamento dos preços praticados pelas distribuidoras de asfalto no país, disponibilizado no sítio eletrônico da ANP, o que confere ampla divulgação do resultado do trabalho, conforme decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão AC-2649-51/07-P, item 9.4. Em novembro de 2009, por meio da Resolução ANP n.º 35/2009, a cesta de produtos asfálticos cujos preços são objeto de acompanhamento foi ampliada, passando a conter todos os produtos especificados pela Agência. Em 2011, concluída a fase de implantação e aperfeiçoamento do acompanhamento dos preços dos produtos asfálticos, a ANP deu seqüência ao processo de aferição da qualidade das informações publicadas no sítio eletrônico da Agência. O procedimento de auditoria previsto na Resolução ANP nº 27/2008 foi realizado sobre notas fiscais de venda das três maiores distribuidoras de produtos asfálticos do país (em volume de vendas) emitidas nos meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010. As vendas realizadas na região Centro-Oeste também foram objeto de auditoria, após solicitação do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

Por fim, por determinação do TCU (Acórdão nº 1447/2010 - acerca de possíveis irregularidades na aquisição de materiais betuminosos pelo DNIT), a ANP efetuou auditoria nas informações enviadas pelas distribuidoras de asfaltos, nos termos do art. 2º da Resolução ANP nº 27/2008. Nos três casos, houve determinação de correção e reprocessamento de parte das informações anteriormente encaminhadas à Agência. Uma distribuidora não cumpriu o prazo estabelecido para efetuar as correções devidas, o que levou à instauração de processo administrativo punitivo e à imposição de multa no valor de R\$ 50.000.

Paralelamente, foi dado prosseguimento ao acompanhamento da arrecadação da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico)¹, dos atos da Comissão Técnica Permanente do ICMS e das resoluções do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e à participação brasileira do Grupo de Tarefa C: Preços, Tarifas e Tratamento Tributário do Setor Energético – Combustíveis, do Subgrupo de Trabalho 9 – SGT-9: Energia e Mineração, no âmbito do Grupo Mercado Comum – GMC, órgão executivo do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL² (mensalmente, dados relativos a preços, margens e tributação de combustíveis são atualizados por todos os países integrantes do bloco no sítio eletrônico do MERCOSUL (<https://www.se.gob.ar/basemercosur/login.php>), permitindo que estes países efetuem análises e estudos comparativos destinados a grupos de estudos do MERCOSUL – SGT N.º 9).

Por solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a partir de 2009, o envio dos preços médios ponderados mensais de realização praticados pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores de óleo diesel, óleo combustível A1 e óleo combustível B1 referentes ao último trimestre do ano anterior passou a ocorrer até o dia 15 de janeiro de cada ano.

Por fim, no primeiro semestre de 2011 a ANP, iniciou uma reformulação na área de pesquisa de preços e defesa da concorrência em sua página na internet. Nesse sentido, foi elaborado um texto introdutório esclarecendo o papel da Agência na defesa da concorrência e no acompanhamento dos preços de derivados de petróleo no país. Adicionalmente, foi promovida a alteração da ordem de entrada das informações e criação de novas abas de navegação, com a inclusão de uma seção de legislação relativa às áreas Defesa da Concorrência e Preços no âmbito da ANP, bem como de estudos e trabalhos técnicos. Todas as medidas tiveram por objetivo ampliar a publicidade e transparência para a sociedade acerca das atividades relacionadas à promoção da livre concorrência e acompanhamento de preços nos mercados regulados pela Agência, ampliando o acesso de consumidores, agentes regulados e do público em geral às informações disponibilizadas.

Destaca-se também a elaboração de textos adicionais prestando esclarecimentos da promoção da livre concorrência como princípio da política energética nacional e a contribuição da Agência no processo de promoção de mercados competitivos nas indústrias por ela reguladas e sobre o processo de liberação dos preços de combustíveis no mercado brasileiro, bem como a publicação de duas Notas Técnicas na seção de estudos de trabalhos técnicos. Uma delas presta esclarecimentos acerca das principais práticas

¹ A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico é incidente sobre a importação e a comercialização de gasolina e suas correntes, diesel e suas correntes, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis – fuel-oil, gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de nafta, e álcool etílico combustível.

² Desde 1991, o Brasil participa como membro do referido grupo, que tem dentre suas funções i) velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos assinados no seu âmbito; ii) fixar programas de trabalho que assegurem avanço para o estabelecimento do mercado comum e, iii) negociar, com participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O objetivo do grupo tarefa C é o intercâmbio de dados e informações e o desenvolvimento de estudos com o propósito de promover a integração energética entre os países do bloco.

anticompetitivas observadas nos segmentos de distribuição e revenda de combustíveis automotivos. A outra se refere à análise da regulamentação, da estrutura, da indústria e da dinâmica da formação de preços do gás natural no Brasil.

Por fim, foram disponibilizados os artigos apresentados, desde 2002, em Congressos, Seminários e Workshops, desenvolvidos por integrantes da equipe responsável pelas atividades de defesa da concorrência e de análise e acompanhamento de preços no âmbito da ANP.

38. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CDI

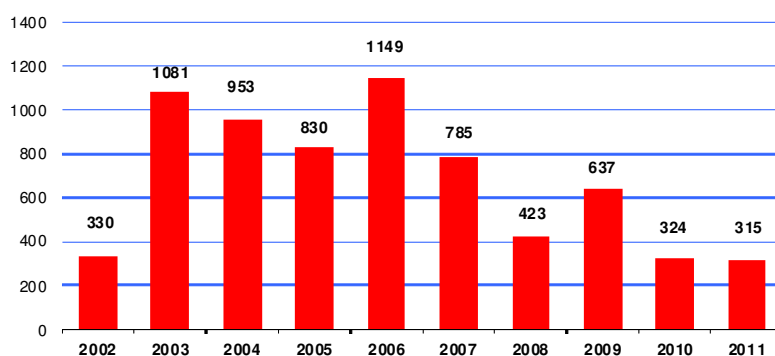
Criado em 1998, com a missão de gerir a política de documentação da ANP, garantir a recuperação da informação, o acesso ao documento e a preservação da memória institucional, o Centro de Documentação e Informação – CDI conta com uma estrutura adequada para atender aos pesquisadores por meio de recursos multidisciplinares e mantém um intenso intercâmbio com instituições de natureza distinta, além de estreita comunicação com profissionais e especialistas dos segmentos intrínsecos à Agência.

Alinhado com os objetivos, estabelecimentos nas Ações Prioritárias 2011/2012, de conquistar a excelência da regulação setorial e de tornar a ANP um centro de referência de informações e conhecimento sobre o setor regulado, o CDI, no ano de 2011, adequou-se ao novo conceito universal de biblioteca em que a tecnologia assume o papel de gestora do conhecimento em favor de uma sociedade mais informada e bem formada.

2011 foi também o ano de consolidação dos serviços implantados desde a inauguração das novas instalações, em 2010, e da proposição de novos projetos voltados para preservação documental e disseminação de informações, em meio digital.

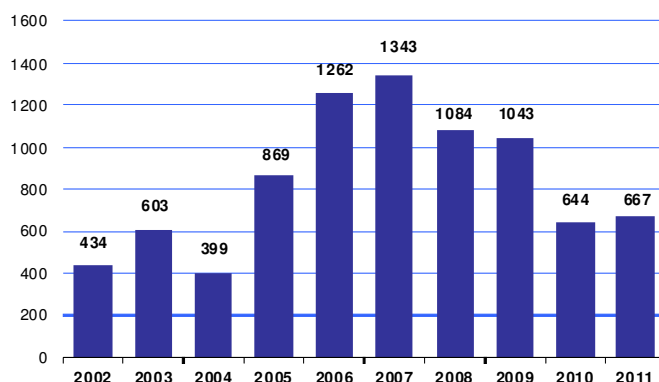
Alocado em área condizente com o porte do acervo e o com o fluxo de usuários, o CDI, em 2011, passa a atender ao público externo através da consulta às coleções em suporte físico e digital. Entre os meses de maio e dezembro, 121 leitores externos consultaram o acervo. Por meio de agendamento prévio, junto ao CRC, o leitor conta com o apoio dos bibliotecários e de equipamento próprio para pesquisa ao catálogo automatizado da Biblioteca e acesso a serviços bibliográficos. Em âmbito interno, além dos serviços oferecidos no sítio do CDI, na Intranet, da consulta local, os servidores da ANP contam com o serviço de empréstimo domiciliar e pesquisas especializadas.

Gráfico 38.1. Consultas e pesquisas atendidas



(fonte: CDI)

Gráfico 38.2. *Demonstrativo de Empréstimos de publicações*



(fonte: CDI)

Com o advento dos documentos digitais, o CDI pôde ampliar significativamente seu campo de atuação e passa a oferecer novos serviços através de página própria, na Intranet, e a compor o acervo digital de acesso aberto, de múltiplas vantagens. Serviços personalizados, serviço de apoio aos servidores envolvidos com atividades acadêmicas, serviços integrados a outras bibliotecas. O resultado do impacto da disponibilidade de documentos digitais se reflete nos gráficos de nº 1 e 2, que registram o decréscimo dos serviços de empréstimo e pesquisa, em decorrência da autonomia dos servidores, que passam a realizar tais tarefas em seus próprios computadores a partir do catálogo eletrônico da biblioteca, sensivelmente multiplicado e diariamente atualizado por novas informações em ambiente digital. Em 2011 o CDI assume a guarda e a divulgação da produção intelectual interna, além de preservar as coleções técnicas e históricas da ANP.

Tais medidas resultaram no projeto “Preservação do Acervo Fotográfico”, em que cerca de 300 fotografias históricas são submetidas às diversas fases do processo de higienização e restauro, de acordo com padrões internacionais, por bibliotecários lotados no CDI.

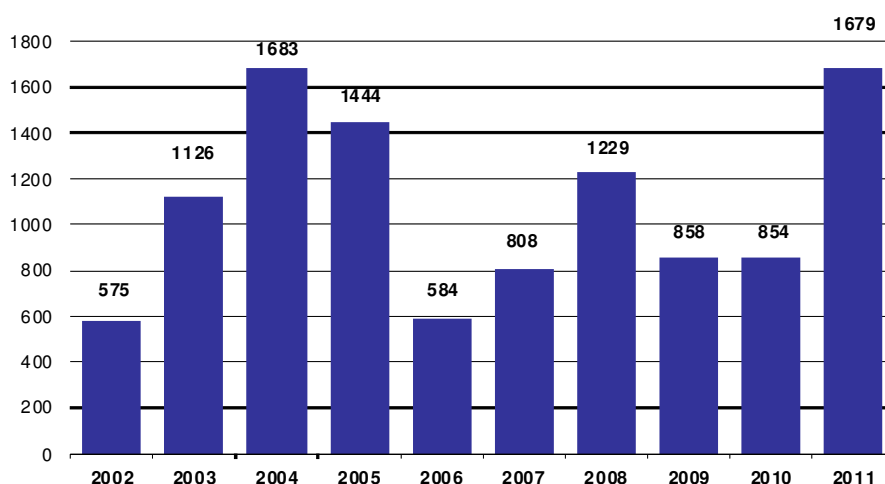
Ainda, com o objetivo de preservar o suporte original e facilitar o acesso por meio digital, foi instalado equipamento com grande capacidade de digitalização, para atender às teses provenientes do Programa de Recursos Humanos - PRH, encontradas unicamente em suporte papel. Desta forma, em breve, todo o conjunto de teses do PRH poderá ser consultado em formato eletrônico.

Outro projeto voltado para a preservação e pronta recuperação de dados, provém do acervo do extinto Conselho Nacional do Petróleo. A pesquisa e a indexação de atos legais registrados nas Atas do Conselho comporão um arquivo eletrônico que tornarão públicos atos até então desconhecidos.

Para melhor atender aos processos de recuperação de documentos e tratamento digital, em andamento, o CDI passa a dispor, em 2011, de uma sala de “Preservação Digital”, onde equipamento e mobiliário apropriados foram alocados de forma a tornar mais produtivo o fluxo de cada um dos projetos.

Mais uma vez, o investimento em recursos de informática tornou possível superar a morosidade do processo de tratamento técnico das publicações, ao possibilitar a importação de catalogações realizadas por outras bibliotecas, com as devidas adaptações pelo CDI, conforme demonstrado no gráfico, a seguir.

Gráfico 38.3. Catalogação de novas publicações



(fonte: CDI)

Cientes de que a difusão dos serviços é o caminho mais eficiente para uma biblioteca se aproximar de seu leitor, em 2011 foi inaugurado o programa “CDI Tour”. Na verdade, um convite para uma visita de todas as Equipes da ANP às novas instalações, quando são apresentados os serviços disponíveis na página da Intranet e a prática de consulta ao acervo, por meio eletrônico. No período, o CDI recebeu a visita de quatorze equipes. Por outro lado, a divulgação ao público externo sobre a disponibilidade de acesso ao acervo da ANP foi objeto de ampla circulação de folheto promocional a instituições acadêmicas, centros de informação, cursos técnicos e instituições congêneres, além da manutenção de divulgação na Internet.

39. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A ANP, no âmbito das tecnologias da informação, realizou investimentos e desenvolveu soluções que trouxeram benefícios às suas atividades regulatórias e contribuíram para o aprimoramento da gestão da organização. Na estrutura da Agência o Núcleo de Informática tem missão de coordenar investimentos, propor e desenvolver aplicações

das tecnologias de informação como ferramenta, e solução de apoio ao cumprimento da missão institucional. Dentre essas iniciativas podemos destacar:

- Sistema de Fiscalização de Produção (SFP)- consiste em um sistema de gestão, controle e apresentação de informações recebidas pela Agência referentes aos pontos de medição de plataformas. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir da data de início da produção de cada campo, o volume e a qualidade do petróleo e gás natural produzidos serão medidos periodicamente.
- Análises e especificações de segurança da informação em relação à infraestrutura de tecnologia e aplicações utilizadas nas Estações de Medição Fiscal das Operadoras. No caso da Petrobras, em sua Unidade Operacional da Bacia de Campos, as especificações definidas pelo Escritório de Segurança da Informação já foram implementadas, tendo sido objeto inclusive de uma pré-auditoria realizada pela ANP.
- Processo automatizado para Controle de Movimentação de Gás Natural em gasodutos fiscalizados pela ANP, foi desenvolvido um sistema de informação para gestão, controle e apresentação de informações recebidas pela Agência referentes aos pontos de medição de gasodutos.
- Aquisição de novos *softwares* para simulação de fluxos, interpretação de atributos sísmicos, geração de modelos geológicos, modelagem ambiental de derramamentos, visualização em 3D e acompanhamento de processamentos de empresas contratadas.
- Criação de base de dados gravimétricos no BDEP para registrar, organizar e disponibilizar informações, inclusive via web, para instituições de ensino, empresas e o IBGE.
- Sistema de Cadastro de Produtor e Importador de Óleo Básico (COLB), que visa receber e processar as informações cadastrais dos novos agentes produtores e importadores de Óleo Lubrificante Básico. Baseado nas informações cadastradas é possível emitir e visualizar um certificado de cadastramento dos produtores e importadores. São disponibilizados no site da Agência relatórios públicos dos produtores e importadores de óleo básico, assim como a possibilidade de verificar a autenticidade do certificado emitido pela ANP.
- Incorporação do cadastro de aditivos e do registro de sua movimentação ao Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), permitindo maior visibilidade e regulação do produto que possui o controle de movimento dos aditivos para a Superintendência de Biocombustíveis de Qualidade de Produtos (SBQ).
- Instituição da Carta de Serviços ao Cidadão. A ANP desenvolveu sistema com o objetivo cadastrar os serviços prestados à sociedade pela ANP e seus principais atributos especificando padrões de qualidade, esclarecendo sobre os mecanismos de comunicação entre a Agência e a sociedade e disponibilizando essas informações aos cidadãos e agentes econômicos por meio do sítio da Agência na rede mundial de computadores.
- Realização de análises nos ativos tecnológicos críticos da ANP (servidores, conectividade, sistemas, ambientes), visando identificar e quantificar os níveis de riscos, ameaças e vulnerabilidades, e possíveis impactos aos ativos de informação da Agência. A partir dos resultados destas análises, foram identificadas e implantadas ações que compreendam a aplicação de controles, a correção de sistemas, bem como a definição de políticas e procedimentos para tratamento e mitigação destes riscos.

Devido ao elevado e crescente aumento das ameaças, ataques e incidentes na internet, foram realizadas simulações de invasões nos principais sistemas da ANP, alguns disponibilizados ao público externo através da internet. Como resultado deste trabalho foi possível certificar o nível e controle de segurança destes sistemas, bem como identificar e tratar vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer a segurança das informações tratadas pelos mesmos. Como decorrência foram tomadas as seguintes iniciativas:

- Revisão da Instrução normativa ANP nº 006/2003 para se torna aderente aos objetivos de controle estabelecidos pela norma ABNT NBR ISO 27002 – Código de Prática para a Gestão de Segurança da Informação, às boas práticas de mercado e às inovações tecnológicas.
- Elaboração do Manual de Gestão descrevendo todos os processos e controles de segurança, bem como sua relação com as demais áreas que possuem um papel importante para a segurança da informação da Agência, tais como, Diretoria, Comitê de Segurança, Escritório de Segurança, Corregedoria, Auditoria, entre outras.
- Atualização do banco de dados da ANP permitindo o uso de novas características a serem conferidas e exploradas pela maioria dos sistemas corporativos da Agência, como o Sistema de Gestão de Exploração e Produção (SIGEP) e o Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), Site da ANP, Intranet e Sistema de Levantamento de Preços, garantindo maior disponibilidade, desempenho e segurança.
- Criação do Documento de Oficialização de Demanda (DOD) na plataforma do servidor corporativo. Este sistema identifica de forma objetiva e eficiente as demandas de toda a Agência relacionadas a soluções em TI quando as mesmas implicam em aquisições de bens ou serviços, além de possibilitar uma etapa de análise e pré-planejamento por parte do Núcleo de Informática (NIN) antes que os processos de contratações alimentem o fluxo de Solicitação de Aquisição de Bens e Serviços (SABS)

A seguir, está disposto um resumo das principais atividades realizadas pela ANP em tecnologia da informação no ano de 2011.

Tabela 39.1. Soluções em Tecnologia da Informação com impactos nas ações finalísticas e de gestão interna

Investimento/Solução	Objeto	Necessidade	Impacto para atividades finalísticas
Sistemas	Ferramenta de Saneamento do Sistema de Julgamento Processual de Fiscalização (JPF)	Minimizar falhas e gargalos e otimizar a obtenção de informações relacionadas à fiscalização	Ganho em eficiência e eficácia na fiscalização de empresas comerciantes de combustíveis.
	Cadastro de Produtor e Importador de Óleo Lubrificante Básico (COLB)	Receber e processar informações cadastrais de novos agentes produtores e importadores de Óleo Lubrificante Básico	Emissão e visualização de Certificado de cadastramento dos Produtores e Importadores, disponibilização de relatórios públicos no site de ANP e possibilidade de verificar a autenticidade do certificado emitido pela ANP.
	Sistema de Fiscalização de Produção (SFP)	Monitoramento contínuo na medição de volume e qualidade da produção de petróleo e gás natural no Brasil	Envio diário de informações de cada ponto de medição para a ANP, manutenção de dados de computador de vazão, cadastros de medidores, falhas, calibrações e catálogos de fabricantes e manipulação/criação de alarmes, exibindo as informações de forma georreferenciada

	Análise e Especificação de Segurança para o Sistema de Fiscalização de Produção	Garantir a integridade e autenticidade na geração e envio automatizados para a ANP das informações de produção de petróleo e gás natural	Análises e especificações de segurança da informação em relação à infraestrutura de tecnologia e aplicações utilizadas nas Estações de Medição Fiscal das Operadoras.
	Controle de Movimentação de Gás Natural (CMGN)	Implantação de um processo automatizado para Controle de Movimentação de Gás Natural em gasodutos fiscalizados pela ANP	Sistema de informação para gestão, controle e apresentação de informações recebidas pela ANP referentes aos pontos de medição de gasodutos
	Cadastro de Aditivos	Controle de qualidade	Incorporado ao Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), permite maior visibilidade e regulação do produto que possui o controle de movimento dos aditivos
Evolução Tecnológica	Novas Workstations	Crescente volume de dados, trabalho no escritório de Salvador e novos softwares voltados para Exploração e Produção	Armazenamento de dados, simulação de fluxos, interpretação e geração de atributos sísmicos, geração de modelos geológicos, modelagem ambiental de derramamentos, visualização de cubos em 3D e acompanhamento de processamentos sísmicos de empresas contratadas
	Atualização do Oracle	Atualização no ambiente de banco de dados	Novas funcionalidades para sistemas corporativos, como o Sistema de Gestão de Exploração e Produção (SIGEP) e o Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), Site da ANP, Intranet e Sistema de Levantamento de Preços; Maior disponibilidade, desempenho e segurança
Atendimento ao MPOG e Legislações	Sistema Gravimetria – FTP	Disponibilizar informações para instituições de ensino, entidades governamentais e empresas da indústria	Base de dados gravimétricos no BDEP para registro, organização e disponibilização de informações obtidas ou recebidas pela ANP, inclusive via web
	Carta de Serviços	Informar serviços prestados pela ANP, cumprindo o decreto N° 6.932, de 11 de agosto de 2009	Simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, especificando padrões de qualidade e esclarecendo sobre os mecanismos de comunicação entre a Agência e a sociedade
Sistemas	Documento de Oficialização de Demanda (DOD):	Inter-relação entre superintendências; Definição de padrões de tecnologia; Definição de prioridades; Organização de fluxos de processos e decisão.	Este sistema identifica de forma objetiva e eficiente as demandas de toda a Agência relacionadas a soluções em TI quando as mesmas implicam em aquisições de bens e/ou serviços, além de possibilitar uma etapa de análise e pré-planejamento dos processos de contratações
	Blog SRH	Maior interatividade através de áreas para publicações	Disponibilização de textos sobre gestão e área de recursos humanos, matérias e assuntos publicados em veículos de comunicação externos, apresentando tendências, inovações e opiniões
	Implementação de videoconferência (<i>Open Meetings</i> ou reuniões abertas)	As reuniões de Diretoria da ANP ocorrem semanalmente, o que exigia a presença dos Diretores	Diretores podem participar das reuniões de forma remota/virtual com a segurança necessária, mesmo quando estão fora da Agência. Este serviço facilita a agenda de viagem dos diretores sem impedir ou transferir as reuniões de Diretoria da ANP
Segurança da Informação	Análises de Riscos de Segurança da Informação	Identificar e quantificar os níveis de riscos, ameaças e vulnerabilidades, e possíveis im-	Identificação e implantação de ações que compreendam a aplicação de controles, a correção de sistemas, bem como a definição

		pactos aos ativos de informação da ANP	de políticas e procedimentos para tratamento e mitigação destes riscos
	Arquitetura de Segurança de Rede	Identificação e tratamento de incidentes, eventos e ações em sistemas, controle de acessos e identificação e resposta a ataques, vazamentos de informações e fraudes	Como resultado do trabalho, foram definidos requisitos, especificações técnicas e escopo para 19 sistemas a serem adquiridos e implantados com o objetivo de elevar o nível de segurança da ANP
	Testes de Invasão	Elevado e crescente aumento de ameaças, ataques e incidentes na internet	Certificação do nível e controle de segurança dos 10 principais sistemas colaborativos da ANP; Identificação e tratamento vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer a segurança das informações tratadas pelos mesmos
	Política de Segurança da Informação	Atualização e adequação dos procedimentos, práticas e políticas relacionadas à Segurança da Informação	Adequação da Instrução Normativa ANP nº 006/2003 Segurança da Informação na ANP à norma ABNT NBR ISO 27002 – “Código de Prática para a Gestão de Segurança da Informação”, às boas práticas de mercado e às inovações tecnológicas
	Manual do sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI)	Levantamento e análise da documentação existente e avaliação dos processos e situação atual de segurança da informação na ANP	Manual de Gestão descrevendo todos os processos e controles de segurança, bem como sua relação com as demais áreas que possuem um papel importante para a segurança da informação da Agência, tais como, Diretoria, Comitê de Segurança, Escritório de Segurança, Corregedoria, Auditoria, entre outras
	Semana Interna de Segurança da Informação (SISI)	Abordagem de temas relacionados ao cotidiano, com a intenção de alertar e conscientizar sobre as práticas necessárias para garantir a segurança da informação, seja em ambiente profissional ou particular	Foi realizada a segunda semana interna de segurança na ANP, com a realização de 16 palestras para mais de 500 participantes, que foram proferidas por especialistas da área, além de jogos, peça teatral e dinâmica musical. Foi ainda realizado o Dia Interno de Segurança da Informação na Sede da ANP em Brasília e nos Escritórios Regionais de São Paulo, Salvador e Manaus
Políticas de Melhoria Contínua	Atendimento aos novos escritórios	Padronização de tecnologias	Instalação e configuração de equipamentos e tecnologias e treinamento a usuários em Manaus, Belo Horizonte e Porto Alegre

Fonte: NIN/ANP

40. GESTÃO ADMINISTRATIVA

40.1. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Relatório Gerencial SFA/2011

A Coordenação Administrativa da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa (SFA) é responsável pelo acompanhamento e fiscalização de todos os contratos que visam a atender às necessidades administrativas e operacionais da ANP como um todo.

A SFA possui sob sua gestão 65 contratos de fornecimento e serviços, tais como: agência de viagens, locação de veículos, correios, controle de acesso, reprografia, transporte aéreo de cargas, telefonia fixa e móvel.

A contratação de rádios celulares é um grande facilitador para o sucesso das ações de fiscalização. Cada vez mais esta SFA vem buscando o fornecimento de aparelhos com mais aplicativos para uso dos fiscais.

Em meados de 2011 a SFA e o NIN, em parceria, conseguiram a implementação de um contrato de fornecimento smartphones para diretores, superintendentes e outros servidores que necessitam de acesso permanente ao e-mail corporativo da ANP, bem como à Internet e a outras facilidades contidas no aparelho. Ressaltamos, ainda, que os mesmos aparelhos são disponibilizados para os servidores que necessitem em viagem à serviço, conforme previsto na Instrução Normativa nº 10/2008.

Esta Superintendência dá suporte no transporte de cargas aéreas, abrangendo todo o Brasil, com vistas a atender todas as áreas da ANP, principalmente, a Superintendência de Fiscalização, o Núcleo de Informática e o Almoxarifado, que supre de materiais de expediente os escritórios regionais. Especialmente no ano de 2011, o referido serviço serviu ao envio de materiais e equipamentos de informática para as novas unidades administrativas regionais e ao apoio logístico para as atividades de fiscalização. Neste período, ao todo foram realizados 211 transportes de cargas.

Foram executados vários serviços gráficos, como por exemplo: impressão de certificados, apostilas e cópias de plantas especiais. Os equipamentos reprográficos por

esta SFA foram responsáveis pela realização de aproximadamente 150.000 cópias por mês.

Esta administração é também responsável pelo controle de acesso de servidores, visitantes e empregados de empresas terceirizadas, tendo sido registrado em 2011 o acesso de aproximadamente 40.000 pessoas por mês.

O contrato de locação de veículos atende à demanda de serviços dos escritórios da ANP no Rio, São Paulo, Brasília e Salvador. Foram registrados 3.540 agendamentos em 2011 para o Escritório Central.

O setor de protocolo, que integra a SFA, é responsável pelo recebimento, entrega e postagem de toda a correspondência institucional da ANP. Em 2011 o sistema Próton registrou 69.471 documentos e foram abertos 16.900 processos. O Próton é o sistema de informações documentais, assim todos os documentos e processos gerados na ANP devem ser registrados nele.

O posto da Agência de Viagens, vinculado à Coordenação Administrativa, emitiu 5.170 bilhetes nacionais/ internacionais.

A gestão do Almoxarifado se destacou em 2011, pois pela primeira vez a Agência conseguiu realizar a compra do material de expediente via registro de preços, o que trouxe diversas vantagens na logística e gerenciamento de estoques, além de economicidade. Neste setor, foram atendidas 1.918 requisições, abrangendo toda a ANP.

O novo sistema de controle de estoque, chamado de Sistema Automático de Almoxarifado (ASI), foi implantado com sucesso, cumprindo a promessa de gestão adequada, com credibilidade e confiabilidade de dados, eficiência em gestão, organização, rapidez e transparência.

Em relação ao setor de Patrimônio, as atividades que se destacaram no ano de 2011 compreenderam:

- O início do processo de implantação do módulo de patrimônio de Solução Corporativa de Gestão Pública, que será concluído em 2012 com a concretização da aquisição dos coletores de dados e das novas plaquetas com código de barra.

- A incorporação e registro de 1.439 bens permanentes, os quais atingiram um total de 16.064 ao final do ano, assim como acompanhamento e levantamento, de todas

as movimentações informadas de bens do Escritório Central, BDEP e regionais de São Paulo, Salvador, Manaus, Belo Horizonte e Porto Alegre.

- A abertura de dois processos de doação de bens, classificados como antieconômicos pela Comissão de Avaliação de bens. Os bens estão localizados no ESP e no Escritório Central e serão destinados a donatários integrantes de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que se dispuseram a recebê-los.

- A instauração e conclusão de quatro Termos Circunstanciados Administrativos (TCA's) referentes ao extravio de bens sob a responsabilidade de servidores da ANP.

- O cadastro dos imóveis locados pela ANP (ESA e ESP e Anexo Irmandade) e atualização das informações referentes ao imóvel próprio (Escritório Central) em uso pela ANP, realizados no Sistema de Registro da Secretaria de Patrimônio da União (SPIUNET).

Também são de responsabilidade da área administrativa as aquisições por compra direta, que totalizaram o nº de 62, para atendimento desta Agência.

O maior destaque do ano de 2011 foi a celebração dos contratos de cessão de uso e de comodato que culminaram na instalação das Unidades Administrativas Regionais (UARs) de Manaus, Belo Horizonte e Porto Alegre, bem como as reformas por quais passaram sob a responsabilidade desta SFA, cumprindo a meta institucional desta Agência expansão de suas atividades sobre o território nacional.

A UAR de Manaus já possuía a infra-estrutura para o início das atividades. Já as UARs de Belo Horizonte e Porto Alegre passaram por adaptações e reformas parciais de modo a permitir o início do funcionamento das atividades administrativas e de fiscalização da ANP.

Após a mudança em 2010 para um ambiente com mais que o dobro de metros quadrados que o anterior (de 329m² para 700m²), as novas instalações da Unidade Administrativa Regional de São Paulo foram totalmente reformadas em 2011, sob direção da SFA, tornando o espaço da ANP compatível com a dimensão da importância da sua atuação no maior pólo econômico do país.

A Unidade Administrativa Regional de Salvador mudou de endereço em 2011, tendo a sua área duplicada, e este novo escritório também passou por reformas, com coordena-

ção da SFA, a fim de equacionar a falta de espaço, visando melhorar o desenvolvimento das ações dessa Unidade.

20.2 COORDENAÇÃO DE AQUISIÇÕES

Esta Coordenação está incumbida de executar os trabalhos pertinentes à aquisição de bens e contratação de serviços, tais como realizar as licitações (pregão – presencial ou eletrônico, consulta, concorrência, tomada de preços e convite), aderir a atas de registro de preços, promover os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, celebrar contratos, convênios e as demais avenças de interesse da ANP, adotando as providências que a legislação estabelece, como a divulgação de avisos de licitação, extratos dos instrumentos convocatórios, dos ajustes, de dispensa e inexigibilidade de licitação, além do exame e julgamento das impugnações apresentadas e dos recursos interpostos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Conforme demonstram os Anexos I e II deste Relatório, durante o exercício de 2011 foram realizados 57 (cinquenta e sete) procedimentos licitatórios: 51 Pregões Eletrônicos, 1 Consulta, 2 Concorrências e 3 Pregões Presenciais, que resultaram em contratações no montante de R\$121.729.947,03 (cento e vinte e um milhões, setecentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e três centavos), cifra que representa uma economia equivalente a 33,84% da estimativa das despesas, que era de R\$183.992.946,66 (cento e oitenta e três milhões, novecentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

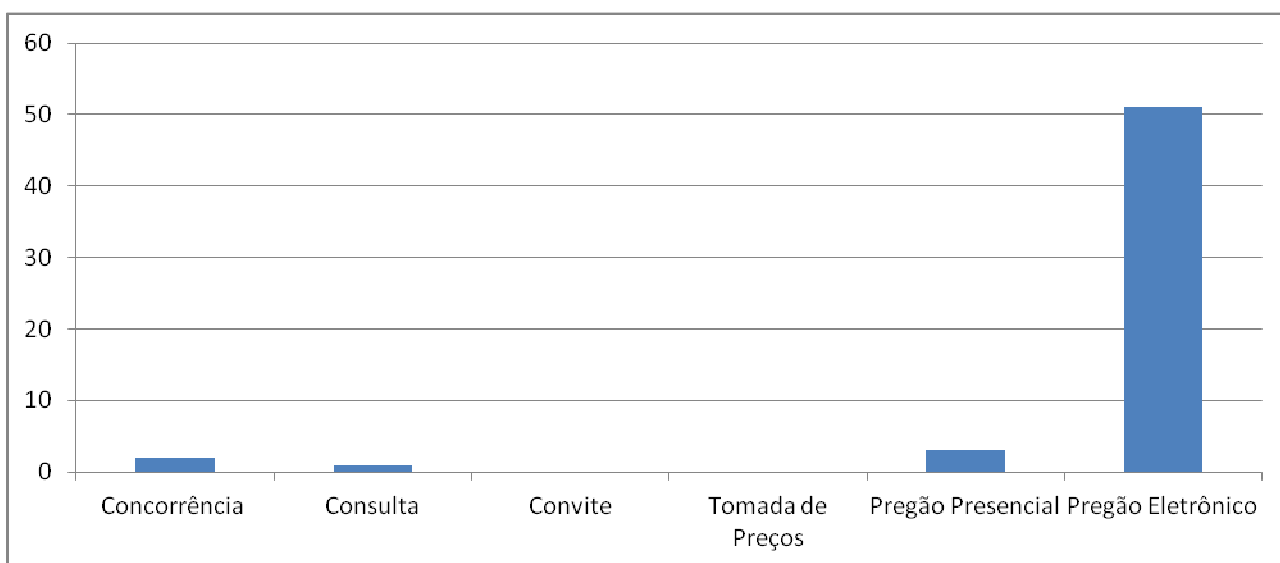
Cumprir registrar que os processos licitatórios referentes aos Leilões de Biodiesel não estão contidos nesses valores, já que não envolvem aquisições da ANP, e que os números supracitados correspondem aos certames *iniciados* e *concluídos* pelo Escritório Central do Rio de Janeiro no último exercício; não abarcando, via de consequência, 2 (duas) licitações que ainda estão em andamento.

O Anexo II refere-se a licitações homologadas em 2011. Logo, alguns processos licitatórios iniciados em 2010 e não concluídos naquele mesmo exercício (não homologados) estão referidos ali.

A tabela e os gráficos que se seguem evidenciam o total de cada modalidade licitatória, a quanto essas modalidades correspondem, em termos percentuais, ao total das licitações promovidas por esta Coordenação, além do resultado financeiro alcançado na realização dos certames.

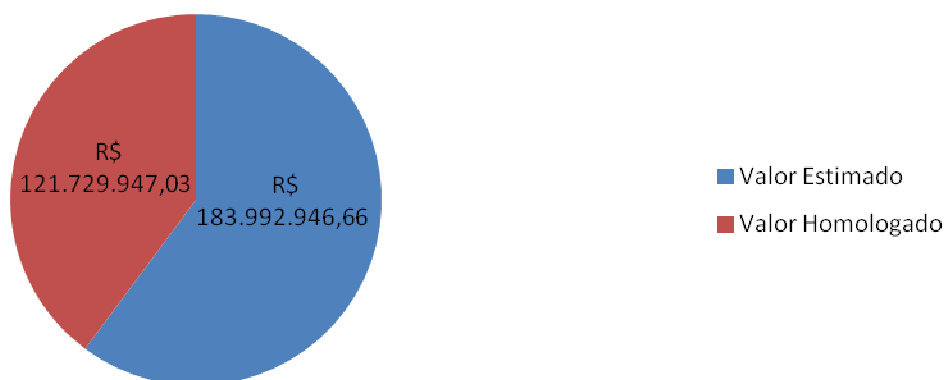
MODALIDADES	QUANTIDADE	%
Concorrência	2	3,51%
Consulta	1	1,75%
Convite	0	0,00%
Tomada de Preços	0	0,00%
Pregão Presencial	3	5,26%
Pregão Eletrônico	51	89,47%
Total	57	100%

MODALIDADES DE LICITAÇÕES REALIZADAS



Resultados obtidos nas licitações concluídas em 2011.

Resultado 2011



Além disso, a Coordenação de Aquisições realizou outras 55 (cinquenta e cinco) contratações, que tiveram por base as disposições dos artigos 24 (dispensa de licitação) e 25 (inexigibilidade de Licitação) da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, firmou 7 (sete) convênios, 3 (três) termos de cooperação e celebrou 98 (noventa e oito) contratos e 109 (cento e nove) termos aditivos.

Averbe-se que esta Coordenação também emprestou a sua colaboração a 4 (quatro) leilões de biodiesel (21^a ao 24^a).

RESULTADOS MAIS SIGNIFICATIVOS:

MODALIDADE	N.º DA LICITAÇÃO	OBJETO	VALOR DE CONTRATAÇÃO EM R\$
Pregão Eletrônico	010/11	Reforma Prediais no ESP.	1.262.419,00
Pregão Eletrônico	105/10	Material de expediente, copa cozinha, eletro-eletrônico,etc.	1.468.246,62
Pregão Eletrônico	037/11	Serviço de agente de viagem.	7.283.719,00
Pregão Eletrônico	029/11	Serviço de transporte de servidores.	2.317.800,00
P. Presencial	054/11	Geoquímica Bacia Tacutu/São Francisco.	5.298.000,00
P. Presencial	045/11	Sísmica Bacia do Parnaíba.	62.433.780,00
Pregão Eletrônico	055/11	Serviços técnicos de Informática.	5.328.997,92
Pregão Eletrônico	052/11	Serviço especializado de TI.	1.790.000,00
Consulta	011/11	Aquisição de dados magnetotelúricos.	26.413.679,07

41. CENTRO DE RELAÇÕES AO CONSUMIDOR

O Centro de Relações com o Consumidor (CRC) é o canal de relacionamento da ANP com o público. As demandas dos cidadãos – pedidos de informação, solicitações, sugestões, críticas, denúncias, elogios e agradecimentos – são feitas na Central de Atendimento do CRC, que gera um protocolo de manifestação recebida por telefone, e-mail ou outro meio de comunicação.

Como todo atendimento é registrado por meio de um número de protocolo, o CRC recebe milhares de pedidos sobre o andamento das informações solicitadas e das reclamações e denúncias enviadas. Só em 2011, o CRC atendeu a mais de 155 mil chamadas, uma média mensal de 13 mil.

Entre janeiro e dezembro de 2011, o CRC registrou 81.816 solicitações, das quais 66.565 (81,4%) foram realizados pelo telefone, e 15.034 (18,4%) foram recebidos pelo e-mail “Fale Conosco”. Apenas 217 solicitações (0,3%) foram realizadas por outros meios. O contato realizado por meio do sítio institucional da Agência cresceu 50% durante o ano, fruto da divulgação da ANP nas redes sociais, onde se concentra o público mais familiarizado com este instrumento de comunicação.

Os pedidos de informação representaram 73% do total de atendimentos. Denúncias e reclamações somam 26%. O quadro abaixo mostra os números, mês a mês:

ATENDIMENTOS DO CRC EM 2011

	Pedidos de Informação	Reclamações e Denúncias	Outros*	TOTAL
Janeiro	5.738	1.095	4	6.837
Fevereiro	4.740	1.408	28	6.176
Março	5.069	1.780	95	6.944
Abril	4.737	1.882	64	6.683
Maio	5.863	2.348	78	8.289
Junho	5.171	1.864	53	7.088
Julho	4.996	1.594	39	6.629
Agosto	5.122	2.149	62	7.333
Setembro	4.482	1.828	71	6.381
Outubro	4.454	1.916	49	6.419
Novembro	4.739	1.903	61	6.703
Dezembro	4.693	1.598	43	6.334
TOTAIS	59.804	21.365	647	81.816

*Sugestões, elogios, agendamento para uso da biblioteca e agradecimentos.

Agentes econômicos e consumidores foram os principais públicos que entraram em contato com o CRC. No período, os dois segmentos representam 82% dos contatos com a ANP por meio da Central de Atendimento. Os restantes estão divididos em estudantes e pesquisadores (1,8%), administração pública (0,8%), disque-denúncia (0,4%), entidades de classe (0,3%), entidades de defesa dos consumidores (0,2%) e imprensa (0,2%), além de públicos não identificados e outros (14%).

Com relação aos principais públicos, agentes econômicos e consumidores, chama a atenção a mudança na composição desses contatos ao longo do ano de 2011. Em janeiro, agentes econômicos representavam 70,6% do público que entrou em contato com o CRC naquele mês, enquanto os consumidores eram 17,2%. No mês de dezembro esses percentuais passam para 59,1% e 25,1%, respectivamente. Essa mudança pode

ser reflexo da conclusão do cronograma de cadastramento dos agentes do mercado de GLP e do aprimoramento das orientações aos agentes econômicos do abastecimento no sítio da ANP na internet, associado à intensificação da divulgação desse canal de contato entre a Agência e os consumidores. São Paulo foi o estado de onde o CRC foi mais acionado, com 26% das manifestações. Em seguida aparecem Minas Gerais (9,6%), Rio de Janeiro (9,2%) e Paraná (6,4%).

41.1. ASSESSORIA DE IMPRENSA

Em 2011, a assessoria de imprensa da ANP realizou 1.310 atendimentos a pedidos dos meios de comunicação do Brasil e do exterior. A área emitiu 124 comunicados e acompanhou 74 entrevistas de dirigentes e servidores da Agência. Além do atendimento aos órgãos de imprensa, a área reforçou a atuação institucional da ANP ao dar mais visibilidade a ações nos estados, divulgando reuniões e resultados do Programa Gás Legal e a inauguração de escritórios regionais no Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A assessoria também deu publicidade às iniciativas da Agência voltadas para o consumidor, como o acesso ao levantamento semanal de preços por celular e as campanhas de conscientização dos direitos do consumidor ao abastecer.

A atuação da assessoria de imprensa também reforçou ações da Agência na área de distribuição e revenda, com destaque para o trabalho de prevenção de crimes contra a ordem econômica, quando os preços do etanol e da gasolina subiram por causa da entressafra da cana-de-açúcar. A assessoria deu ampla divulgação ao calendário de introdução do diesel com menor teor de enxofre no mercado brasileiro e à preparação do marco regulatório do etanol a partir da MP 532/2011, convertida na Lei 12.490/2011.

Na área de exploração e produção, merece destaque a atuação da assessoria de imprensa para divulgar, com transparência, a atuação da ANP durante o vazamento de óleo no Campo de Frade, ocorrido em novembro. Além disso, em 2011, a assessoria passou a elaborar comunicados mensais para sociedade com os resultados dos boletins de produção de petróleo e gás natural, que já são produzidos pela ANP

41.2. SÍTIO INSTITUCIONAL E REDES SOCIAIS

O sítio institucional da ANP recebeu uma média de 168 mil visitas mensais, com 763 mil exibições de páginas por mês. Do total de visitas, 95,6% são realizadas dentro do Brasil. O Rio de Janeiro é o estado com mais acessos (19,62%), seguido de São Paulo (14%). Desde a reformulação do sítio, em 2010, já foram registradas mais de 3,5 milhões de visitas e cerca de 16 milhões de páginas exibidas para mais de 160 países, entre eles Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, França, Índia, Portugal, Espanha, Noruega e Alemanha.

Desde 2010 a ANP também marca presença nas redes sociais na internet. Em 2011, as ações se intensificaram, com o objetivo de divulgar as atribuições e atividades rotineiras ou extraordinárias da Agência e potencializar ações específicas de assessoria de imprensa, de publicidade e do próprio sítio da ANP, em integração e convergência com as diferentes vocações e públicos de cada rede. Essa presença é essencial, pois cresce a importância de a instituição estar presente nas redes sociais à medida do aumento do número de internautas no Brasil e da influência da comunicação online.

As mídias sociais possibilitam a realização de coberturas online, que prevê entrevistas ao vivo com os personagens envolvidos nos eventos e a captação de fotos, áudios e vídeos para postagem em tempo real e também após o evento. Em 2011, três eventos receberam este tipo de cobertura: o balanço do programa Gás Legal, a apresentação da minuta do novo edital de contrato de concessão e a cerimônia de conclusão do mandato de Haroldo Lima como Diretor Geral. Em 2011, a ANP ampliou e capacitou a

equipe que alimenta as redes sociais – Twitter, Facebook e Youtube. As constantes atualizações de informações e a interação com os usuários vêm ampliando o número de seguidores dos perfis da ANP nesses canais virtuais.

41.3. PLANEJAMENTO

Em 2011 foi consolidada a mudança de foco do conteúdo e da veiculação da publicidade institucional, com vistas à segmentação de públicos e com ênfase nos benefícios sociais trazidos pela Agência. Em números, foram 1.232 inserções em TV, 1.093 em Rádio, 17.430 exibições em Cinema, 25 veiculações de anúncio em Jornal, 33 inserções de anúncio em Revista e Anuários, 480 exibições em Busdoor, 120 painéis em Mobiliário Urbano e 17 placas em Outdoor. Foram encartados 3.825.500 exemplares de cartilhas/folhetos em Jornal e produzidas 6.170.000 impressões pela Internet. Destaca-se, pelo foco nos benefícios, a campanha Defesa do Consumidor, que divulgou a redução no índice de irregularidade dos combustíveis e orientações aos consumidores. A ênfase foi no conceito: “Quando você também fiscaliza o Brasil anda melhor”.

Foram mais de 3 milhões de exemplares do folheto “10 dicas para fazer valer seus direitos ao abastecer”, complementado por peças nas principais mídias. Foi desenvolvido um hotsite exclusivo no sítio da ANP e incrementada a participação nas redes sociais, por meio do Twitter e do Facebook. A campanha ANP Comunidade Cajazeiras, sobre o uso de gás de botijão (GLP), focou a população carente de Salvador. Para a Off-shore Technology Conference, em Houston, principal evento da indústria petrolífera em alto-mar, a ANP garantiu a inserção de anúncios nos veículos que circularam durante o encontro: Brazil Energy, TB Petroleum, Oil&Gas Journal e Upstream Newspapers.

O anúncio do pré-sal focou seis títulos para o público identificado como resistente às transformações na regulação do setor, e os jovens formadores de opinião. A produção de peças abrangeu também anúncios para veiculação ao longo do ano. Os temas foram incentivo à capacitação profissional e à inovação tecnológica, biocombustíveis e meio ambiente, além do desenvolvimento da indústria de petróleo e gás, com ênfase na segurança operacional e na cláusula de conteúdo local dos contratos de concessão.

41.4. PUBLICAÇÕES E FOLHETERIA

A ANP registrou avanços importantes este ano na sua política de publicações. Pela primeira vez o Anuário Estatístico foi distribuído em pendrive, nas versões em português e inglês. Também em 2011 foi implementado um novo padrão visual para publicações técnicas (folders, cartilhas), banners e estandes da ANP. As publicações atenderam a um largo espectro de atividades, refletindo a diversidade dos trabalhos da ANP em toda a cadeia produtiva do petróleo, gás e combustíveis renováveis no País.

Entre as publicações, pode-se destacar: a 5ª edição da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis; o novo folheto, com “10 dicas para fazer valer seus direitos ao abastecer”, encartado em jornais em todo o Brasil, associado à campanha “Defesa do Consumidor”; a nova edição da cartilha “Gás de Botijão (GLP) – 10 orientações para garantir seus direitos e sua segurança”, agora associada ao Programa Gás Legal, encartada em diversos jornais no Rio de Janeiro; a nova publicação da legislação para exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo as leis 9.478/1997, 12.276/2010, 12.304/2010 e 12.351/2010; a nova publicação com a Lei 11.909/2009 e o Decreto 7.382/2010, em português e em inglês. Além disso, foi publicado o balanço de gestão da ANP no período 2003 a 2011, em que se verificaram mudanças significativas na regulação do setor e ampliação do papel da Agência.

Outras iniciativas importantes foram as novas edições dos seguintes materiais: folder do CRC - Centro de Relações com o Consumidor; publicação atualizada e digitalizada do livreto “Manuseio e armazenamento de óleo diesel B”; folder PRH-ANP; folder “PPA - Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica”, em português e em inglês; lâmina do Pré-sal em inglês: “Pre-salt changes oil & gas perspectives in Brazil”; folder BDEP em português e inglês; versão em inglês do folder Biocombustíveis em inglês (Biofuels in Brazil); folder “P&D – Investimento obrigatório em óleo, gás e biocombustíveis”; publicação digital da versão em inglês do livro “O gás natural liquefeito no Brasil”, integrante das Séries Temáticas ANP; publicação da revista “Panorama da Qualidade dos Combustíveis 2010”.

41.5. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Na área de relações institucionais, a ANP promove a interação entre a Agência e sociedade em diversos âmbitos. Um deles é o programa ANP Universidade, que tem como objetivo divulgar o trabalho da Agência nas instituições de ensino superior do País e divulgar as profissões ligadas à indústria do petróleo, gás e biocombustíveis. Em agosto de 2011, a Agência esteve presente na 36ª Semana de Engenharia da Universidade Mackenzie, em São Paulo, um dos eventos mais tradicionais da área. O diretor-geral Haroldo Lima proferiu aula inaugural sobre os “desafios do pré-sal e oportunidades e desafios na gestão e tecnologia da indústria de óleo e gás”. Especialistas da Agência também ministraram palestras sobre o mercado de combustíveis e sobre a cadeia produtiva de óleo e gás.

Outra ação coordenada pela Agência foi a implantação do projeto Energia da Juventude, cujo objetivo é divulgar para estudantes do ensino médio e superior da cidade do Rio de Janeiro as atividades da ANP na área de produção de conhecimento e formação de recursos humanos e as oportunidades decorrentes do incremento da cadeia produtiva de óleo e gás no Brasil, sobretudo a partir das descobertas do pré-sal. O projeto é fruto de parceria com a Coordenadoria de Juventude da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Já o ANP Comunidade – projeto que leva aos consumidores informações sobre seus direitos e cuidados na compra e utilização de combustíveis, em especial o gás de botijão, o GLP – esteve no bairro de Cajazeiras, em Salvador, no mês de maio, realizando atividades recreativas e dando orientações para tirar dúvidas da população local. A ação foi realizada em parceria com as Associações de Moradores das Comunidades de Cajazeiras e Castelo Branco e contou com a participação da Secretaria de Ação Social do Estado da Bahia, da Prefeitura de Salvador e do Sindigás.

41.6. EVENTOS

A ANP promoveu, apoiou ou participou de 102 eventos em 2011. Foram 38 seminários, fóruns ou conferências, 35 audiências públicas, 16 palestras ou cursos, 13 exposições ou feiras nacionais e 1 exposição internacional. Entre os eventos organizados pela Agência, destacaram-se a posse de dois diretores, reuniões com o Ministério Público Federal e com as demais agências reguladoras, o Seminário do Gás Natural no Ministério das Minas e Energia, e a inauguração dos escritórios regionais de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

A realização de audiências públicas é uma obrigação legal da Agência, como parte do processo de regulamentação das atividades da cadeia produtiva de petróleo e gás no País e das ações correlatas. Entre os temas que tiveram repercussão pública, destaque para as audiências públicas realizadas sobre as regras para a implantação do óleo diesel S50 no território nacional, a partir de 1º de janeiro de 2012, sobre a regulamentação

ção da atividade de produtor de etanol, sobre a formação de estoque de etanol e sobre o contrato de concessão a ser adotado nas futuras Rodadas de Licitações de Blocos Exploratórios.

41.7. CERIMONIAL

A ANP organizou o receptivo para 627 pessoas que se reuniram com diretores e servidores da ANP em 2011. Este público é composto de dirigentes dos poderes executivos federal, estaduais e municipais, parlamentares dos legislativos federal e estaduais, representantes de empresas brasileiras e estrangeiras do setor, diplomatas, instituições de ensino superior e de pesquisa, federações e sindicatos de trabalhadores e de empresas, organizações setoriais de petróleo, gás e biocombustíveis e entidades estudantis, entre outros.

A Agência recebeu missões oficiais de governos e de empresários de países como EUA, China, Etiópia, Irã, Angola, Rússia, Cingapura, Guiné Bissau, Suécia e Noruega. A ANP também disponibilizou apoio do cerimonial para eventos realizados pela Agência, como as audiências públicas, seminários e workshops diversos, e atividades que contaram com participação de diretores da Agência.

42. AÇÕES DE PLANEJAMENTO INDICATIVO DA INFRA-ESTRUTURAR, PESQUISA E ESTATÍSTICA

As informações e dados técnicos sobre as atividades da indústria do petróleo são de suma importância para a atividade regulatória da ANP. Na Agência, a Superintendência de Planejamento e Pesquisa (SPP) tem como atribuição manter o acervo dessas informações e disseminá-las por intermédio de suas publicações. Esses dados também fornecem subsídios para a realização de estudos e habilitam a ANP a participar de diversos grupos de trabalho junto com outros órgãos.

Em 2011 a ANP também teve intensa articulação com outros órgãos de regulação, procurando estreitar as relações entre os entes reguladores da área de energia, sobretudo na América Latina e entre as nações lusófonas.

O ano de 2011 também marcou a definição interna com relação às competências para coordenar as atividades relacionadas aos temas da Eficiência Energética e do Uso Racional da Energia, assim como a realização de estudos sobre os mesmos, de forma a subsidiar a Diretoria Colegiada na execução de ações no sentido de sua promoção.

42.1. ACERVO DE DADOS TÉCNICOS E INFORMAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

Uma das atribuições da ANP é organizar e manter o acervo de dados técnicos relativos às atividades da indústria do petróleo. Para a obtenção destas informações, as ferramentas utilizadas são: Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP), site *alliceweb* da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e dados fornecidos diretamente pela Petrobras. Os técnicos da ANP fazem continuamente a extração, a análise e a crítica das movimentações dos produtores, importadores, exportadores e distribuidores de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis. Assim, a ANP disponibiliza mensalmente dados estatísticos de produção, importação, exportação e vendas de petróleo e derivados, gás natural e biocombustíveis em sua página na internet.

Essas informações também servem para subsidiar o Anuário Estatístico da ANP, disponibilizado no site da Agência e cuja versão referente ao ano de 2011 (ano base 2010) foi publicada para distribuição interna e externa. Com dados sobre a evolução da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis, o Anuário Estatístico da ANP é considerado uma fonte fundamental de informações sobre o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis tanto pelos mercados do setor quanto pelas instituições de ensino, pesquisa, bem como por órgãos públicos e pelo público em geral com interesse no tema.

O ano de 2011 marcou a publicação do segundo número do *Oil, Natural Gas and Biofuels Statistical Yearbook*, uma versão resumida do Anuário, em inglês, destinada ao público estrangeiro. O livro apresenta os dados mais relevantes referentes ao setor de petróleo, gás e biocombustíveis no Brasil e no exterior, e mostra a sua evolução nos últimos 10 anos.

Entre os informes e boletins da ANP com dados e análises sobre o setor de petróleo, gás e biocombustíveis, destaca-se o Conjuntura & Informação, publicação trimestral disponibilizada no site da ANP na rede mundial de computadores e enviada também a uma lista de e-mails cadastrados. O Boletim sumariza algumas das principais informações de interesse da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis: preço da gasolina C, etanol hidratado, GLP e óleo diesel; produção nacional e mundial de petróleo e gás natural; cotação do barril do Brent e WTI; exportação e importação de petróleo bruto e derivados; distribuição dos royalties e participações especiais; novas Resoluções editadas pela Agência, notícias sobre a ANP publicadas na mídia impressa e um artigo técnico.

Já o Boletim Eletrônico tem por objetivo fornecer, de forma resumida, os principais indicadores do setor de petróleo, derivados e gás natural. Este boletim, de frequência mensal, é disponibilizado na intranet e no site da Agência.

O Boletim Internacional, cuja periodicidade é mensal, disponibiliza informações e análises acerca da conjuntura internacional do mercado de petróleo (preços, oferta, demanda, estoques e refino). O Informe de Biocombustíveis, publicado mensalmente, tem por objetivo fornecer informações sobre o etanol e o biodiesel no Brasil e no exterior. Para tanto são apresentados dados da cadeia produtiva destes biocombustíveis, informações sobre sua logística e distribuição, evolução de seus preços e de suas principais matérias-primas, assim como fatos relevantes ocorridos no mês - resultados de leilões realizados pela ANP e modificações na legislação sobre a matéria. Ambas as publicações são de circulação interna.

A ANP integra o Grupo de Trabalho de Segurança das Infraestruturas Críticas do País, coordenado pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SAEI-GSIPR). A Agência participa do Subgrupo de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SGTSIC-PEGANCOR), que discute diretrizes e orientações para o acompanhamento e o gerenciamento dos riscos e vulnerabilidades da infraestrutura do setor regulado pela ANP. Essa iniciativa é de suma importância para minimizar o risco de problemas de abastecimento de combustíveis nas diversas regiões do país, e também os riscos de impactos sociais, ambientais e econômicos de eventuais acidentes ou atentados contra elementos dessa infraestrutura.

A Agência também fornece informações para outros órgãos/instituições. Para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a ANP subsidia a elaboração do Balanço Energético Nacional (BEN) e calcula mensalmente o Mercado Aparente Nacional. Adicionalmente, a base de dados mantida pela ANP constitui uma importante fonte de informação para organismos como a Organização Latino-Americana de Energia (Olade) e os Grupos de Trabalho do Mercosul. Para o Ministério de Minas e Energia (MME), fornece uma estimativa do mercado nacional aparente de derivados de petróleo.

A ANP dispõe de um banco de dados georreferenciado da infraestrutura de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis do país. Entre as atividades relacionadas ao Banco de Dados destacam-se a manutenção, a organização, a atualização e o armazenamento de dados, de forma a gerar recursos visuais (principalmente mapas e equivalentes) utilizados como apoio à elaboração de estudos e à tomada de decisões de diversas áreas finalísticas, assim como de órgãos externos (Ibama, MMA e MME). Esse banco de dados também subsidia os Fóruns de Claros e de GLP e o Grupo de Segurança de Infraestrutura da Presidência da República (GT-GSIPR).

42.2. PROJETOS EM ANDAMENTO

Os projetos em andamento visam a subsidiar o cumprimento das atribuições da ANP no que tange à garantia do suprimento de petróleo e derivados em todo o território nacional e à proteção dos consumidores quanto a preço e qualidade.

Nesse sentido, merece destaque o desenvolvimento de modelos econométricos de projeção de demanda de curto prazo de QAV e de diesel. Outro projeto importante diz respeito ao levantamento de dados e elaboração de estatísticas de estoques estratégicos por Unidade da Federação (UF) e por segmento da cadeia logística. Estes cálculos permitem quantificar o estoque em termos do número de dias de cobertura para cada UF no fechamento do mês.

Outro projeto relevante é o estudo sobre o pré-sal, que prevê os impactos do novo regime fiscal e regulatório do setor de petróleo e gás natural na arrecadação governamental. O estudo simula a arrecadação de todos os órgãos federais afetados pela mudança da legislação. Seu objetivo é simular a arrecadação do Governo Federal e sua distribuição (União – Fundo Social, Ministérios e órgãos vinculados/subordinados), relativa à extração de petróleo na plataforma continental, sob diferentes regimes regulatórios que entraram em vigor em 2010. O nome do trabalho gerado é “Destinação de Recursos Provenientes da Exploração e da Produção de Petróleo e Gás Natural – Implicações do Novo Marco Legal”.

No segundo semestre de 2011, foi criado na ANP um grupo de trabalho para fazer estimativas mais detalhadas da produção futura de petróleo e gás, bem como da simulação de diferentes distribuições de royalties e participação especial. As simulações serviram como subsídios para assessores parlamentares e a diretoria da ANP, em função das intensas discussões sobre projetos de lei que alterariam a distribuição das participações governamentais no setor de petróleo. Em 19 de outubro, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 448/2011, que deverá ser votado pela Câmara dos Deputados em 2012.

42.3. ARTICULAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS REGULADORES

Dando cumprimento à atribuição de articular-se com outros órgãos reguladores do setor energético, a ANP contribuiu com a organização da reunião anual da Associação de Reguladores Ibero-Americanos de Energia (ARIAE), nos dias 6 e 7 de abril, em Santo Domingo, na República Dominicana. Estiveram presentes na reunião representantes de Espanha, Portugal, México, Peru, Guatemala, Uruguai, Colômbia, República Dominicana, Honduras, Panamá, Costa Rica, Chile, Equador, Argentina, Nicarágua e Venezuela. Fundada em 2001, a ARIAE visa a promover a cooperação entre as entidades com atribuição de regulação do setor de energia nos países da península ibérica e da América Latina. Os objetivos da associação são a cooperação técnica, a formação de pessoal e a troca de informações e conhecimento entre as instituições de regulação afins. Seu escopo de cooperação abrange energia elétrica, gás natural, petróleo e seus derivados e biocombustíveis.

Nos dias 30 de junho e 1º de julho, a ANP também promoveu juntamente com a ANEEL, a IVª Reunião Anual da Associação de Reguladores de Energia dos Países da Língua Oficial Portuguesa (RELOP), em Brasília. A reunião contou com a presença de representantes da ARE de Cabo Verde, do CNELEC de Moçambique, da ERSE de Portugal e da IRSE de Angola e das embaixadas dos referidos países.

A RELOP tem por finalidade a cooperação entre as entidades com atribuição de regulação do setor de energia nos países de língua portuguesa, a saber: Brasil, Portugal, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde.

42.4. USO RACIONAL DA ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A partir de abril, com a mudança do Regimento Interno da agência, a SPP passou a ter como atribuição a coordenação das atividades relacionadas ao uso racional da energia e a eficiência energética. Neste âmbito, são diversas as atividades desenvolvidas, entre as quais, destacam-se a participação no Comitê Gestor de Indicadores de Níveis de Eficiência Energética (CGIEE), a participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) e a participação do Grupo Técnico do Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf).

O PBEV é coordenado pelo Inmetro e conta com a participação de outras instituições governamentais tais como Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério de Minas e Energia (MME), além da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotivos (Anfavea). O PBEV conta com a participação de representantes da ANP desde a sua concepção.

O PNEf é coordenado pelo MME e seu grupo de trabalho conta com a participação, além da ANP, de representantes do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), da Petrobras, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Transportes, Ministério da Indústria e Comércio, Inmetro, Ministério das Cidades, entre outros. A ANP também participa do GT do PNEf desde o início da concepção do plano, em 2009.